

Diário Oficial do

Municipio

Prefeitura Municipal de Pindaí

quinta-feira, 28 de dezembro de 2017

Ano I - Edição nº 00021 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Pindaí publica



SUMÁRIO

- ADJUDICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO / EXTRATO CONTRATO N.º 129/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 068/2017
- PORTARIA SAÚDE № 059/2017, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017 CONCEDE FÉRIAS O SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. PORTARIA SAÚDE № 060/2017, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017 CONCEDE FÉRIAS O SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. PORTARIA SAÚDE № 061/2017, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. PORTARIA GAB № 074/2017, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- LEI Nº 415, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017 INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE PINDAÍ PARA O PERÍODO DE 2018/2021
- LEI № 416, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NA LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- PORTARIA GAB № 075/2017, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017 O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PINDAÍ, ESTADO DA BAHIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS.
- PORTARIA GAB № 076/2017, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017 CONCEDE LICENÇA INTERESSE PARTICULAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 013/2017
- EXTRATOS DE TERMO ADITIVO.
- EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS- CONTRATOS CREDENCIAMENTO
- EXTRATOS DE TERMO ADITIVO CONTRATOS CREDENCIAMENTO
- LEI COMPLEMENTAR № 002, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017 INSTITUI O NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO E DE RENDAS DO MUNICÍPIO DE PINDAÍ, ESTADO DA BAHIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dispensa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ CNPJ: 13.982.624/0001-01 Rua Ana Angélica, 75 - Centro- Pindaí – Bahia

Fone: (77) 3667-2245/2263- CEP.: 46.360-000

DECLARAÇÃO DE PUBLICIDADE

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 068/2017

Processo: N.º 532/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ

Contratada: NOVA PAX PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA

Objeto: Contratação de pessoa jurídica visando a aquisição de material funerário e

serviços de transporte funerário para atender as pessoas carentes do município,

sob o regime de empreitada indireta, por menor preço global.

Valor Global: R\$ 7.999,95(sete mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco

centavos)

Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária

02.06.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E AÇÃO SOCIAL

Projeto/Atividade

2086 - OUTROS PROGRAMAS ASSISTÊNCIA SOCIAL

Elemento de Despesa

33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

33.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA

Base Legal: Art. 24, Inciso II, da Lei Federal N.º 8.666/93.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ –IONALDO AURÉLIO PRATES Assinam:

NOVA PAX PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA -CARLOS

HENRIQUE RAMOS DA SILVA

Pindaí- BA, 26 de dezembro de 2017.

Érica de Jesus Pereira Presidente CPL/PMP

Rua Ana Angélica, 75, Centro- Tel. no. (77)3667-2245 CEP 46.360-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ

ESTADO DA BAHIA CNPJ/MF sob o nº. 13.982.624/0001-01 COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/PMP

ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO № 068/2017

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Pindaí, Estado da Bahia, prevista no art. 24, II, da Lei Federal Nº. 8.666/93 ADJUDICAa Dispensa de Licitaçãonº 068/2017, cujo objetoé a contratação de pessoa jurídica, visando a aquisição de material funerário e serviços de transporte funerário para atender as pessoas carentes do município, sob o regime de empreitada indireta, por menor preço global. Valor Globalde R\$ 7.999,95 (sete mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos), em favor da pessoa jurídica deNOVA PAX PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º13.919.874/0001-99, Pindaí, Estado da Bahia, 27 de dezembrode 2017.

ÉRICA DE JESUS PEREIRA

Presidente da Comissão de Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ CNPJ: 13.982.624/0001-01 Rua Ana Angélica, 75 - Centro- Pindaí — Bahia Fone: (77) 3667-2245/2263- CEP: 46.360-000

HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 068/2017

O Prefeito Municipal de Pindaí, Estado da Bahia, com fulcro nos art. 38, VII, e art. 24, II, da Lei Federal Nº. 8.666/93, tendo em vista o termo de Dispensa e o parecer jurídico, HOMOLOGA para os devidos fins de direito, a Dispensa de Licitação N.º 068/2017 cujo objeto refere-se àcontratação de pessoa jurídica, visando aaquisição de material funerário e serviços de transporte funerário para atender as pessoas carentes do município, sob o regime de empreitada indireta, por menor preço global, cujo valoréR\$ 7.999,95 (sete mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos), em favor da pessoa jurídica de NOVA PAX PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 13.919.874/0001-99, com prazo até 31/12/2017.

Pindaí, 28 de dezembrode 2017.

IONALDO AURÉLIO PRATES PREFEITO MUNICIPAL

Rua Ana Angélica, N.° 75, Centro, Pindaí(BA), CEP 46.360-000, Tel.: (77)3667-2245/2263



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ

ESTADO DA BAHIA CNPJ/MF sobo no. 13.982.624/0001-01 COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/PMP

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

CONTRATO N.º 129/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 068/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 532/2017 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ. CONTRATADO: NOVA PAX PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA OBJETO: Contratação de pessoa jurídica, visando a aquisição de material funerário e serviços de transporte funerário para atender as pessoas carentes do município, sob o regime de empreitada indireta, por menor preço global. Valor Global: R\$ 7.999,95 (sete mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.06.00 – PROJETO/ATIVIDADE: 2086-ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00- 33.90.39.00 VIGÊNCIA: 31/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 28/12/2017.

Publicado de acordo com a Lei Federal N.º8666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

Portaria



Fundo Municipal de Saúde de Pindaí Secretaria Municipal de Saúde

CNPJ/MF sob o no. 11.384.729/0001-25 Rua 7 de Setembro, s/nº- CentroPindaí/Bahia Tel: (77) 3667-2245

> PORTARIA SAÚDE Nº 059/2017, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

> > "Concede Férias o Servidor Público e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINDAÍ, junto com O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PINDAÍ, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e Estatuto do Servidor Público Municipal de Pindaí e,

CONSIDERANDO o requerimento feito peloSro. Erielton dos Santos Mendes, Agente de Endemia, efetiva, matricula nº 1532, carga horária de 40hs, solicitando gozo de férias;

CONSIDERANDO que o pedido encontra-se em conformidade com a legislação aplicável;

CONSIDERANDO que a solicitação tem fundamento no art. 63, caput, do Estatuto do Servidor Público do Município de Pindaí,

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder férias aoSrº.ERIELTON DOS SANTOS MENDES, Agente de Endemia, no período compreendido entre os dias 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, correspondente aoperíodo aquisitivo relativo a 03dejaneiro de 2016a02de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2018.



Fundo Municipal de Saúde de Pindaí Secretaria Municipal de Saúde

CNPJ/MF sob o nº. 11.384.729/0001-25 Rua 7 de Setembro, s/nº- CentroPindaí/Bahia Tel: (77) 3667–2245

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINDAÍ, ESTADO DA BAHIA, em 28 de dezembro de 2017.

IONALDO AURÉLIO PRATES

EVERTON GOMES S. BUENO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Saúde



Fundo Municipal de Saúde de Pindaí Secretaria Municipal de Saúde

CNPJ/MF sob o nº. 11.384.729/0001-25 Rua 7 de Setembro, s/nº- CentroPindaí/Bahia Tel: (77) 3667–2245

> PORTARIA SAÚDE Nº 060/2017, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

> > "Concede Férias o Servidor Público e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINDAÍ, junto com O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PINDAÍ, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e Estatuto do Servidor Público Municipal de Pindaí e,

CONSIDERANDO o requerimento feito peloSrº.Gerson Batista de Carvalho,motorista, efetiva, matricula nº 17, carga horária de 40hs, solicitando gozo de férias;

CONSIDERANDO que o pedido encontra-se em conformidade com a legislação aplicável;

CONSIDERANDO que a solicitação tem fundamento no art. 63, caput, do Estatuto do Servidor Público do Município de Pindaí,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao**Srº. GERSON BATISTA DE CARVALHO**,motorista, no período compreendido entre os dias 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, correspondente aoperíodo aquisitivo relativo a 01deabril de 2015a30de março de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2018.



Fundo Municipal de Saúde de Pindaí Secretaria Municipal de Saúde

CNPJ/MF sob o nº. 11.384.729/0001-25 Rua 7 de Setembro, s/nº- CentroPindaí/Bahia Tel: (77) 3667–2245

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINDAÍ, ESTADO DA BAHIA, em 28 de dezembro de 2017.

IONALDO AURÉLIO PRATES

EVERTON GOMES S. BUENO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Saúde



Fundo Municipal de Saúde de Pindaí Secretaria Municipal de Saúde

CNPJ/MF sob o nº. 11.384.729/0001-25 Rua 7 de Setembro, s/nº- CentroPindaí/Bahia Tel: (77) 3667–2245

> PORTARIA SAÚDE Nº 061/2017, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

> > "Concede Férias a Servidora Pública e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINDAÍ, junto com O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PINDAÍ, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e Estatuto do Servidor Público Municipal de Pindaí e,

CONSIDERANDO o requerimento feito pelaSr^a.Lucidalva dos Santos Souza,Agente Comunitária de Saúde, efetiva, matricula nº 121, carga horária de 40hs, solicitando gozo de férias;

CONSIDERANDO que o pedido encontra-se em conformidade com a legislação aplicável;

CONSIDERANDO que a solicitação tem fundamento no art. 63, caput, do Estatuto do Servidor Público do Município de Pindaí,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias à**Srª. LUCIDALVA DOS SANTOS SOUZA**,Agente Comunitária de Saúde, no período compreendido entre os dias 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, correspondente aoperíodo aquisitivo relativo a 17dejunho de 2016a16de junho de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2018.



Fundo Municipal de Saúde de Pindaí Secretaria Municipal de Saúde

CNPJ/MF sob o nº. 11.384.729/0001-25 Rua 7 de Setembro, s/nº- CentroPindaí/Bahia Tel: (77) 3667–2245

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINDAÍ, ESTADO DA BAHIA, em 28 de dezembro de 2017.

IONALDO AURÉLIO PRATES

EVERTON GOMES S. BUENO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Saúde

Diário Oficial do **Município** 013

Prefeitura Municipal de Pindaí



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Ana Angélica, 75, Centro – CEP: 46360-000 – PINDAI/BA – Fone 773667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

> PORTARIA GAB Nº 074/2017, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

> > "Concede Férias ao servidor público e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PINDAÍ, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e Estatuto do Servidor Público Municipal de Pindaí e,

CONSIDERANDO o requerimento feito peloSrº. Tales Bonfim Teixeira, com a função de Serviços de manutenção de água – manutenção de poços artesianos, efetivo, matricula 76, carga horaria de 40hs, solicitando gozo de férias;

CONSIDERANDO que a solicitação tem fundamento no artigo 63, caput, do Estatuto do Servidor Público do Município de Pindaí,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao **Srº. TALES BONFIM TEIXEIRA**, com a função de Serviços de manutenção de água — manutenção de poços artesianos, no período compreendido entre os dias 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, correspondente ao período aquisitivo relativo a 15 de maio de 2013 a 14 de maio de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 02 de janeiro de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PINDAÍ, ESTADO DA BAHIA, em 28 de dezembro de 2017.

IONALDO AURÉLIO PRATES

Prefeito Municipal

Lei





ÍNDICE

- 1. LEI
- 2. ANEXOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Ana Angélica, 75, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

LEI Nº 415, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Institui o Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Pindaí para o período de 2018/2021, e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PINDAÍ, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e com fulcro na Lei Orgânica do Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

- Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual PPA para o período 2018/2021, conforme o disposto no art. 165, § 1º da Constituição Federal, bem como os artigos 62 e 159, § 1º da Constituição Estadual, compreendendo os Programas, as Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração Pública Municipal para as despesas de capital, outras delas decorrente e para as relativas aos programas de duração continuada, na forma dos Anexos desta Lei.
 - § 1º Integram o Plano Plurianual os seguintes anexos:
 - I Anexo I Descrição dos Programas Governamentais;
 - II Anexo II Programação da Receita Resumo Geral;
 - III Anexo III Programas de Governo, Ações e Indicadores;
 - IV Anexo IV Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção;
 - V Anexo V Resumo das Receitas e Despesas por Fonte de Recurso.
- § 2º Para atendimento do art. 165, § 2º, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2018, que na LDO compõe o Anexo de Metas e Prioridades, serão atendidos nesta Lei PPA 2018/2021, na forma do **Anexo III Programas de Governo, Ações e Indicadores**. Para os exercícios subsequentes, a LDO apresentará o Anexo de Metas e Prioridades na forma da legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Ana Angélica, 75, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

- **Art. 2º -** Os Programas, respectivas ações e metas da Administração Pública Municipal, para cada exercício de vigência do Plano Plurianual, serão apropriadas pela respectiva Lei Orçamentária, observadas as prioridades e regras estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias pertinentes, assim como, a disponibilidade anual efetiva de recursos financeiros.
- **Art. 3º -** O Plano Plurianual poderá sofrer revisões, alterações e atualizações, tendo em vista o comportamento das receitas municipais, a definição das transferências constantes dos Projetos Orçamentários da União e do Estado da Bahia, e considerando ainda:
- I As alterações decorrentes da elaboração da proposta do orçamento anual, mediante a Lei Orçamentária referente a cada exercício, acompanhada de Quadro Demonstrativo das Modificações ao Plano Plurianual;
- II Novos investimentos, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, mediante lei que autorize a sua inclusão no Plano Plurianual;
- III Alterações oriundas de créditos adicionais especiais, através do ato de abertura do crédito, acompanhado do Quadro Demonstrativo das Modificações ao Plano Plurianual;
- **Art. 4º -** Os valores financeiros estabelecidos para as ações orçamentárias são estimados, considerando o comportamento da receita municipal, as transferências originárias da União e do Estado da Bahia, o cenário econômico-financeiro nacional e estadual, não se constituindo, portanto em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais.
- Art. 5º. A inclusão, exclusão ou alteração de Ações Orçamentárias e de suas metas, dentro de um programa, poderá ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual, de seus créditos adicionais, por transposições, remanejamentos ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Ana Angélica, 75, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

transferências, desde que não modifiquem o objetivo, público alvo, finalidade da ação e abrangência geográfica da mesma.

Parágrafo Único - A alteração ou a exclusão de Programas constantes do Plano Plurianual, assim como a inclusão de novos Programas, poderá também ocorrer, mediante proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou de leis específicas.

- **Art. 6º** A proposta de alteração de Programa ou Ação Orçamentária assim como a inclusão de novo Programa ou Ação Orçamentária, que contemple despesa obrigatória de caráter continuado, deverá apresentar o impacto orçamentário e financeiro no período do Plano Plurianual, que será considerado na margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, constante das leis de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias.
 - **Art. 7º** A proposta de alteração ou inclusão de Programas conterá, no mínimo:
- I Diagnóstico do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida;
 - II Justificativa;
- III identificação dos efeitos financeiros e demonstração da exequibilidade fiscal ao longo do período de vigência do Plano Plurianual;
 - IV Os recursos para o financiamento da alteração ou inclusão do Programa.
 - Art. 8º Para os fins desta lei, considera-se alteração de Programa:
 - I Adequação, alteração ou modificação ação orçamentária;
- II Modificação do tipo de programa, da denominação, do objetivo, finalidade e público-alvo;
 - III Inclusão ou exclusão de ações orçamentárias;
- IV Alteração dos valores estimados para cada ação orçamentária, no período do Plano Plurianual, respeitada a respectiva regionalização.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Ana Angélica, 75, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

- Art. 9°- As alterações de que trata o inciso I, do art. 8° poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e de seus créditos adicionais, desde que mantenha a mesma codificação e não modifique o objetivo, a finalidade da ação, sua regionalização e abrangência geográfica.
- Art. 10º As alterações ao Plano Plurianual deverão ter a mesma formatação e conter todos os elementos presentes nesta Lei.
- Art. 11 Os códigos e os títulos dos Programas bem como das Ações Orçamentárias do Plano Plurianual serão aplicados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais e nas leis que o modifiquem.
 - Art. 12 Esta Lei vigorará de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2021.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PINDAÍ, ESTADO DA BAHIA, em 28 de dezembro de 2017.

Prefeito

Página: 1/10

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Formulário 1 - Identificação de Programa

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (A)

Origem: Novo Situação: Não Avaliado

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 0001 - DEMOCRACIA E CIDADANIA Tipo: Apoio administrativo

Macroobjetivo

Manter e melhorar o atendimento do interesse público em ações legislativas

Objetivo

Melhorar a estrutura do Legislativo Municipal, visando ampliar a interação da comunidade com o processo parlamentar e acompanhamento das atividades desenvolvidas em prol da Comunidade.

Público-alvo

População do Município, Servidores

Justificativa

O Poder Legislativo municipal é o instrumento representativo dos munícipes, devendo desenvolver ações que visem o enaltecimento da cidadania.

Diretrizes (Forma de implementação)

Desenvolvimento institucional, mediante a modernização e ampliação do processo legislativo com a interação popular e desenvolvimento de ações voltadas à Câmara, produzindo pilares de uma gestão cidadã.

Horizonte temporal

(x) Contínuo Temporário ()

Órgão responsável 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL

Entidade 1 - PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

Gerente do programa

1 - Responsavel

Valor do programa Total

No PPA: 7.214.675,56

Órgãos executores:

CÂMARA MUNICIPAL

INFORMAÇÃO SOBRE INDICADORES

Descrição	Unidade de Medida	Data Apuração	Índice	Índice Esperado
Fonte			Referência	Final do PPA
População atendida	Unidade	31/12/2016	16.849,000	16.889,000
IBGE				
Promover debates de temas de interesse politico social	Unidade	31/12/2017	3,000	3,000
Câmara				
Construir e adequar a estrutura física	Unidade	31/12/2017	1,000	2,000
Câmara				

Página: 2/10

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Formulário 1 - Identificação de Programa

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (A)

Origem: Novo Situação: Não Avaliado

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 0002 - GOVERNO LEGAL Tipo: Apoio administrativo

Macroobjetivo

Atendimento e desenvolvimento da Gestão Administrativa e de Planejamento

Objetivo

Melhorar a estrutura dos órgãos muncipais, visando a boa prestação de serviços aos munícipes, bem como a melhor adequação da governabilidade da Administração Pública.

Público-alvo

Servidores, População do Município

Justificativa

Melhorar a qualidade no atendimento aos cidadãos mediante modernização das estruturas administrativas e valorização do servidor visa uma prestação de serviços de maior qualidade aos municípes.

Diretrizes (Forma de implementação)

Desenvolvimento institucional mediante a modernização, reorganização da Estrutura Administrativa e fortalecimento das instituições públicas municipais, valorizando o servidor com vistas à melhoria da qualidade da prestação dos serviços públicos.

Horizonte temporal

(x) Contínuo Temporário ()

Órgão responsável 02.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Entidade 1 - PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

Gerente do programa

1 - Responsavel

Valor do programa Total

No PPA: 32.699.174,48

Órgãos executores:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJ, PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ

INFORMAÇÃO SOBRE INDICADORES

Descrição	Unidade de Medida	Data Apuração	Índice	Índice Esperado
Fonte			Referência	Final do PPA
Atualização do cadastro imobiliário	Unidade	31/12/2017	1,000	2,000
Município.				
Capacitação e treinamento dos servidores	Unidade	31/12/2017	20,000	20,000
Município.				
Aplicação/Reforma do CAD	Unidade	31/12/2017	1,000	1,000
Município				

Página: 3/10

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Formulário 1 - Identificação de Programa

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (A)

Origem: Novo Situação: Não Avaliado

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 0003 - EDUCANDO Tipo: Finalístico

Macroobjetivo

Atendimento e desenvolvimento das ações de Educação no âmbito municipal

Objetivo

Atender e promover o desenvolvimento de políticas educacionais da criança, do adolescente e jovem adulto, qualificação e valorização do magistério público municipal, incrementar a oferta de vagas mediante a melhoria e ampliação física das unidades de ensino e modernização através de aquisição de equipamentos.

Público-alvo

Professores, Servidores, População do Município

Justificativa

Visa uma melhor qualidade na prestação de serviços aos alunos, ampliando a oferta de vagas e diminuindo a evação escolar.

Diretrizes (Forma de implementação)

Estimular o desenvolvimento educacional mediante ações que visem estimular a permanencia do aluno nas escolas, o ingresso dos ausentes, inibir a evasão escolar, aliado à qualificação e valorização dos profissionais do magistério publico municipal, contribuindo para a melhoria do ensino.

Horizonte temporal

(x) Contínuo Temporário ()

Órgão responsável 03.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Entidade 1 - PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

Gerente do programa

1 - Responsavel

Valor do programa Total

No PPA: 68.562.422,99

Órgãos executores:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ

INFORMAÇÃO SOBRE INDICADORES

Descrição	Unidade de Medida	Data Apuração	Índice	Índice Esperado
Fonte			Referência	Final do PPA
Alunos Matriculados IBGE	Unidade	31/12/2015	1.508,000	1.588,000
Livros escolares adquiridos. Município	Unidade	31/12/2017	4.500,000	4.600,000
Escolas construidas e reformadas. Município.	Unidade	31/12/2017	15,000	16,000
Professores qualificados e capacitados Município	Unidade	31/12/2017	80,000	82,000
Alunos com necessidades especiais Município	Unidade	31/12/2017	42,000	44,000

Página: 4/10

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Formulário 1 - Identificação de Programa

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (A)

Origem: Novo Situação: Não Avaliado

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 0004 - MAIS SAÚDE Tipo: Finalístico

Macroobjetivo

Ampliação e melhoria do sistema de saúde.

Objetivo

Ampliar e melhorar o atendimento público nos serviços de saúde com atenção básica e média complexidade, bem como o controle e erradicação de vetores, visando a eliminação de surtos epidemiológicos.

Público-alvo

População do Município

Justificativa

Visa melhorar a qualidade no atendimento a população que necessita de atendimento do SUS e a eliminação de surtos epidemiológicos.

Diretrizes (Forma de implementação)

Desenvolver projetos e atividades que visem melhorar o sistema de saúde, promovendo o atendimento básico e de médica complexidade à população, diminuindo a incidência de doenças infecto-contagiosas, controle de vetores e pandemias diversas.

Horizonte temporal

(x) Contínuo Temporário ()

Órgão responsável 04.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Entidade 1 - PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

Gerente do programa

1 - Responsavel

Valor do programa

No PPA: 38.758.397,95

Total

Órgãos executores:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ

INFORMAÇÃO SOBRE INDICADORES

Descrição	Unidade de Medida	Data Apuração	Índice	Índice Esperado
Fonte			Referência	Final do PPA
Profissionais capacitados	Unidade	31/12/2017	40,000	42,000
Município				
Unidades de saúde ampliadas.	Unidade	31/12/2017	4,000	4,000
Município.				
Unidades de saúde construídas	Unidade	31/12/2017	4,000	4,000
Município				
Profissionais contratados Empresas Especializa	das Contra Unidade	31/12/2016	22,000	22,000
Município				
Saneamento de unidades domiciliares	Unidade	31/12/2017	20,000	22,000
Município				

Página: 5/10

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Formulário 1 - Identificação de Programa Seleção: Alteração em 01/01/2018 (A)

	INFORMAÇÃO SOBRE INDICADOR	ES		
Descrição	Unidade de Medida	Data Apuração	Índice	Índice Esperado
Fonte			Referência	Final do PPA
Aquisição de veículos	Unidade	31/12/2017	3,000	3,000
Municínio				

Página: 6/10

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Formulário 1 - Identificação de Programa

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (A)

Origem: Novo Situação: Não Avaliado

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 0005 - ATITUDE CIDADÃ Tipo: Finalístico

Macroobjetivo

Desenvolver a ação social geral e promover a geração de renda

Objetivo

Atender e promover as políticas das áreas de ação social e geração de renda, visando auxiliar a população carente, abrangendo a criança, o adolescente, o jovem adulto e o idoso dando melhores condições de sobrevivência e integração ao meio social.

Público-alvo

População do Município

Justificativa

Proporcionar uma melhor qualidade de vida para todos, com igualdade de acesso a saúde, educação e renda, e ter os direitos fundamentais garantidos. A superação da pobreza e das vulnerabilidades sociais, para o combate a miséria e exclusão social.

Diretrizes (Forma de implementação)

Desenvolver ações sociais junto à população carente do município, visando atender a criança, o adolescente, o jovem adulto e o idoso, oferecendo condições de inserção social, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

Horizonte temporal

(x) Contínuo Temporário ()

Órgão responsável 05.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Entidade 1 - PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

Gerente do programa

1 - Responsavel

Valor do programa Total

No PPA: 8.325.633,45

Órgãos executores:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ

INFORMAÇÃO SOBRE INDICADORES

Descrição	Unidade de Medida	Data Apuração	Índice	Índice Esperado
Fonte			Referência	Final do PPA
Inserção social de crianças e adolescente	Unidade	31/12/2017	450,000	470,000
Município				
Inserção social do idoso	Unidade	31/12/2017	120,000	130,000
Município				
Inserção social da população de baixa renda.	Unidade	31/12/2017	115,000	130,000
Município				
Unidades Comunitárias construídas e reformadas	Unidade	31/12/2017	3,000	4,000
Município				

Página: 7/10

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Formulário 1 - Identificação de Programa

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (A)

Origem: Novo Situação: Não Avaliado

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 0006 - TRABALHO E AÇÃO Tipo: Finalístico

Macroobjetivo

Atendimento e desenvolvimento da infra-estrutura, urbanismo, saneamento e transporte

Objetivo

Atender e promover o desenvolvimento de políticas voltadas para a infra-estrutura/ubanismo/saneamento/transporte.

Público-alvo

População do Município

Justificativa

Necessidade de ampliação, organização e requalificação dos espaços urbanos e rurais, visando atender a população com extensão dos serviços públicos de iluminação, saneamento, abastecimento de água e estradas vicinais.

Diretrizes (Forma de implementação)

Buscar mecanismos para o empreendimento urbano nas áreas de infra-estrutura, saneamento e transporte, promovendo o desenvolvimento do Município, contribuindo para o progresso sustentável.

Horizonte temporal

(x) Contínuo Temporário ()

Órgão responsável 02.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Entidade 1 - PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

Gerente do programa

1 - Responsavel

Valor do programa Total

No PPA: 30.180.323,37

Órgãos executores:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ

INFORMAÇÃO SOBRE INDICADORES

Descrição	Unidade de Medida	Data Apuração	Índice	Índice Esperado
Fonte			Referência	Final do PPA
Aquisição de veículos e máquinas.	Unidade	31/12/2017	6,000	8,000
Município				
Abertura de estradas	Unidade	31/12/2017	6,000	6,000
Município.				
Logradouros saneados	Unidade	31/12/2016	15,000	16,000
Município.				
Estradas vicinais recuperadas	Kilometros	31/12/2016	150,000	150,000
Município.				
Logradouros pavimentados	Metros	31/12/2017	7.000,000	7.000,000
Município				

Página: 8/10

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Formulário 1 - Identificação de Programa

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (A)

Origem: Novo Situação: Não Avaliado

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 0007 - NOSSA TERRA, NOSSO ORGULHO Tipo: Finalístico

Macroobjetivo

Atendimento e desenvolvimento da agricultura e preservação do meio ambiente

Objetivo

Atender e promover o desenvolvimento de políticas voltadas para a agricultura e preservação de meio ambiente.

Público-alvo

População do Município

Justificativa

Visa atender a população rural, preservar o meio ambiente e alcançar os meios necessários para a fixação do homem no campo, evitando o êxodo rural

Diretrizes (Forma de implementação)

Desenvolver ações voltadas para o apoio da agricultura familiar e de subsistência, aliada à preservação do meio-ambiente.

Horizonte temporal

(x) Contínuo Temporário ()

Órgão responsável 06.00 - SECRETARIA DE AGRILCULTURA E MEIO AMBIENTE

Entidade 1 - PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

Gerente do programa

1 - Responsavel

Valor do programa Total

No PPA: 9.116.588,22

Órgãos executores:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ

INFORMAÇÃO SOBRE INDICADORES

Descrição	Unidade de Medida	Data Apuração	Índice	Índice Esperado
Fonte			Referência	Final do PPA
Construção e instalação de poços tubulares Município	Unidade	31/12/2017	35,000	37,000
Ampliar sistema de abastecimento de àgua da zona rural Município.	Unidade	31/12/2017	15,000	18,000
Produtores atendidos Município	Unidade	31/12/2017	800,000	850,000
Ampliar rede elétrica rural Município	Unidade	31/12/2017	17,000	20,000
Aquisição de máquinas e equipamentos Municipio.	Unidade	31/12/2017	5,000	7,000

Página: 9/10

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Formulário 1 - Identificação de Programa Seleção: Alteração em 01/01/2018 (A)

IN	NFORMAÇÃO SOBRE INDICADOR	ES		
Descrição	Unidade de Medida	Data Apuração	Índice	Índice Esperado
Fonte			Referência	Final do PPA
Construção e/ou ampliação de mercados e feiras	Unidade	31/12/2017	1,000	1,000
Município				

Página: 10/10

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Formulário 1 - Identificação de Programa

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (A)

Origem: Novo Situação: Não Avaliado

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 0008 - MOVIMENTAR Tipo: Finalístico

Macroobjetivo

Atendimento e desenvolvimento da cultura, esporte e lazer

Objetivo

Atender e promover o atendimento de políticas voltadas para a cultura, esporte e lazer.

Público-alvo

População do Município

Justificativa

Visa promover o crescimento cultural e integração da população menos favorecida.

Diretrizes (Forma de implementação)

Executar ações voltadas para a cultura, o esporte e o lazer, valorizando o ser humano no seu âmago, objetivando a integração de todos independentemente de sua origem ou formação

Horizonte temporal

(x) Contínuo Temporário ()

Órgão responsável 07.00 - SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER

Entidade 1 - PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

Gerente do programa

1 - Responsavel

Valor do programa Total

No PPA: 10.002.265,03

Órgãos executores:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ

INFORMAÇÃO SOBRE INDICADORES

Descrição	Unidade de Medida	Data Apuração	Índice	Índice Esperado
Fonte			Referência	Final do PPA
Construção de quadras de esportes e praças	Unidade	31/12/2017	4,000	5,000
Município				
Incentivo a apresentação de espetáculos de música, band	Unidade	31/12/2017	4,000	5,000
Município				
Urbanização e melhoria da praças	Unidade	31/12/2017	4,000	5,000
Município				

Seleção: *PPA = 2; *Exercício = 2018; *Entidade (0-Consolidado) = 0; *Entidade(Cabeçalho) = 1

Anexo 2 da Lei 4.320/64

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PROGRAMAÇÃO DA RECEITA - RESUMO GERAL EXERCÍCIO DE 2018					
Programação 2018	Programação 2019	Programação 2020	Programação 2021	Conta	
45.121.595,03	47.603.282,74	50.221.462,91	52.983.643,23	1.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes
4.488.907,80	4.735.797,76	4.996.266,59	5.271.060,85	1.1.0.0.00.00.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
4.385.509,03	4.626.712,04	4.881.181,17	5.149.645,74	1.1.1.0.00.00.00.00.00	Impostos
596.197,57	628.988,44	663.582,80	700.082,53	1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos Sobre a Renda e Proventos de Qualquer I
596.197,57	628.988,44	663.582,80	700.082,53	1.1.1.3.03.00.00.00.00	Imposto Sobre a Renda - Retido na Fonte
496.197,57	523.488,44	552.280,30	582.658,39	1.1.1.3.03.11.00.00.00	Imposto Sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho -
100.000,00	105.500,00	111.302,50	117.424,14	1.1.1.3.03.41.00.00.00	Imposto Sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Re
3.734.590,02	3.939.992,48	4.156.692,04	4.385.307,04	1.1.1.8.00.00.00.00.00	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios
314.717,42	332.026,89	350.288,34	369.554,28	1.1.1.8.01.00.00.00.00	Impostos Sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municí
149.342,31	157.556,14	166.221,72	175.364,00	1.1.1.8.01.11.00.00.00	Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urba
5.156,32	5.439,92	5.739,11		1.1.1.8.01.12.00.00.00	Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urba
51.563,22	54.399,20	57.391,15	60.547,67		Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urba
5.156,32	5.439,92	5.739,11	6.054,76		Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urba
77.717,65	81.992,12	86.501,69	91.259,28	1.1.1.8.01.41.00.00.00	Imposto Sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imo
5.156,32	5.439,92	5.739,11			Imposto Sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imo
15.468,96 5.156,32	16.319,75 5.439,92	17.217,34	18.164,29	1.1.1.8.01.43.00.00.00	Imposto Sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imp
3.419.872,60	3.607.965,59	5.739,11 3.806.403,70	6.054,76 4.015.752,76	1.1.1.8.01.44.00.00.00 1.1.1.8.02.00.00.00.00	Imposto Sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imo
3.294.091,00	3.475.266,00	3.666.405,64	3.868.054,81		Impostos Sobre a Produção, circulação de Mercadoria
5.156.32	5.439.92	5.739,11	6.054,76	1.1.1.8.02.31.00.00.00	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - Princ Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multa
15.468,96	16.319,75	17.217,34	18.164,29	1.1.1.8.02.33.00.00.00	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - Ividica Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívid
5.156,32	5.439,92	5.739,11		1.1.1.8.02.34.00.00.00	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívid
100.000,00	105.500,00	111.302,50	117.424,14		ISS - Simples Nacional
54.721,44	57.731,12	60.906,33	64.256,17	1.1.1.9.00.00.00.00.00	Outros Impostos
54.721,44	57.731,12	60.906,33		1.1.1.9.01.00.00.00.00	Outros Impostos
1.922.76	2.028,51	2.140,08	2.257.78	1.1.1.9.01.12.00.00.00	Outros Impostos - Multas e Juros
50.000.00	52.750,00	55.651,25	58.712,07		Outros Impostos - Dívida Ativa
2.798,68	2.952,61	3.115,00	3.286,32	1.1.1.9.01.14.00.00.00	Outros Impostos - Dívida Ativa - Multas e Juros
101.715,53	107.309,90	113.211,93	119.438,58	1.1.2.0.00.00.00.00.00	Taxas
87.657,47	92.478,64	97.564,96	102.931,03	1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia
87.657,47	92.478,64	97.564,96	102.931,03	1.1.2.1.01.00.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização
87.657,47	92.478,64	97.564,96	102.931,03	1.1.2.1.01.11.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principa
67.032,19	70.718,96	74.608,50	78.711,97	1.1.2.1.01.11.01.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest S
10.312,64	10.879,84	11.478,23	12.109,53	1.1.2.1.01.11.02.00.00	Taxa de Utilização de Área de Domínio Público
10.312,64	10.879,84	11.478,23	12.109,53	1.1.2.1.01.11.03.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia
14.058,06	14.831,26	15.646,97	16.507,55	1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços
14.058,06	14.831,26	15.646,97	16.507,55	1.1.2.2.01.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços
14.058,06	14.831,26	15.646,97	16.507,55	1.1.2.2.01.11.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal
1.872,71	1.975,71	2.084,37	2.199,01	1.1.2.2.01.11.01.00.00	Taxa de Cemitérios
1.872,71	1.975,71	2.084,37	2.199,01	1.1.2.2.01.11.02.00.00	Taxa de Limpeza Pública
10.312,64	10.879,84	11.478,23	12.109,53	1.1.2.2.01.11.03.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços
1.683,24	1.775,82	1.873,49	1.976,53		Contribuição de Melhoria
1.683,24	1.775,82	1.873,49	1.976,53	1.1.3.0.00.11.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Principal
14.128,80	14.905,88	15.725,71		1.2.0.0.00.00.00.00.00	Contribuições
3.222,99	3.400,25	3.587,27	3.784,57	1.2.1.0.00.00.00.00.00	Contribuições Sociais
3.222,99	3.400,25	3.587,27	3.784,57	1.2.1.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuições Sociais
3.222,99	3.400,25	3.587,27	3.784,57	1.2.1.0.99.11.00.00.00	Outras Contribuições Sociais - Principal
10.905,81	11.505,63	12.138,44	12.806,05	1.2.4.0.00.00.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminaç
10.905,81	11.505,63	12.138,44	12.806,05	1.2.4.0.00.11.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação
643.269,21	678.649,00	715.974,32		1.3.0.0.00.00.00.00.00	Receita Patrimonial
643.269,21	678.649,00	715.974,32		1.3.2.0.00.00.00.00.00	Valores Mobiliários
643.269,21	678.649,00	715.974,32	755.353,17	1.3.2.1.00.00.00.00.00	Juros e Correções Monetárias
634.937,25	669.858,78	706.700,64	745.569,44		REM. DE DEP. BANCÁRIOS - VINCULADOS À SAÚI
16.182,46	17.072,50	18.011,48	19.002,11	1.3.2.1.00.11.01.00.00	Remuneração de Rec. Saúde - Aplicação 15%
94.000,00	99.170,00	104.624,35	110.378,69	1.3.2.1.00.11.02.00.00	Remuneração de Rec. Saúde - Transferências SUS
1.000,00	1.055,00	1.113,02	1.174,24		Remuneração de Rec. Saúde - Convênios
1.000,00	1.055,00	1.113,02		1.3.2.1.00.11.04.00.00	Remuneração de Rec. Saúde - Operações de Crédito
138.057,47	145.650,60	153.661,35		1.3.2.1.00.11.52.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários Vinculados à I
65.557,75	69.163,43	72.967,41	76.980,62	1.3.2.1.00.11.52.01.00	Remuneração de Recursos Educação - FUNDEB

Seleção: *PPA = 2; *Exercício = 2018; *Entidade (0-Consolidado) = 0; *Entidade(Cabeçalho) = 1

Anexo 2 da Lei 4.320/64

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PROGRAMAÇÃO DA RECEITA - RESUMO GERAL

EXERC	ICIO D	E 2018
-------	--------	--------

		ogramação 2021 C	Programação 2020	Programação 2019	rogramação 2018
1 Remuneração de Recurso	.00.11.52.01.01	26.943,21	25.538,59	24.207,20	22.945,21
2 Remuneração de Recurso	.00.11.52.01.02	50.037,41	47.428,82	44.956,23	42.612,54
00 Remuneração de Receita	.00.11.52.02.00	6.296,95	5.968,68	5.657,52	5.362,58
00 Remuneração de Receita	.00.11.52.03.00	41.098,44	38.955,85	36.924,98	35.000,00
00 Remuneração de Receita	.00.11.52.04.00	23.484,79	22.260,46	21.099,99	20.000,00
00 Remuneração de Receita	.00.11.52.05.00	1.174,24	1.113,03	1.055,00	1.000,00
00 Remuneração de Recurso	.00.11.52.06.00	13.077,69	12.395,92	11.749,68	11.137,14
00 Rem. de Dep. Bancários - V	.00.11.54.00.00	66.931,70	63.442,14	60.135,03	57.000,00
00 Rem. de Rec. Assistência	.00.11.54.01.00	63.408,99	60.103,12	56.970,00	54.000,00
00 Rem. de Rec. Assist. Socia	.00.11.54.02.00	1.174,24	1.113,02	1.055,00	1.000,00
00 Rem. de Rec. Assist. Socia	.00.11.54.03.00	1.174,24	1.113,02	1.055,00	1.000,00
00 Rem. de Rec. Assist. Socia	.00.11.54.04.00	1.174,23	1.112,98	1.055,03	1.000,00
00 Rem. de Dep. Bancários - 0	.00.11.55.00.00	105.681,72	100.172,25	94.950,00	90.000,00
00 Remuneração de Rec. Coi	.00.11.55.01.00	105.681,72	100.172,25	94.950,00	90.000,00
00 Re. de Dep. Bancários - De	.00.11.56.00.00	9.038,49	8.567,28	8.120,65	7.697,32
00 Remuneração de Rec. Vin	.00.11.56.01.00	1.174,24	1.113,02	1.054,99	1.000,00
00 Remuneração de Rec. Vin	.00.11.56.02.00	1.875,63	1.777,85	1.685,16	1.597,32
00 Remuneração de Rec. Vin	.00.11.56.03.00	3.522,72	3.339,07	3.164,99	3.000,00
00 Remuneração de Rec. Vin	.00.11.56.04.00	1.174,24	1.113,02	1.055,00	1.000,00
00 Remuneração de Rec. Vin	.00.11.56.05.00	1.174,24	1.113,02	1.055,01	1.000,00
00 Remuneração de Rec. Vin	.00.11.56.06.00	117,42	111,30	105,50	100,00
00 Rem. de Dep. Bancários - I	.00.11.57.00.00	270.075,52	255.995,75	242.650,00	230.000,00
00 Remuneração de Recurso	.00.11.57.01.00	270.075,52	255.995,75	242.650,00	230.000,00
OO Juros de Títulos de Renda -	.00.51.00.00.00	9.783,73	9.273,68	8.790,22	8.331,96
00 Receita de Serviços	.00.00.00.00 F	763.256,89	723.466,25	685.750,00	650.000,00
00 Serviços e Atividades Refer	.00.00.00.00.00	763.256,89	723.466,25	685.750,00	650.000,00
00 Serviços de Atendimento à S	.01.00.00.00	763.256,89	723.466,25	685.750,00	650.000,00
00 Serviços de Atendimento à	.01.11.00.00.00	763.256,89	723.466,25	685.750,00	650.000,00
OO Transferências Correntes	.00.00.00.00.00	45.656.018,53	43.275.846,94	41.019.760,10	38.881.289,22
O Transferências da União e d	.00.00.00.00.00	28.660.543,33	27.166.391,77	25.750.134,34	24.407.710,30
00 Transferências da União - E	.00.00.00.00	28.660.543,33	27.166.391,77	25.750.134,34	24.407.710,30
00 Participação na Receita da U	.01.00.00.00.00	21.034.585,88	19.937.996,09	18.898.574,49	17.913.340,75
· ·	.01.21.00.00.00	21.015.441,48	19.919.849,74	18.881.374,16	17.897.037,12
	.01.51.00.00.00		18.146,35	17.200,33	16.303,63
	.02.00.00.00.00		265.190,38	251.365,29	238.260,94
	.02.61.00.00.00		192.911,13	182.854,15	173.321,47
·	.02.91.00.00.00		72.279,25	68.511,14	64.939,47
	.03.00.00.00.00		2.994.068,86	2.837.979,95	2.690.028,40
	.03.11.00.00.00		2.994.068,86	2.837.979,95	2.690.028,40
	.03.11.51.00.00		40.402,81	38.296,50	36.300,00
	.03.11.51.01.00		40.402,81	38.296,50	36.300,00
	.03.11.52.00.00		2.193.077,53	2.078.746,47	1.970.375,81
	.03.11.52.01.00		642.037,53	608.566,38	576.840,17
· ·	.03.11.52.02.00		504.422,38	478.125,48	453.199,51
	.03.11.52.03.00		60.605,06	57.445,55	54.450,76
=	.03.11.52.04.00		230.368,09	218.358,38	206.974,77
	.03.11.52.05.00		755.644,47	716.250,68	678.910,60
	.03.11.54.00.00		180.782,14	171.357,48	162.424,15
	.03.11.54.01.00		180.782,14	171.357,48	162.424,15
	.03.11.55.00.00		132.608,18	125.694,95	119.142,14
	.03.11.55.01.00		105.478,01	99.979,15	94.766,97
	.03.11.55.02.00		13.356,30	12.660,00	12.000,00
	.03.11.55.03.00		13.773,87	13.055,80	12.375,17
	.03.11.99.00.00		447.198,20	423.884,55	401.786,30
			454.114,20	430.440,00	408.000,00
	.04.00.00.00				
	.04.11.00.00.00		454.114,20 166.053.75	430.440,00	408.000,00
	.04.11.01.00.00		166.953,75	158.250,00	150.000,00
	.04.11.01.01.00		166.953,75	158.250,00	150.000,00
	.04.11.02.00.00	154.999,86	146.919,30	139.260,00	132.000,00

Seleção: *PPA = 2; *Exercício = 2018; *Entidade (0-Consolidado) = 0; *Entidade(Cabeçalho) = 1

Anexo 2 da Lei 4.320/64

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

ROGRAMAÇAC	DA RECEITA - R	ESUMO GERAL	EXERCÍCIO DE 2018			
rogramação 2018	Programação 2019	Programação 2020	Programação 2021	Conta		
12.000,00	12.660,00	13.356,30	14.090,90	1.7.1.8.04.11.02.02.00	IGD - SUAS	
126.000,00	132.930,00	140.241,15	147.954,41	1.7.1.8.04.11.99.00.00	Outras Transferências do FNAS	
1.227.039,30	1.294.526,46	1.365.725,43	1.440.840,32	1.7.1.8.05.00.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do De	
371.255,20	391.674,24	413.216,32	435.943,22	1.7.1.8.05.11.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	
7.000,00	7.385,00	7.791,18	8.219,69	1.7.1.8.05.21.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr	
300.000,00	316.500,00	333.907,50	352.272,41	1.7.1.8.05.31.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progra	
305.557,15	322.362,79	340.092,75	358.797,85	1.7.1.8.05.41.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progra	
243.226,95	256.604,43	270.717,68	285.607,15	1.7.1.8.05.91.00.00.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do	
63.214,72	66.691,53	70.359,56	74.229,34	1.7.1.8.06.00.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L	
63.214,72	66.691,53	70.359,56	74.229,34	1.7.1.8.06.11.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – I	
1.694.777,73	1.787.990,50	1.886.329,99	1.990.078,13	1.7.1.8.10.00.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Ent	
299.995,20	316.494,94	333.902,16	352.266,78	1.7.1.8.10.11.00.00.00	Transferências de Convênios da União para o Sistem	
201.295,53	212.366,78	224.046,96	236.369,54	1.7.1.8.10.21.00.00.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a	
170.912,00	180.312,16	190.229,33	200.691,94	1.7.1.8.10.31.00.00.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a	
1.022.575,00	1.078.816,62	1.138.151,54	1.200.749,87	1.7.1.8.10.91.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União - Princ	
173.048,46	182.566,12	192.607,26	203.200,66	1.7.1.8.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	
173.048,46	182.566,12	192.607,26	203.200,66	1.7.1.8.99.11.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal	
4.122.750,74	4.349.502,03	4.588.724,63	4.841.104,49	1.7.2.0.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	
4.122.750,74	4.349.502,03	4.588.724,63	4.841.104,49	1.7.2.8.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	
3.081.280,60	3.250.751,04	3.429.542,33	3.618.167,17	1.7.2.8.01.00.00.00.00	Participação na Receitas dos Estados	
2.670.522,91	2.817.401,67	2.972.358,76	3.135.838,49	1.7.2.8.01.11.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	
187.064,84	197.353,41	208.207,84	219.659,27	1.7.2.8.01.21.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	
70.264,93	74.129,50	78.206,62	82.507,99		Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	
55.593,75	58.651,41	61.877,23	65.280,48	1.7.2.8.01.41.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domír	
97.834,17	103.215,05	108.891,88	114.880,94		Outras Participações na Receita dos Estados - Princ	
75.401,97	79.549,08	83.924,28	88.540,11	1.7.2.8.01.51.01.00.00	Cota parte do Fundo de Invest. Econo. e Social - FIE	
22.432,20	23.665,97	24.967,60	26.340,83		FCBA - Fundo de Cultura de Bahia	
35.427,35	37.375,85	39.431,53	41.600,26	1.7.2.8.02.00.00.00.00	Transferência da Cota-parte da Compensação Financ	
35.427,35	37.375,85	39.431,53	41.600,26	1.7.2.8.02.21.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos	
254.088,42	268.063,28	282.806,76		1.7.2.8.03.00.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programa	
254.088,42	268.063,28	282.806,76	298.361,13		TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PA	
92.813,80	97.918,56	103.304,08	108.985,80		PSF Estado - Saúde da Família	
37.125,52	39.167,42	41.321,63	43.594,32		SAMU Estado - Serviço de Atendimento Móvel de U	
124.149,10	130.977,30	138.181,05	145.781,01	1.7.2.8.03.11.04.00.00	Outras Transf. do Estado - SUS	
670.912,00	707.812,16	746.741,83	787.812,63		Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito	
170.912,00	180.312,16	190.229,33	200.691,94	1.7.2.8.10.11.00.00.00	Transferências de Convênio dos Estados para o Sist	
310.000,00	327.050,00	345.037,75	364.014,83		Transferências de Convênio dos Estados Destinadas	
190.000,00	200.450,00	211.474,75	223.105,86		Outras Transferências de Convênio dos Estados - Pr	
81.042,37	85.499,70	90.202,18	95.163,30		Outras Transferências dos Estados	
81.042,37	85.499,70	90.202,18	95.163,30		Outras Transferências dos Estados - Principal	
71.042,37	74.949,70	79.071,93	83.420,89		FEAS - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	
13.922,07	14.687,78	15.495,61		1.7.2.8.99.11.01.01.00	Piso Básico Fixo - CRAS/PAIF	
15.557,08	16.412,72	17.315,42		1.7.2.8.99.11.01.02.00	Piso Básico Variável - SCFV	
41.563,22	43.849,20	46.260,90	48.805,25		Outras Transferências do FEAS	
10.000,00	10.550,00	11.130,25		1.7.2.8.99.11.02.00.00	Outros Transf. dos Estados	
10.350.828.18	10.920.123.73	11.520.730.54		1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	
10.350.828,18	10.920.123,73	11.520.730,54		1.7.5.8.00.00.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - E	
10.350.828,18	10.920.123,73	11.520.730,54	12.154.370,71		Transferências de Outras Histituições Publicas - E	
		8.433.974,11				
7.577.524,41	7.994.288,25			1.7.5.8.01.11.00.00.00 1.7.5.8.01.21.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutençã	
2.773.303,77	2.925.835,48	3.086.756,43			Transferências de Recursos da Complementação da	
444.000,00	468.420,00	494.183,10		1.9.0.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes	
15.000,00	15.825,00	16.695,38		1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	
15.000,00	15.825,00	16.695,38		1.9.1.0.07.00.00.00.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	
15.000,00	15.825,00	16.695,38		1.9.1.0.07.11.00.00.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principa	
72.000,00	75.960,00	80.137,80	84.545,38	1.9.2.0.00.00.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	
2.000,00	2.110,00	2.226,05	2.348,48	1.9.2.1.00.00.00.00.00	Indenizações	
2.000,00	2.110,00	2.226,05	2.348,48	1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações - Principal	
2.000,00	2.110,00	2.226,05	2.348,48	1.9.2.1.99.11.00.00.00	Outras Indenizações - Principal	
70.000,00	73.850,00	77.911,75		1.9.2.2.00.00.00.00.00	Restituições	

Seleção: *PPA = 2; *Exercício = 2018; *Entidade (0-Consolidado) = 0; *Entidade(Cabeçalho) = 1

Anexo 2 da Lei 4.320/64

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

COCKANAÇAC	DA RECEITA - R	ESUNO GERAL		EXERCÍCIO DE 2018
ogramação 2018	Programação 2019	Programação 2020	Programação 2021 Conta	
70.000,00	73.850,00	77.911,75	82.196,90 1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições
70.000,00	73.850,00	77.911,75	82.196,90 1.9.2.2.99.11.00.00.00	Outras Restituições - Principal
357.000,00	376.635,00	397.349,92	419.204,17 1.9.9.0.00.00.00.00.00	Demais Receitas Correntes
357.000,00	376.635,00	397.349,92	419.204,17 1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas
300.000,00	316.500,00	333.907,50	352.272,41 1.9.9.0.99.11.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal
5.000,00	5.275,00	5.565,12	5.871,21 1.9.9.0.99.12.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros
50.000,00	52.750,00	55.651,25	58.712,07 1.9.9.0.99.13.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa
2.000,00	2.110,00	2.226,05	2.348,48 1.9.9.0.99.14.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e J
-4.180.881,63	-4.410.830,11	-4.653.425,77	-4.909.364,19 9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADO
-4.180.881,63	-4.410.830,11	-4.653.425,77	-4.909.364,19 9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas Correntes
-4.180.881,63	-4.410.830,11	-4.653.425,77	-4.909.364,19 9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	(R)Deduções Receita Transfêrencia Corrente
-3.595.311,09	-3.793.053,20	-4.001.671,12	-4.221.763,03 9.1.7.1.0.00.00.00.00.00	(R)Dedução das Transferencias da União e de Suas
-3.595.311,09	-3.793.053,20	-4.001.671,12	-4.221.763,03 9.1.7.1.8.00.00.00.00.00	(R)Deduções das Transferencias da União - Específ
-3.582.668,15	-3.779.714,90	-3.987.599,21	-4.206.917,17 9.1.7.1.8.01.00.00.00.00	(R)Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB
-3.579.407,42	-3.776.274,83	-3.983.969,94	-4.203.088,29 9.1.7.1.8.01.21.00.00.00	(R)Dedução de Receita para a Formação do FUNDES
-3.260,73	-3.440,07	-3.629,27	-3.828,88 9.1.7.1.8.01.51.00.00.00	(R)Dedução de Receita para a Formação do FUNDEE
-12.642,94	-13.338,30	-14.071,91	-14.845,86 9.1.7.1.8.06.00.00.00.00	(R)Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB
-12.642,94	-13.338,30	-14.071,91	-14.845,86 9.1.7.1.8.06.11.00.00.00	(R)Dedução de Receita para a Formação do FUNDES
-585.570,54	-617.776,91	-651.754,65	-687.601,16 9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	(R)Dedução de Transferencias dos Estados e do Dis
-585.570,54	-617.776,91	-651.754,65	-687.601,16 9.1.7.2.8.00.00.00.00.00	(R)Dedução de Receita para a Formação do FUNDE
-585.570,54	-617.776,91	-651.754,65	-687.601,16 9.1.7.2.8.01.00.00.00.00	(R)Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB
-534.104,58	-563.480,33	-594.471,75	-627.167,70 9.1.7.2.8.01.11.00.00.00	(R)Dedução de Receita para a Formação do FUNDE
-37.412,97	-39.470,68	-41.641,57	-43.931,86 9.1.7.2.8.01.21.00.00.00	(R)Dedução de Receita para a Formação do FUNDE
-14.052,99	-14.825,90	-15.641,33	-16.501,60 9.1.7.2.8.01.31.00.00.00	(R)Dedução de Receita para a Formação do FUNDEE
40.940.713,40	43.192.452,63	45.568.037,14	48.074.279,04 Total deste grupo	
6.237.295,60	6.580.346,88	6.942.265,88	7.324.090,48 2,0,0,0,00,00,00,00	Receitas de Capital
275.669,43	290.831,25	306.826,97	323.702,45 2.1.0.0.00.00.00.00.00	Operações de Crédito
275.669,43	290.831,25	306.826,97	323.702,45 2.1.1.0.00.00.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno
262.869,43	277.327,25	292.580,25	308.672,16 2.1.1.8.00.00.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno - Estados/
262.869,43	277.327,25	292.580,25	308.672,16 2.1.1.8.01.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas de Estados/DF/Municíp
181.594,00	191.581,67	202.118,66	213.235,19 2.1.1.8.01.11.00.00.00	Operações de Crédito Internas para Programas de Ec
81.275,43	85.745,58	90.461,59	95.436,97 2.1.1.8.01.21.00.00.00	Operações de Crédito Internas para Programas de Sa
12.800,00	13.504,00	14.246,72	15.030,29 2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno
12.800,00	13.504,00	14.246,72	15.030,29 2.1.1.9.00.11.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Prin
63.701,00	67.204,55	70.900,81	74.800,35 2.2.0.0.00.00.00.00.00	Alienação de Bens
32.248,96	34.022,65	35.893,90	37.868,06 2.2.1.0.00.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis
32.248,96	34.022,65	35.893,90	37.868,06 2.2.1.3.00.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes
32.248,96	34.022,65	35.893,90		
31.452,04	33.181,90	35.006,91	37.868,06	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal Alienação de Bens Imóveis
31.452,04	33.181,90 6.222.311,08	35.006,91	36.932,29 2.2.2.0.00.11.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Principal
5.897.925,17	•	6.564.538,10	6.925.587,68 2.4.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Capital Transferências da União e de suas Entidades
4.219.956,88	4.452.054,53	4.696.917,45	4.955.247,89 2.4.1.0.00.00.00.00.00	
4.219.956,88	4.452.054,53	4.696.917,45	4.955.247,89 2.4.1.8.00.00.00.00.00	Transferências da União
397.056,49	418.894,62	441.933,75	466.240,10 2.4.1.8.03.00.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúr
397.056,49	418.894,62	441.933,75	466.240,10 2.4.1.8.03.11.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Unico de Saú
3.821.212,63	4.031.379,32	4.253.105,18	4.487.025,95 2.4.1.8.10.00.00.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entida
213.640,00	225.390,20	237.786,66	250.864,91 2.4.1.8.10.11.00.00.00	Transferências de Convênio da União para o Sistema
175.413,80	185.061,56	195.239,94	205.978,14 2.4.1.8.10.21.00.00.00	Transferências de Convênio da União destinadas a Pr
3.432.158,83	3.620.927,56	3.820.078,58	4.030.182,90 2.4.1.8.10.91.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União - Princi
1.687,76	1.780,59	1.878,52	1.981,84 2.4.1.8.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União
1.687,76	1.780,59	1.878,52	1.981,84 2.4.1.8.99.11.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal
1.677.968,29	1.770.256,55	1.867.620,65	1.970.339,79 2.4.2.0.00.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e d
1.677.968,29	1.770.256,55	1.867.620,65	1.970.339,79 2.4.2.8.00.00.00.00	Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de s
1.677.968,29	1.770.256,55	1.867.620,65	1.970.339,79 2.4.2.8.10.00.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito
	004.070.77	004 044 00	338.667,65 2.4.2.8.10.11.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados para o Siste
288.414,00	304.276,77	321.011,99	338.667,65 2.4.2.8.10.11.00.00.00	Transferencias de Convenios dos Estados para o Sisti

Seleção: *PPA = 2; *Exercício = 2018; *Entidade (0-Consolidado) = 0; *Entidade(Cabeçalho) = 1

Anexo 2 da Lei 4.320/64

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PROGRAMAÇÃO	DA RECEITA - R	ESUMO GERAL			EXERCÍCIO DE 2018
Programação 2018	Programação 2019	Programação 2020	Programação 2021	Conta	
1.256.368,00	1.325.468,24	1.398.368,99	1.475.279,29	2.4.2.8.10.91.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Princip;*
6.237.295,60	6.580.346,88	6.942.265,88	7.324.090,48	Total deste grupo	
47.178.009,00	49.772.799,51	52.510.303,02	55.398.369,52	Total da Receita	

Página: 1/17 Anexo III

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Anexo III - Programas de Governo, Ações e Indicadores

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (A)

Programa: 1 - DEMOCRACIA E CIDADANIA

Objetivos: Melhorar a estrutura do Legislativo Municipal, visando ampliar a interação da comunidade com o processo parlamentar e acompanhamento das atividades desenvolvidas em prol da Comunidade

Público alvo: População do Município. Servidore:

Indicador (Unidade de Medida)	Ref	erência		Final do		Consolidação dos \	/alores do Programa	Totais
	Data	Índice	2021	Programa	Regionalização	Totais	Esfera/Cat.Econômica	
População atendida(UN)	31/12/2016	16849,000	16889,000		Sede	7.214.675,56	Fiscal/Seguridade	7.214.675,56
Promover debates de temas de interesse político social(UN)	31/12/2017	3,000	3,000				Despesas Correntes Despesas De Capital	6.563.335,61 651.339.95
Construir e adequar a estrutura física(UN)	31/12/2017	1,000	2,000				Total:	7.214.675,56

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Produto (Unidade de Medida)	Início Término		Total Estimado	Período 2018 - 2021
1.001	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	390.803,97	390.803,97
			31/12/2021	Meta	100,000	100,000
1.002	EQUIPAMENTOS DA CÂMARA DE VEREADORES	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	260.535,98	260.535,98
			31/12/2021	Meta	100.000	100.000

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Atividades

Ação Título	Produto (Unidade de Medida)	2018	2019	2020	2021	Meta	R\$
2.003 GESTÃO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA	Manutenção (%)	1.511.500,000	1.594.632,500	1.682.337,280	1.774.865,830	100,00	6.563.335,61

Anexo III

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Anexo III - Programas de Governo, Ações e Indicadores

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (A)

Programa: 2 - GOVERNO LEGAL

Objetivos: Melhorar a estrutura dos órgãos muncipais, visando a boa prestação de serviços aos munícipes, bem como a melhor adequação da governabilidade da Administração Pública.

Público alvo: Servidores, População do Município

Data Índice 2021 Totais Esfera/Cat.Econômica Atualização do cadastro imobiliário (UN) 31/12/2017 1,000 2,000 Sede 23.476.423,27 Fiscal/Seguridade 32.699.174,48 31/12/2017 20,000 20,000 9.222.751,21 Município Despesas Correntes 23.509.038,73 Aplicação/Reforma do CAD(UN) 31/12/2017 1,000 1,000 Despesas De Capital Reserva De Contingência 748,652.09 32.699.174,48

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Projetos

						, 0,000
Período 2018 - 2021	Total Estimado		Início Término	Produto (Unidade de Medida)	Título	Ação
295.274,1	295.274,11	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	EQUIPAMENTOS DO GABINETE DO PREFEITO	1.013
100,00	100,000	Meta	31/12/2021			
13.026,8	13.026,80	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	EQUIPAMENTOS DA CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL	1.014
100,00	100,000	Meta	31/12/2021			
208.428,7	208.428,79	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.016
100,00	100,000	Meta	31/12/2021			
321.327,7	321.327,71	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DA PREFEITURA	1.018
100,00	100,000	Meta	31/12/2021			
56.449,4	56.449,46	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	EQUIPAMENTO DO SETOR DE TESOURARIA	1.019
100,00	100,000	Meta	31/12/2021			
56.449,4	56.449,46	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	EQUIPAMENTO DA CONTABILIDADE	1.022
100,00	100,000	Meta	31/12/2021			
195.401,9	195.401,99	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	CONSTRUÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL	1.026
100,00	100,000	Meta	31/12/2021			
2.919.778,3	2.919.778,38	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	GESTÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS	1.030
100,00	100,000	Meta	31/12/2021			
1.185.438,7	1.185.438,74	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	1.120
100,00	100,000	Meta	31/12/2021			
204.086,5	204.086,51	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (UN)	CONSTRUÇÃO DE ALMOXARIFADO	1.223
1,00	1,000	Meta	31/12/2021			
521.071,9	521.071,97	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (UN)	CONSTRUÇÃO DO PARQUE DA CIDADE	1.224
1,00	1,000	Meta	31/12/2021			

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Anexo III - Programas de Governo, Ações e Indicadores

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (A)

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Projetos

Ação		Produto (Unidade de Medida)	Início Término		Total Estimado	Período 2018 - 2021
1.227	AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO	Aumento Patrimonial (UN)	01/01/2018	R\$	390.803,97	390.803,97
	ADMINIŜTRATIVO ALMOXARIFADOS CEMITÊRIO E DELEGACIA		31/12/2021	Meta	1,000	1,000
1.228	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA CENTRO	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	43.422,66	43.422,66
	ADMINISTRATIVO E ALMOXARIFADO.		31/12/2021	Meta	100,000	100,000
1.230	CONSTRUÇÃO DA DELEGACIA	Aumento Patrimonial (UN)	01/01/2018	R\$	229.054,56	229.054,56
			31/12/2021	Meta	1,000	1,000

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Atividades

Ação	Título	Produto (Unidade de Medida)	2018	2019	2020	2021	Meta	R\$
2.004	GESTÃO DAS AÇÕES DE CONSÓRCIO	Manutenção (%)	143.000,000	150.865,000	159.162,550	167.916,510	100,00	620.944,06
2.010	GESTÃO DE DESPESAS JUDICIAIS	Pagamentos devidos (%)	3.000,000	3.165,000	3.339,080	3.522,720	100,00	13.026,80
2.014	MANUTENÇÃO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA	Manutenção (%)	194.207,000	204.888,380	216.157,250	228.045,900	100,00	843.298,53
2.015	GESTÃO DO GABINETE DO PREFEITO	Manutenção (%)	666.265,820	702.910,440	741.570,510	782.356,880	100,00	2.893.103,65
2.017	GESTÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Manutenção (%)	3.542.521,060	3.737.359,720	3.942.914,500	4.159.774,790	100,00	15.382.570,07
2.018	GESTÃO DA CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL	Manutenção (%)	93.249,000	98.377,690	103.788,470	109.496,830	100,00	404.911,99
2.020	GESTÃO DA TESOURARIA	Manutenção (%)	19.000,000	20.045,010	21.147,470	22.310,590	100,00	82.503,07
2.023	GESTÃO DA CONTABILIDADE	Manutenção (%)	168.497,940	177.765,330	187.542,420	197.857,250	100,00	731.662,94
2.034	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	Serviços (%)	13.000,000	13.715,000	14.469,330	15.265,140	100,00	56.449,47
2.036	GESTÃO DO SETOR DE TRIBUTAÇÃO	Manutenção (%)	11.000,000	11.604,990	12.243,280	12.916,660	100,00	47.764,93
2.039	GESTÃO DO SETOR DE IMPRENSA E PUBLICIDADE	Manutenção (%)	155.000,000	163.525,000	172.518,880	182.007,410	100,00	673.051,29
2.047	GESTÃO DA ORDEM PÚBLICA	Manutenção (%)	31.602,300	33.340,430	35.174,160	37.108,730	100,00	137.225,62
2.058	CONTRIBUIÇÃO AO INSS E FGTS	Pagamentos devidos (%)	60.000,000	63.300,000	66.781,500	70.454,480	100,00	260.535,98
Operaç	ies Especiais							
Ação	Título	Produto (Unidade de Medida)	2018	2019	2020	2021	Meta	R\$
0.001	ENCARGOS ESPECIAIS - PASEP, SENTENÇAS E DÍVIDA PÚBLICA	Pagamentos devidos (%)	700.351,760	738.871,110	779.509,010	822.382,010	100,00	3.041.113,89
	ENGARGOD FOREGIAID OFNITENDAGE	D	47 000 000	47.005.000	40.004.400	40 000 400	400.00	70.040.50

 Ação
 I Itulo
 Produto (Unidade de Medida)
 2018
 2019
 2020
 2021
 Meta
 R\$

 0.001
 ENCARGOS ESPECIAIS - PASEP, SENTENÇAS
 Pagamentos devidos (%)
 700.351,760
 738.871,110
 779.509,010
 822.382,010
 100,00
 3.041.113,89

 0.002
 ENCARGOS ESPECIAIS - SENTENÇAS E
 Pagamentos devidos (%)
 17.000,000
 17.935,000
 18.921,420
 19.962,100
 100,00
 73.818,52

 0.003
 ENCARGOS ESPECIAIS - SENTENÇAS E
 Pagamentos devidos (%)
 11.175,380
 11.790,020
 12.438,470
 13.122,600
 100,00
 48.526,47

 DÍVIDA PÚBLICA
 PAGAGOS ESPECIAIS - SENTENÇAS E
 Pagamentos devidos (%)
 11.175,380
 11.790,020
 12.438,470
 13.122,600
 100,00
 48.526,47

Diário Oficial do **Município** 038

Anexo III

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Anexo III - Programas de Governo, Ações e Indicadores

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Reserva de Contigência

Produto (Unidade de Medida) R\$ 9.999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA 172.410,450 181.893,020 191.897,140

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Anexo III - Programas de Governo, Ações e Indicadores

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (A)

Programa: 3 - EDUCANDO

Objetivos: Atender e promover o desenvolvimento de políticas educacionais da criança, do adolescente e jovem adulto, qualificação e valorização do magistério público municipal, incrementar a oferta de vagas mediante a melhoria e amplicação física das a unidades de ensino e modermização através de aquisição de equipamentos.

Público alvo: Professores, Servidores, População do Município

Indicador (Unidade de Medida)	Refe	erência		Final do		Consolidação dos Valores do Programa			
	Data	Índice	2021	Programa	Regionalização	Totais	Esfera/Cat.Econômica		
Alunos Matriculados(UN)	31/12/2015	1508,000	1588,000		Sede	755.554,24	Fiscal/Seguridade	68.562.422,99	
Livros escolares adquiridos.(UN)	31/12/2017	4500,000	4600,000		Município	67.806.868,75	Despesas Correntes	62.022.656,43	
Escolas construidas e reformadas.(UN)	31/12/2017	15,000	16,000				Despesas De Capital	6.539.766,56	
Professores qualificados e capacitados(UN)	31/12/2017	80,000	82,000				Total:	68.562.422,99	
Alunce com pococcidados ospociais/ LIM)	24/42/2017	42.000	44.000						

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Projetos

Período 2018 - 2021	Total Estimado		Início Término	Produto (Unidade de Medida)	Título
1.417.462,24	1.417.462,24	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES
100,000	100,000	Meta	31/12/2021		
552.748,79	552.748,79	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	EQUIPAMENTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL
100,000	100,000	Meta	31/12/2021		
1.234.887,84	1.234.887,84	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES -
100,000	100,000	Meta	31/12/2021		FUNDEB 40%
508.045,16	508.045,16	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	EQUIPAMENTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%
100,000	100,000	Meta	31/12/2021		
832.352,35	832.352,35	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	CONSTRUÇÃO DE CRECHES
100,000	100,000	Meta	31/12/2021		
26.053,60	26.053,60	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	REEQUIPAMENTO DE CRECHES
100,000	100,000	Meta	31/12/2021		
8.684,53	8.684,53	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	EQUIPAMENTOS DO INFOCENTRO
100,000	100,000	Meta	31/12/2021		
1.185.338,83	1.185.338,83	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA APOIO AO TRANSPORTE
100,000	100,000	Meta	31/12/2021		ESCOLAR
130.267,98	130.267,98	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (UN)	CONSTRUÇÃO DE SEDE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
1,000	1,000	Meta	31/12/2021		
43.422,66	43.422,66	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA
100,000	100,000	Meta	31/12/2021		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Anexo III - Programas de Governo, Ações e Indicadores

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Ação	Título	Produto (Unidade de Medida)	Inicio Término		lotal Estimado	Periodo 2018 - 2021	
1.240	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Aumento Patrimonial (UN)	01/01/2018	R\$	434.226,64	434.226,64	
			31/12/2021	Meta	4,000	4,000	

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Attividad	03							
Ação	Título	Produto (Unidade de Medida)	2018	2019	2020	2021	Meta	R\$
2.005	GESTÃO DAS AÇÕES DE CONSÓRCIO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Manutenção (%)	17.000,000	17.935,000	18.921,340	19.962,080	100,00	73.818,42
2.095	GESTÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%	Manutenção (%)	7.301.000,000	7.702.555,000	8.126.195,520	8.573.136,270	100,00	31.702.886,79
2.096	GESTÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	Manutenção (%)	2.554.000,000	2.694.470,010	2.842.665,880	2.999.012,490	100,00	11.090.148,38
2.097	GESTÃO DO PNATE	Manutenção (%)	409.000,000	431.495,000	455.227,230	480.264,720	100,00	1.775.986,95
2.098	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO BÁSICO	Manutenção (%)	3.187.650,240	3.362.970,990	3.547.934,370	3.743.070,770	100,00	13.841.626,37
2.099	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	Manutenção (%)	44.000,000	46.420,000	48.973,100	51.666,610	100,00	191.059,71
2.100	PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Manutenção (%)	345.000,000	363.974,990	383.993,620	405.113,270	100,00	1.498.081,88
2.118	MANUTENÇÃO DO INFOCENTRO	Manutenção (%)	15.000,000	15.825,000	16.695,380	17.613,630	100,00	65.134,01
2.250	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - QSE	Manutenção (%)	356.617,780	376.231,760	396.924,500	418.755,350	100,00	1.548.529,39
2.251	APOIO ÀS AÇÕES DO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR	Serviços (%)	46.000,000	48.530,000	51.199,150	54.015,100	100,00	199.744,25
2.304	OUTROS PROGRAMAS DO FNDE	Manutenção (%)	45.000,200	47.475,200	50.086,340	52.841,090	100,00	195.402,83
2.309	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.	Manutenção (%)	1.500,000	1.582,500	1.669,530	1.761,360	100,00	6.513,39

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Anexo III - Programas de Governo, Ações e Indicadores

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (A)

Aquisição de veículos(UN)

Programa: 4 - MAIS SAÚDE

Objetivos: Ampliar e melhorar o atendimento público nos serviços de saúde com atenção básica e média complexidade, bem como o controle e erradicação de vetores, visando a eliminação de surtos epidemiológicos

Público alvo: População do Município

Indicador (Unidade de Medida)	Referência		Final do			Totais		
	Data	Índice	2021	Programa	Regionalização	Totais	Esfera/Cat.Econômica	
Profissionais capacitados(UN)	31/12/2017	40,000	42,000		Sede	359.354,73	Fiscal/Seguridade	38.758.397,95
Unidades de saúde ampliadas.(UN)	31/12/2017	4,000	4,000		Município	38.399.043,22	Despesas Correntes	31.958.072.16
Unidades de saúde construídas(UN)	31/12/2017	4,000	4,000				Despesas De Capital	6.800.325,79
Profissionais contratados Empresas Especializadas Contratadas(UN)	31/12/2016	22,000	22,000				Total:	38.758.397,95
Saneamento de unidades domiciliares(UN)	31/12/2017	20.000	22.000					

3,000

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

31/12/2017

Projetos

,		Produto (Unidade de Medida)	Início Término		Total Estimado	Período 2018 - 2021
1.072	AQUISIÇÃO, CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	3.690.926,41	3.690.926,41
	SAÚDE		31/12/2021	Meta	100,000	100,000
1.073	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR E	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	534.098,77	534.098,77
	AMBULATORIAL		31/12/2021	Meta	100,000	100,000
1.074	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, AMBULÂNCIA E UNIDADE MÓVEL	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	2.001.784,79	2.001.784,79
	P/ SETOR DE SAÚDE		31/12/2021	Meta	100,000	100,000
1.242	CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DE SAÚDE	Aumento Patrimonial (UN)	01/01/2018	R\$	340.248,75	340.248,75
			31/12/2021	Meta	1,000	1,000

 ${\it A} \it {\it CÕES} \ \it DOS \ \it OR \it {\it CAMENTOS} \ \it FISCAL/ \ \it SEGURIDADE$

Atividades

Ação	Título	Produto (Unidade de Medida)	2018	2019	2020	2021	Meta	R\$
2.007	GESTÃO DAS AÇÕES DE CONSÓRCIO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Manutenção (%)	43.000,000	45.365,000	47.860,040	50.492,390	100,00	186.717,43
2.065	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB	Manutenção (%)	371.130,100	391.542,250	413.077,070	435.796,320	100,00	1.611.545,74
2.066	INCENTIVO AÇÕES BÁSICAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Manutenção (%)	33.000,000	34.815,000	36.729,830	38.749,960	100,00	143.294,79
2.067	INCENTIVO AO PACS	Manutenção (%)	507.033,080	534.919,900	564.340,480	595.379,220	100,00	2.201.672,68
2.068	INCENTIVO AO PROGRAMA SAÚDE FAMILIAR	Manutenção (%)	1.105.933,430	1.166.759,770	1.230.931,560	1.298.632,780	100,00	4.802.257,54
2.069	GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	Manutenção (%)	40.000,000	42.200,000	44.521,000	46.969,650	100,00	173.690,65

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Anexo III - Programas de Governo, Ações e Indicadores

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Au	lau	es	

Atividad	es							
Ação	Título	Produto (Unidade de Medida)	2018	2019	2020	2021	Meta	R\$
2.070	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Manutenção (%)	2.704.670,080	2.853.426,930	3.010.365,390	3.175.935,520	100,00	11.744.397,92
2.071	GESTÃO DAS AÇÕES HOSPITALAR E AMBULATORIAL	Manutenção (%)	985.651,350	1.039.862,170	1.097.054,570	1.157.392,610	100,00	4.279.960,70
2.080	EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS - ECD	Manutenção (%)	152.000,000	160.359,990	169.179,820	178.484,690	100,00	660.024,50
2.083	PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL	Manutenção (%)	29.000,000	30.595,020	32.277,720	34.053,010	100,00	125.925,75
2.084	GESTÃO PLENA	Manutenção (%)	16.000,000	16.880,000	17.808,400	18.787,860	100,00	69.476,26
2.085	GESTÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	Manutenção (%)	6.000,000	6.330,000	6.678,120	7.045,440	100,00	26.053,56
2.260	GESTÃO DO SUS	Manutenção (%)	847.769,900	894.397,240	943.589,100	995.486,490	100,00	3.681.242,73
2.302	PROGRAMA BLMAC - SAMU	Manutenção (%)	368.000,000	388.240,010	409.593,190	432.120,820	100,00	1.597.954,02
2.303	OUTROS PROGRAMAS DA SAÚDE	Manutenção (%)	157.000,000	165.635,000	174.744,920	184.355,890	100,00	681.735,81
2.311	GESTÃO DO PSE	Manutenção (%)	7.400,000	7.807,000	8.236,370	8.689,380	100,00	32.132,75
2.312	GESTÃO DO PMAQ	Manutenção (%)	15.000,000	15.825,000	16.695,370	17.613,610	100,00	65.133,98
2.313	GESTÃO DO CAPS	Manutenção (%)	11.500,000	12.132,500	12.799,780	13.503,770	100,00	49.936,05
2.314	IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DO NASF	Manutenção (%)	9.000,000	9.495,000	10.017,220	10.568,170	100,00	39.080,39
2.315	GESTÃO DA ACADEMIA DE SAÚDE	Manutenção (%)	4.400,000	4.642,000	4.897,320	5.166,660	100,00	19.105,98

Página: 9/17 Anexo III

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Anexo III - Programas de Governo, Ações e Indicadores

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (A)

Programa: 5 - ATITUDE CIDADÃ

Objetivos: Atender e promover as políticas das áreas de ação social e geração de renda, visando auxiliar a população carente, abrangendo a criança, o adolescente, o jovem adulto e o idoso dando melhores condições de sobrevivência e integração ao meio social.

Público alvo: População do Município

Indicador (Unidade de Medida)	Refe	rência		Final do		Consolidação dos \	/alores do Programa	Totais
	Data	Índice	2021	Programa	Regionalização	Totais	Esfera/Cat.Econômica	
Inserção social de crianças e adolescente(UN)	31/12/2017	450,000	470,000		Sede	204.086,52	Fiscal/Seguridade	8.325.633,45
Inserção social do idoso(UN)	31/12/2017	120,000	130,000		Município	8.121.546,93	Despesas Correntes	6.363.534,76
Inserção social da população de baixa renda.(UN)	31/12/2017	115,000	130,000				Despesas De Capital	1.962.098,69
Unidades Comunitárias construídas e reformadas(31/12/2017	3,000	4,000				Total:	8.325.633,45

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Produto (Unidade de Medida)	Início Término		Total Estimado	Período 2018 - 2021
1.056	EQUIPAMENTOS DO FMAS	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	8.684,53	8.684,53
			31/12/2021	Meta	100,000	100,000
1.236	AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA O CONSELHO TUTELAR	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	108.556,66	108.556,66
			31/12/2021	Meta	100,000	100,000
1.237	CONSTRUÇÃO DA SEDE DE SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	Aumento Patrimonial (UN)	01/01/2018	R\$	86.845,33	86.845,33
			31/12/2021	Meta	1,000	1,000

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Atividades

Ação	Título	Produto (Unidade de Medida)	2018	2019	2020	2021	Meta	R\$
2.050	GESTÃO DE PROGRAMA DO IDOSO	Manutenção (%)	6.000,000	6.330,000	6.678,120	7.045,440	100,00	26.053,56
2.053	GESTÃO DE PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA A PESSOAS DEFICIENTES	Manutenção (%)	14.000,000	14.770,000	15.582,340	16.439,370	100,00	60.791,71
2.056	GESTÃO DO CONSELHO TUTELAR	Manutenção (%)	44.000,000	46.420,020	48.973,090	51.666,620	100,00	191.059,73
2.057	GESTÃO DO FMAS	Manutenção (%)	792.246,540	835.820,090	881.790,210	930.288,680	100,00	3.440.145,52
2.059	GESTÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI	Manutenção (%)	63.689,440	67.192,360	70.887,900	74.786,770	100,00	276.556,47
2.061	GESTÃO. DAS ATIVIDADES DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES	Manutenção (%)	95.722,620	100.987,370	106.541,620	112.401,450	100,00	415.653,06
2.062	PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA A CRIANÇA - CRECHE	Manutenção (%)	85.042,370	89.719,700	94.654,280	99.860,260	100,00	369.276,61
2.086	OUTROS PROGRAMAS ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção (%)	144.946,580	152.918,640	161.329,160	170.202,270	100,00	629.396,65
2.132	MELHORIA DE UNIDADES SANITÁRIAS	Manutenção (%)	44.000,000	46.420,010	48.973,090	51.666,610	100,00	191.059,71

Página: 10/17

Anexo III

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Anexo III - Programas de Governo, Ações e Indicadores

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (A)

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Alividades

Ação	Título	Produto (Unidade de Medida)	2018	2019	2020	2021	Meta	R\$
2.133	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE MELHORIAS HABITACIONAIS	Aumento Patrimonial (%)	210.000,000	221.550,000	233.735,240	246.590,680	100,00	911.875,92
2.285	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA IGDBF	Manutenção (%)	37.200,000	39.246,000	41.404,480	43.681,770	100,00	161.532,25
2.293	PROGRAMA DO CRAS	Manutenção (%)	240.000,000	253.200,000	267.125,990	281.817,930	100,00	1.042.143,92
2.294	PROGRAMA PRO JOVEM	Manutenção (%)	8.000,000	8.440,000	8.904,160	9.393,920	100,00	34.738,08
2.295	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	Manutenção (%)	77.500,000	81.762,500	86.259,450	91.003,710	100,00	336.525,66
2.308	GESTÃO DO CREAS	Manutenção (%)	8.000,000	8.440,000	8.904,160	9.393,920	100,00	34.738,08

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Anexo III - Programas de Governo, Ações e Indicadores

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (A)

Programa: 6 - TRABALHO E AÇÃO

Objetivos: Atender e promover o desenvolvimento de políticas voltadas para a infra-estrutura/ubanismo/saneamento/transporte

Público alvo: População do Município

Indicador (Unidade de Medida)	Refe	erência		Final do		Consolidação dos \	/alores do Programa	Totais
	Data	Índice	2021	Programa	Regionalização	Totais	Esfera/Cat.Econômica	
Aquisição de veículos e máquinas.(UN)	31/12/2017	6,000	8,000		Zona Rural	3.682.241,89	Fiscal/Seguridade	30.180.323,37
Abertura de estradas(UN)	31/12/2017	6,000	6,000		Sede	1.936.650,80	Despesas Correntes	14.638.380,39
Logradouros saneados(UN)	31/12/2016	15,000	16,000		Município	24.561.430,68	Despesas De Capital	15.541.942,98
Estradas vicinais recuperadas(KM)	31/12/2016	150,000	150,000				Total:	30.180.323,37
Logradouros pavimentados(Mt)	31/12/2017	7000.000	7000.000					

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Projetos

Período 2018 - 2021	Total Estimado		Início Término	Produto (Unidade de Medida)	Título	Ação
2.389.218,1	2.389.218,16	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	PAVIMENTAÇÃO DE LOGRADOUROS	1.121
100,00	100,000	Meta	31/12/2021			
299.616,3	299.616,37	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	ABERTURA DE RUAS AV. E DESAPROPRIAÇÃO	1.122
100,00	100,000	Meta	31/12/2021			
542.783,3	542.783,30	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO	1.124
100,00	100,000	Meta	31/12/2021			
52.107,1	52.107,19	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS	1.125
100,00	100,000	Meta	31/12/2021			
1.142.016,0	1.142.016,05	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS	1.127
100,00	100,000	Meta	31/12/2021			
1.736.906,5	1.736.906,55	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE PAUS PRETOS	1.128
100,00	100,000	Meta	31/12/2021			
1.046.486,2	1.046.486,20	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	CONSTR. E AMPLIAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	1.129
100,00	100,000	Meta	31/12/2021			
1.328.733,5	1.328.733,51	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)		1.138
100,00	100,000	Meta	31/12/2021		ABASTECIMENTO DE ÁGUA	
746.869,8	746.869,81	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO	1.139
100,00	100,000	Meta	31/12/2021			
21.711,3	21.711,33	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (UN)	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TV	1.184
1,00	1,000	Meta	31/12/2021			
186.717,4	186.717,46	R\$	01/01/2018	Aumento Patrimonial (%)		1.187
100,00	100,000	Meta	31/12/2021		PÚBLICA	

Página: 12/17

Anexo III

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Anexo III - Programas de Governo, Ações e Indicadores

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

			Início		Total	Período 2018 - 2021
Ação	Título	Produto (Unidade de Medida)	Término		Estimado	Periodo 2018 - 2021
1.190	IMPLANTAÇÃO DE ELETRIFICAÇÃO RURAL	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	859.768,74	859.768,74
			31/12/2021	Meta	100,000	100,000
1.193	CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, PONTES E PONTILHÕES	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	429.884,36	429.884,36
			31/12/2021	Meta	100,000	100,000
1.194	EQUIPAMENTOS DO SETOR RODOVIÁRIO	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	950.956,33	950.956,33
			31/12/2021	Meta	100,000	100,000
1.222	CONSTRUÇÃO DA RODOVIÁRIA MUNICIPAL	Aumento Patrimonial (UN)	01/01/2018	R\$	985.694,47	985.694,47
			31/12/2021	Meta	1,000	1,000
1.244	CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA PRAÇA DE SANHARÓ	Aumento Patrimonial (UN)	01/01/2018	R\$	217.113,32	217.113,32
			31/12/2021	Meta	1,000	1,000
1.247	CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DO MERCADO - GUIRAPÁ	Aumento Patrimonial (UN)	01/01/2018	R\$	651.339,96	651.339,96
			31/12/2021	Meta	1,000	1,000
1.248	REFORMA DO MERCADO - GUIRAPÁ	Aumento Patrimonial (UN)	01/01/2018	R\$	434.226,64	434.226,64
			31/12/2021	Meta	1,000	1,000
1.250	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO - POVOADO	Aumento Patrimonial (UN)	01/01/2018	R\$	108.556,65	108.556,65
	DE COELHO		31/12/2021	Meta	1,000	1,000
1.251	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO - FAZENDA	Aumento Patrimonial (UN)	01/01/2018	R\$	108.556,66	108.556,66
	TABOCAS		31/12/2021	Meta	1,000	1,000
1.253	PAVIMENTAÇÃO DE LOGRADOUROS - DISTRITO DE	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	434.226,64	434.226,64
	GUIRAPÁ		31/12/2021	Meta	100,000	100,000
1.254	RECUPERAÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO UMBURANA	Aumento Patrimonial (UN)	01/01/2018	R\$	868.453,28	868.453,28
			31/12/2021	Meta	1,000	1,000

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Ação	Título	Produto (Unidade de Medida)	2018	2019	2020	2021	Meta	R\$
2.123	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO	Serviços (%)	1.462.103,000	1.542.518,650	1.627.357,200	1.716.861,840	100,00	6.348.840,69
2.126	GESTÃO DE CEMITÉRIOS	Manutenção (%)	5.000,000	5.275,000	5.565,120	5.871,210	100,00	21.711,33
2.130	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	Serviços (%)	1.176.035,300	1.240.717,230	1.308.956,690	1.380.949,310	100,00	5.106.658,53
2.141	MANUTENÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Manutenção (%)	260.000,000	274.300,000	289.386,500	305.302,760	100,00	1.128.989,26
2.188	GESTÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Manutenção (%)	41.000,000	43.254,990	45.634,020	48.143,900	100,00	178.032,91

Página: 13/17 Anexo III

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Anexo III - Programas de Governo, Ações e Indicadores

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (A)

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Atividades

 Ação
 Título
 Produto (Unidade de Medida)
 2018
 2019
 2020
 2021
 Meta
 R\$

 2.197
 GESTÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E PONTES
 Manutenção (%)
 427.000,000
 450.484,980
 475.261,650
 501.401,040
 100,00
 1.854.147,67

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Anexo III - Programas de Governo, Ações e Indicadores

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (A)

Programa: 7 - NOSSA TERRA, NOSSO ORGULHO

Objetivos: Atender e promover o desenvolvimento de políticas voltadas para a agricultura e preservação de meio ambiente

Público alvo: População do Município

Indicador (Unidade de Medida)	Referência			Final do		Consolidação dos \	/alores do Programa	Totais
	Data	Índice	2021	Programa	Regionalização	Totais	Esfera/Cat.Econômica	
Construção e instalação de poços tubulares(UN)	31/12/2017	35,000	37,000		Zona Rural	34.738,11	Fiscal/Seguridade	9.116.588,22
Ampliar sistema de abastecimento de àgua da zona	31/12/2017	15,000	18,000		Sede	2.236.267,19	Despesas Correntes	2.229.753,73
rural(UN) Produtores atendidos(UN)	31/12/2017	800.000	850.000		Município	6.845.582,92	Despesas De Capital	6.886.834,49
Ampliar rede elétrica rural(UN)		,	,				Total:	9.116.588,22
1 1 1	31/12/2017	17,000	20,000					
Aquisição de máquinas e equipamentos(UN)	31/12/2017	5,000	7,000					
Construção e/ou ampliação de mercados e feiras(UN)	31/12/2017	1,000	1,000					

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Produto (Unidade de Medida)	Início Término		Total Estimado	Período 2018 - 2021
1.059	AQUISIÇÃO DE EQUIP. VEÍCULOS E IMPLEMENTOS	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	47.764,94	47.764,94
	AGRÍCOLAS		31/12/2021	Meta	100,000	100,000
1.155	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E EQUIPAMENTO DE	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	2.145.079,58	2.145.079,58
	MERCADOS		31/12/2021	Meta	100,000	100,000
1.159	CONSTRUÇÃO DE AÇUDES, TANQUES E BARRAGENS	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	1.172.411,92	1.172.411,92
			31/12/2021	Meta	100,000	100,000
1.160	ABERTURA E EQUIPAMENTO DE POÇOS ARTESIANOS	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	521.071,97	521.071,97
			31/12/2021	Meta	100,000	100,000
1.161	CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS P/CAPTAÇÃO DE ÁGUA DE	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	742.527,56	742.527,56
	CHUVAS		31/12/2021	Meta	100,000	100,000
1.176	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	1.098.593,39	1.098.593,39
			31/12/2021	Meta	100,000	100,000
1.231	AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA SECRETARIA DE	Aumento Patrimonial (UN)	01/01/2018	R\$	217.113,32	217.113,32
	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		31/12/2021	Meta	4,000	4,000
1.232	AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA COLETA SELETIVA DE	Aumento Patrimonial (UN)	01/01/2018	R\$	920.560,48	920.560,48
	RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.		31/12/2021	Meta	4,000	4,000

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Anexo III - Programas de Governo, Ações e Indicadores

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (A)

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Auvidades

Ação	Título	Produto (Unidade de Medida)	2018	2019	2020	2021	Meta	R\$
2.035	GESTÃO DE INCENTIVO A AGRICULTURA FAMILIAR	Manutenção (%)	8.000,000	8.440,000	8.904,180	9.393,930	100,00	34.738,11
2.150	INCENTIVO A ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS	Serviços (%)	3.000,000	3.165,000	3.339,080	3.522,720	100,00	13.026,80
2.157	GESTÃO DE MERCADOS, FEIRAS E MATADOUROS	Manutenção (%)	21.000,000	22.154,990	23.373,520	24.659,060	100,00	91.187,57
2.164	GESTÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	Manutenção (%)	486.500.000	513,257,500	541.486.660	571.268.420	100.00	2.112.512.58

Página: 16/17

Anexo III

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Anexo III - Programas de Governo, Ações e Indicadores

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (A)

Programa: 8 - MOVIMENTAR

Objetivos: Atender e promover o atendimento de políticas voltadas para a cultura, esporte e lazer

Público alvo: População do Município

Indicador (Unidade de Medida)	Refe	rência		Final do		Consolidação dos Valores do Programa				
	Data	Índice	2021	Programa	Regionalização	Totais	Esfera/Cat.Econômica			
Construção de quadras de esportes e praças(UN)	31/12/2017	4,000	5,000		Zona Rural	5.054.961,86	Fiscal/Seguridade	10.002.265,03		
Incentivo a apresentação de espetáculos de música,	31/12/2017	4,000	5,000		Sede	1.055.170,72	Despesas Correntes	2.609.152,77		
bandas de fanfarra(UN) Urbanização e melhoria da praças(UN)	31/12/2017	4.000	5.000		Município	3.892.132,45	Despesas De Capital	7.393.112,26		
Orbanização e memoria da pração (014)	31/12/2017	4,000	3,000				Total:	10.002.265,03		

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Produto (Unidade de Medida)	Início Término		Total Estimado	Período 2018 - 2021
1.114	CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECA PÚBLICA	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	182.375.19	182.375.19
	•	, ,	31/12/2021	Meta	100,000	100,000
1.115	REEQUIPAMENTO DE BIBLIOTECA PÚBLICA	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	43.422,66	43.422,66
			31/12/2021	Meta	100,000	100,000
1.207	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS, QUADRAS DE	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	759.896,62	759.896,62
	ESPORTES E ESTÁDIO DE FUTEBOL		31/12/2021	Meta	100,000	100,000
1.208	CONSTR. DE GINÁSIO POLIESPORTIVO	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	529.756,50	529.756,50
			31/12/2021	Meta	100,000	100,000
1.209	CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DO POVOADO DE	Aumento Patrimonial (UN)	01/01/2018	R\$	1.833.000,20	1.833.000,20
	TABUA		31/12/2021	Meta	1,000	1,000
1.235	AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E	Aumento Patrimonial (%)	01/01/2018	R\$	104.214,38	104.214,38
	VEÍCULOS PARA AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		31/12/2021	Meta	100,000	100,000
1.241	CONSTRUÇÃO DE CENTRO CULTURAL	Aumento Patrimonial (UN)	01/01/2018	R\$	195.401,99	195.401,99
			31/12/2021	Meta	1,000	1,000
1.243	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS EM MORRINHOS E RIACHO	Aumento Patrimonial (UN)	01/01/2018	R\$	868.453,28	868.453,28
	SECO		31/12/2021	Meta	2,000	2,000
1.245	CONSTRUÇÃO DE QUADRA NO POVOADO DE COELHO	Aumento Patrimonial (UN)	01/01/2018	R\$	607.917,29	607.917,29
			31/12/2021	Meta	1,000	1,000
1.246	REFORMAS DE QUADRAS DA BARRIGUDA, TANQUE E	Aumento Patrimonial (UN)	01/01/2018	R\$	1.215.834,59	1.215.834,59
	LAGOA DA PEDRA		31/12/2021	Meta	3,000	3,000
1.249	COBERTURA E REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA -	Aumento Patrimonial (UN)	01/01/2018	R\$	529.756,50	529.756,50
	PAUS PRETOS		31/12/2021	Meta	1,000	1,000

Página: 17/17

Anexo III

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Anexo III - Programas de Governo, Ações e Indicadores

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Ação	Título	Produto (Unidade de Medida)	Início Término		Total Estimado	Período 2018 - 2021	
1.252	REFORMA E COBERTURA DA QUADRA - PÇA CARMELITA R.	Aumento Patrimonial (UN)	01/01/2018	R\$	434.226,64	434.226,64	
	LADEIA		31/12/2021	Meta	1,000	1,000	

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Ação	Título	Produto (Unidade de Medida)	2018	2019	2020	2021	Meta	R\$
2.100	PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Manutenção (%)	188.000,000	198.339,990	209.248,690	220.757,370	100,00	816.346,05
2.117	COMEMORAÇÃO DE FESTIVIDADES	Serviços (%)	344.336,640	363.275,160	383.255,290	404.334,340	100,00	1.495.201,43
2.211	GESTÃO DE QUADRAS E PRAÇAS DE ESPORTES	Manutenção (%)	89.000,000	93.895,000	99.059,220	104.507,490	100,00	386.461,71

Página: 1/9 Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 31/12/2017 (C)

Ação	2018	2019	2020	2021 VI	r. Não Detalhado	Total
Função: 1 - Legislativa						7.214.675,56
Subfunção: 31 - Ação Legislativa						7.214.675,56
Programa: 0001 - DEMOCRACIA E CIDADANIA						7.214.675,56
1.001 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA	90.000,00	94.950,00	100.172,25	105.681,72	0,00	390.803,97
1.002 - EQUIPAMENTOS DA CÂMARA DE VEREADORES	60.000,00	63.300,00	66.781,50	70.454,48	0,00	260.535,98
2.003 - GESTÃO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA	1.511.500,00	1.594.632,50	1.682.337,28	1.774.865,83	0,00	6.563.335,61
Função: 3 - Essencial à Justiça						13.026,80
Subfunção: 92 - Representação Judicial e Extrajudicial						13.026,80
Programa: 0002 - GOVERNO LEGAL						13.026,80
2.010 - GESTÃO DE DESPESAS JUDICIAIS	3.000,00	3.165,00	3.339,08	3.522,72	0,00	13.026,80
Função: 4 - Administração						24.233.063,16
Subfunção: 122 - Administração Geral						21.498.534,19
Programa: 0002 - GOVERNO LEGAL						21.498.534,19
1.013 - EQUIPAMENTOS DO GABINETE DO PREFEITO	68.000,00	71.740,00	75.685,70	79.848,41	0,00	295.274,11
1.014 - EQUIPAMENTOS DA CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL	3.000,00	3.165,00	3.339,08	3.522,72	0,00	13.026,80
1.016 - EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	48.000,00	50.640,00	53.425,20	56.363,59	0,00	208.428,79
1.018 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DA PREFEITURA	74.000,00	78.070,00	82.363,85	86.893,86	0,00	321.327,71
1.026 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL	45.000,00	47.475,00	50.086,12	52.840,87	0,00	195.401,99
1.223 - CONSTRUÇÃO DE ALMOXARIFADO	47.000,00	49.585,00	52.312,17	55.189,34	0,00	204.086,51
1.224 - CONSTRUÇÃO DO PARQUE DA CIDADE	120.000,00	126.600,00	133.563,00	140.908,97	0,00	521.071,97
2.004 - GESTÃO DAS AÇÕES DE CONSÓRCIO	143.000,00	150.865,00	159.162,55	167.916,51	0,00	620.944,06
2.014 - MANUTENÇÃO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA	194.207,00	204.888,38	216.157,25	228.045,90	0,00	843.298,53
2.015 - GESTÃO DO GABINETE DO PREFEITO	666.265,82	702.910,44	741.570,51	782.356,88	0,00	2.893.103,65
2.017 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	3.542.521,06	3.737.359,72	3.942.914,50	4.159.774,79	0,00	15.382.570,07
Subfunção: 123 - Administração Financeira						1.361.291,56
Programa: 0002 - GOVERNO LEGAL						1.361.291,56
1.019 - EQUIPAMENTO DO SETOR DE TESOURARIA	13.000,00	13.715,00	14.469,32	15.265,14	0,00	56.449,46
1.022 - EQUIPAMENTO DA CONTABILIDADE	13.000,00	13.715,00	14.469,32	15.265,14	0,00	56.449,46
1.227 - AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO	90.000,00	94.950,00	100.172,25	105.681,72	0,00	390.803,97
1.228 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA CENTRO	10.000,00	10.550,00	11.130,25	11.742,41	0,00	43.422,66
2.020 - GESTÃO DA TESOURARIA	19.000,00	20.045,01	21.147,47	22.310,59	0,00	82.503,07
2.023 - GESTÃO DA CONTABILIDADE	168.497,94	177.765,33	187.542,42	197.857,25	0,00	731.662,94

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 31/12/2017 (C)

Ação	2018	2019	2020	2021 V	Ir. Não Detalhado	Total
Função: 4 - Administração						24.233.063,16
Subfunção: 124 - Controle Interno						404.911,99
Programa: 0002 - GOVERNO LEGAL						404.911,99
2.018 - GESTÃO DA CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL	93.249,00	98.377,69	103.788,47	109.496,83	0,00	404.911,99
Subfunção: 128 - Formação de Recursos Humanos						56.449,47
Programa: 0002 - GOVERNO LEGAL						56.449,47
2.034 - REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	13.000,00	13.715,00	14.469,33	15.265,14	0,00	56.449,47
Subfunção: 129 - Administração de Receitas						47.764,93
Programa: 0002 - GOVERNO LEGAL						47.764,93
2.036 - GESTÃO DO SETOR DE TRIBUTAÇÃO	11.000,00	11.604,99	12.243,28	12.916,66	0,00	47.764,93
Subfunção: 131 - Comunicação Social						673.051,29
Programa: 0002 - GOVERNO LEGAL						673.051,29
2.039 - GESTÃO DO SETOR DE IMPRENSA E PUBLICIDADE	155.000,00	163.525,00	172.518,88	182.007,41	0,00	673.051,29
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária						191.059,73
Programa: 0005 - ATITUDE CIDADÃ						191.059,73
2.056 - GESTÃO DO CONSELHO TUTELAR	44.000,00	46.420,02	48.973,09	51.666,62	0,00	191.059,73
Função: 6 - Segurança Pública						366.280,18
Subfunção: 181 - Policiamento						366.280,18
Programa: 0002 - GOVERNO LEGAL						366.280,18
1.230 - CONSTRUÇÃO DA DELEGACIA	52.750,00	55.651,25	58.712,07	61.941,24	0,00	229.054,56
2.047 - GESTÃO DA ORDEM PÚBLICA	31.602,30	33.340,43	35.174,16	37.108,73	0,00	137.225,62
Função: 8 - Assistência Social						7.135.852,47
Subfunção: 241 - Assistência ao Idoso						26.053,56
Programa: 0005 - ATITUDE CIDADÃ						26.053,56
2.050 - GESTÃO DE PROGRAMA DO IDOSO	6.000,00	6.330,00	6.678,12	7.045,44	0,00	26.053,56
Subfunção: 242 - Assistência ao Portador de Deficiência						60.791,71
Programa: 0005 - ATITUDE CIDADÃ						60.791,71
2.053 - GESTÃO DE PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA A PESSOAS DEFICIENTES	14.000,00	14.770,00	15.582,34	16.439,37	0,00	60.791,71

Página: 2/9

Página: 3/9

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 31/12/2017 (C)

Ação	2018	2019	2020	2021 VIr	lr. Não Detalhado	Total
Função: 8 - Assistência Social						7.135.852,47
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente						1.398.011,80
Programa: 0005 - ATITUDE CIDADÃ						1.398.011,80
2.059 - GESTÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - 2.061 - GESTÃO. DAS ATIVIDADES DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES 2.062 - PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA A CRIANÇA - CRECHE 2.295 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	63.689,44 95.722,62 85.042,37 77.500,00	67.192,36 100.987,37 89.719,70 81.762,50	70.887,90 106.541,62 94.654,28 86.259,45	74.786,77 112.401,45 99.860,26 91.003,71	0,00 0,00 0,00 0,00	276.556,47 415.653,06 369.276,61 336.525,66
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária						5.650.995,40
Programa: 0005 - ATITUDE CIDADÃ						5.546.781,02
1.056 - EQUIPAMENTOS DO FMAS 1.236 - AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA O CONSELHO TUTELAR 1.237 - CONSTRUÇÃO DA SEDE DE SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL 2.057 - GESTÃO DO FMAS 2.086 - OUTROS PROGRAMAS ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.285 - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA IGDBF 2.293 - PROGRAMA DO CRAS 2.294 - PROGRAMA PRO JOVEM 2.308 - GESTÃO DO CREAS Programa: 0008 - MOVIMENTAR 1.235 - AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA	2.000,00 25.000,00 20.000,00 792.246,54 144.946,58 37.200,00 240.000,00 8.000,00	2.110,00 26.375,00 21.100,00 835.820,09 152.918,64 39.246,00 253.200,00 8.440,00 8.440,00	2.226,05 27.825,62 22.260,50 881.790,21 161.329,16 41.404,48 267.125,99 8.904,16 8.904,16	2.348,48 29.356,04 23.484,83 930.288,68 170.202,27 43.681,77 281.817,93 9.393,92 9.393,92	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0	8.684,53 108.556,66 86.845,33 3.440.145,52 629.396,65 161.532,25 1.042.143,92 34.738,08 34.738,08 104.214,38
Função: 9 - Previdência Social Subfunção: 271 - Previdência Básica						260.535,98 260.535,98
Programa: 0002 - GOVERNO LEGAL						260.535,98
2.058 - CONTRIBUIÇÃO AO INSS E FGTS	60.000,00	63.300,00	66.781,50	70.454,48	0,00	260.535,98
Função: 10 - Saúde Subfunção: 122 - Administração Geral Programa: 0004 - MAIS SAÚDE						38.758.397,95 366.302,31 366.302,31
1.242 - CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DE SAÚDE 2.085 - GESTÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	78.357,41 6.000,00	82.667,07 6.330,00	87.213,76 6.678,12	92.010,51 7.045,44	0,00 0,00	340.248,75 26.053,56

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 31/12/2017 (C)

Pa	igina:	4/9

Ação	2018	2019	2020	2021	VIr. Não Detalhado	Total
Função: 10 - Saúde						38.758.397,95
Subfunção: 301 - Atenção Básica						25.358.125,91
Programa: 0004 - MAIS SAÚDE						25.358.125,91
2.007 - GESTÃO DAS AÇÕES DE CONSÓRCIO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE 2.005 - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB 2.007 - INCENTIVO AO PACS	43.000,00 371.130,10 507.033,08	45.365,00 391.542,25 534.919,90	47.860,04 413.077,07 564.340,48	50.492,39 435.796,32 595.379,22	0,00 0,00 0,00	186.717,43 1.611.545,74 2.201.672,68
2.068 - INCENTIVO AO PROGRAMA SAÚDE FAMILIAR 2.069 - GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA BÁSICA	1.105.933,43 40.000,00	1.166.759,77 42.200,00	1.230.931,56 44.521,00	1.298.632,78 46.969,65	0,00 0,00	4.802.257,54 173.690,65
2.070 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.084 - GESTÃO PLENA 2.260 - GESTÃO DO SUS	2.704.670,08 16.000,00 847.769,90	2.853.426,93 16.880,00 894.397,24	3.010.365,39 17.808,40 943.589,10	3.175.935,52 18.787,86 995.486,49	0,00 0,00 0,00	11.744.397,92 69.476,26 3.681.242,73
2.303 - OUTROS PROGRAMAS DA SAÚDE 2.311 - GESTÃO DO PSE 2.312 - GESTÃO DO PMAQ	157.000,00 7.400,00 15.000,00	165.635,00 7.807,00 15.825,00	174.744,92 8.236,37 16.695,37	184.355,89 8.689,38 17.613,61	0,00 0,00 0,00	681.735,81 32.132,75 65.133,98
2.313 - GESTÃO DO CAPS 2.314 - IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DO NASF 2.315 - GESTÃO DA ACADEMIA DE SAÚDE	11.500,00 9.000,00 4.400,00	12.132,50 9.495,00 4.642,00	12.799,78 10.017,22 4.897,32	13.503,77 10.568,17 5.166,66	0,00 0,00 0,00	49.936,05 39.080,39 19.105,98
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial						12.104.724,69
Programa: 0004 - MAIS SAÚDE						12.104.724,69
1.072 - AQUISIÇÃO, CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE 1.073 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR E AMBULATORIAL 1.074 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, AMBULÂNCIA E UNIDADE MÓVEL P/ SETOR 2.071 - GESTÃO DAS AÇÕES HOSPITALAR E AMBULATORIAL 2.302 - PROGRAMA BLMAC - SAMU	850.000,00 123.000,00 461.000,00 985.651,35 368.000,00	896.750,00 129.765,00 486.355,00 1.039.862,17 388.240,01	946.071,26 136.902,08 513.104,53 1.097.054,57 409.593,19	998.105,15 144.431,69 541.325,26 1.157.392,61 432.120,82	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	3.690.926,41 534.098,77 2.001.784,79 4.279.960,70 1.597.954,02
Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico						125.925,75
Programa: 0004 - MAIS SAÚDE						125.925,75
2.083 - PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL	29.000,00	30.595,02	32.277,72	34.053,01	0,00	125.925,75
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária						143.294,79
Programa: 0004 - MAIS SAÚDE						143.294,79
2.066 - INCENTIVO AÇÕES BÁSICAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	33.000,00	34.815,00	36.729,83	38.749,96	0,00	143.294,79

Página: 5/9

Prefeitura Municipal de Pindaí

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 31/12/2017 (C)

Ação	2018	2019	2020	2021 \	VIr. Não Detalhado	Total
Função: 10 - Saúde						38.758.397,95
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica						660.024,50
Programa: 0004 - MAIS SAÚDE						660.024,50
2.080 - EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS - ECD	152.000,00	160.359,99	169.179,82	178.484,69	0,00	660.024,50
Função: 12 - Educação						68.562.422,99
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental						67.504.272,79
Programa: 0003 - EDUCANDO						67.504.272,79
1.091 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES	326.433,74	344.387,60	363.328,91	383.311,99	0,00	1.417.462,24
1.092 - EQUIPAMENTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	127.295,00	134.296,22	141.682,52	149.475,05	0,00	552.748,79
1.093 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES - FUNDEB 40%	284.387,86	300.029,19	316.530,80	333.939,99	0,00	1.234.887,84
1.094 - EQUIPAMENTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	117.000,00	123.435,00	130.223,92	137.386,24	0,00	508.045,16
1.210 - EQUIPAMENTOS DO INFOCENTRO	2.000,00	2.110,00	2.226,05	2.348,48	0,00	8.684,53
1.220 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR	272.977,00	287.990,73	303.830,23	320.540,87	0,00	1.185.338,83
1.238 - CONSTRUÇÃO DE SEDE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	30.000,00	31.650,00	33.390,75	35.227,23	0,00	130.267,98
1.239 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA SECRETARIA DE	10.000,00	10.550,00	11.130,25	11.742,41	0,00	43.422,66
1.240 - ÂQÛISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	100.000,00	105.500,00	111.302,50	117.424,14	0,00	434.226,64
2.005 - GESTÃO DAS AÇÕES DE CONSÓRCIO PARA A SECRETARIA DE	17.000,00	17.935,00	18.921,34	19.962,08	0,00	73.818,42
2.095 - GESTÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%	7.301.000,00	7.702.555,00	8.126.195,52	8.573.136,27	0,00	31.702.886,79
2.096 - GESTÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	2.554.000,00	2.694.470,01	2.842.665,88	2.999.012,49	0,00	11.090.148,38
2.097 - GESTÃO DO PNATE	409.000,00	431.495,00	455.227,23	480.264,72	0,00	1.775.986,95
2.098 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO BÁSICO	3.187.650,24	3.362.970,99	3.547.934,37	3.743.070,77	0,00	13.841.626,37
2.099 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	44.000,00	46.420,00	48.973,10	51.666,61	0,00	191.059,71
2.100 - PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	345.000,00	363.974,99	383.993,62	405.113,27	0,00	1.498.081,88
2.118 - MANUTENÇÃO DO INFOCENTRO	15.000,00	15.825,00	16.695,38	17.613,63	0,00	65.134,01
2.250 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - QSE	356.617,78	376.231,76	396.924,50	418.755,35	0,00	1.548.529,39
2.304 - OUTROS PROGRAMAS DO FNDE	45.000,20	47.475,20	50.086,34	52.841,09	0,00	195.402,83
2.309 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS	1.500,00	1.582,50	1.669,53	1.761,36	0,00	6.513,39
Subfunção: 362 - Ensino Médio						199.744,25
Programa: 0003 - EDUCANDO						199.744,25
2.251 - APOIO ÀS AÇÕES DO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR	46.000,00	48.530,00	51.199,15	54.015,10	0,00	199.744,25
Subfunção: 365 - Educação Infantil						858.405,95
Programa: 0003 - EDUCANDO						858.405,95
1.107 - CONSTRUÇÃO DE CRECHES	191.686,16	202.228,89	213.351,48	225.085,82	0,00	832.352,35

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 31/12/2017 (C)

Ação	2018	2019	2020	2021 \	VIr. Não Detalhado	Total
Função: 12 - Educação						68.562.422,99
Subfunção: 365 - Educação Infantil						858.405,95
Programa: 0003 - EDUCANDO						858.405,95
1.108 - REEQUIPAMENTO DE CRECHES	6.000,00	6.330,00	6.678,15	7.045,45	0,00	26.053,60
Função: 13 - Cultura						1.916.401,27
Subfunção: 392 - Difusão Cultural						1.916.401,27
Programa: 0008 - MOVIMENTAR						1.916.401,27
1.114 - CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECA PÚBLICA 1.115 - REEQUIPAMENTO DE BIBLIOTECA PÚBLICA 1.241 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO CULTURAL 2.117 - COMEMORAÇÃO DE FESTIVIDADES	42.000,00 10.000,00 45.000,00 344.336,64	44.310,00 10.550,00 47.475,00 363.275,16	46.747,05 11.130,25 50.086,13 383.255,29	49.318,14 11.742,41 52.840,86 404.334,34	0,00 0,00 0,00 0,00	182.375,19 43.422,66 195.401,99 1.495.201,43
Função: 15 - Urbanismo						24.311.354,72
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana						16.034.841,76
Programa: 0002 - GOVERNO LEGAL						4.105.217,12
1.030 - GESTÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS 1.120 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	672.408,86 273.000,00	709.391,35 288.015,01	748.407,87 303.855,83	789.570,30 320.567,90	0,00 0,00	2.919.778,38 1.185.438,74
Programa: 0006 - TRABALHO E AÇÃO						11.929.624,64
1.121 - PAVIMENTAÇÃO DE LOGRADOUROS 1.122 - ABERTURA DE RUAS AV. E DESAPROPRIAÇÃO 1.124 - CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO 1.129 - CONSTR. E AMPLIAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS 1.244 - CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA PRAÇA DE SANHARÓ 1.247 - CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DO MERCADO - GUIRAPÁ 1.253 - PAVIMENTAÇÃO DE LOGRADOUROS - DISTRITO DE GUIRAPÁ 2.123 - GESTÃO DOS SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO	550.223,77 69.000,00 125.000,00 241.000,00 50.000,00 150.000,00 100.000,00 1.462.103,00	580.486,08 72.795,00 131.875,00 254.255,00 52.750,00 158.250,00 105.500,00 1.542.518,65	612.412,79 76.798,72 139.128,13 268.239,03 55.651,25 166.953,75 111.302,50 1.627.357,20	646.095,52 81.022,65 146.780,17 282.992,17 58.712,07 176.136,21 117.424,14 1.716.861,84	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	2.389.218,16 299.616,37 542.783,30 1.046.486,20 217.113,32 651.339,96 434.226,64 6.348.840,69
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos						8.276.512,96
Programa: 0006 - TRABALHO E AÇÃO						8.276.512,96
 1.125 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS 1.127 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS 1.128 - CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE PAUS PRETOS 1.250 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO - POVOADO DE COELHO 	12.000,00 263.000,00 400.000,00 25.000,00	12.660,00 277.465,00 422.000,00 26.375,00	13.356,30 292.725,57 445.210,00 27.825,62	14.090,89 308.825,48 469.696,55 29.356,03	0,00 0,00 0,00 0,00	52.107,19 1.142.016,05 1.736.906,55 108.556,65
1.251 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO - FAZENDA TABOCAS	25.000.00	26.375.00	27.825.63	29.356.03	0.00	108.556.66

Rua Ana Angélica | 175 | Centro | Pindaí-Ba

Página: 6/9

Página: 7/9

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 31/12/2017 (C)

Ação	2018	2019	2020	2021	VIr. Não Detalhado	Total
Função: 15 - Urbanismo						24.311.354,72
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos						8.276.512,96
Programa: 0006 - TRABALHO E AÇÃO						8.276.512,96
2.126 - GESTÃO DE CEMITÉRIOS 2.130 - GESTÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	5.000,00 1.176.035,30	5.275,00 1.240.717,23	5.565,12 1.308.956,69	5.871,21 1.380.949,31	0,00 0,00	21.711,33 5.106.658,53
Função: 16 - Habitação						1.102.935,63
Subfunção: 482 - Habitação Urbana						1.102.935,63
Programa: 0005 - ATITUDE CIDADÃ						1.102.935,63
2.132 - MELHORIA DE UNIDADES SANITÁRIAS 2.133 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE MELHORIAS HABITACIONAIS	44.000,00 210.000,00	46.420,01 221.550,00	48.973,09 233.735,24	51.666,61 246.590,68	0,00 0,00	191.059,71 911.875,92
Função: 17 - Saneamento						3.204.592,58
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano						3.204.592,58
Programa: 0006 - TRABALHO E AÇÃO						3.204.592,58
1.138 - IMPLANTAÇÃO, AMPL. E EQUIP. SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE 1.739 - IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO 2.141 - MANUTENÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	306.000,00 172.000,00 260.000,00	322.830,00 181.460,00 274.300,00	340.585,65 191.440,30 289.386,50	359.317,86 201.969,51 305.302,76	0,00	1.328.733,51 746.869,81 1.128.989,26
Função: 20 - Agricultura						8.017.994,83
Subfunção: 605 - Abastecimento						2.203.700,15
Programa: 0007 - NOSSA TERRA, NOSSO ORGULHO						2.203.700,15
2.157 - GESTÃO DE MERCADOS, FEIRAS E MATADOUROS 2.164 - GESTÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	21.000,00 486.500,00	22.154,99 513.257,50	23.373,52 541.486,66	24.659,06 571.268,42	0,00 0,00	91.187,57 2.112.512,58
Subfunção: 606 - Extensão Rural						1.741.248,83
Programa: 0007 - NOSSA TERRA, NOSSO ORGULHO						1.741.248,83
1.059 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. VEÍCULOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS 1.159 - CONSTRUÇÃO DE AÇUDES, TANQUES E BARRAGENS 1.160 - ABERTURA E EQUIPAMENTO DE POÇOS ARTESIANOS	11.000,00 270.000,00 120.000,00	11.605,00 284.850,00 126.600,00	12.243,28 300.516,75 133.563,00	12.916,66 317.045,17 140.908,97	0,00 0,00 0,00	47.764,94 1.172.411,92 521.071,97
Subfunção: 607 - Irrigação						742.527,56
Programa: 0007 - NOSSA TERRA, NOSSO ORGULHO						742.527,56
1.161 - CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS P/CAPTAÇÃO DE ÁGUA DE CHUVAS	171.000,00	180.405,00	190.327,28	200.795,28	0,00	742.527,56

Página: 8/9

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 31/12/2017 (C)

Ação	2018	2019	2020	2021 VIr. N	ão Detalhado	Total
Função: 20 - Agricultura						8.017.994,83
Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária						3.330.518,29
Programa: 0007 - NOSSA TERRA, NOSSO ORGULHO						3.330.518,29
1.155 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E EQUIPAMENTO DE MERCADOS	494.000,00	521.170,00	549.834,35	580.075,23	0,00	2.145.079,58
1.231 - AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO	50.000,00	52.750,00	55.651,25	58.712,07	0,00	217.113,32
1.232 - AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS	212.000,00	223.660,00	235.961,30	248.939,18	0,00	920.560,48
2.035 - GESTÃO DE INCENTIVO A AGRICULTURA FAMILIAR	8.000,00	8.440,00	8.904,18	9.393,93	0,00	34.738,11
2.150 - INCENTIVO A ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS	3.000,00	3.165,00	3.339,08	3.522,72	0,00	13.026,80
Função: 23 - Comércio e Serviços						1.532.820,03
Subfunção: 691 - Promoção Comercial						1.532.820,03
Programa: 0006 - TRABALHO E AÇÃO						434.226,64
1.248 - REFORMA DO MERCADO - GUIRAPÁ	100.000,00	105.500,00	111.302,50	117.424,14	0,00	434.226,64
Programa: 0007 - NOSSA TERRA, NOSSO ORGULHO						1.098.593,39
1.176 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO	253.000,00	266.915,00	281.595,33	297.083,06	0,00	1.098.593,39
Função: 24 - Comunicações						21.711,33
Subfunção: 722 - Telecomunicações						21.711,33
Programa: 0006 - TRABALHO E AÇÃO						21.711,33
1.184 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TV	5.000,00	5.275,00	5.565,12	5.871,21	0,00	21.711,33
Função: 25 - Energia						1.224.519,11
Subfunção: 752 - Energia Elétrica						1.224.519,11
Programa: 0006 - TRABALHO E AÇÃO						1.224.519,11
1.187 - IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	43.000,00	45.365,00	47.860,08	50.492,38	0,00	186.717,46
1.190 - IMPLANTAÇÃO DE ELETRIFICAÇÃO RURAL	198.000,00	208.890,00	220.378,95	232.499,79	0,00	859.768,74
2.188 - GESTÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	41.000,00	43.254,99	45.634,02	48.143,90	0,00	178.032,91
Função: 26 - Transporte						5.089.136,11
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário						5.089.136,11
Programa: 0006 - TRABALHO E AÇÃO						5.089.136,11
1.193 - CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, PONTES E PONTILHÕES	99.000,00	104.445,00	110.189,47	116.249,89	0,00	429.884,36
1.194 - EQUIPAMENTOS DO SETOR RODOVIÁRIO	219.000,00	231.045,00	243.752,47	257.158,86	0,00	950.956,33
1.222 - CONSTRUÇÃO DA RODOVIÁRIA MUNICIPAL	227.000,00	239.485,00	252.656,68	266.552,79	0,00	985.694,47

Página: 9/9

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA

Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 31/12/2017 (C)

Ação	2018	2019	2020	2021	VIr. Não Detalhado	Total
Função: 26 - Transporte						5.089.136,11
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário						5.089.136,11
Programa: 0006 - TRABALHO E AÇÃO						5.089.136,11
1.254 - RECUPERAÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO UMBURANA	200.000.00	211.000.00	222.605.00	234.848.28	0.00	868.453.28
2.197 - GESTÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E PONTES	427.000,00	450.484,98	475.261,65	501.401,04	0,00	1.854.147,67
Função: 27 - Desporto e Lazer						7.981.649,38
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário						7.981.649,38
Programa: 0008 - MOVIMENTAR						7.981.649,38
1.207 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS, QUADRAS DE ESPORTES E	175.000,00	184.625,00	194.779,38	205.492,24	0,00	759.896,62
1.208 - CONSTR. DE GINÁSIO POLIESPORTIVO	122.000,00	128.710,00	135.789,05	143.257,45	0,00	529.756,50
1.209 - CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DO POVOADO DE TABUA	422.129,84	445.346,98	469.841,06	495.682,32	0,00	1.833.000,20
1.243 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS EM MORRINHOS E RIACHO SECO	200.000,00	211.000,00	222.605,00	234.848,28	0,00	868.453,28
1.245 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA NO POVOADO DE COELHO	140.000,00	147.700,00	155.823,50	164.393,79	0,00	607.917,29
1.246 - REFORMAS DE QUADRAS DA BARRIGUDA, TANQUE E LAGOA DA	280.000,00	295.400,00	311.647,00	328.787,59	0,00	1.215.834,59
1.249 - COBERTURA E REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA - PAUS	122.000,00	128.710,00	135.789,05	143.257,45	0,00	529.756,50
1.252 - REFORMA E COBERTURA DA QUADRA - PÇA CARMELITA R. LADEIA	100.000,00	105.500,00	111.302,50	117.424,14	0,00	434.226,64
2.100 - PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	188.000,00	198.339,99	209.248,69	220.757,37	0,00	816.346,05
2.211 - GESTÃO DE QUADRAS E PRAÇAS DE ESPORTES	89.000,00	93.895,00	99.059,22	104.507,49	0,00	386.461,71
Função: 28 - Encargos Especiais						3.163.458,88
Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais						3.163.458,88
Programa: 0002 - GOVERNO LEGAL						3.163.458,88
0.001 - ENCARGOS ESPECIAIS - PASEP, SENTENÇAS E DÍVIDA PÚBLICA	700.351,76	738.871,11	779.509,01	822.382,01	0,00	3.041.113,89
0.002 - ENCARGOS ESPECIAIS - SENTENÇAS E DÍVIDA PÚBLICA	17.000,00	17.935,00	18.921,42	19.962,10	0,00	73.818,52
0.003 - ENCARGOS ESPECIAIS - SENTENÇAS E DÍVIDA PÚBLICA	11.175,38	11.790,02	12.438,47	13.122,60	0,00	48.526,47
Função: 99 - Reserva de Contingência						748.652,09
Subfunção: 999 - Reserva de Contingência						748.652,09
Programa: 0002 - GOVERNO LEGAL						748.652,09
9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	172.410,45	181.893,02	191.897,14	202.451,48	0,00	748.652,09
	47.178.009,00	49.772.799,42	52.510.302,81	55.398.369,82	0,00	204.859.481,05

Seleção: *PPA = 2; *Exercício = 2018; *Entidade (0-Consolidado) = 0; *Entidade(Cabeçalho) = 1

Anexo 2 da Lei 4.320/64

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

OGRAMAÇÃO DA RECEITA - RESUMO GERAL EXERCÍCIO DE 2018					
Programação 2018	Programação 2019	Programação 2020	Programação 2021	Conta	
45.121.595,03	47.603.282,74	50.221.462,91	52.983.643,23	1.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes
4.488.907,80	4.735.797,76	4.996.266,59	5.271.060,85	1.1.0.0.00.00.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
4.385.509,03	4.626.712,04	4.881.181,17	5.149.645,74	1.1.1.0.00.00.00.00.00	Impostos
596.197,57	628.988,44	663.582,80	700.082,53	1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos Sobre a Renda e Proventos de Qualquer I
596.197,57	628.988,44	663.582,80	700.082,53	1.1.1.3.03.00.00.00.00	Imposto Sobre a Renda - Retido na Fonte
496.197,57	523.488,44	552.280,30	582.658,39	1.1.1.3.03.11.00.00.00	Imposto Sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho -
100.000,00	105.500,00	111.302,50	117.424,14	1.1.1.3.03.41.00.00.00	Imposto Sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Re
3.734.590,02	3.939.992,48	4.156.692,04	4.385.307,04	1.1.1.8.00.00.00.00.00	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios
314.717,42	332.026,89	350.288,34	369.554,28	1.1.1.8.01.00.00.00.00	Impostos Sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municí
149.342,31	157.556,14	166.221,72	175.364,00	1.1.1.8.01.11.00.00.00	Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urba
5.156,32	5.439,92	5.739,11	6.054,76	1.1.1.8.01.12.00.00.00	Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urb
51.563,22	54.399,20	57.391,15	60.547,67	1.1.1.8.01.13.00.00.00	Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urb
5.156,32	5.439,92	5.739,11	6.054,76	1.1.1.8.01.14.00.00.00	Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urba
77.717,65	81.992,12	86.501,69	91.259,28	1.1.1.8.01.41.00.00.00	Imposto Sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Ime
5.156,32	5.439,92	5.739,11	6.054,76	1.1.1.8.01.42.00.00.00	Imposto Sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Ime
15.468,96	16.319,75	17.217,34	18.164,29	1.1.1.8.01.43.00.00.00	Imposto Sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Im-
5.156,32	5.439,92	5.739,11	6.054,76	1.1.1.8.01.44.00.00.00	Imposto Sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Im-
3.419.872,60	3.607.965,59	3.806.403,70	4.015.752,76	1.1.1.8.02.00.00.00.00	Impostos Sobre a Produção, circulação de Mercadoria
3.294.091,00	3.475.266,00	3.666.405,64	3.868.054,81	1.1.1.8.02.31.00.00.00	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - Princ
5.156,32	5.439,92	5.739,11	6.054,76	1.1.1.8.02.32.00.00.00	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multi
15.468,96	16.319,75	17.217,34	18.164,29	1.1.1.8.02.33.00.00.00	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívio
5.156,32	5.439,92	5.739,11	6.054,76	1.1.1.8.02.34.00.00.00	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívio
100.000,00	105.500,00	111.302,50	117.424,14	1.1.1.8.02.35.00.00.00	ISS - Simples Nacional
54.721,44	57.731,12	60.906,33	64.256,17	1.1.1.9.00.00.00.00.00	Outros Impostos
54.721,44	57.731,12	60.906,33	64.256,17	1.1.1.9.01.00.00.00.00	Outros Impostos
1.922,76	2.028,51	2.140,08	2.257,78	1.1.1.9.01.12.00.00.00	Outros Impostos - Multas e Juros
50.000,00	52.750,00	55.651,25	58.712,07	1.1.1.9.01.13.00.00.00	Outros Impostos - Dívida Ativa
2.798,68	2.952,61	3.115,00	3.286,32	1.1.1.9.01.14.00.00.00	Outros Impostos - Dívida Ativa - Multas e Juros
101.715,53	107.309,90	113.211,93	119.438,58	1.1.2.0.00.00.00.00.00	Taxas
87.657,47	92.478,64	97.564,96	102.931,03	1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia
87.657,47	92.478,64	97.564,96	102.931,03	1.1.2.1.01.00.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização
87.657,47	92.478,64	97.564,96	102.931,03	1.1.2.1.01.11.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principa
67.032,19	70.718,96	74.608,50	78.711,97	1.1.2.1.01.11.01.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest
10.312,64	10.879,84	11.478,23	12.109,53	1.1.2.1.01.11.02.00.00	Taxa de Utilização de Área de Domínio Público
10.312,64	10.879,84	11.478,23	12.109,53	1.1.2.1.01.11.03.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia
14.058,06	14.831,26	15.646,97	16.507,55	1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços
14.058,06	14.831,26	15.646,97	16.507,55	1.1.2.2.01.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços
14.058,06	14.831,26	15.646,97	16.507,55	1.1.2.2.01.11.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal
1.872,71	1.975,71	2.084,37	2.199,01	1.1.2.2.01.11.01.00.00	Taxa de Cemitérios
1.872,71	1.975,71	2.084,37	2.199,01	1.1.2.2.01.11.02.00.00	Taxa de Limpeza Pública
10.312,64	10.879,84	11.478,23	12.109,53		Outras Taxas de Prestação de Serviços
1.683,24	1.775,82	1.873,49	1.976,53	1.1.3.0.00.00.00.00.00	Contribuição de Melhoria
1.683,24	1.775,82	1.873,49	1.976,53	1.1.3.0.00.11.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Principal
14.128,80	14.905,88	15.725,71		1.2.0.0.00.00.00.00.00	Contribuições
3,222,99	3.400,25	3.587,27		1.2.1.0.00.00.00.00.00	Contribuições Sociais
3.222,99	3.400,25	3.587,27		1.2.1.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuições Sociais
3.222,99	3.400,25	3.587,27	3.784,57		Outras Contribuições Sociais - Principal
10.905,81	11.505,63	12.138,44		1.2.4.0.00.00.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminaç
10.905,81	11.505,63	12.138,44		1.2.4.0.00.11.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação
643.269,21	678.649,00	715.974,32			Receita Patrimonial
	678.649,00 678.649,00	715.974,32		1.3.0.0.00.00.00.00.00	
643.269,21				1.3.2.0.00.00.00.00.00	Valores Mobiliários
643.269,21	678.649,00	715.974,32	755.353,17		Juros e Correções Monetárias
634.937,25	669.858,78	706.700,64		1.3.2.1.00.11.00.00.00	REM. DE DEP. BANCÁRIOS - VINCULADOS À SAÚI
16.182,46	17.072,50	18.011,48	19.002,11		Remuneração de Rec. Saúde - Aplicação 15%
94.000,00	99.170,00	104.624,35		1.3.2.1.00.11.02.00.00	Remuneração de Rec. Saúde - Transferências SUS
1.000,00	1.055,00	1.113,02	1.174,24		Remuneração de Rec. Saúde - Convênios
1.000,00	1.055,00	1.113,02	1.174,24	1.3.2.1.00.11.04.00.00	Remuneração de Rec. Saúde - Operações de Crédito
138.057,47	145.650,60	153.661,35		1.3.2.1.00.11.52.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários Vinculados à

Seleção: *PPA = 2; *Exercício = 2018; *Entidade (0-Consolidado) = 0; *Entidade(Cabeçalho) = 1

126.600.00

120.000.00

133.563.00

Anexo 2 da Lei 4.320/64

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

ROGRAMAÇAC	DA RECEITA - F	RESUMO GERAL		EXERCÍCIO DE 2018			
Programação 2018	Programação 2019	Programação 2020	Programação 2021	Conta			
22.945,21	24.207,20	25.538,59	26.943,21	1.3.2.1.00.11.52.01.01	Remuneração de Recursos Educação - FUNDEB 40		
42.612,54	44.956,23	47.428,82	50.037,41	1.3.2.1.00.11.52.01.02	Remuneração de Recursos Educação - FUNDEB 60		
5.362,58	5.657,52	5.968,68	6.296,95	1.3.2.1.00.11.52.02.00	Remuneração de Receita da Educação - QSE		
35.000,00	36.924,98	38.955,85	41.098,44	1.3.2.1.00.11.52.03.00	Remuneração de Receita da Educação - Convênios		
20.000,00	21.099,99	22.260,46	23.484,79	1.3.2.1.00.11.52.04.00	Remuneração de Receita da Educação - FNDE		
1.000,00	1.055,00	1.113,03	1.174,24	1.3.2.1.00.11.52.05.00	Remuneração de Receita da Educação - Operações		
11.137,14	11.749,68	12.395,92	13.077,69	1.3.2.1.00.11.52.06.00	Remuneração de Recursos da Educação - MDE 25%		
57.000,00	60.135,03	63.442,14	66.931,70		Rem. de Dep. Bancários - Vinculados a Assistência S		
54.000,00	56.970,00	60.103,12	63.408,99	1.3.2.1.00.11.54.01.00	Rem. de Rec. Assistência Social - Transferência FNA		
1.000,00	1.055,00	1.113,02	1.174,24		Rem. de Rec. Assist. Social - Recursos Próprios		
1.000,00	1.055,00	1.113,02	1.174,24	1.3.2.1.00.11.54.03.00	Rem. de Rec. Assist. Social - Transferências FEAS		
1.000,00	1.055,03	1.112,98	1.174,23				
					Rem. de Rec. Assist. Social - Convênios		
90.000,00	94.950,00	100.172,25		1.3.2.1.00.11.55.00.00	Rem. de Dep. Bancários - Convênios Diversos		
90.000,00	94.950,00	100.172,25		1.3.2.1.00.11.55.01.00	Remuneração de Rec. Convênios Diversos		
7.697,32	8.120,65	8.567,28	9.038,49	1.3.2.1.00.11.56.00.00	Re. de Dep. Bancários - Demais Recursos Vinculados		
1.000,00	1.054,99	1.113,02	1.174,24		Remuneração de Rec. Vinculados - Royalties/FEP		
1.597,32	1.685,16	1.777,85	1.875,63	1.3.2.1.00.11.56.02.00	Remuneração de Rec. Vinculados - CIDE		
3.000,00	3.164,99	3.339,07	3.522,72	1.3.2.1.00.11.56.03.00	Remuneração de Rec. Vinculados - FIES		
1.000,00	1.055,00	1.113,02	1.174,24	1.3.2.1.00.11.56.04.00	Remuneração de Rec. Vinculados - Operações de C		
1.000,00	1.055,01	1.113,02	1.174,24	1.3.2.1.00.11.56.05.00	Remuneração de Rec. Vinculados - Alienação de Ber		
100,00	105,50	111,30	117,42	1.3.2.1.00.11.56.06.00	Remuneração de Rec. Vinculados - FCBA		
230.000,00	242.650,00	255.995,75	270.075,52	1.3.2.1.00.11.57.00.00	Rem. de Dep. Bancários - Rec. Não Vinc.		
230.000,00	242.650,00	255.995,75	270.075,52	1.3.2.1.00.11.57.01.00	Remuneração de Recursos Não Vinculados		
8.331,96	8.790,22	9.273,68	9.783,73	1.3.2.1.00.51.00.00.00	Juros de Títulos de Renda - Principal		
650.000,00	685.750,00	723.466,25	763.256,89	1.6.0.0.00.00.00.00.00	Receita de Serviços		
650.000,00	685.750,00	723.466,25	763.256,89	1.6.3.0.00.00.00.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Saúde		
650.000,00	685.750,00	723.466,25	763.256,89	1.6.3.0.01.00.00.00.00	Serviços de Atendimento à Saúde		
650.000,00	685.750,00	723.466,25	763.256,89		Serviços de Atendimento à Saúde - Principal		
38.881.289,22	41.019.760,10	43.275.846,94	45.656.018,53	1.7.0.0.00.00.00.00.00	Transferências Correntes		
24.407.710,30	25.750.134,34	27.166.391,77	28.660.543,33	1.7.1.0.00.00.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		
24.407.710,30	25.750.134,34	27.166.391,77	28.660.543,33	1.7.1.8.00.00.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M		
17.913.340,75	18.898.574,49	19.937.996,09	21.034.585,88	1.7.1.8.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União		
17.897.037,12	18.881.374,16	19.919.849,74	21.015.441,48	1.7.1.8.01.21.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios -		
16.303,63	17.200,33	18.146,35	19.144,40	1.7.1.8.01.51.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territoria		
238.260,94	251.365,29	265.190,38	279.775,85	1.7.1.8.02.00.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Explo		
173.321,47	182.854,15	192.911,13	203.521,24		Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Pri		
64.939,47	68.511,14	72.279,25	76.254,61		Outras Transferências decorrentes de Compensação		
2.690.028,40	2.837.979,95	2.994.068,86		1.7.1.8.03.00.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd		
2.690.028,40	2.837.979,95	2.994.068,86	3.158.742,67		Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúo		
36.300,00	38.296,50	40.402,81			BLOCO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
36.300,00	38.296,50	40.402,81		1.7.1.8.03.11.51.01.00	Assistência Farmacêutica		
1.970.375,81	2.078.746,47	2.193.077,53	2.313.696,81	1.7.1.8.03.11.52.00.00	BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA		
576.840,17	608.566,38	642.037,53	677.349,59	1.7.1.8.03.11.52.01.00	ACS - Agentes Comunitários da Saúde		
453.199,51	478.125,48	504.422,38	532.165,62	1.7.1.8.03.11.52.02.00	PAB Fixo		
54.450,76	57.445,55	60.605,06	63.938,34	1.7.1.8.03.11.52.03.00	PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso e da Qual		
206.974,77	218.358,38	230.368,09	243.038,34	1.7.1.8.03.11.52.04.00	SB- Saúde Bucal		
678.910,60	716.250,68	755.644,47	797.204,92	1.7.1.8.03.11.52.05.00	PSF - Saúde da Família		
162.424,15	171.357,48	180.782,14	190.725,16	1.7.1.8.03.11.54.00.00	BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBULAT. E		
162.424,15	171.357,48	180.782,14	190.725,16	1.7.1.8.03.11.54.01.00	Samu - Serviço de Atendimento Móvel as Urgências		
119.142,14	125.694,95	132.608,18	139.901,64	1.7.1.8.03.11.55.00.00	BLOCO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
94.766,97	99.979,15	105.478,01		1.7.1.8.03.11.55.01.00	Piso Fixo - Vigilância em Saúde		
12.000,00	12.660,00	13.356,30			Incentivos - Vigilância em Saúde		
12.375,17	13.055,80	13.773,87		1.7.1.8.03.11.55.03.00	Piso Fixo - Vigilância Sanitária		
401.786,30	423.884,55	447.198,20		1.7.1.8.03.11.99.00.00	Outras Transferências do SUS		
408.000,00	430.440,00				Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Ass		
		454.114,20		1.7.1.8.04.00.00.00.00			
408.000,00	430.440,00	454.114,20	479.090,48		Transferências de Recursos do Fundo Nacional de As		
150.000,00	158.250,00	166.953,75	176.136,21		Bloco Proteção Social Básica		
150.000,00	158.250,00	166.953,75	176.136,21	1.7.1.8.04.11.01.01.00	Piso Básico Fixo - PAIF/CRAS		
132.000,00	139.260,00	146.919,30	154.999,86	1.7.1.8.04.11.02.00.00	Bloco de Gestão		
100 000 00	100 000 00	100 500 00	440.000.00	1 7 1 0 0 1 11 00 0 1 7 7			

Rua Ana Angélica | 175 | Centro | Pindaí-Ba

140.908,96 1.7.1.8.04.11.02.01.00

IGD- Bolsa Família

Seleção: *PPA = 2; *Exercício = 2018; *Entidade (0-Consolidado) = 0; *Entidade(Cabeçalho) = 1

Anexo 2 da Lei 4.320/64

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

10010 000 19710	DA NECELIA - N	ESUMO GERAL	EXERCÍCIO DE 2018		
rogramação 2018	Programação 2019	Programação 2020	Programação 2021	Conta	
12.000,00	12.660,00	13.356,30	14.090,90	1.7.1.8.04.11.02.02.00	IGD - SUAS
126.000,00	132.930,00	140.241,15	147.954,41	1.7.1.8.04.11.99.00.00	Outras Transferências do FNAS
1.227.039,30	1.294.526,46	1.365.725,43	1.440.840,32	1.7.1.8.05.00.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Des
371.255,20	391.674,24	413.216,32	435.943,22	1.7.1.8.05.11.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal
7.000,00	7.385,00	7.791,18	8.219,69	1.7.1.8.05.21.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progra
300.000,00	316.500,00	333.907,50	352.272,41	1.7.1.8.05.31.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progra
305.557,15	322.362,79	340.092,75	358.797,85		Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progra
243.226,95	256.604,43	270.717,68	285.607,15		Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do I
63.214,72	66.691,53	70.359,56	74.229,34	1.7.1.8.06.00.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.
63.214,72	66.691,53	70.359,56	74.229,34		Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L
1.694.777,73	1.787.990,50	1.886.329,99		1.7.1.8.10.00.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entid
299.995,20	316.494,94	333.902,16	352.266,78		Transferências de Convênios da União para o Sistema
201.295,53	212.366,78	224.046,96	236.369,54	1.7.1.8.10.21.00.00.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a l
170.912,00	180.312,16	190.229,33	200.691,94	1.7.1.8.10.31.00.00.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a l
1.022.575,00	1.078.816,62	1.138.151,54	1.200.749,87		Outras Transferências de Convênios da União - Princi
173.048,46	182.566,12	192.607,26	203.200,66		Outras Transferências da União
173.048,46	182.566,12	192.607,26	203.200,66		Outras Transferências da União - Principal
4.122.750,74	4.349.502,03	4.588.724,63	4.841.104,49		Transferências dos Estados e do Distrito Federal e
4.122.750,74	4.349.502,03	4.588.724,63	4.841.104,49		Transferências dos Estados - Específica E/M
3.081.280,60	3.250.751,04	3.429.542,33	3.618.167,17	1.7.2.8.01.00.00.00.00	Participação na Receitas dos Estados
2.670.522,91	2.817.401,67	2.972.358,76	3.135.838,49	1.7.2.8.01.11.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal
187.064,84	197.353,41	208.207,84	219.659,27	1.7.2.8.01.21.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal
70.264,93	74.129,50	78.206,62	82.507,99	1.7.2.8.01.31.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal
55.593,75	58.651,41	61.877,23	65.280,48	1.7.2.8.01.41.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domín
97.834,17	103.215,05	108.891,88	114.880,94	1.7.2.8.01.51.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados - Princip
75.401,97	79.549,08	83.924,28	88.540,11	1.7.2.8.01.51.01.00.00	Cota parte do Fundo de Invest. Econo. e Social - FIE
22.432,20	23.665,97	24.967,60	26.340,83		FCBA - Fundo de Cultura de Bahia
35.427,35	37.375,85	39.431,53	41.600,26	1.7.2.8.02.00.00.00.00	Transferência da Cota-parte da Compensação Finance
35.427,35	37.375,85	39.431,53	41.600,26	1.7.2.8.02.21.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos
254.088,42	268.063,28	282.806,76	298.361,13	1.7.2.8.03.00.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas
254.088,42	268.063,28	282.806,76	298.361,13	1.7.2.8.03.11.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PA
92.813,80	97.918,56	103.304,08	108.985,80	1.7.2.8.03.11.01.00.00	PSF Estado - Saúde da Família
37.125,52	39.167,42	41.321,63	43.594,32	1.7.2.8.03.11.02.00.00	SAMU Estado - Serviço de Atendimento Móvel de Ur
124.149,10	130.977,30	138.181,05	145.781,01	1.7.2.8.03.11.04.00.00	Outras Transf. do Estado - SUS
670.912,00	707.812,16	746.741,83	787.812,63	1.7.2.8.10.00.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito
170.912,00	180.312,16	190.229,33	200.691,94		Transferências de Convênio dos Estados para o Siste
310.000,00	327.050,00	345.037,75	364.014,83		Transferências de Convênio dos Estados Destinadas
190.000,00	200.450,00	211.474,75	223.105,86	1.7.2.8.10.91.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Pri
81.042,37	85.499,70	90.202,18	95.163,30	1.7.2.8.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados
81.042,37	85.499,70	90.202,18	95.163,30	1.7.2.8.99.11.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal
71.042,37	74.949,70	79.071,93	83.420,89		FEAS - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
13.922,07	14.687,78	15.495,61		1.7.2.8.99.11.01.01.00	Piso Básico Fixo - CRAS/PAIF
15.557,08	16.412,72	17.315,42		1.7.2.8.99.11.01.02.00	Piso Básico Variável - SCFV
41.563,22	43.849,20	46.260,90	48.805,25		Outras Transferências do FEAS
10.000,00	10.550,00	11.130,25		1.7.2.8.99.11.02.00.00	Outros Transf. dos Estados
10.350.828,18	10.920.123,73	11.520.730,54	12.154.370,71	1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas
10.350.828,18	10.920.123,73	11.520.730,54	12.154.370,71	1.7.5.8.00.00.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Es
10.350.828,18	10.920.123,73	11.520.730,54	12.154.370,71	1.7.5.8.01.00.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção
7.577.524,41	7.994.288,25	8.433.974,11	8.897.842,68	1.7.5.8.01.11.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção
2.773.303,77	2.925.835,48	3.086.756,43		1.7.5.8.01.21.00.00.00	Transferências de Recursos da Complementação da
444.000,00	468.420,00	494.183,10		1.9.0.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes
15.000,00	15.825,00	16.695,38	17.613,62	1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais
15.000,00	15.825,00	16.695,38	17.613,62	1.9.1.0.07.00.00.00.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas
15.000,00	15.825,00	16.695,38	17.613,62	1.9.1.0.07.11.00.00.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principa
72.000,00	75.960,00	80.137,80	84.545,38	1.9.2.0.00.00.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos
2.000,00	2.110,00	2.226,05	2.348,48	1.9.2.1.00.00.00.00.00	Indenizações
2.000,00	2.110,00	2.226,05	2.348,48	1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações - Principal
2.000,00	2.110,00	2.226,05	2.348,48	1.9.2.1.99.11.00.00.00	Outras Indenizações - Principal
70.000,00	73.850,00	77.911,75		1.9.2.2.00.00.00.00.00	·

Seleção: *PPA = 2; *Exercício = 2018; *Entidade (0-Consolidado) = 0; *Entidade(Cabeçalho) = 1

Anexo 2 da Lei 4.320/64

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

KUGKAMAÇAC	DA RECEITA - R	ESUMO GERAL	EXERCÍCIO DE 2018		
rogramação 2018	Programação 2019	Programação 2020	Programação 2021	Conta	
70.000,00	73.850,00	77.911,75	82.196,90	1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições
70.000,00	73.850,00	77.911,75	82.196,90	1.9.2.2.99.11.00.00.00	Outras Restituições - Principal
357.000,00	376.635,00	397.349,92	419.204,17	1.9.9.0.00.00.00.00.00	Demais Receitas Correntes
357.000,00	376.635,00	397.349,92	419.204,17	1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas
300.000,00	316.500,00	333.907,50	352.272,41	1.9.9.0.99.11.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal
5.000,00	5.275,00	5.565,12	5.871,21	1.9.9.0.99.12.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros
50.000,00	52.750,00	55.651,25	58.712,07	1.9.9.0.99.13.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa
2.000,00	2.110,00	2.226,05	2.348,48	1.9.9.0.99.14.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e J
-4.180.881,63	-4.410.830,11	-4.653.425,77	-4.909.364,19	9.0.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADO
-4.180.881,63	-4.410.830,11	-4.653.425,77	-4.909.364,19	9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas Correntes
-4.180.881,63	-4.410.830,11	-4.653.425,77	-4.909.364,19	9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	(R)Deduções Receita Transfêrencia Corrente
-3.595.311,09	-3.793.053,20	-4.001.671,12	-4.221.763,03	9.1.7.1.0.00.00.00.00.00	(R)Dedução das Transferencias da União e de Suas
-3.595.311,09	-3.793.053,20	-4.001.671,12	-4.221.763.03	9.1.7.1.8.00.00.00.00.00	(R)Deduções das Transferencias da União - Específ
-3.582.668,15	-3.779.714,90	-3.987.599,21		9.1.7.1.8.01.00.00.00.00	(R)Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB
-3.579.407,42	-3.776.274,83	-3.983.969,94		9.1.7.1.8.01.21.00.00.00	(R)Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB
-3.260,73	-3.440,07	-3.629,27		9.1.7.1.8.01.51.00.00.00	(R)Dedução de Receita para a Formação do FUNDEE
-12.642,94	-13.338,30	-14.071,91		9.1.7.1.8.06.00.00.00	(R)Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB
-12.642,94	-13.338,30	-14.071,91		9.1.7.1.8.06.11.00.00.00	(R)Dedução de Receita para a Formação do FUNDES
-585.570,54	-617.776,91	-651.754,65		9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	(R)Dedução de Transferencias dos Estados e do Dis
-585.570,54	-617.776,91	-651.754,65		9.1.7.2.8.00.00.00.00.00	(R)Dedução de Receita para a Formação do FUNDE
-585.570,54	-617.776,91	-651.754,65		9.1.7.2.8.01.00.00.00.00	(R)Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB
-534.104,58 -37.412,97	-563.480,33 -39.470,68	-594.471,75 -41.641,57		9.1.7.2.8.01.11.00.00.00 9.1.7.2.8.01.21.00.00.00	(R)Dedução de Receita para a Formação do FUNDEE (R)Dedução de Receita para a Formação do FUNDEE
-14.052,99	-14.825,90	-15.641,33		9.1.7.2.8.01.31.00.00.00	(R)Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB
40.940.713,40	43.192.452,63	45.568.037,14	48.074.279,04	Total deste grupo	
6.237.295,60	6.580.346,88	6.942.265,88	7.324.090,48		Receitas de Capital
275.669,43	290.831,25	306.826,97	323.702,45		Operações de Crédito
275.669,43	290.831,25	306.826,97	323.702,45		Operações de Crédito - Mercado Interno
262.869,43	277.327,25	292.580,25	308.672,16		Operações de Crédito - Mercado Interno - Estados/I
262.869,43	277.327,25	292.580,25	308.672,16	2.1.1.8.01.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas de Estados/DF/Municíp
181.594,00	191.581,67	202.118,66	213.235,19	2.1.1.8.01.11.00.00.00	Operações de Crédito Internas para Programas de Ed
81.275,43	85.745,58	90.461,59	95.436,97	2.1.1.8.01.21.00.00.00	Operações de Crédito Internas para Programas de Sa
12.800,00	13.504,00	14.246,72	15.030,29	2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno
12.800,00	13.504,00	14.246,72	15.030,29	2.1.1.9.00.11.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Prin
63.701,00	67.204,55	70.900,81	74.800,35	2.2.0.0.00.00.00.00.00	Alienação de Bens
32.248,96	34.022,65	35.893,90	37.868,06	2.2.1.0.00.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis
32.248,96	34.022,65	35.893,90	37.868,06	2.2.1.3.00.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes
32.248,96	34.022,65	35.893,90	37.868,06	2.2.1.3.00.11.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal
31.452,04	33.181,90	35.006,91	36.932,29	2.2.2.0.00.00.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis
31.452,04	33.181,90	35.006,91	36.932,29	2.2.2.0.00.11.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Principal
5.897.925,17	6.222.311,08	6.564.538,10	6.925.587,68	2.4.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Capital
4.219.956,88	4.452.054,53	4.696.917,45	4.955.247,89	2.4.1.0.00.00.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades
4.219.956,88	4.452.054,53	4.696.917,45	4.955.247,89	2.4.1.8.00.00.00.00.00	Transferências da União
397.056,49	418.894,62	441.933,75	466.240,10	2.4.1.8.03.00.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saú-
397.056,49	418.894,62	441.933,75	466.240,10	2.4.1.8.03.11.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saú
3.821.212,63	4.031.379,32	4.253.105,18	4.487.025,95		Transferência de Convênios da União e de suas Entida
213.640,00	225.390,20	237.786,66	250.864,91		Transferências de Convênio da União para o Sistema
175.413,80	185.061,56	195.239,94	205.978,14		Transferências de Convênio da União destinadas a Pr
3.432.158,83	3.620.927,56	3.820.078,58	4.030.182,90		Outras Transferências de Convênios da União - Princi
1.687,76	1.780,59	1.878,52	1.981,84		Outras Transferências da União
1.687,76	1.780,59	1.878,52	1.981,84		Outras Transferências da União - Principal
1.677.968,29	1.770.256,55	1.867.620,65	1.970.339,79		Transferências dos Estados e do Distrito Federal e o
1.677.968,29	1.770.256,55	1.867.620,65	1.970.339,79		Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de s
1.677.968,29	1.770.256,55	1.867.620,65	1.970.339,79		Transferências dos Estados, Distrito rederal, e de s Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito
288.414,00	304.276,77	321.011,99	338.667,65		Transferências de Convênios dos Estados para o Siste
133.186,29	140.511,54	148.239,67	156.392,85		Transferências de Convênios dos Estados destinadas

Seleção: *PPA = 2; *Exercício = 2018; *Entidade (0-Consolidado) = 0; *Entidade(Cabeçalho) = 1

Anexo 2 da Lei 4.320/64

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL PINDAI

PROGRAMAÇÃO DA RECEITA - RESUMO GERAL				EXERCICIO DE 2018		
Programação 2018	Programação 2019	Programação 2020	Programação 2021	Conta		
1.256.368,00	1.325.468,24	1.398.368,99	1.475.279,29	2.4.2.8.10.91.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Princip;*	
6.237.295,60	6.580.346,88	6.942.265,88	7.324.090,48	Total deste grupo		
47.178.009,00	49.772.799,51	52.510.303,02	55.398.369,52	Total da Receita		

Lei



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Ana Angélica, 75, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

LEI Nº 416, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Especial na LOA para o exercício de 2017 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINDAÍ, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial na LOA 2017 Lei nº 392/2016, de 29 de dezembro de 2016, na Unidade 02.05 - Fundo Municipal de Saúde, classificação funcional-programática: 10.301.004.2.007 no valor de R\$ 70.764,76 (setenta mil, setecentos e sessenta e quatro reais e setenta e seis centavos), criando os elementos de despesas a seguir:

Elementos de Despesa:

Total	R\$	70.764.76
337170 Rateio pela Participação em Consórcio	R\$	30.835,03
317170 Rateio pela Participação em Consórcio	R\$	39.929,73

Art. 2º As despesas decorrentes da abertura do credito especial de que trata o art. 1º, desta Lei serão cobertas com recursos de que trata o art. 43, § 1º e Incisos I, II e III da Lei 4.320/64.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PINDAÍ, BAHIA, em 28 de dezembro de 2017.

Portaria



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Ana Angélica, 75, Centro – CEP: 46360-000 – PINDAI/BA – Fone 773667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

> PORTARIA GAB Nº 075/2017, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PINDAÍ, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e constitucionais.

RESOLVE:

Nomear a partir desta data, a **COMISSÃO PARA LEVANTAMENTO DE CAIXA E BANCO**, com a finalidade de verificar os valores em Caixa e Bancos das Contas da Prefeitura Municipal de Pindaí, Estado da Bahia, em 31 de dezembro de 2017, constituída pelos seguintes servidores:

Controle Interno: Reginaldo Pereira de Carvalho

Tesoureiro: lara Quele Gomes

Setor de Patrimônio: Isabel Cristina Carvalho Da Silva Ribeiro

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PINDAÍ, ESTADO DA BAHIA, em 28 de dezembro de 2017.

Prefeito

Portaria



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Ana Angélica, 75, Centro – CEP: 46360-000 – PINDAI/BA – Fone 773667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

> PORTARIA GAB Nº 076/2017, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

> > "Concede Licença interesse Particular e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PINDAÍ, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e Estatuto do Servidor Público Municipal de Pindaí e,

CONSIDERANDO o requerimento de direitos e vantagens feito pelo Srº.Fredmar Lacerda Araújo, com a função de Vigilância Sanitária, Carga Horaria de 40h, efetivo, matricula nº 52, solicitando licença interesse particular;

CONSIDERANDO que a solicitação tem fundamento no artigo 78, caput, do Estatuto do Servidor Público do Município de Pindaí,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença por Interesse Particular o**Srº.FREDMAR LACERDA ARAÚJO**, com a função de Vigilância Sanitária, no período compreendido entre os dias 02 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PINDAÍ, ESTADO DA BAHIA, em 28 de dezembro de 2017.

Prefeito

Pregão Presencial



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ

E S T A D OD A BA H I A CNPJ/MF sobo no. 13.982.624/0001-01 COMISSÃO CENTRALPERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/PMP

DECLARAÇÃO DE PUBLICIDADE

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 013/2017

A comissão permanente de Licitações do Município de Pindaí- BA, com fulcro Lei N.º 8.666/93 e alterações posteriores, torna públicopara o conhecimento dos interessadoso CANCELAMENTO, da Tomada de Preços n.º 013/2017, que ocorreria dia 03/01/2018, às 08:00 horas, cujo objeto é contratação de empresa de engenharia especializada, visando a construção de uma ponte no Bairro Jonas Fernandes, neste município, incluindo material, mão – de – obra e equipamentos, em conformidade com o Projeto Executivo, sob o regime de empreitada indireta, por menor preço global, tendo em vista inconsistências na planilha orçamentária que integra o edital. Pindaí – BA, 28 de Dezembrode 2018. Erica de Jesus Pereira – Presidente.

Termo Aditivo

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Termo aditivo nº **001** ao contrato administrativo n.º **013/2017**. Processo Administrativo nº 009/2017 Locatária: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ**. Locador: **MARSUÉLIO GOMES ARANHA**. OBJETO: Prorrogar o prazo contido na Cláusula Quarta do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 02/04/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Vigência: **02/01/2018** a **02/04/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**.

Termo aditivo nº **001** ao contrato de administrativo n.º **026/2017**. Processo Administrativo nº 66/2017Locatária: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ**. Locador: **ZEMILTON PEREIRA DOS SANTOS**. OBJETO: Prorrogar o prazo contido na Cláusula Segunda do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 02/07/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais). Vigência: **02/01/2018 a 02/07/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**.

Termo aditivo nº **001** ao contrato administrativo nº **027/2017**. Processo Administrativo nº 67/2017 Locatária: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ**. Locador: **ANTONIEL CAIRES ARANHA**. OBJETO: Prorrogar o prazo contido na Cláusula Segunda do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 02/07/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais). Vigência: **02/01/2018** a **02/07/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**.

Termo aditivo nº **001** ao contrato administrativo nº **029/2017**. Processo Administrativo nº 59/2017 Locatária: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ**. Locador: **DAMIÃO DE CASTRO**. OBJETO: Prorrogar o prazo contido na Cláusula Segunda do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 31/12/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 1.000,00 (um mil reais) Vigência: **02/01/2018** a **31/12/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**.

Termo aditivo nº **001** ao contrato administrativo nº **030/2017**. Processo Administrativo nº 58/2017 Locatário: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**. Locador: **CLEMENTE PEREIRA NETO**. OBJETO: Prorrogar o prazo contido na Cláusula Segunda do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 31/12/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais). Vigência: **02/01/2018 a 31/12/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**.

Termo aditivo nº **001** ao contrato administrativo nº **031/2017**. Processo Administrativo nº 57/2017 Locatária: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ**. Locador: **CLEMENTE PEREIRA NETO**. OBJETO: Prorrogar o prazo contido na Cláusula Segunda do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 31/12/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 830,00 (oitocentos e trinta reais). Vigência: **02/01/2018** a **31/12/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**.

Termo aditivo nº **001** ao contrato de administrativo nº **032/2017**. Processo Administrativo nº 61/2017 Locatária: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ**. Locadora: **MARIA DO SOCORRO PEDROSO LEAL.** OBJETO: prorrogar o prazo contido na Cláusula Segunda do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 02/07/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais). Vigência: **02/01/2018 a 02/07/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**.

Termo aditivo nº **001** ao contrato administrativo nº **033/2017**. Processo Administrativo nº **60/2017** Locatário: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**. Locador: **EUNILDO DUARTE CASTRO**. OBJETO: prorrogar o prazo contido na Cláusula Segunda do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 31/12/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 1.000,00 (um mil reais). Vigência: **02/01/2018** a **31/12/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**.

Termo aditivo nº **001** ao contrato administrativo nº **034/2017**. Processo Administrativo nº 62/2017 Locatária: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**. Locadora: **MARIA PRATES DE**

CASTRO GUIMARÃES. OBJETO: prorrogar o prazo contido na Cláusula Segunda do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 31/12/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 531,00 (quinhentos e trinta e um reais). Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018 Data da assinatura: 28/12/2017.

Termo aditivo nº **001** ao contrato administrativo nº **035/2017**. Processo Administrativo nº 63/2017 Locatária: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**. Locador: **WAGNER LUIZ COTRIM RODRIGUES**. OBJETO: prorrogar o prazo contido na Cláusula Segunda do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 02/03/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 700,00 (setecentos reais) Vigência: **02/01/2018 a 02/03/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**.

Termo aditivo nº **001** ao contrato de administrativo nº **038/2017**. Processo Administrativo nº 70/2017 Locatária: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ**. Locador: **DAMIÃO DE CASTRO**. OBJETO: prorrogar o prazo contido na Cláusula Segunda do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 31/12/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor mensal: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) Vigência: **02/01/2018 a 31/12/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**.

Termo aditivo nº **001** ao contrato administrativo nº **041/2017.** Processo Administrativo nº 85/2017 Locatária: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ**. Locador: **CARLOS ARAUJO SANTOS.** OBJETO: prorrogar o prazo contido na Cláusula Segunda do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 02/07/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 800,00 (oitocentos reais) Vigência: **02/01/2018** a **02/07/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**.

Termo aditivo nº **001** ao contrato administrativo nº **042/2017**. Locatária: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ**. Locador: **IMOBILIÁRIA CAETITÉ LTDA ME.** OBJETO: prorrogar o prazo contido na Cláusula Terceira do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 31/12/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e

Diário Oficial do **Município** 073

Prefeitura Municipal de Pindaí

alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018 Data da assinatura: 28/12/2017.

Termo aditivo nº 001 ao contrato administrativo nº 043/2017. Processo Administrativo nº 86/2017 Locatária: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ. Locador: JOÃO BATISTA FIALHO. OBJETO: prorrogar o prazo contido na Cláusula Segunda do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 02/07/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor mensal: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) Vigência: 02/01/2018 a 02/07/2018 Data da assinatura: 28/12/2017.

Termo aditivo nº 001 ao contrato administrativo nº 050/2017. Processo Administrativo nº 117/2017 Locatária: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ. Locador: LUCIANO PEREIRA DE AZEVEDO. OBJETO: prorrogar o prazo contido na Cláusula Segunda do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 31/12/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor mensal: R\$ 900,00 (novecentos reais). Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018 Data da assinatura: 28/12/2017.

Termo aditivo nº 001 ao contrato administrativo n.º 065/2017. Processo Administrativo nº 44/2017 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ. Contratada: MENDEL SERVIÇOS EM CONSTRUÇÕES LTDA - EPP. OBJETO: prorrogar o prazo contido na Cláusula Sexta do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 31/12/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018 Data da assinatura: 28/12/2017.

Termo aditivo nº 001 ao contrato administrativo nº 069/2017. Processo Administrativo nº 199/2017 Locatária: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ. Locador: WOCTON CHAISON DAVID GOMES. OBJETO: prorrogar o prazo contido na Cláusula Segunda do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 02/07/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 700,00 (setecentos reais) Vigência: 02/01/2018 a 02/07/2018 Data da assinatura: 28/12/2017.

Termo aditivo nº 001 ao contrato administrativo n.º 085/2017. Processo Administrativo nº 173/2017 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: JS LIMA ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS ME. OBJETO: prorrogar o prazo contido na Cláusula Quinta do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 02/07/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 3.366,00 (três mil, trezentos e sessenta e seis). Vigência: 02/01/2018 a 02/07/2018 Data da assinatura: 28/12/2017.

Termo aditivo nº 001 ao contrato administrativo n.º 086/2017. Processo Administrativo nº 149/2017 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: MARCOS VANE SANTOS FARIAS - ME. OBJETO: prorrogar o prazo contido na Cláusula Quinta do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 31/12/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 4.620,00 (quatro mil, seiscentos e vinte reais). Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018 Data da assinatura: 28/12/2017.

Termo aditivo nº 001 ao contrato administrativo n.º 088/2017. Processo Administrativo nº 211/2017 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ. Contratada: STAF TECNOLOGIA LTDA. OBJETO: prorrogar o prazo contido na Cláusula Terceira do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 31/12/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 11.230,00 (onze mil, duzentos e trinta reais) Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018 Data da assinatura: 28/12/2017.

Termo aditivo nº 001 ao contrato administrativo n.º 089/2017. Processo Administrativo nº 211/2017 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: AQUALIS INFORMÁTICA LTDA ME. OBJETO: prorrogar o prazo contido na Cláusula Terceira do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 31/12/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: 8.264,00 (oito

mil, duzentos e sessenta e quatro reais). Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018 Data da assinatura: 28/12/2017.

Termo aditivo nº **001** ao contrato administrativo n.º **097/2017**. Processo Administrativo nº 160/2017 Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ**. Contratada: **JULIANO ARAUJO FERREIRA - ME**. OBJETO: prorrogar o prazo contido na Cláusula Terceira do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 31/12/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 4.629,08(quatro mil, seiscentos e vinte e nove reais e oito centavos). Vigência: **02/01/2018** a **31/12/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**

Termo aditivo nº **001** ao contrato administrativo n.º **101/2017.** Processo Administrativo nº 229/2017 Contratante: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.** Contratada: **AQUALIS INFORMÁTICA LTDA ME.** OBJETO: prorrogar o prazo contido na Cláusula Terceira do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 31/12/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 3.575,00 (três mil, quinhentos e setenta e cinco reais) Vigência: **02/01/2018 a 31/12/2018** Data da assinatura: **28/12/2017.**

Termo aditivo nº **001** ao contrato administrativo nº **103/2017**. Processo Administrativo nº 282/2017 Locatária: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ**. Locador: **ELIZEU RODRIGUES DOS SANTOS**. OBJETO: prorrogar o prazo contido na Cláusula Segunda do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 02/07/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) Vigência: **02/01/2018 a 02/07/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**.

Termo aditivo nº **001** ao contrato administrativo n.º **104/2017.** Processo Administrativo nº 252/2017 Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ**. Contratada: **PROCEDE BAHIA PROCESSAMENTO E CERTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS LTDA ME**. OBJETO: prorrogar o prazo contido na Cláusula Terceira do Contrato Original, tendo

duração a partir de 02/01/2018 até 30/06/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) Vigência: 02/01/2018 a 30/06/2018 Data da assinatura: 28/12/2017

Termo aditivo nº **001** ao contrato administrativo n.º **108/2017**. Processo Administrativo nº 231/2017 Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ**. Contratada: **ISIS CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA ME**. OBJETO: prorrogar o prazo contido na Cláusula Segunda do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 02/07/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Vigência: **02/01/2018** a **02/07/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**

Termo aditivo nº **001** ao contrato administrativo n.º **109/2017**. Processo Administrativo nº 228/2017 Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ**. Contratada: **SEVIA CONSTRUTORA LTDA EPP.** OBJETO: prorrogar o prazo contido na Cláusula Terceira do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 02/04/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Vigência: **02/01/2018 a 02/04/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**

Termo aditivo nº **001** ao contrato administrativo n.º **114/2017.** Processo Administrativo nº 317/2017 Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ**. Contratada: **DIOGENES FERNANDES BALEEIRO TOPOGRAFIAS -ME**. OBJETO: prorrogar o prazo contido na Cláusula Terceira do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 31/12/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Vigência: **02/01/2018 a 31/12/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**.

Termo Aditivo

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS- CONTRATOS CREDENCIAMENTO

Termo aditivo nº **001** ao contrato de credenciamento nº **56/2017**. Credenciamento nº 005/2017 Processo Administrativo nº 148/2017. CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**. Contratada: **PAULA DOS SANTOS PORTO ME**. OBJETO: Prorrogar o prazo contido na Cláusula Sexta do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 02/03/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais) Vigência: **02/01/2018 a 02/03/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**.

Termo aditivo nº **001** ao contrato de credenciamento nº **57/2017**. Credenciamento nº 005/2017 Processo Administrativo nº 148/2017. CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**. Contratada: **BARBOSA GOMES PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME.** OBJETO: Prorrogar o prazo contido na Cláusula Sexta do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 02/03/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 13.455,00 (treze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais) Vigência: **02/01/2018 a 02/03/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**.

Termo aditivo nº **001** ao contrato de credenciamento nº **58/2017**. Credenciamento nº 005/2017 .Processo Administrativo nº 148/2017. CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**. Contratada: **CLÍNICA GAU MED CENTER EIRELI**. OBJETO: Prorrogar o prazo contido na Cláusula Sexta do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 02/03/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 11.100,00 (onze mil e cem reais) Vigência: **02/01/2018 a 02/03/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**.

Rua Ana Angélica | 175 | Centro | Pindaí-Ba

Termo aditivo nº 001 ao contrato de credenciamento nº 59/2017. Credenciamento nº 005/2017 Processo Administrativo nº 148/2017. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. Contratada: HELLENA DIAGNÓSTICOS E SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. OBJETO: Prorrogar o prazo contido na Cláusula Sexta do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 02/03/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 10.850,00(dez mil, oitocentos e cinquenta reais) Vigência: 02/01/2018 a 02/03/2018 Data da assinatura: 28/12/2017

Termo aditivo nº **001** ao contrato de credenciamento nº **60/2017**. Credenciamento nº 005/2017 Processo Administrativo nº 148/2017. CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**. Contratada: **CENTRO MÉDICO REIS EIRELI**. OBJETO: Prorrogar o prazo contido na Cláusula Sexta do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 02/03/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 10.850,00(dez mil, oitocentos e cinquenta reais) Vigência: **02/01/2018 a 02/03/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**

Termo aditivo nº **001** ao contrato de credenciamento nº **62/2017**. Credenciamento nº **005/2017** Processo Administrativo nº **148/2017**. CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**. Contratada: **CENTRO MÉDICO DR. LÚCIO DE BARROS LTDA.** OBJETO: Prorrogar o prazo contido na Cláusula Sexta do Contrato Original, tendo duração a partir de **02/01/2018** até **02/03/2018**, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º **8.666/93** e alterações posteriores. R\$ **18.080,00** (dezoito mil, oitenta reais). Vigência: **02/01/2018** a **02/03/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**

Termo aditivo nº **001** ao contrato de credenciamento nº **63/2017**. Credenciamento nº 005/2017 Processo Administrativo nº 148/2017. CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**. Contratada: **CC MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**. OBJETO: Prorrogar o prazo contido na Cláusula Sexta do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 02/03/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 16.720,00 (dezesseis mil, setecentos e vinte reais) Vigência: **02/01/2018** a **02/03/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**.

Termo aditivo nº **001** ao contrato de credenciamento nº **66/2017**. Credenciamento nº **005/2017** Processo Administrativo nº **148/2017**. CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**. Contratada: **IME INSTITUTO MÉDICO DE ESPECIALIDADES LTDA ME.** OBJETO: Prorrogar o prazo contido na Cláusula Sexta do Contrato Original, tendo duração a partir de **02/01/2018** até **02/03/2018**, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º **8**.666/93 e alterações posteriores. R\$ **32**.055,00 (trinta e dois mil, cinquenta e cinco reais). Vigência: **02/01/2018** a **02/03/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**

Termo aditivo nº **001** ao contrato de credenciamento nº **67/2017**. Credenciamento nº 005/2017 Processo Administrativo nº 148/2017. CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**. Contratada: **BELASCLIN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA M**E. OBJETO: Prorrogar o prazo contido na Cláusula Sexta do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 02/03/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. R\$ 15.906,00 (quinze mil, novecentos e seis reais). Vigência: **02/01/2018** a **02/03/2018** Data da assinatura: **28/12/2017**

Diário Oficial do **Município** 080

Prefeitura Municipal de Pindaí

Termo Aditivo

EXTRATOS DE TERMO ADITIVO CONTRATOS CREDENCIAMENTO

Termo aditivo nº 001 ao contrato de credenciamento nº 64/2017. Credenciamento nº 005/2017 Processo Administrativo nº 148/2017. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. Contratada: CLÍNICA VIVER S/S LTDA. OBJETO: Prorrogar o prazo contido na Cláusula Sexta do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 02/03/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Valor Mensal: R\$ 3.615,00 (três mil, seiscentos e quinze reais). Vigência: 02/01/2018 a 02/03/2018 Data da assinatura: 28/12/2017.

Termo aditivo nº 001 ao contrato de credenciamento nº 65/2017. Credenciamento nº 005/2017 Processo Administrativo nº 148/2017. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. Contratada: CARLOS AUGUSTO ROCHA PINTO- ME. OBJETO: Prorrogar o prazo contido na Cláusula Sexta do Contrato Original, tendo duração a partir de 02/01/2018 até 02/03/2018, com fulcro no Inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. R\$ 18.080,00 (dezoito mil oitenta reais). Vigência: 02/01/2018 a 02/03/2018 Data da assinatura: 28/12/2017

Rua Ana Angélica | 175 | Centro | Pindaí-Ba

Lei



LEI COMPLEMENTAR N° 002, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017

"Institui o novo Código Tributário e de Rendas do Município de Pindaí, Estado da Bahia, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PINDAÍ, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Pindaí, Estado da Bahia, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o novo Código Tributário e de Rendas do Município de Pindaí, Estado da Bahia, que regula e disciplina, com fundamento na Constituição Federal, Código Tributário Nacional, Leis Complementares e Lei Orgânica do Município, o sistema tributário municipal e as normas aplicáveis no Município, incluindo os direitos, garantias e obrigações dos contribuintes.

Art. 2º Aplicam-se as disposições deste Código aos sujeitos passivos de obrigações tributárias e a quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, privadas ou públicas que, mesmo não sendo sujeitos passivos, relacionam-se com a Administração Pública em sua atividade de tributação, fiscalização e arrecadação de tributos e rendas.

LIVRO I DO ESTATUTO DO CONTRIBUINTE

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- **Art. 3º** Os direitos, garantias e obrigações dos contribuintes, estabelecidos neste Código, têm o objetivo de:
- I promover o bom relacionamento entre o fisco e o contribuinte, baseado na cooperação, no respeito mútuo e na parceria, visando capacitar o Município dos recursos necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais;
- II prevenir e proteger o contribuinte ou responsável contra o exercício abusivo do poder de fiscalizar, de lançar e de cobrar tributo instituído em lei;
- III assegurar a ampla defesa dos direitos do sujeito passivo de obrigação tributária no âmbito do processo administrativo fiscal em que tiver legítimo interesse;
- IV assegurar a adequada e eficaz prestação de serviços gratuitos de orientação aos contribuintes;



- V assegurar uma forma lícita de apuração, declaração e recolhimento de tributos previstos em leis;
- VI assegurar o regular exercício da fiscalização tributária;

TÍTULO II DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DOS CONTRIBUINTES

Art. 4º São direitos do contribuinte:

- I o adequado e eficaz atendimento pelos órgãos e unidades da Prefeitura Municipal;
- II a igualdade de tratamento, com respeito e civilidade, em qualquer repartição pública do Município;
- III a identificação do servidor nas repartições públicas e nas ações fiscais;
- IV o acesso a dados e informações, pessoais e econômicas, que a seu respeito constem em qualquer fichário ou registro, informatizado ou não, dos órgãos da Administração Tributária, na forma do Regulamento;
- V a eliminação completa dos registros de dados falsos ou obtidos por meios ilícitos;
- VI a retificação, complementação, esclarecimento ou atualização de dados incorretos, incompletos, dúbios ou desatualizados;
- VII a obtenção de certidão sobre atos, contratos, decisões ou pareceres constantes de registros ou autos de procedimentos de seu interesse em poder da Administração Pública, salvo se a informação solicitada estiver protegida por sigilo, observada a legislação pertinente;
- VIII a efetiva educação tributária e a orientação sobre procedimentos administrativos;
- IX o recebimento de comprovante descritivo dos bens, mercadorias, livros, documentos, impressos, papéis, programas de computador ou arquivos eletrônicos entregues à fiscalização ou por ela apreendidos;
- X a recusa a prestar informações por requisição verbal, se preferir notificação por escrito;
- XI a informação sobre os prazos de pagamento e reduções de multas, quando autuado;
- XII suspensão da exigibilidade do crédito tributário, discutido no âmbito do processo administrativo fiscal, assegurados a ampla defesa, o contraditório e a razoável duração do processo;
- XIII a ciência formal da tramitação de processo administrativo fiscal de que seja parte, a vista do mesmo na repartição fiscal e a obtenção de cópias dos autos, mediante ressarcimento dos custos da reprodução;

Diário Oficial do **Município** 083

Prefeitura Municipal de Pindaí



- XIV a proteção, pela administração tributária, do sigilo de seus negócios, documentos e operações, exceto nas hipóteses previstas na lei;
- XV o exercício do direito de petição, em defesa dos seus direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, assim como a obtenção de certidões em repartições públicas para a defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, independentemente do pagamento de taxas;
- XVI o direito à indenização, na forma do regulamento, se uma isenção concedida por prazo certo de tempo for extinta ou revogada antes do decurso do prazo previsto na Lei que a concedeu;
- XVII a prioridade na tramitação de quaisquer processos administrativos fiscais, quando requerer e comprovar as seguintes condições:
- a) possuir idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;
- b) ser portador de deficiência física ou mental;
- c) ser portador de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.

Art. 5º São garantias do contribuinte:

- I a exclusão da responsabilidade pelo pagamento de tributo e de multa não previstos em lei;
- II a faculdade de corrigir obrigação tributária, antes de iniciado o procedimento fiscal, observada a legislação aplicável, em prazo compatível e razoável;
- III a obediência aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do duplo grau de recurso no contencioso administrativo tributário, ressalvado os casos de instância única previstos em lei;
- IV a inexigibilidade de visto em documento de arrecadação utilizado para o pagamento de tributo fora do prazo;
- V a não imputação de multas e juros, pelos julgadores de processos administrativos fiscais, quando ficar comprovado que o sujeito passivo não deu causa ao fato;
- VI a não imputação de penalidades aos que, enquanto prevalecer o entendimento, tiverem recolhido o tributo nos prazos fixados na legislação ou adotarem procedimentos:
- a) de acordo com interpretação fiscal constante de decisão irrecorrível de última instância administrativa, proferida em processo fiscal, se parte interessada;
- b) de acordo com interpretação fiscal constante de atos normativos e pareceres emitidos pelas autoridades fazendárias competentes.



Art. 6º São obrigações do contribuinte:

- I o tratamento, com respeito e civilidade, aos servidores municipais;
- II a sua identificação, do sócio, diretor, administrador ou representante nas repartições administrativas e fazendárias e nas ações fiscais;
- III o fornecimento de condições de segurança e local adequado em seu estabelecimento para a execução dos procedimentos de fiscalização;
- IV a apuração, declaração e recolhimento do tributo devido, na forma e prazo previstos na legislação;
- V a apresentação em ordem, quando solicitados, no prazo estabelecido na legislação, de bens, mercadorias, informações, livros, documentos, impressos, papéis, programas de computador ou arquivos eletrônicos;
- VI a manutenção em ordem, pelo prazo previsto na legislação, de livros, documentos, impressos e registros eletrônicos relativos aos tributos;
- VII a manutenção, junto à repartição fiscal, de suas informações cadastrais atualizadas, tais como as relativas ao imóvel, ao estabelecimento, aos sócios, diretores, administradores e procuradores.
- **Art. 7º** Os direitos, as garantias e as obrigações previstas neste Livro não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções, da legislação ordinária, de regulamentos ou outros atos normativos expedidos pelas autoridades competentes, bem como os que derivem da analogia e dos princípios gerais do direito.

TÍTULO III DOS DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

Capítulo I DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

- **Art. 8º** A Administração Tributária atuará em obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, interesse público, eficiência e motivação dos atos administrativos.
- Art. 9º Cabe ainda à Administração Tributária:
- I implantar um serviço gratuito e permanente de orientação e informação ao contribuinte;
- II realizar campanha educativa com o objetivo de orientar o contribuinte sobre seus direitos e deveres;
- III implantar programa permanente de educação tributária, bem como programa permanente de treinamento para os servidores das áreas de tributação, arrecadação e fiscalização.



Capítulo II DAS AÇÕES FISCAIS

Art. 10 A execução de trabalhos de auditoria fiscal será precedida de ato administrativo autorizando a execução do procedimento fiscal, exceto nos casos de extrema urgência, tais como flagrante infracional, continuidade de ação fiscal iniciada em outro contribuinte ou apuração de denúncia, nos quais se adotarão, de imediato, as providências garantidoras da ação fiscal, devendo ser legitimado o ato no prazo máximo de 3 (três) dias.

Parágrafo único. O ato administrativo conterá a identificação dos Agentes Fiscais encarregados de sua execução, a autoridade responsável por sua emissão, o sujeito passivo e os tributos a serem fiscalizados.

- **Art. 11** A Fazenda Municipal não adotará procedimento fiscal fundamentado exclusivamente em denúncia anônima quando:
- I não for possível identificar com absoluta segurança o sujeito passivo supostamente infrator;
- II for genérica ou vaga em relação à infração supostamente cometida;
- III não estiver acompanhada de indícios de autoria e de comprovação da prática da infração;
- IV deixe transparecer objetivo diverso do enunciado, tal como vingança pessoal do denunciante ou tentativa de prejudicar concorrente comercial.
- **Art. 12** A notificação do início da ação fiscal será feita mediante a entrega de uma das vias do Termo de Início de Ação Fiscal TAF.
- **§ 1º** A recusa em assinar o comprovante do recebimento da notificação ou a ausência de pessoa com poderes para fazê-lo será certificada pelo Fiscal de Tributose não obstará o início dos procedimentos de fiscalização.
- § 2º Na impossibilidade ou no insucesso da intimação pessoal, a notificação será lavrada e enviada por via postal, fac-símile ou e-mail, através de aviso de recebimento para o endereço do contribuinte ou de quaisquer de seus sócios, dirigentes ou administradores, a critério da Fazenda Municipal.
- § 3º No insucesso da intimação através de aviso de recebimento, a intimação se fará por edital.
- **Art. 13** Os livros, documentos, impressos, papéis, arquivos eletrônicos, programas de computador ou bens e mercadorias, apreendidos ou entregues pelo sujeito passivo, excetuados aqueles que constituam prova de infração à legislação tributária, serão devolvidos no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do início dos procedimentos de fiscalização, podendo ser fornecidas cópias aos contribuintes, mediante requisição.



- § 1º O disposto no "caput" aplica-se somente aos casos em que a conclusão dos trabalhos fiscais dependa exclusivamente das informações constantes nos elementos apreendidos ou entregues, tornando desnecessárias outras verificações.
- § 2º O prazo fixado no "caput" poderá ser prorrogado pela autoridade que determinou a sua realização, mediante requisição fundamentada do Fiscal de Tributosresponsável pelos trabalhos.

Capítulo III DAS CONSULTAS

- **Art. 14** O contribuinte poderá consultar a Administração Tributária sobre matéria tributária, formulando, por escrito, questões de forma clara, com informações verdadeiras e desde que não esteja sob ação fiscal.
- § 1º Não será iniciado qualquer procedimento fiscal destinado à apuração de infração relacionada com a matéria consultada enquanto o contribuinte estiver aguardando a resposta da consulta.
- § 2º A consulta considerada meramente protelatória não será respondida, assim como não produzirá efeito a formulada quando o fato já houver sido objeto de decisão anterior, em consulta ou litígio, ainda não modificado, em que tenha sido parte o consulente.
- § 3º A consulta não afasta a atualização monetária e dos demais acréscimos legais quando a resposta mantiver a exigência do tributo.

Capítulo IV DAS CERTIDÕES

- **Art. 15** As certidões serão fornecidas no prazo de até 10 (dez) dias corridos após a formalização do pedido devidamente instruído, vedada, em qualquer caso, a exigência de requisitos não previstos ou amparados em lei.
- **Art. 16** A certidão negativa de débito fiscal será emitida, preferencialmente, por meio eletrônico, acessível pela rede mundial de computadores (internet).
- **Parágrafo único.** A certidão verbo ad verbum, positiva com efeitos de negativa, será fornecida pela Fazenda Municipal mediante pedido do interessado ou seu representante legal e dela constará a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Capítulo V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 A autoridade fiscal, tomando conhecimento de divergências de dados nos registros do contribuinte, poderá efetuar de ofício a alteração da informação incorreta, incompleta, dúbia ou desatualizada, dando ciência do ato ao contribuinte em 30 dias.



- **Art. 18** A constatação de prática de ato ilegal por parte dos órgãos fazendários não afastará a responsabilidade funcional do agente que o tenha dado causa, ainda que agindo por delegação de competência.
- **Art. 19** No julgamento do contencioso administrativo tributário, a decisão será fundamentada em seus aspectos de fato e de direito, sob pena de nulidade da decisão desfavorável ao contribuinte.

LIVRO II DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 O Sistema Tributário Municipal compreende as normas e princípios estabelecidos na Constituição Federal, nos Tratados Internacionais recepcionados pelo Estado Brasileiro, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica do Município,nas Leis Complementares Federais que versem sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes, especialmente o Código Tributário Nacional,nas leis municipais, sobretudo este Código Tributário, nos decretos e demais atos complementares emanados das autoridades competentes.

Parágrafo único. São atos complementares:

- I os convênios que o Município celebre com a União, o Estado e outros Municípios;
- II as portarias expedidas pelo(a) Secretário(a) Municipal de Administração, Finanças e Planejamento;
- III as instruções normativas e as ordens de serviços expedidas pelos(as) coordenadores(as) de órgãos administrativos vinculados à Administração Tributária;
- IV as decisões de autoridade administrativa julgadora que a lei atribua eficácia normativa.

TÍTULO II DA IMUNIDADE

- **Art. 21** O direito ao gozo da imunidade será verificado pela fiscalização municipal, através de auditoria fiscal, quanto ao preenchimento dos requisitos previstos na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional e demais normas que regem as entidades constitucionalmente referenciadas.
- § 1º Cessa o direito ao gozo da imunidade quanto aos imóveis prometidos à venda, desde o momento em que se constituir o registro do contrato.
- § 2ºNos casos de transferência de domínio ou de posse de imóvel, pertencente a entidades imunes, a imposição fiscal recairá sobre o promitente comprador, enfiteuta,

Diário Oficial do **Município 088**

Prefeitura Municipal de Pindaí



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

fiduciário, usuário, usufrutuário, comodatário, concessionário, permissionário, superficiário ou o possuidor a qualquer título.

- Art. 22 Poderá o interessado ter a iniciativa do pedido de reconhecimento do direito ao gozo da imunidade, em processo administrativo próprio, onde declarará e comprovará o preenchimento dos requisitos legais.
- § 1º O reconhecimento da imunidade se dará por ato do(a) Secretário(a) Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, com base em relatório circunstanciado do Fiscal de Tributos e parecer da Procuradoria Jurídica do Município.
- § 2º Não preenchidos os requisitos para a imunidade, o contribuinte terá o prazo de 30 (trinta) dias para recolher os impostos devidos, com a atualização monetária e demais encargos legais.
- § 3º Não havendo o recolhimento espontâneo, o Fiscal de Tributos procederá ao lançamento do crédito tributário.
- Art. 23 Quando em ação fiscal se verificar o descumprimento dos requisitos em relação à entidade já reconhecida pelo Município, o Fiscal de Tributos procederá ao lançamento do crédito tributário a partir da data de ocorrência do descumprimento.

Parágrafo único. O(A) Secretário(a) Municipal de Administração, Finanças e Planejamento procederá à cassação do reconhecimento da imunidade antes da inscrição do crédito em Dívida Ativa, no caso de revelia ou decisão administrativa definitiva favorável ao Município.

TÍTULO III DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Capítulo I DA CONSTITUIÇÃO

Art. 24 Compete à Administração Tributária Municipal constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e propor a aplicação da penalidade cabível, quando for o caso.

Parágrafo único. Compete privativamente ao Fiscal de Tributos a competência para o lançamento de créditos decorrentes de ação fiscal.

Capítulo II DA SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE

SEÇÃO I

Art. 25 Suspende a exigibilidade do crédito tributário:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

- I a moratória;
- II o depósito do seu montante integral;
- III as impugnações e os recursos, nos termos do regulamento;
- IV liminar em mandado de segurança ou em outras ações judiciais e tutela antecipada;
- V o parcelamento regular.

SEÇÃO II DA MORATÓRIA

Art. 26 A suspensão da exigibilidade do crédito tributário pela moratória somente pode ser concedida por lei, em caráter geral, podendo circunscrever a sua aplicabilidade a determinada região do Município ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

SEÇÃO III DO PARCELAMENTO

Art. 27 É permitido o parcelamento do crédito tributário relativo a exercícios anteriores, em até 12 (doze) prestações mensais e consecutivas, ficando a critério da Administração Tributária o parcelamento de crédito do exercício em curso.

Parágrafo único. É vedada a concessão de parcelamento de crédito relativo a tributo retido na fonte.

- Art. 28 Ato do Poder Executivo Municipal disciplinará o parcelamento, inclusive estabelecendo o valor mínimo de cada prestação, que poderá ser diferenciada em função do tributo e da natureza do devedor.
- § 1º O parcelamento somente se efetiva com o pagamento da primeira parcela.
- § 2º O inadimplemento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou alternadas, anula o parcelamento concedido, considerando-se vencidas todas as demais, devendo o crédito:
- a) ser inscrito em dívida ativa;
- b) ser cobrado extrajudicialmente ou judicialmente;
- § 3º O pedido de parcelamento caracteriza confissão de dívida, sujeitando a sua inscrição em dívida ativa quando não efetivado.
- Art. 29 O crédito tributário poderá ser parcelado pelo próprio contribuinte ou por terceiro interessado, através de instrumento de confissão de dívida ou de assunção de débito, respectivamente.



Parágrafo único. O terceiro interessado responde solidariamente pelo débito assumido em nome do contribuinte originário.

Capítulo III DA EXTINÇÃO

SEÇÃO I

Art. 30 Extingue o	crédito	tributário:
--------------------	---------	-------------

- I o pagamento;
- II a compensação;
- III a transação;
- IV a remissão;
- V a prescrição e a decadência;
- VI a conversão do depósito em renda;
- VII o pagamento antecipado e a homologação nos lançamentos por esta forma;
- VIII a consignação em pagamento;
- IX a decisão administrativa definitiva;
- X a decisão judicial transitada em julgado;
- XI a dação em pagamento de bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em regulamento específico.

SEÇÃO II DO PAGAMENTO

Art. 31 O pagamento dos tributos e rendas municipais terá sua forma e calendário disciplinados em ato do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Quando não houver prazo fixado na legislação tributária municipal para pagamento, o vencimento ocorrerá:

- I para os tributos, 30 (trinta) dias após a data que se considera notificado o sujeito passivo;
- II para as rendas, antecipadamente à prestação do serviço, à utilização ou exploração de serviço público e ao uso de bens públicos.
- **Art. 32** O sujeito passivo que deixar de adimplir tributo ou penalidade pecuniária, no prazo estabelecido na legislação tributária municipal, ficará sujeito à incidência de:



- I juros e multa de mora, calculados segundo os critérios adotados pela Receita Federal do Brasil nos tributos federais;
- II multa de infração, aplicada quando for apurado crédito tributário em ação fiscal ou para imposição de penalidade por ação ou omissão contrária à legislação tributária municipal;
- III honorários advocatícios, a partir da inscrição em Dívida Ativa.
- § 1º Os honorários serão atribuídos à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento e destinados ao pagamento de gratificação de incentivo à arrecadação, em percentual a ser estabelecido em regulamento, ou à promoção de melhorias da estrutura fiscal do Município.
- § 2º A parcela da gratificação de incentivo à arrecadação a que tiver direito o servidor da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento será incluída na folha de pagamento do mês subsequente ao do seu recebimento pelo Município.
- § 3º Os honorários de sucumbências serão devidos aos procuradores do município, na forma da Lei Federal 13.105/2015 (Código de Processo Civil).
- Art. 33 Não está sujeito à multa de infração o recolhimento espontâneo de obrigação principal.

Parágrafo único. Não se considera espontâneo o recolhimento efetuado após o início de qualquer procedimento administrativo fiscal.

- **Art. 34** Aos sujeitos passivos autuados por descumprimento de obrigação principal serão concedidos os seguintes descontos, na respectiva multa de infração:
- I 100% (cem por cento), se o pagamento for efetuado, ou solicitado parcelamento, com pagamento da primeira parcela, até 30 (trinta) dias, a contar da intimação;
- II 70% (setenta por cento), se o pagamento for efetuado, ou solicitado parcelamento, com pagamento da primeira parcela, entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, a contar da intimação;
- III 50% (cinquenta por cento), se o pagamento for efetuado, ou solicitado parcelamento, com pagamento da primeira parcela, após 60 (sessenta) dias, a contar da intimação e antes do julgamento administrativo em 1ª Instância;
- IV 30% (trinta por cento), se o pagamento for efetuado, ou solicitado parcelamento, com pagamento da primeira parcela, até 30 (trinta) dias após o julgamento administrativo em primeira instância, contados da ciência da decisão;
- § 1º Os descontos serão concedidos sem prejuízo do pagamento dos demais acréscimos legais.
- \S 2º Não se aplicam os descontos a que se refere este artigo aos créditos tributários que foram objeto de retenção na fonte.



- § 3º Aplicam-se os descontos no pagamento de parte reconhecida de auto de infração.
- **Art. 35** O descumprimento de obrigação acessória implicará no pagamento da respectiva penalidade, independentemente da existência de ação fiscal.

SEÇÃO III DA TRANSAÇÃO

- **Art. 36** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar, com o sujeito passivo, transação que importe em terminação de litígio em processo fiscal administrativo ou judicial, quando:
- I o montante do tributo tenha sido fixado por arbitramento;
- II ocorrer erro ou ignorância escusável do sujeito passivo quanto à matéria de fato;
- III ocorrer conflito de competência com outras pessoas de direito público interno;

Parágrafo único. A transação a que se refere o caput será proposta ao Prefeito pelo(a) Secretário(a) Municipal de Administração, Finanças e Planejamento ou pelo(a) Procurador(a)Jurídico(a) do Município, em parecer fundamentado.

SEÇÃO IV DA COMPENSAÇÃO

- **Art. 37** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a compensar créditos tributários do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ISSQN, vencidos ou vincendos, e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana IPTU, vencidos, com créditos líquidos e certos, nas condições e garantias que estipular, em cada caso, com:
- I empresa pública e sociedade de economia mista federal, estadual ou municipal;
- II estabelecimento de ensino, para prestação de serviços de ensino pré-escolar, fundamental e médio, por meio de bolsas de estudo, aos cidadãos residentes no Município, por meio de programa específico;
- III estabelecimento de saúde para prestação de serviços das suas especialidades aos agentes públicos municipais, ativos e inativos, e seus dependentes, na forma de convênio celebrado para este fim.
- § 1º A compensação a que se refere o inciso I será analisada e encaminhada ao Prefeito Municipal pelo(a) Secretário(a) Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, ouvida a Procuradoria Jurídica do Município.
- § 2º A compensação a que se refere os incisos II e III será na forma disposta em Regulamento.
- Art. 38 É vedada a compensação de crédito tributário contestado judicialmente antes do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

trânsito em julgado da lide, salvo se o sujeito passivo formalizar a desistência do processo judicial.

Art. 39 No caso de recolhimento indevido ou a maior de tributo cuja modalidade de lançamento se dê por homologação, o sujeito passivo poderá efetuar a compensação do valor no recolhimento do mesmo tributo em períodos subsequentes ou optar pelo pedido de restituição.

SEÇÃO V DA DAÇÃO EM PAGAMENTO

Art. 40 O crédito tributário poderá ser extinto por dação em pagamento de bem imóvel situado neste Município, mediante requerimento do sujeito passivo e aprovação do(a) Prefeito(a) Municipal, conforme disposto em Regulamento.

Parágrafo único. O requerimento de dação em pagamento não suspende a exigibilidade do crédito tributário.

- **Art. 41** O imóvel objeto da dação em pagamento poderá ser de propriedade do sujeito passivo ou de terceiro, desde que este autorize expressamente e apresente a documentação definida em Regulamento.
- **Art. 42** O valor do imóvel objeto da dação em pagamento será submetido à avaliação administrativa, tomando-se como referência o valor venal, facultado ao contribuinte apresentar avaliação contraditória subscrita por avaliador oficial.

Parágrafo único. É facultado ao Poder Público aceitar ou não a avaliação contraditória.

- **Art. 43** Se o imóvel não for suficiente para a quitação integral do crédito tributário, o sujeito passivo deverá liquidar o saldo remanescente, até a data da entrega da escritura, mediante pagamento em dinheiro, de uma só vez ou parceladamente, na forma do Regulamento, sob pena de:
- I prosseguimento da execução desse saldo remanescente, se ajuizada;
- II adoção dos procedimentos legais com vistas à sua execução, caso não se encontre a dívida executada.
- **Art. 44** Quando o valor do imóvel for superior ao do crédito tributário a ser extinto, será emitido um Certificado de Crédito em favor do proprietário do imóvel dado em pagamento até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da avaliação, que somente poderá ser utilizado para quitação de tributos do próprio contribuinte ou de terceiros.

SEÇÃO VI DA REMISSÃO

- **Art. 45** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial de crédito tributário, em observância a uma das seguintes situações:
- I situação econômica desfavorável do sujeito passivo;



- II diminuta importância do crédito tributário;
- III condições peculiares de determinada região;
- IV reconhecimento da inexistência da obrigação que lhe deu origem;
- V declaração de incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.
- § 1º O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito atualizado monetariamente e os devidos acréscimos legais.
- § 2º A remissão será proposta pelo(a) Secretário(a) Municipal de Administração, Finanças e Planejamento ou pelo Procurador(a)Jurídico(a) do Município, em parecer fundamentado.

Capítulo IV DA EXCLUSÃO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **Art. 46** Compete ao Poder Executivo Municipal a iniciativa de lei para concessão de isenção, anistia, incentivo ou outro benefício fiscal de tributos de competência do Município.
- **Art. 47** A exclusão do crédito tributário pela isenção e anistia não dispensa o cumprimento de obrigações acessórias dependentes ou vinculadas à obrigação principal isentada ou anistiada, ressalvada determinação expressa em Ato do Poder Executivo Municipal.

SEÇÃO II DA ISENÇÃO

- **Art. 48** Além das isenções previstas neste Código, somente prevalecerão as concedidas em lei específica sujeitas às normas desta Seção.
- Art. 49 A isenção concedida em lei específica pode ser:
- I restrita a determinada região do Município e/ou grupos de sujeitos passivos, em função de condições e peculiaridades a eles inerentes;
- II condicionada a requerimento do interessado, conforme dispuser o Regulamento.
- § 1º A isenção que dependa de requerimento do interessado terá o benefício:
- I reconhecido por ato do(a) Secretário(a) Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, fundamentado em parecer técnico;
- II início de vigência a partir da data do requerimento, exceto no caso de isenção relativa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

- ao IPTU, que terá vigência a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte ao do requerimento.
- **§ 2º** A isenção concedida será cassada de ofício pelo(a) Secretário(a) Municipal de Administração, Finanças e Planejamento quando:
- I obtida mediante fraude ou simulação do beneficiário ou de terceiro;
- II houver descumprimento das exigências legais estabelecidas para o gozo da isenção.
- **Art. 50** Quando, em ação fiscal, se verificar o descumprimento dos requisitos da isenção, o Fiscal de Tributos procederá ao lançamento do crédito tributário a partir da data de ocorrência do descumprimento.
- **Parágrafo único.**O(A) Secretário(a) Municipal de Administração, Finanças e Planejamento procederá à cassação do reconhecimento da isenção antes da inscrição do crédito em Dívida Ativa, no caso de revelia ou decisão administrativa definitiva favorável ao Município.
- **Art. 51** Não será concedida isenção, incentivos ou outros benefícios fiscais, em qualquer hipótese, fora dos casos previstos neste Código:
- I por prazo superior a 10 (dez) anos;
- II em caráter pessoal.

SEÇÃO III DA ANISTIA

- **Art. 52** A anistia concedida pelo Município abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a conceder, podendo ser:
- I em caráter geral;
- II limitadamente:
- a) a determinado tributo;
- b) às infrações decorrentes de descumprimento de obrigações acessórias;
- c) a determinada região do município, em função de condições a ela peculiares;

Capítulo V DA RESTITUIÇÃO

- Art. 53 O sujeito passivo tem direito à restituição total ou parcial do tributo pago, nos seguintes casos:
- I pagamento espontâneo de tributo indevido ou a maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;



- II erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
- III reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória;
- IV quando for reconhecida a imunidade ou concedida a isenção e o beneficiado fizer prova de que, ao tempo do fato gerador, já preenchia os pressupostos para gozar do benefício.
- **Art. 54** Quando for comprovado, em processo administrativo, que o pagamento foi, por qualquer razão, imputado a contribuinte, inscrição ou a tributo diverso daquele pretendido, poderá o(a)Secretário(a) Municipal de Administração, Finanças e Planejamento autorizar a transferência do crédito para o contribuinte, a inscrição ou tributo devido, observado o disposto em Regulamento.

Capítulo VI DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

- **Art. 55** Constitui infração toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, que importe em inobservância de preceitos de lei ou disciplinados em atos administrativos de caráter normativo que se destine a complementá-la.
- **Art. 56** Nenhuma ação ou omissão poderá ser punida como infração à legislação tributária sem que haja definição de lei vigente à data do fato ou indicação de penalidade.
- **Art. 57** Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém na prática da infração e, ainda, os servidores municipais encarregados da execução das leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de denunciar, ou, no exercício da atividade fiscalizadora, deixarem de notificar o infrator, ressalvada a cobrança de crédito tributário considerado antieconômico, conforme definido em Ato do Poder Executivo Municipal.
- **Parágrafo único.** Quando a infração decorrer de cumprimento de ordem recebida de superior hierárquico, este responderá solidariamente com o infrator.
- **Art. 58** As normas tributárias que definem as infrações ou lhes cominem penalidades, aplicam-se a fatos anteriores à sua vigência quando:
- I exclua a definição de determinado fato como infração, cessando, à data da sua entrada em vigor, a punibilidade dos fatos ainda não definitivamente julgados e os efeitos das penalidades impostas por decisão definitiva;
- II comine penalidade menos severa que a anteriormente prevista para fato ainda não definitivamente julgado.
- **Art. 59** As normas tributárias que definem as infrações ou lhe cominam penalidades interpretam-se de maneira mais favorável ao contribuinte, em caso de dúvida quanto:
- I à capitulação legal do fato;



- II à natureza ou às circunstâncias materiais do fato ou à natureza e extensão de seus efeitos;
- III à autoria, imputabilidade ou punibilidade;
- IV à natureza da penalidade aplicável ou à sua graduação.
- **Art. 60** As infrações serão punidas com as seguintes penas, aplicáveis separada ou cumulativamente:
- I multas;
- II perda de desconto, abatimento ou dedução;
- III cassação dos benefícios de isenção ou incentivos fiscais;
- IV revogação dos benefícios de anistia ou moratória;
- V sujeição a regime especial de fiscalização;
- VI cassação de regimes ou controles especiais estabelecidos em benefício de contribuintes ou de outras pessoas;
- VII cassação de permissões ou concessões obtidas.
- **Art. 61** A pena de multa básica estabelecida para a infração será majorada em razão das seguintes circunstâncias agravantes:
- I a reincidência:
- II o indício de sonegação;
- III a fraude, a simulação e o conluio.

Parágrafo único. A majoração da pena obedecerá aos seguintes critérios:

- I em 20% (vinte por cento), no caso de reincidência;
- II em 100% (cem por cento), nas hipóteses dos incisos II e III deste artigo.
- **Art. 62** Caracteriza-se reincidência a prática repetida de uma mesma infração ou infração idêntica por um mesmo sujeito passivo, no período de 02 (dois) anos, contado da data de reconhecimento da infração anterior, pelo pagamento ou de decisão administrativa definitiva.
- Art. 63 Caracteriza-se o indício de sonegação:
- I a prestação de declaração falsa ou a omissão, total ou parcial, de informação com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributos;



- II a inserção de informação ou dados inexatos ou a omissão de receitas, faturamentos ou rendimentos e de operações de qualquer natureza em documentos ou livros fiscais com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributos;
- III alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Municipal;
- IV fornecer ou emitir documentos graciosos ou alterar despesas, com o objetivo de obter dedução indevida de tributos;

Parágrafo único. A majoração da pena por indício de sonegação não prejudica a aplicação de sanções administrativas cabíveis.

- **Art. 64** Caracterizado e provado o indício de sonegação, a fraude, a simulação e o conluio, a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, após o julgamento administrativo, remeterá os documentos à Procuradoria Jurídica do Município para a promoção da representação criminal contra o sujeito passivo, conforme procedimento definido em Regulamento.
- **Art. 65** A aplicação da pena e o seu cumprimento não dispensam, em nenhuma hipótese, o pagamento do tributo devido, nem prejudica a aplicação das penas cominadas para o mesmo fato, pela legislação criminal.

Capítulo VII DA DÍVIDA ATIVA

SEÇÃO I DA CONSTITUIÇÃO E DA INSCRIÇÃO

- **Art. 66** Constitui dívida ativa do Município a proveniente de tributos, multas de qualquer natureza, alugueis, alcances dos responsáveis, reposições oriundas de contratos administrativos, consistente em quantia fixa e determinada não paga nos respectivos prazos ou após decisão dos processos fiscais administrativos ou judiciais.
- § 1º Integram a dívida ativa do Município:
- I os encargos legais incidentes sobre os valores inscritos em crédito a receber e não recebidos dentro do prazo determinado pela lei;
- II os honorários advocatícios, calculados em:
- a) 10 % sobre o valor do débito inscrito e não executado;
- b) 20% sobre o valor do débito inscrito e executado.
- **§ 2º** A dívida, regularmente inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.
- **Art. 67** A inscrição da dívida ativa será feita de ofício na repartição competente.



- § 1º A dívida ativa poderá ser inscrita após o vencimento do prazo de pagamento do crédito tributário.
- § 2º O termo de inscrição da dívida ativa e a respectiva certidão devem indicar, obrigatoriamente:
- I a origem e a natureza do crédito;
- II a quantia devida e demais acréscimos legais;
- III o nome do:
- a) devedor e/ou responsável e o seu domicílio ou residência, nos casos de pessoa física;
- b) devedor, seus sócios e/ou responsáveis e os seus domicílios e/ou residências, nos casos de pessoa jurídica.
- IV o livro, folha e data em que foi inscrita;
- V o número do processo administrativo ou fiscal em que se originar o crédito.
- § 3º Após a inscrição em dívida e extraída a respectiva certidão, a Procuradoria Jurídica do Município deverá realizar o controle de legalidade.
- **§ 4º** Identificado qualquer vício na inscrição, a certidão será devolvida para o setor responsável para saneamento.

SEÇÃO II DA COBRANCA

- Art. 68 A cobrança de dívida ativa será feita:
- I por via amigável, através do Departamento de Tributos da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento;
- II extrajudicialmente ou judicialmente pela Procuradoria Jurídica do Município.

Parágrafo único. Ascustas e emolumentos judiciais decorrentes da cobrança executiva serão de responsabilidade do executado.

- **Art. 69** A cobrança amigável será feita no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da inscrição.
- § 1º O contribuinte terá o prazo 30 (trinta) dias para quitar o débito, a contar da data do recebimento da intimação da cobrança amigável.
- **§ 2º** Decorrido o prazo de cobrança amigável, sem a quitação do débito, poderá o Município levar a protesto a Certidão da Dívida Ativa, na forma da lei.



- Art. 70 No caso da cobrança extrajudicial não lograr êxito, deverá ocorrer a proposição de ação executiva para cobrança judicial.
- Art. 71 Poderá o Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecer valor mínimo de crédito tributário a ser cobrado judicialmente.

SECÃO III DO PAGAMENTO

- Art. 72 O pagamento da dívida ativa será feito em estabelecimento bancário indicado pela Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.
- Art. 73 Os documentos de arrecadação da dívida ativa deverão conter:
- I nome do devedor e/ou responsável;
- II número de inscrição, exercício e/ou período a que se refere;
- III natureza e montante do débito;
- IV acréscimos legais;
- V número do processo judicial, se houver.
- Art. 74 Transitada em julgado sentenca considerando improcedente o débito que está sendo executado, o Procurador responsável pela execução providenciará a respectiva baixa no cadastro.

TÍTULO IV DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Capítulo I DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU

SEÇÃO I DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

- Art. 75 O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.
- Parágrafo único. Considera-se zona urbana aquela estabelecida em lei municipal específica definidora do perímetro urbano na sede e no distrito de Guirapá, excetuadas as áreas de expansão urbana vizinhas à zona rural e aquelas localizadas nos povoados do Tanque, Paus Pretos, Sanharó e Mato Grosso, as quais não constituem zona urbana para fins tributários.
- Art. 76 O fato gerador do IPTU considera-se ocorrido em 1º de janeiro de cada exercício civil, ressalvado os casos previstos nesta Lei.



- § 1º Para a unidade imobiliária construída ou alterada no curso do exercício, o lançamento ou a revisão do valor do imposto será proporcional ao número de meses que faltar para completá-lo.
- § 2º Tratando-se de unidade imobiliária construída ou alterada sem a devida comunicação à Administração Tributária, o lançamento ou a revisão do valor do imposto retroagirá ao mês e ano da:
- I conclusão da obra;
- II da alteração de área construída, padrão construtivo ou categoria de uso do imóvel;
- III da efetiva ocupação, mesmo que parcial, da unidade imobiliária.
- **Art. 77** A incidência do imposto alcança quaisquer imóveis localizados na zona urbana do Município, excetuadas as glebas situadas em zona de expansão urbana desprovidas de água encanada e energia elétrica, independentemente de sua forma, estrutura ou superfície, ressalvadas as previsões constantes no art. 75 deste Código.
- Art. 78 A incidência do imposto independe:
- I do cumprimento de quaisquer exigências legais regulamentares ou administrativas relativas ao imóvel, sem prejuízo das cominações legais cabíveis;
- II da legitimidade do título de aquisição ou de posse do imóvel.

SEÇÃO II DA BASE DE CÁLCULO

Art. 79 A base de cálculo é o valor venal do imóvel, assim entendido o valor, efetivo ou potencial, que este alcançaria no mercado imobiliário, para compra e venda à vista.

Parágrafo único. Na determinação do valor venal não se considera o valor dos bens móveis mantidos no imóvel, em caráter permanente ou temporário, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

- Art. 80 O valor venal poderá ser apurado através de:
- I avaliação cadastral;
- II avaliação especial;
- III arbitramento.
- **Art. 81** A atualização monetária da base de cálculo do imposto poderá ser promovida por Decreto do Poder Executivo Municipal, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial IPCA-E apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE.

Diário Oficial do **Município** 102

Prefeitura Municipal de Pindaí



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

Subseção I Da Avaliação Cadastral

- Art. 82 A avaliação cadastral é feita com base em dados cadastrais, declarados pelo sujeito passivo ou apurados de ofício pela autoridade administrativa, e na Planta Genérica de Valores - PGV, que se constitui na fixação de valores monetários unitários padrão do metro quadrado de terreno e de construção, sendo que:
- I para os terrenos, o valor unitário poderá ser uniforme para uma região, uma quadra, uma face de quadra, um logradouro ou um segmento de logradouro, considerando os seguintes elementos, em conjunto ou separadamente:
- a) a área onde estiver situado;
- b) os serviços ou equipamentos existentes;
- c) a valorização segundo o mercado imobiliário;
- d) diretrizes definidas no Plano Diretor de desenvolvimento urbano e legislação pertinente;
- e) outros dados tecnicamente reconhecidos.
- II para as construções, o valor unitário poderá ser uniforme por tipo da construção e destinação de uso do imóvel, considerando:
- a) o padrão da construção;
- b) os materiais construtivos do imóvel;
- c) outros dados tecnicamente reconhecidos.
- Art. 83 O valor venal do imóvel, apurado pela avaliação cadastral, será o somatório do valor do terreno com o valor da construção.
- § 1º O valor do terreno será calculado pelo produto da área do terreno com o valor monetário do metro quadrado do terreno, conforme fixado na PGV, e com o fator de ponderação do terreno;
- § 2º O valor da construção será calculado pelo produto da área da construção com o valor monetário do metro quadrado da construção, conforme fixado na PGV, e com o fator de ponderação da construção.
- Art. 84 Quando se tratar de imóveis que se constituem como edifícios divididos em mais de uma unidade imobiliária autônoma e como condomínios, verticais ou horizontais, considerar-se-á:
- I como área de terreno, o somatório da área de terreno da unidade com a fração da área de terreno comum;



- II como área da construção, o somatório da área construída da unidade com a fração da área construída comum.
- § 1º Para os condomínios verticais, considerar-se-á:
- a) área de terreno da unidade, a fração ideal do terreno, assim entendida a fração decorrente da divisão proporcional da área de terreno total pela área construída da unidade:
- b) área construída da unidade, a área de uso privativo, assim entendida a área construída privativa da unidade acrescida da área de garagem e/ou vaga privativa sem inscrição cadastral autônoma:
- c) área construída comum, a fração decorrente da divisão proporcional da área construída de uso coletivo pela área de uso privativo de cada unidade;
- § 2º Para os condomínios horizontais, considerar-se-á:
- a) área de terreno da unidade, a área de terreno do lote;
- b) área construída da unidade, a área construída privativa da unidade;
- c) área de terreno comum, a fração decorrente da divisão proporcional da área de terreno de uso coletivo pela área de terreno do lote;
- d) área construída comum, a fração decorrente da divisão proporcional da área construída de uso coletivo pela área construída da unidade.
- § 3º Incluem-se neste artigo os condomínios verticais ou horizontais divididos em apartamentos, casas, salas, conjuntos de salas, lojas, pavimentos vazados e congêneres.
- Art. 85 Considera-se terreno sem edificação, para efeito da tributação:
- I o imóvel onde não haja edificação;
- II o imóvel com edificação em andamento ou cuja obra esteja paralisada;
- III o imóvel cuja edificação seja de natureza temporária ou provisória, ou que possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação;
- IV o imóvel em ruína.
- Art. 86 A unidade imobiliária territorial que se limita com mais de um logradouro será lançada, para efeito do pagamento do imposto, pelo logradouro de acesso, salvo se existir mais de um acesso, quando será lançada, prioritariamente, pelo logradouro de acesso principal; e nos casos cujas regras anteriores não se apliquem, pelo logradouro mais valorizado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

- Art. 87 A unidade imobiliária edificada que se limita com mais de um logradouro será lançada, para efeito do pagamento do imposto, pelo logradouro de acesso, salvo se existir mais de um acesso, quando será lançada pelo logradouro mais valorizado.
- Art. 88 O enquadramento da edificação no respectivo padrão construtivo far-se-á pelo conjunto de características que mais se assemelhe ao padrão, mediante atribuição de pontos, conforme disposto em regulamento.

Parágrafo único. Quando na unidade imobiliária houver edificações que se enquadrem em mais de um padrão de construção, deverá ser adotada a proporcionalidade entre as suas áreas.

- Art. 89 A área construída é encontrada pela soma dos contornos externos das paredes ou pilares, computando-se também a superfície:
- I das sacadas, varandas e terraços, cobertos ou descobertos, de cada pavimento;
- II dos jiraus e mezaninos;
- III pavimentada das garagens, vagas ou estacionamentos descobertos;
- IV das áreas edificadas descobertas destinadas ao lazer, inclusive as quadras de esporte e piscinas;
- V pavimentada de pátios de armazenagem de matérias primas e/ou de produtos acabados;

Parágrafo único. No cálculo do valor venal da construção será observado, ainda, que:

- I a área construída descoberta seja enquadrada no mesmo tipo de uso e padrão da construção principal, com redução de 50% (cinquenta por cento).
- II na sobreloja e mezanino, a área construída seja enquadrada no mesmo tipo da construção principal, com redução de 40% (quarenta por cento).

SUBSEÇÃO II DA AVALIAÇÃO ESPECIAL

- Art. 90 A avaliação especial será feita em função de características especiais do imóvel, tais como:
- I ser uma planta industrial;
- II o terreno ter conformação topográfica e/ou condições desfavoráveis, conforme definido em regulamento;
- § 1º A avaliação especial poderá ser requerida pelo sujeito passivo ou determinada pela autoridade administrativa.



- § 2º A avaliação especial poderá ser contraditada desde que acompanhada de laudo técnico de perito cadastrado em entidade pública.
- § 3º A avaliação especial poderá utilizar-se de dados e elementos de cálculo da avaliação cadastral.

SUBSEÇÃO III DO ARBITRAMENTO

- Art. 91 A base de cálculo poderá ser arbitrada quando:
- I o sujeito passivo impedir o levantamento dos elementos necessários à sua apuração;
- II o imóvel encontrar-se fechado e o sujeito passivo não for localizado.
- **Art. 92** Para apuração da base de cálculo por arbitramento far-se-á, previamente, a notificação do sujeito passivo por aviso de recebimento ou edital.

Parágrafo único. O arbitramento será feito com base em estimativa das áreas de terreno e de construção, dos elementos e padrões construtivos e do uso, levando-se em conta elementos circunvizinhos e edificações semelhantes, com a utilização de dados e elementos de cálculo da avaliação cadastral.

SEÇÃO III DOS FATORES DE PONDERAÇÃO

- Art. 93 Ficam estabelecidos os seguintes fatores de ponderação:
- I de terrenos:
- a) pela situação privilegiada do imóvel no logradouro ou trecho de logradouro;
- b) pela arborização de área loteada ou de espaços livres onde haja edificações ou construções;
- c) pelas condições topográficas desfavoráveis.
- II de construção:
- a) pela existência de equipamentos especiais de locomoção;
- b) pela depreciação do imóvel em função da idade.
- III de valor venal de mercado, aplicado aos imóveis cujo valor venal calculado sem a aplicação deste fator seja inferior a 50 % (cinquenta por cento) do valor de mercado do imóvel.
- **Parágrafo único.** A aplicação dos fatores não poderá ensejar valorização ou desvalorização superior a 25% (vinte e cinco por cento).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

SEÇÃO IV DO CÁLCULO DO IMPOSTO

Art. 94 O imposto é calculado a partir da aplicação de alíquotas, constantes na Tabela de Receitas nº I, sobre a base de cálculo apurada na forma desta Lei.

Parágrafo único. O imposto de que trata o caput deste artigo será progressivo à razão de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano, sobre as alíquotas previstas na Tabela I desta Lei, aos imóveis não utilizados ou subutilizados, respeitada alíquota máxima de 15% (quinze por cento).

Art. 95 O imóvel que possuir área de terreno excedente a 5 (cinco) vezes a área construída, coberta ou não, fica sujeito, na área excedente, à aplicação da alíquota prevista para terreno sem edificação.

SEÇÃO V DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL

- **Art. 96** Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.
- **§ 1º** Respondem pelo imposto os promitentes-compradores imitidos na posse, os cessionários, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencente a pessoa física ou jurídica de direito público ou privado isenta do imposto ou imune.
- § 2º O espólio é o responsável pelo pagamento do imposto incidente sobre os imóveis que pertenciam ao "de cujus".
- § 3º A massa falida é responsável pelo pagamento do imposto incidente sobre os imóveis de propriedade do falido.
- **Art. 97** O imposto constitui ônus que acompanha o imóvel em todos os casos de transferência de propriedade ou de direitos reais a ele relativos, exceto no caso de arrematação judicial.
- Art. 98 O domicílio tributário do sujeito passivo:
- I para os imóveis territoriais será outro endereço, obrigatoriamente, por ele informado;
- II para os imóveis prediais será o endereço do imóvel tributado, podendo o sujeito passivo eleger outro.

Parágrafo único. A autoridade tributária poderá recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do imposto.

SEÇÃO VI DO LANÇAMENTO E DA NOTIFICAÇÃO



- Art. 99 O imposto é devido anualmente e será lançado de ofício, com base em elementos cadastrais declarados pelo contribuinte ou apurado pela Administração Tributária.
- Art. 100 Far-se-á o lançamento do imposto em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor do imóvel.

Parágrafo único. O imposto poderá ser lançado, ainda, em nome de qualquer outro dos sujeitos passivos definidos nesta Lei, e ainda do espólio ou da massa falida, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais.

Art. 101 A notificação do lançamento será feita, preferencialmente, por edital.

Parágrafo único. Considerar-se-á, ainda, notificado o sujeito passivo com a entrega do carnê de pagamento:

- I em seu domicílio;
- II pessoalmente, nos locais de atendimento ao contribuinte;
- III por via postal ou por entregadores no endereço do imóvel tributado;
- IV por meio eletrônico.

SEÇÃO VII **DO PAGAMENTO**

- Art. 102 O pagamento do imposto será feito na forma e prazos definidos em Regulamento, podendo ser parcelado em até 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas.
- § 1º O pagamento de uma cota do parcelamento não pressupõe o pagamento de cota anterior.
- § 2º A falta de pagamento do imposto nas datas estabelecidas no regulamento implica na incidência dos acréscimos legais previstos nesta Lei.
- Art. 103 Fica autorizada a concessão de desconto de até 10% (dez por cento) para pagamento em cota única, quando o contribuinte estiver adimplente com o recolhimento do imposto nos exercícios anteriores.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo Municipal poderá estabelecer o valor mínimo de cada cota do parcelamento.

SEÇÃO VIII DA ISENÇÃO

Art. 104 É isento do imposto o prédio ou unidade autônoma cedida gratuitamente, em sua totalidade, para o uso da União, do Estado ou do Município.



Parágrafo único. Os imóveis prometidos à venda perderão o favor fiscal da isenção a partir do momento em que se constituir o ato.

SEÇÃO IX DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

- Art. 105 São infrações as situações a seguir indicadas, passíveis da aplicação das seguintes penalidades básicas:
- I no valor de 10% (dez por cento) do tributo atualizado:
- a) a falta de comunicação, no prazo de 30 (trinta) dias, da aquisição de propriedade, domínio útil ou posse do imóvel;
- b) a falta de declaração, no prazo de 30 (trinta) dias, do domicílio tributário para os proprietários de imóveis territoriais;
- c) a falta de recadastramento do imóvel, quando determinado pela Administração Tributária;
- II no valor de 50% (cinquenta por cento) do tributo atualizado:
- a) a falta de declaração, no prazo de 30 (trinta) dias, do término de reformas, ampliações, modificações de uso ou de padrão construtivo do imóvel que implique mudança na base de cálculo ou na alíquota;
- b) o recolhimento com insuficiência, no prazo indicado na legislação, quando apurado em ação fiscal, independentemente da causa.
- III no valor de 100% (cem por cento) do tributo atualizado:
- a) falta de declaração do imóvel para fins de inscrição cadastral e lançamento do imposto;
- b) prestar informações falsas ou omitir dados que possam prejudicar o cálculo do imposto ou a análise de pedido de isenção ou reconhecimento de imunidade;
- c) o gozo indevido de imunidade ou isenção do imposto.

Parágrafo único. Na ocorrência das circunstâncias agravantes, definidas no art. 61, aplica-se a majoração da pena prevista nesse dispositivo.

Capítulo II DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTERVIVOS DE BENS IMÓVEIS - ITIV

SEÇÃO I DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 106 O imposto sobre a transmissão "intervivos", a qualquer título, por ato oneroso, de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição, tem como fato gerador:

- I a transmissão "intervivos", a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil;
- II a transmissão "intervivos", por ato oneroso, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos de garantia;
- III a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.
- **Art. 107** A incidência do ITIV alcança as seguintes mutações patrimoniais:
- I compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes;
- II dação em pagamento;
- III permuta;
- IV arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça;
- V incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, ressalvados os casos de imunidade e não incidência;
- VI transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer dos sócios, acionistas ou respectivos sucessores;
- VII tornas ou reposições que ocorram:
- a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte, quando o cônjuge ou herdeiro receber quota-parte dos imóveis situados no Município, cujo valor seja maior do que o da parcela que lhe caberia na totalidade desses imóveis;
- b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida por qualquer condômino quota-parte material cujo valor seja maior que a quota-parte ideal, exceto nos casos de constituição anterior à edição dessa lei;
- VIII mandato em causa própria e seus substabelecimentos, quando o instrumento contiver os requisitos essenciais à compra e venda;
- IX instituição de fideicomisso;
- X enfiteuse e subenfiteuse;
- XI rendas expressamente constituídas sobre imóvel;
- XII concessão real de uso;
- XIII cessão de direitos de usufrutos;



- XIV cessão de direitos a usucapião;
- XV cessão de direitos do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;
- XVI acessão física quando houver pagamento de indenização;
- XVII cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;
- XVIII qualquer ato judicial ou extrajudicial "intervivos" não especificado neste artigo que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;
- XIX cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior;
- XX cessão de promessa de venda ou transferência de promessa de cessão, relativa a imóveis, quando se tenha atribuído ao promitente comprador ou ao promitente cessionário o direito de indicar terceiro para receber a escritura decorrente da promessa.

Parágrafo único. Equipara-se à compra e venda, para efeitos tributários:

- I a permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza;
- II a permuta de bens imóveis situados no território do Município por outros quaisquer bens situados fora do território do Município.

SECÃO II DA NÃO INCIDÊNCIA

- Art. 108 Ressalvado o disposto no artigo seguinte, o imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos nos artigos anteriores:
- I quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;
- II quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra.
- § 1º O imposto não incide, ainda, sobre a transmissão aos mesmos alienantes, dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência da sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.
- § 2º A não incidência referida no inciso I deste artigo está limitada ao valor do capital subscrito, devendo o excedente que constituir crédito do subscritor ou de terceiros, ser oferecido à tributação.
- Art. 109 Não se aplica o disposto no artigo anterior quando a atividade do adquirente ou sua atividade preponderante for a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de imóveis, ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

Diário Oficial do **Município**

Prefeitura Municipal de Pindaí



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

- § 1º Considera-se caracterizada atividade preponderante quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos dois anos anteriores e nos dois anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas no caput deste artigo.
- § 2º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.
- § 3º Não havendo receita operacional, prevalecerá como atividade preponderante quaisquer das previstas no contrato social.
- **§ 4º** Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.
- § 5º O disposto neste artigo não se aplica quando a transmissão de bens ou direitos for realizada em conjunto com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

SEÇÃO III DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 110 A base de cálculo do imposto é:

- I nas transmissões em geral, o valor dos bens ou direitos transmitidos declarados pelo contribuinte ou apurado pelo Fisco, prevalecendo o que for maior;
- II nas transferências de domínio, o valor declarado pelo contribuinte ou apurado pelo Fisco, prevalecendo o que for maior;
- III nas dações em pagamento, o valor, apurado pelo Fisco, do imóvel dado, independentemente do valor da dívida solvida;
- IV nas permutas, o valor de cada imóvel permutado declarado pelo contribuinte ou apurado pelo Fisco, prevalecendo o que for maior;
- V nas instituições de fideicomisso ou usufruto, o valor declarado pelo contribuinte ou apurado pelo Fisco, prevalecendo o que for maior;
- VI na arrematação judicial, o valor da avaliação judicial do imóvel;
- VII na arrematação administrativa e no leilão, o valor do maior lance.
- **Parágrafo único.** Na arrematação administrativa, bem como nas hipóteses de adjudicação, remição ou leilão, a base de cálculo do ITIV não poderá ser inferior ao valor da avaliação administrativa.
- **Art. 111** Apurada a base de cálculo, o imposto será calculado mediante aplicação das seguintes alíquotas:



- I 0,5% (um e meio por cento) para as transmissões de imóveis populares, conforme disposto em regulamento;
- II 2,0% (três por cento) nas demais transmissões.

SEÇÃO IV DO LANÇAMENTO

- **Art. 112** O lançamento do imposto será feito com base na declaração do contribuinte ou de ofício pela autoridade administrativa.
- **Art. 113** Quando a Administração Tributária não concordar com o valor venal declarado pelo contribuinte, promoverá a avaliação de ofício buscando o valor efetivo de mercado do bem ou direito.
- **§ 1º** A Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento poderá publicar tabela mínima de preços dos terrenos e das edificações, que servirão de base para avaliação dos valores venais dos imóveis.
- § 2º A avaliação de ofício não poderá ser inferior ao valor venal utilizado para o IPTU.
- § 3º Fica ressalvado ao contribuinte o direito de contraditar a avaliação de ofício, desde que acompanhada de laudo técnico de perito cadastrado em instituição pública.

SEÇÃO V DO SUJEITO PASSIVO

- **Art. 114** O contribuinte do imposto é o adquirente, o cessionário, o arrematante ou os permutantes do bem ou direitos transmitidos.
- Art. 115 Responde solidariamente pelo pagamento do imposto:
- I o transmitente;
- II o cedente;
- III o tabelião, escrivão, oficiais de registro de imóveis e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles ou perante eles praticados, em razão de seu ofício ou pelas omissões de sua responsabilidade.

SEÇÃO VI DO PAGAMENTO E DA RESTITUIÇÃO

- Art. 116 O imposto será recolhido, em parcela única:
- I antes da realização do ato ou da lavratura do instrumento público ou particular que configurar a obrigação;
- II em até 30 (trinta) dias:

Diário Oficial do **Município** 113

Prefeitura Municipal de Pindaí



- a) nas transmissões realizadas em virtude de sentença judicial, contados da sentença que houver homologado seu cálculo;
- b) nas tornas ou reposições em que sejam interessados incapazes, contados da data em que se der a concordância do Ministério Público;
- c) na arrematação ou adjudicação, contados da data em que tiver sido assinado o ato ou deferida a adjudicação, ainda que haja recurso pendente;
- d) nas promessas de compra e venda de unidade imobiliária para entrega futura do imóvel, contados da data da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo Municipal poderá instituir o pagamento parcelado do ITIV, desde que a quitação ocorra antes do fato gerador do imposto.

- Art. 117 O imposto será restituído, no todo ou em parte, nas seguintes hipóteses:
- I quando não se realizar o ato ou contrato em virtude do qual houver sido pago;
- II quando declarada a nulidade do ato ou contrato em virtude do qual o imposto houver sido pago em decisão judicial passada em julgado;
- III quando pago a maior.

Parágrafo único. Regulamentação Municipal definirá os procedimentos a serem observados nas restituições.

SEÇÃO VII DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

- Art. 118 São infrações as situações a seguir indicadas, passíveis de aplicação da multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o imposto devido;
- I a falta ou insuficiência no recolhimento do imposto, quando apurada em ação fiscal;
- II ações ou omissões que induzam à falta de lançamento do imposto.

Parágrafo único. Na ocorrência das circunstâncias agravantes definidas no art. 61, aplica-se a majoração da pena prevista nesse dispositivo.

SEÇÃO VIII OUTRAS DISPOSIÇÕES

Art. 119 Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos Notários, Oficiais de Registro de Imóveis ou seus prepostos, os atos e termos relacionados com a transmissão de bens imóveis, localizados no território deste Município, ou de direitos a eles relativos, sem a prova do pagamento do imposto ou do reconhecimento administrativo da não incidência, da imunidade ou da concessão de isenção.



Capítulo III DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS

SEÇÃO I DO FATO GERADOR, DA INCIDÊNCIA E DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 120 O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS tem como fato gerador a prestação de serviços relacionados na Lista de Serviços anexa a esta Lei, ainda que esses serviços não se constituam como atividade preponderante do prestador ou que envolvam fornecimento de mercadorias, salvo as exceções expressas na própria Lista.

§ 1º O imposto incide também sobre:

- I o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;
- II o serviço prestado mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
- § 2º O imposto não incide sobre:
- I a exportação de serviço para o exterior do País;
- II a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
- III o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras:
- IV o ato cooperativo praticado por sociedade cooperativa.
- § 3º Não se enquadra no disposto no inciso I do § 1º o serviço desenvolvido no Brasil, cujo resultado se verifique neste Município, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.
- § 4º A incidência do imposto independe:
- I da denominação dada ao serviço prestado;
- II da existência de estabelecimento fixo;
- III do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade ou prestação dos serviços, sem prejuízo de penalidades cabíveis;
- IV do recebimento do preço;
- V do resultado econômico da prestação;



- VI do caráter permanente ou eventual da prestação;
- VII da destinação dos serviços, exceto o disposto no inciso I, do § 2º deste artigo.
- Art. 121 Considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto guando da prestação do serviço.
- § 1º Quando se tratar dos serviços prestados por profissional autônomo, considera-se ocorrido o fato gerador:
- a) em 1º de janeiro de cada exercício civil, para os contribuintes já inscritos;
- b) na data do início da atividade, para os contribuintes que se inscreverem no curso do exercício civil, sempre calculado de forma proporcional ao calendário fiscal remanescente do exercício.
- § 2º Havendo antecipação de pagamento de serviços, considera-se devido o imposto no momento do seu recebimento;
- § 3º Quando se tratar de retenção na fonte por entidades ou órgãos da administração direta, autarquias e fundações do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, considera-se devido o imposto na data do pagamento dos serviços.
- Art. 122 Para efeito da ocorrência do fato gerador, considera-se prestado o serviço e devido o imposto no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:
- I do estabelecimento do tomador ou do intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação tenha se iniciado no exterior do País;
- II da instalação de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da Lista de Serviços anexa a esta Lei;
- III da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da Lista de Serviços anexa a esta Lei;
- IV da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da Lista de Serviços anexa a esta Lei;
- V das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da Lista de Serviços anexa a esta Lei;
- VI da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da Lista de Serviços anexa a esta Lei;
- VII da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos,

Diário Oficial do **Município** 116

Prefeitura Municipal de Pindaí



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da Lista de Serviços anexa a esta Lei;

- VIII da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da Lista de Serviços anexa a esta Lei;
- IX do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da Lista de Serviços anexa a esta Lei;
- X do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da Lista de Serviços anexa a esta Lei;
- XI da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da Lista de Serviços anexa a esta Lei;
- XII da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da Lista de Serviços anexa a esta Lei;
- XIII onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da Lista de Serviços anexa a esta Lei;
- XIV no local onde se encontrem os bens ou no local do domicílio das pessoas vigiadas, seguradas ou monitoradas, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei;
- XV do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da Lista de Serviços anexa a esta Lei;
- XVI da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos no item 12, exceto o subitem 12.13, da Lista de Serviços anexa a esta Lei;
- XVII da execução dos serviços de transporte de natureza municipal, descritos no item 16.01 da Lista de Serviços anexa a esta Lei;
- XVIII do estabelecimento do tomador da mão-de-obra, ou na falta do estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da Lista de Serviços anexa a esta Lei;
- XIX da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, a organização e a administração, no caso dos serviços descritos no subitem 17.10 da Lista de Serviços anexa a esta Lei;
- XX dos serviços de terminais rodoviários, e ferroviários e descritos no item 20 da Lista de Serviços anexa a esta Lei, ressalvado o disposto no § 1º;
- § 1º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador dos serviços.
- § 2º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da Lista de Serviços anexa a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

esta Lei, considera-se ocorrido o fato gerador e devido, neste Município, o imposto, proporcionalmente à extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

- § 3º No caso dos serviços a que se refere o item 22 da Lista de Serviços anexa a esta Lei, considera-se ocorrido o fato gerador e devido, neste Município, o imposto, proporcionalmente à extensão de rodovia nele explorada.
- **Art. 123** É irrelevante para a configuração do estabelecimento prestador:
- I se a atividade de prestar serviços é de modo permanente ou temporário;
- II as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.
- **Art. 124** Consideram-se estabelecidas neste Município as pessoas físicas e/ou jurídicas que se enquadrem nas hipóteses prevista nesta desta Lei.

SEÇÃO II DA BASE DE CÁLCULO

- Art. 125 A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.
- § 1º Considera-se preço do serviço a receita bruta mensal resultante da prestação de serviços, mesmo que não tenha sido recebida.
- § 2º Constituem parte integrante do preço:
- I os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros;
- II os ônus relativos à concessão de crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviços a prazo, sob qualquer modalidade;
- III todos os tributos incidentes diretamente na base de cálculo;
- IV os descontos condicionados, abatimentos ou deduções, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo.
- § 3º Quando a contraprestação se verificar através da troca de serviços ou o seu pagamento for realizado mediante o fornecimento de mercadorias, bens ou serviços de qualquer natureza, o preço dos serviços, para base de cálculo do imposto, será o preço corrente na praça da mercadoria, bem ou serviço fornecido.
- § 4º Quando se tratar dos serviços descritos no subitem 3.04 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei, a base de cálculo será proporcional à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes neste Município.
- § 5° Na prestação dos serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e $\underline{7}$.17 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei, a base de cálculo é o preço do serviço deduzido do preço dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

materiais fornecidos pelo prestador do serviço, em 40% (quarenta por cento), desde que aplicados e incorporados à obra, conforme disposto em regulamento.

- § 6º Na prestação dos serviços a que se refere o subitem 17.06 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei, poderá ser deduzido da base de cálculo do imposto o valor relativo aos gastos com serviços de produção externa prestados por terceiros, desde que comprovados pelas respectivas Notas Fiscais de Serviços Eletrônica e o imposto tenha sido retido na fonte, conforme disposto em regulamento.
- § 7º No caso dos serviços descritos no subitem 21.01 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei, poderá ser deduzido da base de cálculo os repasses:
- I à receita do Estado, em decorrência da Taxa de Fiscalização Judiciária;
- II ao valor destinado à Defensoria Pública do Estado da Bahia.
- Art. 126 Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado pela aplicação da alíquota sobre uma base de cálculo estimada, conforme Tabela de Receita nº II, anexa a esta Lei.
- § 1º Para efeito de aplicação deste artigo, considera-se como forma de trabalho pessoal, sob a denominação de profissional autônomo:
- I o profissional liberal, assim considerado todo aquele que realiza trabalho ou ocupação intelectual (científica, técnica ou artística), de nível superior ou a este equiparado, com objetivo de lucro ou remuneração;
- II o profissional não liberal compreendendo todo aquele que, embora não tenha diploma de nível superior, desenvolva atividade lucrativa de forma autônoma.
- § 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos profissionais autônomos que:
- I prestem serviços alheios ao exercício da profissão para a qual sejam habilitados;
- II utilizem mais de 01(um) empregado, a qualquer título, na execução direta ou indireta dos serviços por ele prestados;
- III não estejam cadastrados no Município como tal.
- Art. 127 Quando se tratar da prestação dos serviços a que se referem os subitens 4.01, 4.06, 4.08, 4,09, 4.10, 4.11, 4.12, 4.15, 4.16, 5.01, 7.01, 17.14, 17.19, 27.01, 29.01 e 30.01 da lista de serviços anexa, e estes forem prestados por sociedades de profissionais, o imposto será calculado em função de cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste o serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável, e desde que a sociedade atenda aos seguintes requisitos:
- I constituam-se como sociedades civis de trabalho profissional, sem cunho empresarial;
- II não sejam constituídas sob forma de sociedade anônima, ou de outras sociedades comerciais ou a elas equiparadas;



- III os serviços prestados sejam, exclusivamente, os previstos contratualmente pela sociedade;
- IV não possua pessoa jurídica como sócio;
- V os profissionais que a compõem devem possuir habilitação específica para a prestação dos serviços contratualmente previstos.

Subseção I Da Estimativa da Base de Cálculo

- Art. 128 Nas prestações de serviços de difícil controle ou fiscalização, a base de cálculo poderá ser estimada, conforme critérios estabelecidos em Ato do Poder Executivo.
- Art. 129 Os critérios para aplicação do regime de estimativa da base de cálculo deverão ser publicados até o último dia útil do mês de setembro de cada exercício, para vigência nos exercícios seguintes.
- Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo atualizará monetariamente os valores estimados, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial - IPCA-E apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
- Art. 130 Os sujeitos passivos abrangidos pelo regime de estimativa poderão impugnar os critérios estabelecidos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados na data de publicação.
- Parágrafo único. A Administração Tributária deverá analisar a impugnação e responde-la em até 30 (trinta) dias, contados de sua interposição.
- Art. 131 Poderá o sujeito passivo alcançado pelo regime de estimativa optar pelo regime normal de tributação, desde que:
- I peticione a opção em até 30 (trinta) dias, após a publicação dos critérios da estimativa;
- II apresente, referente aos 2 (dois) anos anteriores e enquanto vigorar o regime de estimativa:
- a) Livro Diário e Razão, revestidos das formalidades legais;
- b) Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica;
- c) documentos e extratos de movimentação financeira e bancária.
- Art. 132 Poderá o Chefe do Poder Executivo dispensar a obrigatoriedade de emissão de notas fiscais para sujeitos passivos alcançados pelo regime de estimativa.
- Art. 133 O Regulamento poderá estabelecer, ainda, critérios de estimativa da base de cálculo para as atividades de pequena expressão econômico-financeira ou de rudimentar organização.



SUBSEÇÃO II DO ARBITRAMENTO DA BASE DE CÁLCULO

- Art. 134 A base de cálculo do imposto será apurada mediante arbitramento quando:
- I o contribuinte não dispuser de elementos de contabilidade ou de qualquer outro dado que comprove a exatidão do montante da matéria tributável;
- II recusar-se o contribuinte a apresentar ao Fiscal de Tributos os livros da escrita comercial ou fiscal e documentos outros indispensáveis à apuração da base de cálculo, ou não possuir os livros ou documentos fiscais, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização;
- III o exame dos elementos fiscais ou contábeis levar à convicção da existência de fraude ou indicio de sonegação;
- IV forem omissos ou não mereçam fé as declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo;
- § 1º Na hipótese de arbitramento, o Fiscal de Tributos lavrará termo de fiscalização circunstanciado, indicando, de modo claro e preciso, os critérios que adotou para arbitrar a base de cálculo do tributo, observado o disposto em Regulamento.
- § 2º Do imposto apurado com base na receita arbitrada serão deduzidos os valores já recolhidos ou que tenham sido objeto de lançamento anterior.

SECÃO III DO CÁLCULO DO IMPOSTO E DAS ALÍQUOTAS

- Art. 135 O valor do imposto será calculado aplicando-se à base de cálculo a alíquota correspondente, na forma da Tabela nº II, anexa a esta Lei.
- Art. 136 Na Hipótese de prestação de serviços enquadráveis em mais de um item da Lista de Serviços anexa a esta Lei, o contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas, enquadráveis em cada item, sob pena do imposto ser calculado mediante aplicação, para os serviços controversos, da alíquota mais elevada.

SEÇÃO IV DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL

- Art. 137 Contribuinte do imposto é o prestador de serviços, com ou sem estabelecimento fixo, regularmente constituído ou não.
- Art. 138 São responsáveis, na condição de substituto tributário, independentemente de efetuarem a retenção na fonte do imposto:
- I o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;



- II a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista anexa.
- III a pessoa física ou jurídica tomadora de serviço que lhe seja prestado sem a emissão de nota fiscal, quando obrigatória;
- IV empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Público Federal,
 Estadual ou Municipal;
- V as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central;
- VI as concessionárias e permissionárias de serviços públicos;

Parágrafo único. O prestador do serviço é responsável solidário pelo cumprimento total ou parcial da obrigação tributária, quando der causa à falta ou insuficiência no recolhimento pelo substituto tributário.

- **Art. 139** Ficam obrigados a efetuarem a retenção na fonte e o recolhimento do imposto sejam na situação de contratantes, fontes pagadoras ou intermediárias de serviços:
- I a pessoa física ou jurídica tomadora dos serviços descritos nos incisos I a XX do art. 122 desta Lei;
- II as pessoas jurídicas beneficiadas por imunidade ou isenção;
- III as entidades ou órgãos da administração direta, autarquias e fundações do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.
- § 1º Fica o retentor obrigado a entregar ao prestador do serviço o Recibo de Retenção na Fonte.
- § 2º Não havendo a retenção na fonte pelo tomador, o prestador de serviço deve recolher o imposto na data estabelecido no calendário fiscal.
- Art. 140 Não será efetuada a retenção na fonte:
- I nos serviços prestados por:
- a) profissional autônomo que comprovar, ao tomador do serviço, sua regularização no Cadastro Fiscal deste Município;
- b) contribuintes sujeito à estimativa da base de cálculo.
- II quando o contribuinte utilizar a Nota Fiscal Avulsa.

SEÇÃO V DO LANÇAMENTO E DO PAGAMENTO

Art. 141 O lançamento do imposto é mensal e efetuado:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

- a) por homologação, para os sujeitos passivos tributados pelo regime normal;
- b) de ofício, para os sujeitos passivos tributados pelo regime de estimativa e os profissionais autônomos.

Parágrafo único. O contribuinte é obrigado a declarar a inexistência de imposto a recolher no mês, quando não ocorrer o fato gerador ou quando o imposto tenha sido todo retido, conforme dispuser o Regulamento.

Art. 142 O imposto será pago na forma, prazos e condições estabelecidas em Regulamento.

SEÇÃO VI DO DOCUMENTÁRIO FISCAL

- Art. 143 Os sujeitos passivos do imposto ficam obrigados a:
- I manter em uso, escrita fiscal e contábil, destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributados;
- II emitir os documentos fiscais exigidos em cada operação.
- Art. 144 Ficam instituídos os seguintes documentos:
- I Nota Fiscal de Prestação de Serviços NFPS;
- II Nota Fiscal Fatura de Serviços NFFS;
- III Nota Fiscal de Serviço Eletrônica NFS-e;
- IV Cupom Fiscal CF;
- V Nota Fiscal Avulsa NFA;
- VI Recibo de Retenção na Fonte RRF;
- VII Recibo Provisório de Serviço RPS;
- § 1º O Poder Executivo poderá instituir outros livros e documentos fiscais para controle da atividade do contribuinte e do responsável.
- **§ 2º** Os modelos, formas, regimes e obrigação de utilização, prazos de validade e obrigação de autenticação dos documentos e livros fiscais serão disciplinados em Ato do Poder Executivo, que poderá prever a dispensa de sua emissão ou utilização.
- **Art. 145** Constituem instrumentos auxiliares de escrita fiscal, sem prejuízo de outros documentos que sejam julgados necessários, de exibição obrigatória à Autoridade Administrativa Fiscal:
- I os livros de contabilidade em geral do contribuinte, tanto os de uso obrigatório quanto os auxiliares, inclusive os digitais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

- II os documentos fiscais, as guias de pagamento de tributos, ainda que devidos a outros entes da federação;
- III demais documentos contábeis relativos às operações do contribuinte, ainda que pertencentes ao arquivo de terceiros, que se relacionem direta ou indiretamente, com os lançamentos efetuados na escrita fiscal ou comercial do contribuinte ou responsável.
- Art. 146 Os documentos e livros fiscais e os instrumentos auxiliares da escrita fiscal são de exibição obrigatória ao Fiscal de Tributos.
- § 1º Os livros fiscais e os instrumentos auxiliares da escrita fiscal devem ser exibidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados do termo de requisição.
- § 2º Em caso de perda, extravio, furto ou roubo de documentos e livros fiscais, o sujeito passivo fica obrigado a comunicar o fato à Administração Tributária, no prazo de até 30 (trinta) dias, apresentando as provas necessárias, conforme definido em Ato do Poder Executivo.

SEÇÃO VII DAS ISENÇÕES

Art. 147 São isentos do imposto:

- I as associações comunitárias e os clubes de serviços cuja finalidade, nos termos dos respectivos estatutos e tendo em vista os atos efetivamente praticados, esteja voltada para o desenvolvimento da comunidade e não tenha finalidade lucrativa;
- II os trabalhadores autônomos que exercerem suas atividades em estabelecimentos de rudimentar organização, tal como definido em regulamento, cuja renda mensal seja inferior a um salário mínimo nacional;
- III a atividade de espetáculos culturais exclusivamente promovidos por entidades sem fins lucrativos;
- IV a empresa pública e a sociedade de economia mista deste município.

SEÇÃO VIII DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

- Art. 148 São infrações as seguintes situações, passíveis da aplicação das respectivas penalidades:
- I no valor de 50% (cinquenta por cento) do imposto devido, quando apurada em ação fiscal, a falta ou insuficiência no recolhimento do imposto, após o prazo previsto no calendário fiscal:
- II no valor de 100% (cem por cento) do imposto devido, quando apurada em ação fiscal:
- a) a falta de recolhimento de imposto retido na fonte, no prazo previsto no calendário fiscal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

- b) a existência de fraude ou indicio de sonegação, em face do exame dos elementos fiscais ou contábeis, que resultem em tributação inferior ao efetivamente devido;
- III no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), para cada documento, até o limite de R\$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) por mês:
- a) a não entrega de documento(s) fiscal(is) ou documento(s) que o(s) substitua(m), quando emitido;
- b) a emissão de documento fiscal ou documento que os substituam, após o vencimento do prazo de validade;
- c) a emissão de documento fiscal ou documento que os substituam, sem preenchimento de quaisquer dos campos obrigatórios, definidos em regulamento do Poder Executivo;
- IV no valor de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido, com imposição mínima de R\$ 200,00 (duzentos reais):
- a) a prestação de serviço sem a devida emissão de documento fiscal, por serviço;
- b) a prestação de serviço com emissão de documento fiscal fora do prazo de validade, sem autorização ou em desacordo com o modelo autorizado, por documento;
- c) a falta de retenção na fonte pelos tomadores de serviços descriminados no art. 139 desta Lei, por serviço tomado.
- V no valor de 30% (trinta por cento) do valor do imposto devido, com imposição mínima de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais):
- a) a falta de conservação de documento fiscal, que o torne ilegível ou prejudique seu exame, até que ocorra a decadência ou prescrição.
- b) a falta de entrega ao prestador do devido recibo de retenção na fonte;
- c) o uso de documentário fiscal de prestação de serviço, na prestação de serviço não constante da Lista de Serviços, exceto quando da locação de bens móveis.
- VI no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), por mês não declarado, a falta de declaração do contribuinte:
- a) quando não tenha exercido atividade tributável no mês;
- b) de que o imposto devido no mês tenha sido retido na fonte;
- VII no valor de R\$ 70,00 (setenta reais), por evento, o descumprimento de qualquer obrigação acessória prevista neste Capítulo e não especificada neste artigo.
- VIII no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a falta de:
- a) autorização para utilização de equipamento emissor de cupom fiscal ou a sua utilização sem lacre e/ou sem etiqueta, por equipamento, por estabelecimento e por mês;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

- b) a falta de comunicação à Administração Tributária de intervenção técnica no equipamento emissor de cupom fiscal, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da finalização da intervenção, por equipamento e por estabelecimento;
- c) a falta de autorização para impressão ou utilização de ingressos, ou equivalente, que permitam o acesso a espetáculo de diversão pública, por espetáculo ou apresentação e por grupo de 100 ingressos ou equivalente;
- d) a falta de comunicação à Administração Tributária, no prazo de 30 (trinta) dias, da perda, extravio, furto ou roubo de documento fiscal.

Parágrafo único. Quando se tratar de contribuinte enquadrado no regime tributário do Simples Nacional aplicar-se-ão as multas previstas na legislação federal.

Capítulo IV DAS TAXAS MUNICIPAIS

Art. 149 As Taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

SEÇÃO I DAS TAXAS DE PODER DE POLÍCIA

SUBSEÇÃO I DA TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO - TLL

- Art. 150 A Taxa de Licença de Localização TLL tem como fato gerador o licenciamento obrigatório de estabelecimentos quanto às normas administrativas constantes do Código de Obras, Lei Ambiental e do Código de Posturas relativas ao saneamento da cidade, ao controle e ordenamento das atividades urbanas, à higiene, costumes, tranquilidade e segurança pública.
- § 1º Inclui-se na incidência da Taxa o exercício de atividades decorrentes de profissão, arte, ofício ou função.
- § 2º Para efeito de aplicação deste artigo, considera-se estabelecimento o local, ainda que residencial, do exercício de qualquer das atividades nele abrangidas.
- § 3º Consideram-se estabelecimentos distintos, para efeito de incidência da Taxa:
- I os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;
- II os que embora sob as mesmas responsabilidades e ramo de negócio, estejam situados em locais diferentes.
- Art. 151 A Taxa é devida pelas diligências para verificar as condições para localização do estabelecimento quanto aos usos existentes no entorno e sua compatibilidade com o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, do Código de Obras, da Política Municipal do Meio Ambiente e do Código de Posturas.



Art. 152 A Taxa será calculada de acordo com a Tabela de Receita nº III, anexa a esta Lei e o lançamento se fará com base na declaração do contribuinte ou de ofício, de acordo com os critérios e normas previstos em Ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. A Taxa será paga de uma só vez, antes do licenciamento da atividade, conforme critérios definidos em Ato do Poder Executivo.

Art. 153 São isentos da Taxa:

- I a empresa pública e a sociedade de economia mista deste município.
- II os órgãos da administração direta, autarquias e fundações municipais, estaduais e federais;
- III o microempreendedor individual MEI, conforme definido na Lei Complementar Federal nº 128/2008.
- **Art. 154** São infrações as situações a seguir indicadas, passíveis de aplicação das seguintes penalidades:
- I no valor de 50% (cinquenta por cento) do tributo não recolhido a falta de informações para fins de lançamento, quando apurada em ação fiscal;
- II no valor de 100% (cento por cento) do tributo não recolhido a falta de informações para fins de lançamento, combinada com a prática de ato que configure qualquer das circunstâncias agravantes previstas no art. 61 desta Lei.

SUBSEÇÃO II DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO – TFF

- **Art. 155** A Taxa de Fiscalização do Funcionamento TFF tem como fato gerador o poder de polícia para a fiscalização de estabelecimentos quanto ao cumprimento das normas administrativas constantes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, do Código Urbanístico e Ambiental e do Código de Polícia Administrativa relativas ao ordenamento do uso e ocupação do solo, à higiene, costumes, tranquilidade e segurança pública.
- § 1º Inclui-se na incidência da TFF o exercício de atividades decorrentes de profissão, arte, ofício ou função.
- § 2º Para efeito de aplicação deste artigo, considera-se estabelecimento o local, ainda que residencial, do exercício de qualquer das atividades nele abrangidas.
- § 3º Consideram-se estabelecimentos distintos, para efeito de incidência da Taxa:
- I os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;
- II os que embora sob as mesmas responsabilidades e ramo de negócio, estejam situados em locais diferentes.



Art. 156 Considera-se ocorrido o fato gerador da Taxa:

- I a 1º de janeiro de cada exercício civil, para contribuintes já inscritos;
- II na data do início da atividade, para os contribuintes que se inscreverem no curso do exercício civil, calculada proporcionalmente aos meses restantes do exercício, contados a partir do mês do pedido de inscrição ou da inscrição de ofício.

Parágrafo único. Considera-se em funcionamento o estabelecimento ou exploração de atividades até a data de entrada do pedido de baixa, ressalvada a prova em contrário, conforme definido em regulamento.

Art. 157 A Taxa será calculada de acordo com a Tabela de Receita nº IV, anexa a esta Lei, e o lançamento se dará com base na declaração do contribuinte ou de ofício, de acordo com os critérios e normas previstos em Ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. O pagamento da Taxa será anual, de uma só vez ou parceladamente, conforme calendário fiscal definido em Ato do Poder Executivo.

Art. 158 São isentos da Taxa:

- I a empresa pública e a sociedade de economia mista deste Município;
- II os órgãos da administração direta, autarquias e fundações municipais, estaduais e federais;
- III o microempreendedor individual MEI, conforme definido na Lei Complementar Federal:
- Art. 159 São infrações as situações a seguir indicadas, passíveis de aplicação das seguintes penalidades:
- I no valor de 50% (cinquenta por cento) do tributo não recolhido, a falta de informações para fins de lançamento, quando apurada em ação fiscal;
- II no valor de 100% (cento por cento) do tributo não recolhido, a falta de informações para fins de lançamento, combinada com a prática de ato que configure qualquer das circunstâncias agravantes previstas no art. 61 desta Lei.
- III no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), a falta de pedido de baixa de inscrição no Cadastro Geral de Atividades - CGA, no prazo de até 60 (sessenta) dias do encerramento da atividade, quando se tratar de microempresário individual, profissional autônomo e microempresa;
- IV no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) o exercício de atividade por contribuinte, enquadrado como microempresário individual, microempresa ou profissional autônomo, sem inscrição no Cadastro Geral de Atividades - CGA do Município;
- V no valor de 100% (cem por cento) do valor da taxa, com imposição mínima de R\$ 600,00 (seiscentos reais), a falta de pedido de baixa da inscrição no Cadastro Geral de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

Atividades - CGA, do Município, no prazo de até 60 (sessenta) dias do encerramento da atividade, por contribuinte que não se enquadre nas situações previstas no inciso III deste

VI - no valor de 100% (cem por cento) do valor da taxa, com imposição mínima de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), o funcionamento de estabelecimento sem inscrição no Cadastro Geral de Atividades - CGA, por contribuinte que não se enquadre nas situações previstas no inciso IV deste artigo.

SUBSEÇÃO III DA TAXA DE LICENÇA DE URBANIZAÇÃO - TLU

- Art. 160 A Taxa de Licença de Urbanização TLU tem como fato gerador o licenciamento obrigatório e a fiscalização quanto às normas administrativas relativas à edificações, loteamento, desmembramento e remembramento de áreas, abertura e ligação de novos logradouros ao sistema viário urbano, à proteção estética, paisagística, urbanística e histórica da cidade, à higiene e segurança pública.
- Art. 161 O pedido de licença será feito por petição assinada pelo proprietário do imóvel ou interessado direto na execução da obra e instruída com a certidão negativa de débito da unidade imobiliária e demais documentos previstos na legislação própria.
- Parágrafo único. Não poderá ser iniciada a obra, o loteamento, a abertura e ligação de novos logradouros ao sistema viário urbano ou promovido o desmembramento ou remembramento de áreas sem a devida licença.
- Art. 162 A taxa será calculada em conformidade com a Tabela de Receita nº V, anexa a esta Lei.
- Art. 163 O lançamento da taxa será realizado com base na declaração do contribuinte ou de ofício, de acordo com critérios e normas previstos em ato administrativo.
- Art. 164 Far-se-á o pagamento da taxa antes da entrega do alvará.

Parágrafo único. A caducidade do Alvará de Licença implicará no pagamento de novo alvará.

- Art. 165 Para efeito do pagamento da taxa, os cálculos de área de construção obedecerão às tabelas de Valores Unitários Padrão em vigor, adotados para avaliação de imóveis urbanos.
- Art. 166 São isentos da taxa:
- I a limpeza ou pintura interna e externa de prédios, muros e gradis, que não exijam a instalação de tapumes, andaimes ou telas de proteção;
- II a construção de passeios em logradouros públicos providos de meio fio;
- III a construção de barracões destinados à guarda de materiais, a colocação de tapumes e a limpeza de terrenos, desde que o proprietário ou interessado tenha requerido licença para executar a obra no local;



- Art. 167 São infrações as situações abaixo indicadas, sem prejuízo das previstas no Código de Obras, passíveis de aplicação das seguintes penalidades:
- I no valor de 50% (cinquenta por cento) do tributo não recolhido, a falta de informações para fins de lançamento, quando apurada em ação fiscal;
- II no valor de 100% (cento por cento) do tributo não recolhido, a falta de informações para fins de lançamento, combinada com a prática de ato que configure qualquer das circunstâncias agravantes previstas no art. 61 desta Lei.
- III no valor de R\$ 10,00 (dez reais) por dia, a execução de obras sem a autorização do órgão competente;

SUBSEÇÃO IV DA TAXA DE LICENÇA PARA EXPOSIÇÃO DE PUBLICIDADE NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS E EM LOCAIS EXPOSTOS AO PÚBLICO - TLP

- Art. 168 A Taxa de Licença para exposição de publicidade nas vias e logradouros públicos e em locais expostos ao público - TLP tem como fato gerador o licenciamento obrigatório, bem como a sua fiscalização quanto ao cumprimento das normas administrativas constantes na legislação do Município concernentes ao ordenamento das atividades urbanas, à estética urbana, poluição do meio ambiente, costumes, ordem e tranquilidade pública.
- Art. 169 A taxa será calculada de acordo com a Tabela VI, anexa a esta Lei.
- Art. 170 O lançamento da taxa será procedido com base na declaração do contribuinte ou de ofício, de acordo com critérios e normas previstos em ato do Poder Executivo.
- Art. 171 Far-se-á o pagamento da taxa:
- I antes da expedição do alvará, para o início da veiculação da publicidade;
- II anualmente, nas datas fixadas em regulamento, no caso de renovação do alvará.

Parágrafo único. A incidência da taxa não dispensa o pagamento de preço público, quando o equipamento estiver localizado em logradouro público.

- **Art. 172** Ficam isentos do pagamento da taxa:
- I as placas e dísticos de hospitais, entidades filantrópicas, beneficentes, culturais ou esportivas, quando afixadas nos prédios em que funcionem;
- II cartazes ou letreiros indicativos de trânsito, logradouros turísticos e itinerário de viagem de transporte coletivo;
- III a publicidade de entidades beneficiadas pela imunidade tributária.
- Art. 173 São infrações as situações abaixo indicadas, sem prejuízo das previstas no Código de Posturas, passíveis de aplicação das seguintes penalidades:

Diário Oficial do **Município** 130

Prefeitura Municipal de Pindaí



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

- I no valor de 50% (cinquenta por cento) do tributo não recolhido, a falta de informações para fins de lançamento, quando apurada em ação fiscal;
- II no valor de 100% (cento por cento) do tributo não recolhido, a falta de informações para fins de lançamento, combinada com a prática de ato que configure qualquer das circunstâncias agravantes previstas no art. 61 desta Lei.

SUBSEÇÃO V DA TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Art. 174 A Taxa de Vigilância Sanitária TVS tem como fato gerador o exercício do poder de polícia para fiscalização do cumprimento das exigências higiênico-sanitárias previstas em lei em atividades, estabelecimentos e locais de interesse da saúde, para fim de concessão de Alvará de Saúde.
- Art. 175 O sujeito passivo da Taxa é a pessoa física ou jurídica, sujeita à fiscalização, nos termos do Código Municipal de Saúde.
- Art. 176 A Taxa será paga no início da atividade e por ocasião da renovação do Alvará de Saúde, na forma prevista na Tabela de Receita nº VII.
- § 1º O Alvará de Saúde tem prazo de validade de 1 (um) ano.
- § 2º A renovação do Alvará de Saúde será solicitada com antecedência de até 30 (trinta) dias da data de expiração do seu prazo de validade.
- Art. 177 São infrações as situações abaixo indicadas, sem prejuízo das previstas no Código Municipal de Saúde, passíveis de aplicação das seguintes penalidades:
- I no valor de 100% (cem por cento) do tributo corrigido, a falta de lançamento, declaração ou pagamento do tributo;
- II no valor de R\$ 5,00 (cinco reais) por dia, o funcionamento dos estabelecimentos constantes na Tabela VII sem a licença da vigilância sanitária;
- III no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) aos que embaraçarem a ação fiscal ou sonegarem documentos para apuração da Taxa.

SUBSEÇÃO VI DA TAXA DE CONTROLE AMBIENTAL

- Art. 178 Fica instituída a Taxa de Controle Ambiental TCA, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia, por meio de órgão ou entidade competente da administração, para controle e fiscalização das atividades e empreendimentos, potencialmente causadores de degradação ambiental ou utilizadores de recursos naturais.
- Parágrafo único. O controle e fiscalização ambiental serão exercidos em conformidade com as disposições da Lei da Política Municipal do Meio Ambiente.
- Art. 179 É sujeito passivo da taxa todo aquele que exerça atividades ou realize



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

empreendimentos, potencialmente causadores de degradação ambiental ou utilizadores de recursos naturais.

Art. 180 A taxa é devida por cada estabelecimento ou empreendimento e os seus valores são os fixados em tabela específica integrante da Lei da Política Municipal do Meio Ambiente.

Art. 181 A Taxa de Controle Ambiental será lançada e cobrada no momento do requerimento para a realização dosprocedimentos administrativos correspondentes.

Art. 182 Constitui infração, sem prejuízo das previstas na Lei daPolítica Municipal do Meio Ambiente, a instalação, ampliação ou operação de empreendimento e atividade potencialmente causadores de degradação ambiental ou utilizadores de recursos naturais, antes da concessão de Licença ou Autorização Ambiental, sujeitando-se o infrator ao pagamento da Taxa com multa de 100% (cem por cento), sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.

SUBSEÇÃO VII DA TAXA PARA UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES VELHO TICO E DOS CENTROS COMUNITÁRIOS DE MÚLTIPLO USO DA SEDE E DO DISTRITO DE GUIRAPÁ

Art. 182-A A taxa para utilização do Parque de Exposições Velho Tico e Centros Comunitários de Múltiplo Uso corresponderá à licença prévia da autoridade pública municipal para a utilização de qualquer dos espaços acima citados, especialmente por ocasiões de festejos, comemorações, eventos, palestras, ou utilização de modo geral, devendo-se observar o disposto noscódigos 1.0, 2.0 e 3.0 do Anexo II, Tabela XI.

Parágrafo Único – Com exceção das festividades e eventos e que tenham finalidade beneficente, de utilidade pública ou de órgãos da Administração Pública, a taxa de que dispõe este artigo, será cobrada sobre toda e qualquer promoção realizada no Parque de Exposições e/ou nos Centros Comunitários citados, mesmo que não tenha finalidade de arrecadação de fundos.

Art. 182-B Constituem-se infrações, sujeitas às penalidades seguintes:

- I Em multa correspondente ao valor da taxa especificada na Tabela de Receitas constante do Anexo II desta Lei pela falta de autorização do Município para exploração de atividade, sem prejuízo do pagamento da taxa devida pela respectiva exploração;
- II Cassasão da isenção e cobrança da taxa respectiva, quando ficar constatado que houve fraude, dolo ou simulação nas circustâncias conferidas para isenção da taxa.

SEÇÃO II DA TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

SEÇÃO ÚNICA DA TAXA DE COLETA, REMOÇÃO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES – TRSD



- Art. 183 A Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares -TRSD tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços divisíveis de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares, de fruição obrigatória, prestados em regime público.
- § 1º Para fins desta Lei, são considerados resíduos domiciliares os resíduos sólidos comuns originários de quaisquer unidades imobiliárias, inclusive terrenos, conforme Lei nº 12.305/2010 e caracterizados como Resíduo Classe II-A pela NBR 10004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, até o limite de 100 (cem) litros e peso específico menor que 500kg/m³ por dia e por unidade imobiliária.
- § 2º Os volumes de resíduos que excederem ao limite previsto no § 1º deste artigo, deverão ter os serviços de coleta e remoção contratados diretamente pelos geradores.
- § 3º A utilização potencial dos serviços de que trata este artigo ocorre no momento de sua colocação à disposição dos usuários para fruição.
- § 4º Os geradores dos resíduos são responsáveis pelo adequado acondicionamento e sua oferta para fins de coleta.
- § 5º Ato do Poder Executivo disciplinará sobre o acondicionamento dos resíduos domiciliares de forma seletiva para os fins de reciclagem e reaproveitamento.
- Art. 184 Não estão incluídos na Taxa, sendo regidos por regulamento próprio, expedido pela entidade pública competente, os serviços de coleta, remoção e destinação final de:
- I resíduos sólidos perigosos, Classe I, pela Norma ABNT/NBR 10004:2004, especialmente os RSS - Resíduos de Serviços de Saúde, conforme classificação do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- II resíduos sólidos não inertes Classe II A, pela Norma ABNT/NBR 10004:2004, tipo industrial (sobras de processos, embalagens, EPI's e fardamentos), as podas e as capinações;
- III resíduos sólidos inertes Classe II B, pela Norma ABNT/NBR 10004:2004;
- § 1º Em nenhuma hipótese o tipo de resíduo referido neste artigo poderá ser acondicionado juntamente com os resíduos domiciliares.
- § 2º Ocorrendo o descumprimento do disposto no § 1º, os resíduos não serão recolhidos, sujeitando-se o infrator às penalidades previstas no Código de Posturas do Município.
- Art. 185 A base de cálculo da Taxa é o custo dos serviços de coleta, remoção, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares, a ser rateado entre os contribuintes, em função:
- I da área construída, da localização e da utilização, tratando-se de prédio;
- II da área e da localização, tratando-se de terreno;



Parágrafo único. A Taxa será calculada conforme Tabela de Receita nº IX, anexa a esta

- Art. 186 O sujeito passivo da Taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, dos seguintes bens abrangidos pelos serviços a que se refere
- I unidade imobiliária edificada ou não, lindeira à via ou logradouro público;
- II barraca de praia ou banca de chapa que explore o comércio informal;
- III box de mercado.

Parágrafo único. Considera-se, também, lindeira a unidade imobiliária que tem acesso, através de rua ou passagem particular, entradas de vilas ou assemelhados, a via ou logradouro público.

- Art. 187 Fica isenta da TRSD a unidade imobiliária isenta do IPTU.
- Art. 188 O lançamento da TRSD será procedido anualmente, em nome do contribuinte, na forma e nos prazos regulamentares, isoladamente ou em conjunto com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.
- Art. 189 A Taxa será paga, total ou parcialmente, na forma e nos prazos regulamentares.
- Art. 190 O pagamento da Taxa não exclui o pagamento de:
- I preços ou tarifas pela prestação de serviços especiais, tais como remoção de contêineres, entulhos de obras, aparas de jardins, bens móveis imprestáveis, resíduos extraordinários resultantes de atividades especiais, animais abandonados e/ou mortos, veículos abandonados, capina de terrenos, limpeza de prédio, terrenos e disposição de resíduos em aterros ou assemelhados;
- II penalidades decorrentes da infração à legislação municipal referente limpeza urbana.
- Art. 191 São infrações as situações a seguir indicadas, passíveis de aplicação das seguintes penalidades:
- I no valor de 50% (cinquenta por cento) do tributo não recolhido, atualizado monetariamente, a falta de informações para fins de lançamento, quando apurada em ação fiscal;
- II no valor de 100% (cem por cento) do tributo não recolhido, atualizado monetariamente, a hipótese do inciso I, combinada com a prática de ato que configure qualquer das circunstâncias agravantes previstas no art. 61 desta Lei.

Capítulo V **CONTRIBUIÇÕES**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

SEÇÃO I DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - CM

- Art. 192 A Contribuição de Melhoria CM tem como fato gerador a valorização de imóvel localizado em área beneficiada direta ou indiretamente por obra pública executada pelo Município.
- § 1º Considera-se ocorrido o fato gerador no momento de início de utilização da obra pública para os fins a que se destinou.
- Art. 193 As obras públicas passíveis de ocorrência do fato gerador são:
- I abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;
- II construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;
- III construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;
- IV serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública;
- V proteção contra secas, inundações, erosão, ressacas, e de saneamento, de drenagem em geral, portos e canais, retificação e regularização de cursos d`água e irrigação;
- VI construção de estradas de ferro, e construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;
- VII construção de aeródromos e seus acessos;
- VIII aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.
- Art. 194 A Contribuição de Melhoria será calculada levando-se em conta o custo global da obra pública e será rateada entre os imóveis beneficiados, proporcionalmente ao valor venal de cada imóvel.
- § 1º Inclui-se no custo global da obra pública as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução e financiamento.
- § 2º O valor individual da contribuição fica limitado ao valor de valorização de cada imóvel.
- Art. 195 Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Poder Executivo publicará edital contendo:
- I descrição e finalidade da obra;
- II memorial descritivo do projeto;



- III orçamento do custo da obra;
- IV delimitação da área beneficiada direta e indiretamente;
- V definição da parcela de custo da obra a ser ressarcida pela Contribuição;
- VI critério de cálculo da Contribuição;
- VII prazo de pagamento e condições de parcelamento do valor da Contribuição.

Parágrafo único. O edital fixará o prazo de 30 (trinta) dias para impugnação de qualquer dos elementos referidos nos incisos deste, juntando as provas que se fizerem necessárias.

Art. 196 O sujeito passivo da Contribuição é o proprietário, titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, do imóvel beneficiado pela obra pública.

Art. 197 A Contribuição será lançada de ofício, em nome do sujeito passivo, com base nos elementos constantes do cadastro imobiliário. Do lançamento o contribuinte será informado através AR (Aviso de Recebimento).

Parágrafo único. A notificação do lançamento se dará, preferencialmente, por edital.

Art. 198 A Contribuição poderá ser paga de uma só vez ou em parcelas, na forma e prazos estabelecidos no edital.

Parágrafo único. Quando ocorrer atraso no pagamento de 3 (três) parcelas, todo o débito é considerado vencido e o crédito tributário será inscrito em Dívida Ativa.

- Art. 199 São isentos da Contribuição:
- I a União, o Estado e suas respectivas Autarquias;
- II as autarquias, as fundações, as empresas públicas e as empresas de economia mista deste Município.

SEÇÃO II DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA -COSIP

SUBSEÇÃO I **DO FATO GERADOR**

Art. 200 A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP tem como fato gerador o serviço de iluminação pública.

Parágrafo único. O serviço de iluminação pública a ser custeado pela COSIP compreende as despesas com:

I - o consumo de energia para iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos;



- II a instalação, a manutenção, o melhoramento, a modernização e a expansão da rede de iluminação pública;
- III a administração do serviço de iluminação pública; e
- IV outras atividades correlatas.

SUBSEÇÃO II DO SUJEITO PASSIVO

- **Art. 201** É contribuinte da COSIP a pessoa física ou jurídica, beneficiária direta ou indiretamente, do serviço de iluminação pública, proprietária, titular do domínio útil ou possuidora, a qualquer título, de imóveis, edificados ou não, situados no Município de Pindaí, com ou sem ligação regular e privada ao sistema de fornecimento de energia elétrica.
- **Art. 202** São responsáveis solidários da COSIP o locatário, o comodatário ou possuidor indireto, a qualquer título, do imóvel descrito no art. 191.

SUBSEÇÃO III DA BASE DE CÁLCULO

Art. 203 A base de cálculo da COSIP é o custo do serviço de iluminação pública a ser rateado pelos sujeitos passivos.

Parágrafo único. O rateio será calculado, na forma da Tabela de Receita X, em função:

- I da área e da localização dos imóveis não edificados;
- II das faixas de consumo e do tipo do consumidor, quanto aos imóveis que possuam ligação regular e privada ao sistema de fornecimento de energia elétrica.

SUBSEÇÃO IV DO LANÇAMENTO E PAGAMENTO

Art. 204 A COSIP será lançada:

- I para os sujeitos passivos possuidores de imóveis com ligação regular e privada ao sistema de fornecimento de energia elétrica, mensalmente na nota fiscal de consumo de energia elétrica, na forma de contrato a ser firmado entre o Município e a empresa concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão para distribuição de energia no território do Município;
- II para os sujeitos passivos possuidores de imóveis não edificados, anualmente, de ofício, na forma e prazos definidos em Ato do Poder Executivo.
- **Art. 205** É responsável pelo recolhimento da COSIP, a empresa concessionária, e/ou geradora e distribuidora do serviço de energia elétrica, devendo recolher o montante devido no prazo previsto no Calendário Fiscal do Município.



Art. 206 A concessionária não poderá deduzir do montante arrecadado, quaisquer obrigações do Município relativas ao fornecimento de energia elétrica para o serviço de manutenção da Iluminação Pública, incluindo-se a melhoria e a ampliação das instalações elétricas, bem como os encargos financeiros destinados a suprir a expansão e modernização do sistema de Iluminação Pública, sem a autorização expressa do Poder Executivo Municipal;

Art. 207 A concessionária fornecerá à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, mensalmente ou quando solicitado, por meio magnético ou eletrônico, os dados cadastrais e informações constantes na Nota Fiscal Fatura de Energia Elétrica relativos aos contribuintes bem como o valor arrecadado;

SUBSEÇÃO V DA ISENÇÃO

Art. 208 São isentos da COSIP:

- I os órgãos da administração direta municipal, suas autarquias e fundações;
- II as empresas públicas deste Município;
- III o titular de unidade imobiliária residencial classificada como de baixa renda, conforme disposto em Lei Federal e em Resolução da ANEEL.

SUBSEÇÃO VI DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

- **Art. 209** São consideradas infrações as situações a seguir, passíveis de aplicação das seguintes penalidades:
- I 30% (trinta por cento) sobre o montante não recolhido:
- a) a falta de lançamento da COSIP na fatura da energia elétrica por parte da concessionária;
- b) prestar o contribuinte ou a concessionária informação incorreta que interfira no montante da contribuição;
- II 50% (cinquenta por cento) sobre o montante não recolhido, o atraso no repasse por parte da concessionária do saldo disponível após a quitação das faturas de energia do Executivo Municipal;
- III R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês o não cumprimento da obrigação de retenção e recolhimento da contribuição pelo substituto tributário, sem prejuízo da exigência da obrigação principal.

TÍTULO V DO ACOMPANHAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

Art. 210 Compete à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamentoo

Diário Oficial do **Município** 138

Prefeitura Municipal de Pindaí



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

acompanhamento das transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - e da cota parte do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo definirá os órgãos competentes para o acompanhamento das demais transferências da União e do Estado.

- Art. 211 O acompanhamento do Índice de Valor Adicionado IVA e do Índice de Participação do Município - IPM, relativos ao ICMS será feito com base no que dispõe a Lei Complementar Federal nº 63, de 11 de janeiro de 1990 e na Lei Estadual nº 7, de 20 de dezembro de 1991.
- Art. 212 Fica o contribuinte do ICMS obrigado a entregar ao Fisco Municipal cópia:
- I da declaração mensal ou anual de apuração do ICMS;
- II dos arquivos digitais das informações relativas às operações de compra, venda e prestação de serviços, tais como Notas Fiscais, Livro de Apuração do ICMS, e SINTEGRA;
- III dos arquivos de escrituração contábil digital.
- § 1º O prazo de entrega é de até 30 (trinta) dias após o prazo determinado para a entrega ao fisco estadual.
- § 2º A não entrega da declaração ou do arquivo sujeitará o contribuinte ao pagamento de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por declaração ou arquivo não entregue.

LIVRO III DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

TÍTULO I DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Capítulo I DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

- Art. 213 A Administração Tributária compreende as atividades de tributação, arrecadação e fiscalização de tributos municipais.
- Art. 214 Compete, privativamente, à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento mencionar o nome, pelas suas unidades especializadas:
- I as atividades de tributação;
- II a arrecadação de tributos, preços públicos e rendas municipais;
- III a fiscalização:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

- a) do cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas aos impostos e à Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública;
- b) do cumprimento das obrigações principais relativas às Taxas de Fiscalização do Funcionamento e de Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares; c) das transferências constitucionais.

Parágrafo único. Ato de Poder Executivo estabelecerá a competência para a fiscalização do cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas às taxas não previstas na alínea "b" do inciso III e da Contribuição de Melhoria.

Capítulo II DO FISCAL DE TRIBUTOS

- Art. 215 O Fiscal de Tributosé a autoridade responsável pelo lançamento e respectiva revisão do crédito tributário e pela fiscalização dos tributos municipais, cabendo-lhe, também, ministrar aos contribuintes em geral, os esclarecimentos sobre a inteligência e fiel observância deste Código, leis e regulamentos fiscais, sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao desempenho de suas atividades.
- Art. 216 Sempre que necessário, o Fiscal de Tributosrequisitará, através de autoridade superior, o auxílio e garantias necessárias à execução das tarefas que lhe são cometidas e à realização das diligências indispensáveis à aplicação das leis fiscais.
- Art. 217 No exercício de suas funções, a entrada do Fiscal de Tributosnos estabelecimentos, bem como o acesso as suas dependências internas, não está sujeita a formalidade diversa da sua imediata identificação, pela exibição de identidade funcional aos encarregados diretos e presentes ao local, a qual não poderá ser retida em qualquer hipótese, sob pena de ficar caracterizado o embaraço à fiscalização.
- Art. 218 A ação do Fiscal de Tributospoderá estender-se além dos limites do Município, quando:
- I o sujeito passivo de obrigação tributária não possuir estabelecimento no Município;
- II prevista em lei e convênios.

TÍTULO II DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 219 O procedimento administrativo fiscal compreende os atos praticados por Fiscal de Tributos, necessários à apuração de infrações à legislação tributária municipal.
- Art. 220 Os atos e termos processuais, quando a lei não prescrever forma determinada, conterão somente o indispensável à sua finalidade, numeradas e rubricadas todas as folhas dos autos, em ordem cronológica de eventos e juntada.



Parágrafo único. A lavratura dos atos e termos pode ser feita por qualquer meio, desde que não haja espaços em branco, entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões que venham prejudicar a análise do documento.

- Art. 221 O procedimento fiscal terá início com a ocorrência de uma das seguintes situações:
- I a lavratura de termo de início da ação fiscal;
- II a intimação, por escrito, do sujeito passivo, seu preposto ou responsável, a prestar esclarecimento, exibir documentos solicitados pela fiscalização ou efetuar o recolhimento de tributo:
- III a retenção ou apreensão de documentos e bens;
- IV a emissão de notificação de lançamento;
- V a lavratura de auto de infração.
- Art. 222 O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação a obrigações tributárias vencidas.
- § 1º Ainda que haja recolhimento do tributo, o sujeito passivo ficará obrigado a recolher os respectivos acréscimos legais, além de penalidade específica.
- § 2º Os efeitos deste artigo alcançam os demais envolvidos nas infrações apuradas no decorrer da ação fiscal.

Capítulo II DAS AÇÕES FISCAIS

SEÇÃO I DAS FORMAS DE EXECUÇÃO

Art. 223 As ações fiscais serão exercidas sobre as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozam de imunidade ou isenção.

Parágrafo único. As ações fiscais serão executadas de acordo com programação definida pelos órgãos competentes.

- Art. 224 O proprietário, responsável, representante ou preposto do sujeito passivo, do estabelecimento, do imóvel ou dos bens deverá acompanhar os trabalhos de fiscalização ou indicar pessoa que o faça, devendo o Fiscal de Tributoslavrar o termo de ocorrência quando houver a recusa.
- Art. 225 A fiscalização tributária terá sempre caráter orientador, com o objetivo de instruir os contribuintes em débito a se regularizarem perante a Fazenda Pública, observando-se os critérios do regulamento.
- Art. 226 Além das fiscalizações rotineiras, poderá a Administração Tributária submeter o

Diário Oficial do **Município** 141

Prefeitura Municipal de Pindaí



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

sujeito passivo de obrigação tributária a regime especial de fiscalização, por proposta, devidamente fundamentada, de Fiscal de Tributosou de Autoridade Tributária, em decorrência de práticas reiteradas de descumprimento à legislação tributária municipal.

Art. 227 Ato do Poder Executivo regulamentará:

- I os regimes de fiscalização a que estarão subordinados os sujeitos passivos, definindo critérios, formas e prazos;
- II os procedimentos a serem observados pelos agentes fiscais no cumprimento das ações fiscais.

SEÇÃO II DA EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS

- Art. 228 As pessoas sujeitas à fiscalização exibirão ao Fiscal de Tributos, sempre que por ele exigidos, independentemente de prévia instauração de processo, os livros fiscais e contábeis e todos os documentos, em uso ou já arquivados, que forem julgados necessários à fiscalização, e lhe franquearão os seus estabelecimentos, depósitos e dependências, bem como veículos, cofres e outros móveis, a qualquer hora do dia ou da noite, se à noite os estabelecimentos estiverem funcionando.
- § 1º Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a decadência ou prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.
- § 2º Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.
- Art. 229 O prazo para apresentação da documentação requisitada é de 7 (sete) dias corridos, contados da intimação.

Parágrafo único. Havendo motivo que justifique, poderá o intimado solicitar, por escrito, prazo maior, ficando a critério da Administração o deferimento.

Art. 230 A forma, os limites e condições da ação fiscal serão regulamentados em ato do Poder Executivo.

SEÇÃO III DO EMBARAÇO À AÇÃO FISCAL

- Art. 231 Constitui embaraço à ação fiscal, a ocorrência das seguintes hipóteses:
- I não exibir à fiscalização os livros e documentos referidos no art. 218 desta Lei;
- II impedir o acesso da autoridade fiscal às dependências internas do estabelecimento;
- III dificultar a realização da fiscalização ou constranger física ou moralmente o Fiscal de Tributos.



Parágrafo único. Ocorrendo o embaraço à ação fiscal aplicar-se-á ao infrator a penalidade de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

SEÇÃO IV DO ENCERRAMENTO DAS AÇÕES FISCAIS

- Art. 232 Findo o prazo previsto para realização da ação fiscal e encerrados os exames e diligências necessárias para verificação da situação fiscal do contribuinte, o Fiscal de Tributos lavrará, sob sua responsabilidade, termo circunstanciado do que apurar, mencionando:
- I as datas do início e de término do exame do período fiscalizado;
- II os livros e documentos examinados;
- III os tributos devidos e as importâncias relativas a cada um deles separadamente, indicando a soma do débito apurado;
- IV os autos de infração lavrados, seus tributos e valores e forma de intimação.
- § 1º O termo de encerramento será lavrado, preferencialmente, no estabelecimento ou local onde foi verificada a situação fiscal do contribuinte, ainda que nele não resida o infrator.
- § 2º Ao contribuinte dar-se-á cópia do termo lavrado, salvo quando a lavratura se realizar em livro de escrita fiscal.
- § 3º A recusa do recebimento do termo, que será declarada pelo Fiscal de Tributos, não aproveita nem prejudica ao contribuinte, devendo o mesmo ser enviado por aviso de recebimento

Capítulo III DA INTIMAÇÃO

- Art. 233 Far-se-á a intimação ao sujeito passivo, seu representante, mandatário ou preposto:
- I pessoalmente;
- II por via postal, com aviso de recebimento, a ser datado, firmado e devolvido pelo destinatário ou pessoa de seu domicílio, devidamente identificada.
- III por meio eletrônico, consoante disposto em regulamento;
- IV por edital, publicado no Diário Oficial do Município, quando resultarem ineficazes os meios referidos nos incisos I e II.
- § 1º Os meios de intimação previstos nos incisos I, II e III não estão sujeitos a ordem de preferência.



- § 2º Qualquer manifestação do interessado no processo suprirá a formalidade da
- Art. 234 Considerar-se-á feita a intimação:
- I na data da ciência do intimado, se pessoal;
- II na data aposta no aviso de recebimento pelo destinatário ou, no caso de pessoa jurídica por quem, em seu nome, receba a intimação no endereço do seu estabelecimento ou domicílio, se por via postal;
- III na data da confirmação do recebimento comprovado da mensagem enviada por meio eletrônico.
- IV no 1º dia útil seguinte ao da publicação do edital no Diário Oficial do Município.

Parágrafo único. Omitida a data no aviso de recebimento a que se refere o inciso II, considerar-se-á feita a intimação:

- I quinze dias após sua entrega à agência postal;
- II na data constante do carimbo da agência postal que proceder a devolução do aviso de recebimento, se anterior ao prazo previsto no inciso I deste parágrafo.
- Art. 235 A intimação conterá obrigatoriamente:
- I a qualificação do intimado;
- II a finalidade da intimação;
- III o prazo e o local para seu atendimento;
- IV o nome e a assinatura do servidor, a indicação do seu cargo ou função e o número da matrícula.

Parágrafo único. Prescinde de assinatura a intimação emitida por processo eletrônico.

Capítulo IV DA RETENÇÃO OU APREENSÃO DE DOCUMENTOS E BENS

- Art. 236 Poderão ser retidos ou apreendidos pelos Agentes Fiscais documentos fiscais ou extrafiscais e bens existentes em poder do contribuinte ou de terceiros:
- I para análise fora do estabelecimento do contribuinte ou de terceiros;
- II que se encontre em situação irregular;
- III que constitua prova de infração da legislação tributária.



Parágrafo único. Havendo prova ou fundada suspeita de que os documentos, bens ou mercadorias se encontram em residência particular ou prédios utilizados como moradia, será promovida a busca e a apreensão judicial sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a sua remoção clandestina.

- Art. 237 A retenção ou apreensão será feita mediante lavratura de termo específico, que conterá:
- I a descrição dos documentos, bens e/ou mercadorias retidas ou apreendidas;
- II o lugar onde ficarão guardados e o nome do Agente;
- III a indicação de que ao interessado se forneceu cópia do referido termo e da relação dos documentos ou bens retidos, quando for o caso.
- Art. 238 Os documentos e bens retidos serão restituídos ao interessado, mediante recibo expedido pela autoridade competente, desde que a prova da infração possa ser feita através de fotocópia autenticada ou por outros meios.
- Parágrafo único. Quando não for possível a aplicação do disposto no caput deste artigo e o documento ou bem apreendido seja necessário à produção de prova, a restituição só será feita após a decisão final do processo.
- Art. 239 Os bens apreendidos serão levados a leilão, se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da retenção.
- § 1º Quando se tratar de bens deterioráveis, o leilão poderá realizar-se a qualquer tempo, independente de formalidades.
- § 2º Apurando-se na venda quantia superior ao tributo e multas devidos, será o autuado notificado para, no prazo de 10 (dez) dias, receber o excedente.
- Art. 240 Os leilões serão anunciados com antecedência de 10 (dez) dias, por edital, afixado em local público e divulgado no Diário Oficial do Município e, se conveniente, em jornal de grande circulação.
- § 1º Os bens levados a leilão serão escriturados em livro próprio, mencionando-se a sua natureza, avaliação e o preço da arrematação.
- § 2º Encerrado o leilão, será recolhido, no mesmo dia, sinal de 20% (vinte por cento) pelo arrematante, a quem será fornecida guia de recolhimento da diferença sobre o preço total da arrematação.
- § 3º Se dentro de 3 (três) dias o arrematante não completar o preço da arrematação, perderá o sinal pago e os bens serão postos novamente em leilão, caso não haja quem ofereça preço igual.
- § 4º Descontado do preço da arrematação o valor da dívida, multa e despesa de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

transporte, depósito e editais, será o saldo posto à disposição do dono dos bens apreendidos.

Art. 241 Devem ser apreendidos, para fins de posterior incineração pela Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, os talonários fiscais do contribuinte que tenha encerrado as suas atividades com pedido de baixa no cadastro fiscal do Município, ou que tenham o prazo de validade expirado, tornando-se, por isso, documento fiscal inidôneo.

Capítulo V DA FORMALIZAÇÃO DA EXIGÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

- Art. 242 A exigência do crédito tributário se dá por meio do lançamento formalizado pela autoridade administrativa tributária em Notificação de Lançamento ou Auto de Infração.
- § 1º A Notificação de Lançamento ou o Auto de Infração será distinto para cada tributo ou infração.
- § 2º Portaria do Secretário da Fazenda estabelecerá os modelos dos formulários.
- Art. 243 A propositura, pelo sujeito passivo, de qualquer ação ou medida judicial relativa aos fatos ou aos atos administrativos de exigência do crédito tributário importa renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência da impugnação ou recurso acaso interposto, devendo o processo ser inscrito em dívida ativa e encaminhado a Procuradoria do Município.

SEÇÃO I DA NOTIFICAÇÃO DE LANCAMENTO - NL

- Art. 244 A Notificação de Lançamento será emitida, para os tributos lançados anualmente, na forma prevista na legislação, pelo órgão da Administração Tributária responsável pelo gerenciamento do cadastro correspondente.
- **Art. 245** Deverá constar da Notificação de Lançamento:
- a) a identificação do notificado;
- b) o local e a data da notificação;
- c) a finalidade da notificação;
- d) o valor do tributo devido, sua forma de cálculo, e, quando aplicável, a base de cálculo e a alíquota;
- e) a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo
- § 1º A intimação da Notificação de Lançamento far-se-á, preferencialmente, por edital.
- § 2º O contribuinte que não concordar com o lançamento, ou sua alteração, poderá



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

impugná-lo, por petição, até a data de vencimento da cota única ou da primeira cota, à autoridade tributária responsável pela sua emissão.

SECÃO II DO AUTO DE INFRAÇÃO - AI

- Art. 246 O Auto de Infração será lavrado, privativamente, por Fiscal de Tributos para lançamento de tributo, quando apurado em ação fiscal ou para imposição de penalidade por descumprimento de obrigação acessória.
- Art. 247 O Auto de Infração será lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas e rasuras, cuja cópia será entregue ao notificado, e conterá:
- I a qualificação do autuado;
- II o local, a data e a hora da lavratura;
- III a descrição clara e precisa do fato;
- IV a disposição legal infringida, a penalidade aplicável, a Tabela de Receita e, quando for o caso, o item da Lista de Serviços, anexas a esta Lei;
- V a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 30 (trinta) dias;
- VI a assinatura do Fiscal de Tributos, a indicação de seu cargo ou função e o número da matrícula.
- § 1º O auto de infração deve ser instruído com documentos, demonstrativos e demais elementos materiais comprobatórios da infração.
- § 2º Ao autuado será entregue uma via da autuação, mediante recibo, valendo como intimação, juntamente com cópia dos demonstrativos e demais documentos que o instruem, salvo daqueles cujos originais estejam em sua posse.
- § 3º As omissões ou irregularidades do Auto de Infração não importarão em nulidade do lançamento quando constarem elementos suficientes para determinar, com segurança, a infração e o infrator, e as falhas não constituírem vício insanável.
- § 4º O processamento do Auto de Infração terá curso histórico e informativo, com as folhas numeradas e rubricadas, e os documentos, informações e pareceres juntados em ordem cronológica.
- Art. 248 Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos obtidos de forma lícita, são hábeis para provar a verdade dos fatos controvertidos.
- Art. 249 As provas deverão ser apresentadas juntamente com a notificação de lançamento, com o auto de infração, e com a defesa, salvo por motivo de força maior ou ocorrência de fato superveniente.



Parágrafo único. Nas situações excepcionadas no caput deste artigo, que devem ser cabalmente demonstradas, será ouvida a parte contrária.

Art. 250 Não dependem de prova os fatos:

- I afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária;
- II admitidos, no processo, como incontroversos.
- Art. 251 Lavrar-se-á Termo Complementar ao Auto de Infração por iniciativa do Autuante, sempre após a impugnação, ou por determinação da autoridade administrativa ou julgadora para suprir omissões ou irregularidades que constituam vícios sanáveis e para retificar ou complementar lançamento, intimando-se o notificado para, querendo, se manifestar no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contado da intimação.

Capítulo VI **DA REVELIA**

Art. 252 O Autuado, não exercendo seu direito ao contraditório, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação, será considerado revel, sendo lavrado pela autoridade administrativa o respectivo Termo de Revelia, remetendo o lançamento à Dívida Ativa.

Parágrafo único. Não será considerado revel o sujeito passivo que, tendo impugnado o lançamento, não se manifeste sobre o termo complementar.

Capítulo VII DA NULIDADE

Art. 253 São nulos:

- I as intimações que não contiverem os elementos essenciais ao cumprimento de suas finalidades;
- II os atos e termos lavrados por pessoa incompetente;
- III a Notificação de Lançamento e o Auto de Infração que não contenham elementos suficientes para determinar, com segurança, a infração e o infrator.

Parágrafo único. A nulidade de qualquer ato só prejudicam os posteriores que dele diretamente dependa ou seja consequência.

Art. 254 A autoridade julgadora, ao declarar a nulidade, indicará quais os atos atingidos, ordenando as providências necessárias ao prosseguimento ou solução do processo.

TÍTULO III DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



- Art. 255 O processo administrativo fiscal tem início com ato praticado por qualquer pessoa física ou jurídica que vise a:
- a) formulação de consulta quanto à interpretação e aplicação da legislação tributária municipal;
- b) revisão de dados cadastrais;
- c) solicitação de baixa do cadastro
- d) impugnação de lançamento tributário;
- e) apresentação de recurso à decisão proferida por autoridade administrativa tributária;
- Art. 256 Os atos e termos processuais, quando a lei não prescrever forma determinada, conterão somente o indispensável à sua finalidade, numeradas e rubricadas todas as folhas dos autos, em ordem cronológica de eventos e juntada.
- Parágrafo único. A lavratura dos atos e termos pode ser feita por qualquer meio desde que não haja espaços em branco, entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões que venham prejudicar a análise do documento.
- Art. 257 Os prazos processuais fluirão a partir da data de ciência e serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.
- § 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou devam ser praticados os respectivos atos.
- § 2º Ficam prorrogados para o dia seguinte em que houver expediente normal os prazos que se iniciarem ou vencerem em dia decretado como ponto facultativo pelo Poder Executivo.

Capítulo II DO PROCESSO DE CONSULTA

- Art. 258 O sujeito passivo poderá formular, em nome próprio, consulta sobre situações concretas e determinadas, quanto à interpretação e aplicação da legislação tributária municipal.
- Parágrafo único. As entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais poderão formular consulta em nome de seus representados.
- Art. 259 A consulta será formulada à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento e respondida no prazo de 75 (setenta e cinco) dias.
- § 1º O interessado será informado da resposta à consulta formulada e terá o prazo de 10 (dez) dias para proceder de acordo com a orientação, sem estar sujeito a penalidades.
- § 2º Enquanto a consulta estiver pendente de resposta ou durante o prazo para se



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

proceder de acordo com a resposta, o consulente não estará sujeito a nenhum procedimento fiscal sobre a matéria consultada.

- § 3º A resposta da consulta vincula a administração tributária em relação ao consulente, não podendo ser adotado contra ele nenhum procedimento fiscal contrário, até que seja notificado de nova interpretação, sendo, neste caso, concedido novo prazo previsto no § 1º deste artigo.
- Art. 260 Não produzirá efeito a consulta formulada:
- I por quem tiver sido intimado a cumprir obrigações relativas ao fato objeto da consulta;
- II por quem estiver sob procedimento fiscal iniciado para apurar fatos que se relacionem com a matéria consultada;
- III quando o fato já houver sido objeto de decisão anterior ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente;
- IV quando o fato estiver disciplinado em ato normativo publicado antes de sua apresentação;
- V quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal na legislação tributária;
- VI quando o fato for definido como crime ou contravenção penal;
- VII quando não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à sua solução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável, a critério da autoridade administrativa.

Capítulo III DO PROCESSO DE REVISÃO CADASTRAL

- Art. 261 Quando os dados no cadastro fiscal estiverem incorretos ou em desconformidade com a realidade, deverá o sujeito passivo apresentar pedido de revisão.
- Art. 262 O prazo para interposição do pedido de revisão cadastral é de 30 (trinta) dias, contados do ato ou fato que lhe deu origem.
- § 1º O pedido será apresentada por petição, no órgão responsável pelo gerenciamento do cadastro.
- § 2º O pedido de revisão indicará os dados que devam ser revisados, sendo, obrigatoriamente, juntados os documentos comprobatórios da alteração.
- Art. 263 Os pedidos de revisão serão analisados pelo órgão competente, podendo ser feita visita in loco para avaliação e confirmação dos dados cadastrais, antes da decisão.

Capítulo IV DO PROCESSO DE BAIXA CADASTRAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

- **Art. 264** O sujeito passivo deverá apresentar pedido de baixa no cadastro municipal, quando do encerramento de sua atividade.
- Art. 265 O prazo para interposição do pedido de baixa cadastral é de 30 (trinta) dias, contados do encerramento de sua atividade.
- § 1º O pedido será apresentado por petição no protocolo geral e deverá instruído com os documentos definidos em regulamento.
- § 2º O servidor responsável pela apreciação do pedido de baixa deverá fundamentar o deferimento, indeferimento ou suspensão.
- **Art. 266** O pedido de baixa cadastral poderá resultar em procedimento de ação fiscal, a critério da Administração Tributária, para verificação da existência de crédito tributário não adimplido.
- § 1º Havendo crédito tributário a ser adimplido, o pedido de baixa será apreciado e ficará suspenso até o adimplemento.
- § 2º Havendo crédito tributário com a exigibilidade suspensa, será emitido uma certidão de baixa provisória, indicando a existência desse crédito.
- § 3º A baixa definitiva somente será efetivada quando o contribuinte se encontrar regular perante o Fisco Municipal.
- **Art. 267** O sujeito passivo poderá apresentar recurso à decisão de suspensão ou indeferimento do processo de baixa.

Capítulo V DA IMPUGNAÇÃO DE LANÇAMENTO

- **Art. 268** O sujeito passivo poderá apresentar impugnação a lançamento tributário, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da sua intimação.
- **§ 1º** A impugnação será apresentada por petição, no protocolo geral, mediante comprovante de entrega.
- § 2º O impugnante alegará de uma só vez a matéria que entender útil, indicando ou requerendo as provas que pretender produzir, juntando, desde logo, as que possuir.
- § 3º A impugnação terá efeito suspensivo para a exigência do crédito tributário até a decisão definitiva da autoridade julgadora administrativa.
- **Art. 269** Apresentada a impugnação, o autor do procedimento fiscal terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do processo, para oferecer contestação, implicando em responsabilidade civil o dano causado à Fazenda Municipal por dolo ou culpa.
- § 1º O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado, mediante solicitação justificada a autoridade administrativa.
- § 2º Em caso de impedimento ou perda do prazo pelo autor de procedimento fiscal para



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

contestar a impugnação, a autoridade administrativa determinará outro Fiscal de Tributos para efetuá-la.

§ 3º Após a contestação, o processo será concluso à autoridade julgadora.

Capítulo VI DO JULGAMENTO ADMINISTRATIVO

- Art. 270 O julgamento de processo administrativo fiscal será realizado:
- I em primeira instância, pelo Secretário Municipal de Fazenda;
- II em segunda instância, pelo Conselho Municipal de Contribuintes.

Parágrafo único. Não instalado o Conselho Municipal de Contribuintes o julgamento de processo administrativo fiscal em segunda instância será realizado pelo Prefeito Municipal, ouvida a Procuradoria Jurídica do Município.

- **Art. 271** Na apreciação das provas e alegações a autoridade julgadora formará livremente seu convencimento, podendo ordenar as provas requeridas pelo sujeito passivo ou pelo Agente Fiscal que contestou a impugnação, exceto as que sejam consideradas inúteis ou protelatórias, e determinar a produção de outras que entender necessária.
- § 1º O sujeito passivo, seu preposto ou procurador e o autor do procedimento fiscal deverão participar das diligências e se manifestar no processo acerca da diligência.
- § 2º Quando requerida, a perícia será realizada por Agente Fiscal estranho aos feitos, devendo ser intimado o sujeito passivo e o autor do procedimento para acompanhá-la, cientificando-os das conclusões, podendo os mesmos se manifestar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência.
- **Art. 272** O sujeito passivo tem o prazo de 30 (trinta) dias para interposição de recurso voluntário, contados da publicação da decisão de primeira instância que lhe for desfavorável.
- **Art. 273** O Agente Fiscal autuante se manifestará sobre o recurso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- Art. 274 Não se incluem na competência da autoridade julgadora:
- I a declaração de inconstitucionalidade;
- II a negativa de aplicação do ato normativo emanado de autoridade superior.
- Art. 275 São definitivas, na esfera administrativa, as decisões:
- I de primeira instância, esgotado o prazo para interposição de recurso voluntário sem que este tenha sido interposto;
- II de segunda instância.



Parágrafo único. O sujeito passivo terá o prazo de 30 (trinta) dias, para cumprir a decisão definitiva que determinar o pagamento de tributo, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa.

Capítulo VII DA RESTAURAÇÃO DE PROCESSOS

- **Art. 276** O processo extraviado poderá ser restaurado por solicitação do interessado ou por determinação da autoridade administrativa, na forma definida em regulamento, desde que obedecidos os seguintes requisitos:
- I seja formado por cópias xerográficas ou impressas de documentos e atos que o compunha;
- II seja dada ciência à parte para que apresente cópia de documentos e atos que disponha;
- III seja dada ciência ao Agente Fiscal autuante para se manifestar, no caso de restauração de auto de infração;
- IV concluída a restauração, seja intimado o contribuinte para se manifestar sobre o processo.

TÍTULO IV DO CADASTRO FISCAL

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- **Art. 277** O cadastro fiscal do Município é constituído de informações sobre sujeitos passivos de obrigações tributárias e quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, que não sendo sujeitos passivos, relacionam-se com a Administração Pública no recolhimento de preços públicos ou outras rendas municipais.
- Art. 278 O cadastro fiscal pode ser desdobrado em:
- I cadastro imobiliário; e,
- II cadastro de atividades, que se subdivide em:
- a) cadastro dos estabelecimentos em geral;
- b) cadastro das atividades exercidas nos logradouros públicos;
- c) cadastro de profissionais autônomos;
- d) cadastro simplificado.

Diário Oficial do **Município** 153

Prefeitura Municipal de Pindaí



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

- § 1º O cadastro imobiliário tem por finalidade inscrever todas as unidades imobiliárias urbanas e rurais existentes no Município, independentemente da sua categoria de uso ou da incidência da tributação.
- § 2º O cadastro de atividades tem por objetivo o registro de dados de pessoa física ou jurídica que:
- I desenvolva atividade econômica, associativa, cooperativa e congênere;
- II seja sujeito passivo de obrigação tributária municipal, exceto vinculada ao cadastro imobiliário;
- III esteja subordinada a concessão de alvará de licença.
- § 3º O cadastro simplificado tem por finalidade inscrever:
- I as obras de construção civil;
- II os sujeitos passivos de obrigações tributárias sem estabelecimento neste Município;
- III as pessoas jurídicas de reduzido movimento econômico, conforme definido em Ato do Poder Executivo.
- IV as pessoas vinculadas ao recolhimento de rendas municipais.
- Art. 279 O sujeito passivo é obrigado a se inscrever no cadastro fiscal do Município e comunicar as alterações dos dados constantes da ficha cadastral, sendo as informações de sua inteira responsabilidade, não implicando a aceitação como verdadeiras pela Administração Tributária.
- Parágrafo único. O prazo para inscrição cadastral e para comunicação de alterações é de 30 (trinta) dias, a contar do ato ou fato que lhes deu origem.
- Art. 280 O Poder Executivo disciplinará a estrutura, organização e funcionamento do cadastro fiscal, observado o disposto nesta Lei, através de ato próprio.

Capítulo II DO CADASTRO IMOBILIÁRIO

SEÇÃO I DA INSCRIÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

- Art. 281 Serão obrigatoriamente inscritas no cadastro imobiliário todas as unidades imobiliárias autônomas urbanas e rurais existentes neste Município, mesmo as imunes ou isentas.
- § 1º Para efeito de inscrição no cadastro, considera-se unidade imobiliária autônoma aquela delimitada que permite uma ocupação ou utilização privativa e tenha acesso independente, mesmo quando o acesso principal seja por meio de áreas de circulação comum a todos.



- § 2º Para a caracterização da unidade imobiliária, deverá ser considerada a situação de fato do imóvel, coincidindo ou não com a descrita no respectivo título de propriedade, domínio ou posse, ou no cadastro.
- § 3º A Administração Tributária poderá promover, de ofício, o desmembramento de unidade imobiliária considerada autônoma.
- Art. 282 Quando o proprietário de terreno for pessoa imune e houver contrato de comodato do terreno com direito à edificação pelo comodatário, a inscrição da unidade imobiliária, durante o período de vigência do contrato, deverá ser feita em nome do comodatário, anotando o nome do comodante e o registro do contrato.

Parágrafo único. Extinto o contrato, a inscrição retornará em nome do comodante.

Art. 283 A inscrição ou alteração de dados da unidade imobiliária será requerida pelo contribuinte em petição constando as áreas do terreno e da edificação, o uso, as plantas de situação e localização, o título de propriedade, domínio ou posse e outros elementos Poder julgados necessários em ato administrativo do

Parágrafo único. A inscrição ou alteração será efetuada de ofício se constatado o descumprimento da obrigação prevista nesta Lei, aplicando-se ao infrator as penalidades correspondentes.

- Art. 284 No caso de loteamento ou edificação em condomínio, as inscrições desmembradas guardarão vinculação com a inscrição que lhes deu origem.
- Art. 285 Far-se-á a inscrição da unidade imobiliária autônoma em nome do proprietário do imóvel, do titular do domínio útil ou do possuidor.
- § 1º Quando o terreno e a edificação pertencerem a pessoas diferentes far-se-á a inscrição em nome do proprietário da edificação, anotando-se o nome do proprietário do terreno.
- § 2º Para os efeitos deste artigo, poderão ser utilizados, além das provas comuns de propriedade, domínio útil ou posse do imóvel, Alvará de Licença para construção, comprovante de fornecimento de serviços ou outros documentos especificados em Regulamento.
- § 3º Quando ocorrer o desaparecimento da edificação, o terreno será inscrito em nome do seu proprietário, conservando-se para a área correspondente o mesmo número de inscrição.
- Art. 286 Mesmo as edificações que não obedeçam às normas vigentes serão inscritas no cadastro imobiliário, para efeito de incidência do imposto, não gerando, entretanto, quaisquer direitos ao proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título.
- § 1º A inscrição cadastral e a incidência do imposto não exclui o direito do Município de exigir ou promover a adaptação da edificação às normas legais ou a sua demolição.
- § 2º Não será concedido o habite-se, relativo à construção nova e nem qualquer alvará



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

para reconstrução, ampliação, modificação ou acréscimo de área antes da inscrição ou anotação das alterações do imóvel no cadastro imobiliário.

Art. 287 Quando houver programa de recadastramento imobiliário, o sujeito passivo fica obrigado a prestar informações relativas ao seu imóvel;

Art. 288 Os atos administrativos que envolvam imóveis, emitidos por qualquer órgão municipal, devem indicar, obrigatoriamente, o número da respectiva inscrição imobiliária.

SEÇÃO II DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO

- **Art. 289** O cancelamento da inscrição cadastral da unidade imobiliária dar-se-á a requerimento do contribuinte ou de ofício, nas seguintes situações:
- I erro de lançamento que justifique o cancelamento;
- II remembramento de lotes em loteamento já aprovado e inscrito, após despacho do órgão competente;
- III remembramento de unidades imobiliárias autônomas inscritas, após despacho do órgão competente;
- IV alteração de unidades imobiliárias autônomas que justifique o cancelamento, após despacho do órgão competente;
- V alteração promovida na unidade imobiliária pela incorporação ou construção, de que resultem novas unidades imobiliárias autônomas.

Capítulo III DO CADASTRO DE ATIVIDADES

SEÇÃO I DA INSCRIÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

Art. 290 Toda pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, ainda que imune ou isenta, sujeita à obrigação tributária principal ou acessória ou que exerça atividade no Município, fica obrigada a requerer sua inscrição e alterações no Cadastro Fiscal do Município, no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 269 desta Lei e de acordo com as formalidades estabelecidas em ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. A inscrição das pessoas vinculadas ao recolhimento de preços e outras rendas municipais se dará a requerimento do interessado ou de ofício, conforme estabelecido em regulamento.

Art. 291 A inscrição será feita de ofício quando a pessoa física ou jurídica descumprir o previsto no art. 280 e desde que satisfaça a, pelo menos, uma das situações descritas nos incisos I e II, isoladamente, ou combinadas com uma das situações descritas nos incisos III, IV e V, deste artigo:



- I manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços prestados no Município;
- II estrutura organizacional ou administrativa, instalada no local da prestação do serviço;
- III inscrição em órgãos previdenciários, associações de classe, sindicatos e afins, e outros órgãos governamentais, na qual conste indicado o endereço neste Município;
- IV indicação como domicílio fiscal, neste Município, para efeito de outros tributos da união e/ou estadual;
- V permanência ou ânimo de permanecer no Município, para exploração econômica de atividades de prestação de serviços, exteriorizada através de indicação do endereço em impressos formulários ou correspondência, contrato de locação de imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone e de fornecimento de energia elétrica e água, em nome do prestador.
- **Art. 292** Considera-se inscrito a título precário aquele que não obtiver resposta da autoridade administrativa, após 30 (trinta) dias do seu pedido de inscrição, salvo se a pendência for por sua própria culpa.
- **Art. 293** O contribuinte que se encontrar exercendo atividade sem inscrição cadastral será autuado pela infração e terá o prazo de 15 (quinze) dias para requerer sua inscrição.
- **Art. 294** O descumprimento do prazo mencionado no artigo anterior ou o indeferimento da inscrição implicará na interdição do estabelecimento pela autoridade administrativa, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.

SEÇÃO II DA BAIXA, SUSPENSÃO E INATIVIDADE DA INSCRIÇÃO

- **Art. 295** Quando do encerramento da atividade é obrigatório o pedido de baixa pelo sujeito passivo, no prazo de até 30 (trinta) dias.
- Art. 296 Dar-se-á a baixa da inscrição:
- I a requerimento do contribuinte interessado ou seu mandatário; II de ofício.
- **§ 1º** A partir da data do requerimento da baixa não serão exigidas declarações e pagamentos de tributos relativos a períodos posteriores.
- § 2º No caso de existência de débito tributário, inclusive com exigibilidade suspensa, o requerimento de baixa implica na responsabilidade solidária dos titulares, sócios e administradores da sociedade.
- § 3º No período compreendido entre o requerimento da baixa e o seu deferimento pela autoridade administrativa, a inscrição será enquadrada na situação cadastral suspensa por processo de baixa, mudando para situação cadastral baixada quando o requerimento de baixa for deferido.



- § 4º Ato do Poder Executivo disciplinará os procedimentos da baixa de inscrição.
- Art. 297 No caso de baixa de Empreendedor Individual (EI), Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), optante ou não do Simples Nacional, que esteja sem movimento há mais de 3 (três) anos:
- I o requerimento deve ser analisado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do protocolo;
- II ultrapassado o prazo previsto no inciso I, sem manifestação do órgão competente, salvo quando o atraso for motivado pelo contribuinte, presumir-se-á deferida a baixa;
- III não há impedimento para que, posteriormente, sejam lançados créditos tributários relativos a fatos geradores ocorridos antes do requerimento da baixa, ressalvado a decadência, reputando-se como responsáveis solidários o titular, os sócios e os administradores da sociedade.
- IV aplica-se o previsto no art. 313, desta Lei.
- Art. 298 Dar-se-á a suspensão da inscrição:
- I a requerimento do contribuinte, quando:
- a) paralisar suas atividades temporariamente em razão de:
- 1. sinistro ou calamidade pública;
- 2. fato que comprovadamente venha a impedir o exercício da atividade desenvolvida;
- b) do requerimento de pedido de baixa, até o pronunciamento final da Administração Tributária, inclusive no caso de parcelamento de débito;
- II de ofício, quando:
- a) não estiver exercendo sua atividade no endereço informado no cadastro;
- b) estiver exercendo atividade não autorizada pelo Município;
- c) não se recadastrar, quando assim determinar ato de Poder Executivo;
- Art. 299 A suspensão de ofício sujeitará o contribuinte às seguintes sanções:
- I não gozar de qualquer benefício fiscal;
- II não será atendido nos pedidos de:
- a) Certidão Negativa de Débito;
- b) autorização para impressão ou uso de documentos fiscais;
- c) autenticação de documentos fiscais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

- d) abertura de filial;
- e) inscrição cadastral de nova empresa da qual participe sócio ou o próprio contribuinte;
- f) inscrição cadastral de autônomo, sendo este o sócio de contribuinte suspenso ou o próprio contribuinte suspenso.
- g) consulta, exceto se esta for relativa à própria suspensão cadastral.
- Art. 300 Será inativada a inscrição quando o contribuinte não apresentar recolhimento de tributos ou declaração da falta de movimento tributável por período superior a 1 (um) ano.

Parágrafo único. A inatividade da inscrição sujeita o contribuinte às sanções prevista neste código, além de tornar inidôneos os documentos fiscais por ele emitidos.

TÍTULO V DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

- Art. 301 A prova de quitação do tributo será feita por certidão negativa expedida pela Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações exigidas pelo Fisco, na forma do regulamento.
- § 1º A certidão negativa será expedida nos termos em que tenha sido requerida, não excluindo, entretanto, o direito do Fisco Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados posteriormente.
- § 2º O prazo de vigência dos efeitos da certidão negativa é de 90 (noventa) dias, contados da sua emissão.
- Art. 302 Possui os mesmos efeitos de certidão negativa aquela do tipo verbo-ad-verbum, em que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Parágrafo único. O prazo de vigência dos efeitos da certidão a que se refere este artigo é de 30 (trinta) dias, contados da sua emissão.

- Art. 303 Havendo débitos não quitados, será fornecida certidão positiva onde conste a identificação e origem dos débitos.
- Art. 304 A certidão será fornecida no prazo de até 10 (dez) dias da data de entrada do requerimento na repartição e indicará:
- I a identificação do contribuinte;
- II o domicílio fiscal;
- III o(s) tributo(s) ou cadastro a que se refere;
- IV o período a que se refere;



V - o período de sua validade.

Art. 305 Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato, pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal do infrator.

Art. 306 A Certidão Negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e os acréscimos legais, não excluindo a responsabilidade criminal e funcional cabível.

LIVRO IV DAS RENDAS MUNICIPAIS

TÍTULO I **DAS RENDAS DIVERSAS**

- Art. 307 Além da receita tributária de impostos, taxas e contribuições da competência privativa do Município, constituem rendas municipais diversas:
- I receita patrimonial proveniente de:
- a) exploração do acervo imobiliário a título de arrendamentos, aluguéis e outras;
- b) rendas de capitais;
- c) outras receitas patrimoniais.

Parágrafo único - Constituem receitas diversas a serem recolhidas aos cofres públicos, como rendas do Município, as percentagens sobre a cobrança da Dívida Ativa do Município, pagas pelos devedores ou qualquer importância calculada sobre valores da receita municipal.

- II receita industrial proveniente de:
- a) prestação de serviços públicos;
- b) rendas de mercados;
- c) rendas de cemitérios;
- III transferências correntes da União e do Estado;
- IV receitas diversas provenientes de:
- a) Dívida Ativa;



- b) multas e juros de mora;
- c) multas por infrações a leis e regulamentos;
- d) receitas de exercícios anteriores;
- e) outras receitas diversas;
- V receitas de capital provenientes de:
- a) alienação de bens patrimoniais;
- b) transferência de capital;
- c) auxílios diversos.

Parágrafo único. Constituem receitas diversas a serem recolhidas aos cofres públicos, como rendas do Município, as percentagens sobre a cobrança da Dívida Ativa do Município, pagas pelos devedores ou qualquer importância calculada sobre valores da receita municipal.

Art. 308 As rendas diversas serão lançadas e arrecadadas de acordo com as normas estabelecidas em regulamento baixado pelo Poder Executivo.

TÍTULO II DOS PREÇOS PÚBLICOS

Art. 309 Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fixar tabelas de preços públicos a serem cobrados:

- I pelos serviços de natureza industrial, comercial e civil, prestados pelo Município em caráter de empresa e passíveis de serem explorados por empresas privadas;
- II pela prestação de serviços técnicos de demarcação e marcação de áreas de terreno, de análise de processos para licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades efetivas ou potencialmente degradadoras, avaliação de propriedade imobiliária e prestação de serviços diversos;
- III pelo uso de bens do domínio municipal e de logradouros públicos, inclusive do espaço aéreo e do subsolo;
- IV pela exploração de serviço público municipal sob o regime de concessão ou permissão.
- § 1º São serviços municipais compreendidos no inciso I, do caput:
- I transporte coletivo;
- II mercados e entrepostos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

- III matadouros;
- IV fornecimento de energia;
- V coleta, remoção, destinação de resíduos não contemplados pela TRSD.
- § 2º Estão compreendidos no inciso II, do caput:
- I fornecimento de cadernetas, placas, carteiras, chapas, plantas fotográficas, heliográficas e semelhantes;
- II prestação de serviços técnicos de demarcação e marcação de áreas de terrenos, avaliação de propriedade imobiliária e prestação de serviços diversos;
- III prestação dos serviços de expediente;
- IV produtos e serviços decorrentes da base de dados geográficos em meio analógico e digital;
- V outros serviços.
- § 3º Pelo uso de bem público, ficam sujeitos à tabela de preços, como permissionário, os que:
- I ocuparem a qualquer título ou arrendarem áreas pertencentes ao patrimônio do Município;
- II utilizarem área de domínio público.
- § 4º A enumeração referida nos parágrafos anteriores é meramente exemplificativa, podendo ser incluídos no sistema de preços outros serviços ou utilidades de natureza semelhante prestados pelo Município.
- Art. 310 A fixação dos preços para os serviços prestados exclusivamente pelo Município terá por base o custo unitário.
- Art. 311 Quando não for possível a obtenção do custo unitário, para a fixação do preço será considerado o custo total do serviço verificado no último exercício, a flutuação nos preços de aquisição dos fatores de produção do serviço e o volume de serviço prestado e a prestar.
- § 1º O volume do serviço será medido, conforme o caso, pelo número de utilidades produzidas ou fornecidas, pela média dos usuários atendidos e outros elementos que permita apurá-lo.
- § 2º O custo total compreenderá o custo de produção, manutenção e administração do serviço e bem assim as reservas para recuperação do equipamento e expansão do serviço.



- Art. 312 Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fixar os preços dos serviços até o limite da recuperação do custo total, dependendo de Lei a fixação acima desse limite.
- Art. 313 Os serviços públicos municipais de qualquer natureza, quando sob regime de concessão e a exploração de serviços de utilidade pública, conforme disposto em Lei Municipal, terão a tarifa e preco fixados por Ato do Poder Executivo, na forma desta Lei.
- Art. 314 O não pagamento, nos prazos, dos débitos resultantes do fornecimento de utilidades produzidas ou do uso das instalações e bens públicos, ou em razão da exploração direta de serviços municipais, acarretará o corte do fornecimento ou a suspensão do uso.

Parágrafo único. O corte de fornecimento ou a suspensão do uso de que trata este artigo podem ser aplicados também nos casos de outras infrações previstas no Código de Polícia Administrativa ou Regulamento específico.

Art. 315 Aplicam-se aos preços públicos as normas de natureza tributária, no que couber.

LIVRO V DOS INCENTIVOS FISCAIS

TÍTULO I PARQUE TECNOLÓGICO DE PINDAÍ

Art. 316 Fica instituído, no âmbito do Município de Pindaí, o Parque Tecnológico de Software do Município de Pindaí, com os objetivos de fomentar o desenvolvimento de empresas de base tecnológica e instituições de ciência e tecnologia, e de difundir a cultura de conhecimento e inovação de setores estratégicos de alta tecnologia.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei consideram-se setores estratégicos de alta tecnologia:

- I Fabricação e Serviços em Sistemas de Telecomunicações;
- II Fabricação de Equipamentos e Serviços de Informática;
- III Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológicos;
- IV Design;
- V Laboratórios de Ensaios e Testes de Qualidade;
- VI Instrumentos de Precisão e de Automação Industrial;
- VII Biotecnologia, Nanotecnologia, Novos Materiais, tecnologias em Saúde e em Meio Ambiente;
- VIII outros setores produtivos, quando baseados em atividades tecnológicas de informática.



- Art. 317 As empresas que prestam serviços informática e congêneres e os serviços insertos na lista, 7.03, 7.21, 8.01, 9.01, já instaladas ou que venha a se instalar no Município de Pindaí, gozarão dos incentivos fiscais estabelecidos nesta Lei.
- Art. 318 Os incentivos fiscais concedidos pelo artigo anterior são os seguintes:
- I redução temporal e progressiva do Imposto Sobre Serviços ISS, fixada a alíquota nos seguintes percentuais:
- a) a nova empresa que se instalar no município passa a ser 2,0% (dois vírgula zero por cento);
- b) a partir do quinto ano de atividade: 2,5% (dois vírgula cinco por cento);
- c) a partir do decimo ano de atividade: 3,0% (três vírgula cinco por cento);
- d) a empresa já instalada no município passa a gozar de alíquota de 2,0% (dois vírgula zero por cento), desde que consiga atrair outras empresas do ramo tecnológico para se instalar no Município, compensando o imposto oriundo da redução da alíquota concedido que deixou de recolher ou;
- II isenção do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis ITBI, por ato "Inter vivos", quando da aquisição de terreno à implantação da empresa ou ampliação de sua área física;
- III redução de 50% (cinquenta por cento) do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, pelo prazo de 15 (quinze) anos, incidente sobre o imóvel locado a contar do exercício posterior à data de locação.
- IV taxas pelo exercício do poder de polícia;
- V contribuição de melhoria.
- Art. 319 As empresas interessadas em receber os benefícios desta Lei apresentarão suas propostas através de termo de acordo e compromisso que serão analisadas pela Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, que após analise será submetidas à decisão final do Chefe do Poder Executivo Municipal.
- § 1º Obtido o alvará de localização junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, as empresas imediatamente passarão a auferir os benefícios
- § 2º Para as empresas já instaladas, os benefícios desta Lei serão concedidos a partir da data de sua publicação, desde que preenchido os requisitos Art. 318, Inciso I, alínea c.

TÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

Art. 320 Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá concorrer a fornecimento de materiais e serviços, vender diretamente ou participar de licitação para execução de obra pública sem que se ache quitado com a Fazenda Municipal, quanto a tributos e rendas a cujo pagamento esteja obrigado.

Parágrafo único. A exigência contida neste artigo estende-se, obrigatoriamente, à expedição de qualquer alvará de licença.

Art. 321 Os valores referentes a tributos, rendas e multas estabelecidos em quantias fixas, deverão ser atualizados anualmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial - IPCA-E apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE acumulado no exercício anterior.

Parágrafo único. Interrompida a apuração ou divulgação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial - IPCA-E, a atualização monetária será estabelecida com base nos indicadores disponíveis.

- Art. 322 Os Regulamentos baixados para execução da presente Lei são de competência do Chefe do Poder Executivo e não poderão criar direitos e obrigações novas não previstas, limitando-se às providências necessárias a mais fácil execução de suas normas.
- Art. 323 Enquanto não forem baixados os atos administrativos regulamentares, permanecem em vigor aqueles que disponham sobre a matéria ou assunto tratado nesta Lei, desde que com esta não conflitem.
- Art. 324Ficam recepcionadas as Leis Complementares nº 123/2006, 128/2008 e 147/2014 e as que vierem a dispor sobre normas relativas ao tratamento tributário diferenciado e favorecido dispensado aos Microempreendedores Individuais (MEI) e às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), no que se refere ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresa de Pequeno Porte - Simples Nacional.
- Art. 325 Ficam isentos do pagamento dos tributos abaixo especificados, os imóveis vinculados diretamente ao PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA, instituído pela Lei Federal nº 11.977 de 07 de julho de 2009; cujos beneficiários possuam renda familiar de até 03 (três) salários mínimos:
- I Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ISSQN, incidente sobre a execução da empreitada e sub-empreitada das obras, vinculadas e exclusivamente, voltadas para o Programa;
- II Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana IPTU das áreas que serão utilizadas para implantação do Programa, durante a fase de edificação;
- III Imposto Sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis ITIV, específica e exclusivamente, sobre os imóveis que vierem a integrar o Programa.
- Art. 326 A Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento orientará a aplicação da presente Lei expedindo as necessárias instruções por meio de Portaria.



Art. 327 Ficam aprovadas as Tabelas de Receita I a X, anexas a esta Lei, que deverão ser atualizadas a partir do exercício de 2018, nos termos do art. 321.

Art. 328 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as contidas na Lei Municipal nº 301, de 26 de dezembro de 2011, na Lei Municipal nº 349, de 18 de dezembro de 2013, Lei Municipal nº 351, de 30 de dezembro de 2013 e na Lei Municipal nº 388, de 27 de dezembro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PINDAÍ, ESTADO DA BAHIA, em 28 de dezembro de 2017.

IONALDO AURÉLIO PRATES

Prefeito Municipal

ANEXO I - LISTA DE SERVIÇOS

- 1. SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CONGÊNERES.
- 1.01 Análise e desenvolvimento de sistemas.
- 1.02 Programação.
- 1.03 Processamento de dados e congêneres.
- 1.04 Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
- 1.05 Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
- 1.06 Assessoria e consultoria em informática.
- 1.07 Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
- 1.08 Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
- 2. SERVIÇOS DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO DE QUALQUER NATUREZA.
- 2.01 Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
- 3. SERVIÇOS PRESTADOS MEDIANTE LOCAÇÃO, CESSÃO DE DIREITO DE USO E CONGÊNERES.



- 3.01 Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
- 3.02 Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
- 3.03 Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
- 3.04 Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4. SERVIÇOS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA MÉDICA E CONGÊNERES.

- 4.01 Medicina e biomedicina.
- 4.02 Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
- 4.03 Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontossocorros, ambulatórios e congêneres.
- 4.04 Instrumentação cirúrgica.
- 4.05 Acupuntura.
- 4.06 Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
- 4.07 Serviços farmacêuticos.
- 4.08 Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
- 4.09 Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
- 4.10 Nutrição.
- 4.11 Obstetrícia.
- 4.12 Odontologia.
- 4.13 Ortóptica.
- 4.14 Próteses sob encomenda.
- 4.15 Psicanálise.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

- 4.16 Psicologia.
- 4.17 Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
- 4.18 Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
- 4.19 Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
- 4.20 Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 4.21 Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 4.22 Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
- 4.23 Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5. SERVIÇOS DE MEDICINA E ASSISTÊNCIA VETERINÁRIA E CONGÊNERES.

- 5.01 Medicina veterinária e zootecnia.
- 5.02 Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
- 5.03 Laboratórios de análise na área veterinária.
- 5.04 Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
- 5.05 Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
- 5.06 Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 5.07 Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 5.08 Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
- 5.09 Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6. SERVIÇOS DE CUIDADOS PESSOAIS, ESTÉTICA, ATIVIDADES FÍSICAS E CONGÊNERES.

6.01 - Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

- 6.02 Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
- 6.03 Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
- 6.04 Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
- 6.05 Centros de emagrecimento, spa e congêneres.
- SERVIÇOS RELATIVOS A ENGENHARIA, ARQUITETURA, GEOLOGIA, URBANISMO, CONSTRUÇÃO CIVIL, MANUTENÇÃO, LIMPEZA, MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E CONGÊNERES.
- 7.01 Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
- 7.02 Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
- 7.03 Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
- 7.04 Demolição.
- 7.05 Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
- 7.06 Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.
- 7.07 Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
- 7.08 Calafetação.
- 7.09 Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
- 7.10 Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
- 7.11 Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.



- 7.12 Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
- 7.13 Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.
- 7.14 Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.
- 7.15 Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.
- 7.16 Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
- 7.17 Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
- Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.
- Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.
- 7.20 Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.
- 8. SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, ENSINO, ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA E EDUCACIONAL, INSTRUÇÃO, TREINAMENTO E AVALIAÇÃO PESSOAL DE **QUALQUER GRAU OU NATUREZA.**
- 8.01 Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.
- 8.02 Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.
- 9. SERVIÇOS RELATIVOS A HOSPEDAGEM, TURISMO, VIAGENS E CONGÊNERES.
- 9.01 Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).
- 9.02 Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.



9.03 - Guias de turismo.

10. SERVIÇOS DE INTERMEDIAÇÃO E CONGÊNERES.

- 10.01 Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.
- 10.02 Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.
- 10.03 Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.
- 10.04 Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).
- 10.05 Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.
- 10.06 Agenciamento marítimo.
- 10.07 Agenciamento de notícias.
- 10.08 Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.
- 10.09 Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.
- 10.10 Distribuição de bens de terceiros.

11. SERVIÇOS DE GUARDA, ESTACIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, VIGILÂNCIA E CONGÊNERES.

- 11.01 Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.
- 11.02 Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.
- 11.03 Escolta, inclusive de veículos e cargas.
- 11.04 Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.
- 12. SERVIÇOS DE DIVERSÕES, LAZER, ENTRETENIMENTO E CONGÊNERES.



- 12.01 Espetáculos teatrais.
- 12.02 Exibições cinematográficas.
- 12.03 Espetáculos circenses.
- 12.04 Programas de auditório.
- 12.05 Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.
- 12.06 Boates, taxi-dancing e congêneres.
- 12.07 Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
- 12.08 Feiras, exposições, congressos e congêneres.
- 12.09 Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.
- 12.10 Corridas e competições de animais.
- 12.11 Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.
- 12.12 Execução de música.
- 12.13 Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
- 12.14 Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
- 12.15 Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
- 12.16 Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, competições esportivas, destreza de intelectual congêneres.
- 12.17 Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13. SERVIÇOS RELATIVOS A FONOGRAFIA, FOTOGRAFIA, CINEMATOGRAFIA E REPROGRAFIA.

13.01 - Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

- 13.02 Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.
- 13.03 Reprografia, microfilmagem e digitalização.
- 13.04 Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.

14. SERVIÇOS RELATIVOS A BENS DE TERCEIROS.

- 14.01 Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
- 14.02 Assistência técnica.
- 14.03 Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
- 14.04 Recauchutagem ou regeneração de pneus.
- 14.05 Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.
- 14.06 Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.
- 14.07 Colocação de molduras e congêneres.
- 14.08 Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
- 14.09 Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
- 14.10 Tinturaria e lavanderia.
- 14.11 Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.
- 14.12 Funilaria e lanternagem.
- 14.13 Carpintaria e serralheria.
- 15. SERVIÇOS RELACIONADOS AO SETOR BANCÁRIO OU FINANCEIRO, INCLUSIVE AQUELES PRESTADOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELA UNIÃO OU POR QUEM DE DIREITO.



- 15.01 Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.
- 15.02 Abertura de contas em geral, inclusive conta corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no país e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.
- 15.03 Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.
- 15.04 Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.
- 15.05 Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.
- 15.06 Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.
- 15.07 Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.
- 15.08 Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.
- 15.09 Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).
- 15.10 Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.
- 15.11 Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.
- 15.12 Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

Diário Oficial do Município 174

Prefeitura Municipal de Pindaí



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

- 15.13 Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais servicos relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.
- 15.14 Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.
- 15.15 Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.
- 15.16 Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.
- 15.17 Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.
- 15.18 Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16. SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE NATUREZA MUNICIPAL.

16.01 - Serviços de transporte de natureza municipal.

17. SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO, JURÍDICO, CONTÁBIL, COMERCIAL E CONGÊNERES.

- 17.01 Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.
- 17.02 Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congênere.
- 17.03 Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.



- 17.04 Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.
- 17.05 Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.
- 17.06 Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.
- 17.07 Franquia (franchising).
- 17.08 Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.
- 17.09 Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.
- 17.10 Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).
- 17.11 Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.
- 17.12 Leilão e congêneres.
- 17.13 Advocacia.
- 17.14 Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.
- 17.15 Auditoria.
- 17.16 Análise de Organização e Métodos.
- 17.17 Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.
- 17.18 Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.
- 17.19 Consultoria e assessoria econômica ou financeira.
- 17.20 Estatística.
- 17.21 Cobrança em geral.
- 17.22 Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturação (factoring).
- 17.23 Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.
- 18. SERVIÇOS DE REGULAÇÃO DE SINISTROS VINCULADOS A CONTRATOS DE



SEGUROS; INSPEÇÃO E AVALIAÇÃO DE RISCOS PARA COBERTURA DE CONTRATOS DE SEGUROS; PREVENÇÃO E GERÊNCIA DE RISCOS SEGURÁVEIS E CONGÊNERES.

- 18.01 Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
- 19. SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO E VENDA DE BILHETES E DEMAIS PRODUTOS DE LOTERIA, BINGOS, CARTÕES, PULES OU CUPONS DE APOSTAS, SORTEIOS, PRÊMIOS, INCLUSIVE OS DECORRENTES DE TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO E CONGÊNERES.
- 19.01 Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
- 20. SERVIÇOS PORTUÁRIOS, AEROPORTUÁRIOS, FERROPORTUÁRIOS, DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS.
- 20.01 Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.
- 20.02 Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.
- 20.03 Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.
- 21. SERVIÇOS DE REGISTROS PÚBLICOS, CARTORÁRIOS E NOTARIAIS.
- 21.01 Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
- 22 SERVIÇOS DE EXPLORAÇÃO DE RODOVIA.
- 22.01 Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

- 23 SERVIÇOS DE PROGRAMAÇÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL, DESENHO INDUSTRIAL E CONGÊNERES.
- 23.01 Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
- 24 SERVIÇOS DE CHAVEIROS, CONFECÇÃO DE CARIMBOS, PLACAS, SINALIZAÇÃO VISUAL, BANNERS, ADESIVOS E CONGÊNERES.
- 24.01 Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
- 25 SERVIÇOS FUNERÁRIOS.
- 25.01 Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.
- 25.02 Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.
- 25.03 Planos ou convênio funerários.
- 25.04 Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.
- 26 SERVIÇOS DE COLETA, REMESSA OU ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIAS, DOCUMENTOS, OBJETOS, BENS OU VALORES, INCLUSIVE PELOS CORREIOS E SUAS AGÊNCIAS FRANQUEADAS; COURRIER E CONGÊNERES.
- 26.01 Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.
- 27 SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
- 27.01 Serviços de assistência social.



- 28 SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA.
- 28.01 Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
- 29 SERVIÇOS DE BIBLIOTECONOMIA.
- 29.01 Serviços de biblioteconomia.
- 30 SERVIÇOS DE BIOLOGIA, BIOTECNOLOGIA E QUÍMICA.
- 30.01 Serviços de biologia, biotecnologia e química.
- 31 SERVIÇOS TÉCNICOS EM EDIFICAÇÕES, ELETRÔNICA, ELETROTÉCNICA, MECÂNICA, TELECOMUNICAÇÕES E CONGÊNERES.
- 31.01 Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
- 32 SERVIÇOS DE DESENHOS TÉCNICOS.
- 32.01 Serviços de desenhos técnicos.
- 33 SERVIÇOS DE DESEMBARAÇO ADUANEIRO, COMISSÁRIOS, DESPACHANTES E CONGÊNERES.
- 33.01 Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
- 34 SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÕES PARTICULARES, DETETIVES E CONGÊNERES.
- 34.01 Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
- 35 SERVIÇOS DE REPORTAGEM, ASSESSORIA DE IMPRENSA, JORNALISMO E RELAÇÕES PÚBLICAS.
- 35.01 Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.



36 - SERVIÇOS DE METEOROLOGIA.

36.01 - Serviços de meteorologia.

37 - SERVIÇOS DE ARTISTAS, ATLETAS, MODELOS E MANEQUINS.

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 - SERVIÇOS DE MUSEOLOGIA.

38.01 - Serviços de museologia.

39 - SERVIÇOS DE OURIVESARIA E LAPIDAÇÃO.

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 - SERVIÇOS RELATIVOS A OBRAS DE ARTE SOB ENCOMENDA.

40.01 - Obras de arte sob encomenda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

ANEXO II - TABELAS DE RECEITAS

TABELA I DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

CÓD	ESPECI FI CAÇÕES	%
01	Unidade imobiliária constituída por terreno sem construção.	2, 0
02	Unidade imobiliária constituída por terreno sem construção e sem muro.	2, 5
03	Unidade imobiliária para fim residencial.	1, 5
04	Unidade imobiliária de ocupação comercial, de prestação de serviço, industrial, box-garagem próprio ou de aluguel.	3, 0
05	Unidade imobiliária constituída em terreno em que houver construção condenada, em ruínas, incendiada, paralisada, em andamento.	3, 5

Nota: Considera-se construção paralisada aquela que não foi concluída no prazo de validade do alvará deconstrução ou de sua prorrogação.

TABELA II DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Rua Ana Angélica | 175 | Centro | Pindaí-Ba



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI
Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

CÓD	ESPECI FI CAÇÕES	ALÍ QUOTA
01	Serviços constantes nos subitens 7.02, 7.04, 7.05, 7.11, 7.12, 7.16, 11.01, 17.09, 15,20.	
02	Serviços constantes nos subitens do item 12.	5%
03	Serviços constantes nos subitens 10.03, 11.04, 13.04, 14.01, 14.03, 14.05, 16.01, 17.02, 17.4, 17.5, 17.06, 23.01, 24.01.	5%
04	Demais prestações de serviço de qualquer natureza, constantes da lista de serviço anexa a esta Lei.	3%
05	Profissionais autônomos de nível superior, uma única vez por ano.	R\$ 360, 00
06	Profissional autônomo de nível não superior, uma única vez por ano.	R\$ 300, 00
07	Soci edade Uni profi ssi onal :	
	até 3 profissionais, por profissional e por mês	R\$ 60, 00
	de 4 a 6 profissionais, por profissionais e por mês	R\$ 80, 00
	de 7 a 10 profissionais, por profissional e por mês	R\$ 110, 00
	acima de 10 profissionais, por profissional e por mês	R\$ 125, 00

TABELA III DA TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO

· 							
CÓDI GO		VLR			DESC	RIÇÃO	ATI VI DADE
			(R\$)				
		 	IENTOS D		AÇÃO	DE	SERVI ÇOS 60, 00
		 1010000 ADMI NI STR		RGANI ZAÇÃO	E	PLAN	EJAMENTO. 60,00
10100 SOCI EDADES	 18 ADMI NI STRAÇÃO	DE BENS OU NE	GÓCIOS, CON	ISÓRCI OS OL		PEL0	6 (EXCETO 60, 00 BANCO
1010020 ETC.	 5 ADMI NI STRAÇÃO [DE IMÓVEIS INCLUSI					EMI TÉRI OS 60, 00
	Ţ		•	SESSORI A			I MPRENSA 60, 00
		 RLA, ASSESSORIA		ILTORI A TÉ		OU FII	NANCEI RA. 60, 00

Diário Oficial do **Município** 182

Prefeitura Municipal de Pindaí



 1010050 CONTABI LI DADE 60, 00
1010069 DE FESTAS, COMEMORAÇÕES, SERVIÇOS DE BUFFET E CONGÊNERES. 60,00
 1010085 ESCRI TÓRI 0 DE ADVOCACI A 60, 00
 1010093 ESTATI STI CA 60, 00
 1010107 ESTUDO E CONTROLE DE QUALIDADE E NORMAS TÉCNICAS 60,00
 1010115 ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS DE AMOSTRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E CONGÊNERES. 60,00
 1010123 0RGANI ZAÇÃO E ADMI NI STRAÇÃO DE EMPRESAS 60,00
1010140 PLANEJAMENTO, ORGANI ZAÇÃO, PROGRAMAÇÃO, ORÇAMENTO E ADMI NI STRAÇÃO INCLUSI VE DE EMPRESAS 60, 00
 1010166 PROCURADORI A 60, 00
1010174 PROJETOS NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO. 60,00
1019996 OUTROS NÃO CLASSI FI CADOS 60, 00
1020005 COMUNI CAÇÃO E PROPAGANDA CONGÊNERES 60,00
1020021 ELABORAÇÃO OU EXIBIÇÃO E DIVULGAÇÃO DE ANÚNCIOS, DESENHOS E MATERIAIS PUBLICITÁRIOS. 215, 23
1020030 EXECUÇÃO E MONTAGEM DE ESTANDES DE FEIRAS, EXPOSIÇÕES, SOM AMBIENTE, SERVICOS DE JORNALISMO E 60,00 CONGENERE
1020048 JORNALI SMO 60, 00



1020056 MALA	DI RETA 60, 00
1020064 PROMOCAO DE	VENDAS 60, 00
	SERVI ÇOS 60, 00 ONGÊNERES.
	UBLI CI DADE 60, 00
1020099 RECORTE DE JORNAIS, REVISTAS E OUTROS P	ERI ÓDI COS. 60, 00
' 1020102 SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO (TELEFONIA, TELEX, VIDEOTEXTO, RADIO CONGÊNERES EXCETO	ODI FUSÃO E 60, 00 TELEVI SÃO.
	LEGRÁFI COS 60, 00
	TELEVI SÃ0 60, 00
1020137 VEICULAÇÃO DE MATERIAL PROPAGANDISTICO OU PUBLICITÁRIO POR QUAL	QUER MEIO 60,00
1029991 OUTROS NÃO CLA	SSI FI CADOS 60, 00
1030000 CONSERVAÇÃO E HI	GI ENI ZAÇÃO 60, 00
1030019 CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE IMÓVEIS E LOGRADOUROS INCLUSIVE VARRIÇÃO INCINERAÇÃO DE	, COLETA E 60,00 RESI DUOS.
1030027 DESI NFECÇÃO, HI GI ENI ZAÇÃO, I MUNI ZAÇÃO, DEDETI ZAÇÃO, DES	RATI ZAÇÃO. 60, 00
10300	35 JARDI NS 60, 00
·	ONGÊNERES. 60,00
103005	1 PI SCI NAS 60, 00
	ASSOALHO 60, 00
1039997 OUTROS NÃO CLA	SSI FI CADOS 60, 00
1040006 CONSTRUÇÃO CIVIL E	AFI M 100, 00



1040014 ALVENARIA, REVESTIMENTO, PINTURA E ACABAMENTO (INCLUSIVE OBRAS DE GESSO, ESTUQUE, VIDROS E CONGENERES
 1040022 ATERROS, DESMONTES, ESCORAMENTOS E DESMATAMENTOS 60,00
1 1040030 CONSTRUÇÃO (INCLUSIVE RECONSTRUÇÃO, MODIFICAÇÃO, REFORMA E CONSERTO) DE CASAS, PRÉDIOS, 80,00
U 1040049 CONSTRUÇÃO DE CENTRAIS ELÉTRICAS E HIDROELÉTRICAS, CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E SUBESTAÇÕES DE 1500,00
1040073 CONSTRUÇÃO DE OLEODUTO, AQUEDUTO, OBRAS DE CANALIZAÇÃO DE RIOS, CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E 100,00 RESERVADOR
1040103 CRAVAÇÃO DE ESTACAS, FUNDAÇÕES, ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS 100,00 METÁLICAS
1040138 ESCAVAÇÃO, REBAIXAMENTO DE LENÇÓIS D`AGUA, REFORÇO DE ESTRUTURAS, CORTINA DE PROTEÇÃO DE 60,00
1040146 EXECUÇÃO, POR EMPREITADA E POR ADMINISTRAÇÃO, DE OBRA DECONSTRUÇÃO CIVIL. 150,00
1040154 FORMAS DE MADEIRA PARA CONCRETO (CONFECÇÃO, COLOCAÇÃO E ESCORAMENTO) MONTAGEM DE ESTRUTURAS, 80,00 DE PREÁ.
1040162 MPERMEABILIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES, RASPAGEM E COLOCAÇÃO DE ASSOALHOS, INCLUSIVE ENCERAMENTO E 60,00
1040170 INSTALAÇÃO ELÉTRICA (LUZ E FORÇA), MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE ELEVADORES, ESCADAS ROLATES, 80,00 SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO, PREVENÇÃO CONTRA INCENDIO, PARA-RAIOS, DE SEGURANÇA, DE ALARMES ETC,
1040189 INSTALAÇÕES MECÂNI CAS E ELETROMECÂNI CAS, I INSTALAÇÃO DE CALDEI RA GERADORA DE VAPOR, TURBI NA E 80,00



 104 CONSERVAÇÃO) 	- 0200 PAVI MENTAÇÃO, DE ESTRÅDA	TERRAPLANAGEM DE	E CONSTRU	ÇÃO (INCL	USI VE	REPARAÇÃO E 100,00 RODAGEM.
1040	· 0219 URBANI ZAÇÃO DE MEI 0 - FI	SARGETAS, PASS	SELOS, REFUGIC	OS, PRAÇAS,	PARQUE	100,00 S, ESTÁDIOS,
	. []		1040227 USI N.	AGEM	DE	ASFALTO 100, 00
			1040235 USI NA	GEM	DE	CONCRETO 100, 00
	.	10	049992 0UTROS	NÃO	С	LASSIFICADOS 80,00
<u></u>	105000	1 ESTABELECIMENTO			LI CA	E LAZER 60, 00
<u></u>	.				10500	10 AUTÓDROMO 60, 00
	1050028 BAI LE,	SHOW, FESTIV			OS E	CONCERTOS. 60, 00
	.[1	050036 BI NG0 60, 00
		BOATE, CABARÉ,			E	CONGÊNERES. 60, 00
	.	105005	2 BOLI CHE,	BI LHAR	E	SI NUCA 60, 00
	.				10	50060 CINEMA 80,00
	.				1	050079 CI RC0 60, 00
	.	1050087		SPORTI VOS	E	SOCI AI S 60, 00
	.		1050095	5 COMPETIÇÃO		ESPORTI VA 60, 00
	. [1050109 CORF	RI DA	DE	ANI MAI S 60, 00
	[105011	7 DOMI NO,	VI SPORA	E	OUTROS 60, 00
	. []				1050	125 DRI VE-I N 70, 00
	[ENTI DADE		CARNAVALESCA 60, 00



	 1050141 EXEC	CUÇÃO	DE	MUSI CA	I NDI V	'I DUALMEN	TE C	U POI	CONJUNTO 60, 00
	1050150	EXPLOR/	AÇÃO	DE	JOGOS	DE	APOST	AS E	LOTERI AS 60, 00
								10501	68 EXPOSI ÇÃO 60, 00
	 50176 FORNECIMENTO	DE M	IUSI CA	MEDI A	NTE TRA	NSMI SSÃO	POR	QUALQU	ER PROCESSO 60, 00
					105018	34 GALERI	A	DE	ARTE 60, 00
					1050192	JOGOS)E	RECREAÇÃO 60, 00
		0206 J00	60S	ELETRÓ	ÒNI COS,	ELÉTF	RI COS	E	MECĀNI COS. 60, 00
								1	050214 MUSEU 60, 00
				10	50222 P	ARQUES	ا	DE	DI VERSOES 60, 00
						1050230 P	ARQUES		TEMATI COS 60, 00
				1	 050249 F	RI NGUE	ا	DE	PATI NACAO 60, 00
				10	50257 T	EATROS		 E	AUDI TÓRI OS 60, 00
				10599	98 OUTR	0S	NAO	С	LASSI FI CADOS 60, 00
				106000	7 ESTABE	LECI MENT	 0S	DE	ENSI NO 60, 00
								1060015	AUTO-ESCOLA 60, 00
 					1060	0023 CONS	ERVATÓ	 RI 0	MUSI CAL 60, 00
 		106003	1 CORT	 ГЕ,	COSTUR	A E	AF	TES	DOMESTI CAS 55, 00
 		10600	40 CUR	so	DE	BARBEI RO)	 E	CABELEI REI RO 55, 00
			10	 60058 C	:URSO	DE	D	EFESA	PESSOAL 55, 00
				1	060066 0	CURSO	 Di	 E	FOTOGRAFI A 55, 00



			1060074	CURSO	DE	I DI OMAS 60, 00
: <u>:</u> 			1060082	CURSO	DE	MANEQUI M 55, 00
:: 		 1060090 CU	RSO DE	MASSAGEM	E	ESTETI CA 55, 00
 		 1060112 CURS		PROCESSAMENTO) DE	DADOS 55, 00
	1060120	 CURSO E/OU	ESCOLA DE	DANÇA E	ARTES	CÊNI CAS 55, 00
		1060139	CURSO E/0	DU ESCOLA	. DE	I OGA 55, 00
				1060147 CURS	 60S	LI VRES 55, 00
 106015 MI LI TARES, 	5 CURSOS PREPAI AU ENSI NO			-		60.001
		1060163 DATI LO	GRAFIA, TA	QUI GRAFI A	E ES	STENOGRAFI A 55, 00
1060	 171 EDUCAÇÃO ESP	ECIAL PARA SUBD	OOTADOS E SUP	ERDOTADOS E D	DEFICIENTE	ES FÍSICOS 55,00
	T	106018	O ENSI NO	ARTÍ STI CO	E	CULTURAL 55, 00
			1060198 ENSI	NO DO	1	GRAL 60, 00
<u> </u>		 	1060201 ENSI	NO DO	2	GRAL 60, 00
		 	1060210 ENSI	NO DO	3	GRAL 60, 00
		 1060228 ENSI NO	I NSTRUMENTA	L (INSTRUM	ENTOS	MUSI CAI S) 55, 00
				1060236 ENSI NO		RELI GI OSC 55, 00
		'		1060244 ENSI NO		SUPLETI VO 55, 00
 		 060252 ENSINO	TÉCNI CO,	I NDUSTRI AL		COMERCI AL. 60, 00
106	 0260 ESGRIMA, NA	 NTAÇÃO, EQUITAÇ <i>Ã</i>	io, FUTEBOL,	VOLEI BOL, BAS	QUETEBOL,	TÊNIS E
				 79 EXTENSÃO		VERSI TÁRI A



	 1060287 JUD		CAPOEI RA		JI U-JI TSU	E (CONGËNERES. 55, 00
					I NFANTI L	E	CRECHE 60, 00
					106	0309 PÓS	G-GRADUAÇÃO 60, 00
					AMENTO	DE	PESSOAL 60, 00
			1069993	OUTROS		CLA	ASSI FI CADOS 60, 00
		107000		IA,	ARQUI TETURA	E	AFI NS 60, 00
		1070010 ADMI	NI STRAÇÃO	E	FI SCALI ZAÇĂ() DE	0BRAS 80, 00
						AEROFOT	OGRAMETRI A 80, 00
		107003		FIA	E DESE	NHOS	TÉCNI COS 80, 00
	 1070045 C	ONSULTORI A			S, PROJETO	 S E	CÁLCULOS. 80, 00
	 1070053 DE	CORAÇÃO (I		CONSULTO	ORIA TÉCNIC	A E	PROJETOS) 80, 00
	 107	0061 ENGENHAR	RIA DE		OLE DO	MEI O	AMBI ENTE 80, 00
		1070088	8 ESTUDO	E	DEMARCAÇÃO	DE	S0L0 60, 00
		10	070096 FLOR	ESTAMENTO) E	REFLO	DRESTAMENTO 80,00
	 1070	D100 GEOLOGI A,	, GEOTÉ	CNI CA	E SONDAG	EM D	0 S0L0. 80,00
	 -070118 LABORA	TÓRIO TECNO	DLÓGI CO DI	E MATER	IAIS DE A	NALI SES	TÉCNI CAS 70, 00
						10701	26 MAQUETE 70, 00
					ISMO E		JARDI NAGEM 60, 00
			1070142		E	DESEN	IVOLVI MENTO 60, 00
	 1070150 PLANT		ETOS DE	OBRAS,	-	E L	OTEAMENTO. 90, 00
		1070169 PR0J			RAPLANAGEM	Е	ESCAVAÇÃO



90, 00
1079999 OUTROS NÃO CLASSI FI CADOS 80, 00
1080008 ESTABELECI MENTOS FI NANCEI ROS, DE SEGUROS E CAPI TALI ZAÇÃO, I NCLUSI VE AUTORI ZADOS PELO BANCO 150,00 CENTRAL.
 1080016 ADMINISTRAÇÃO DE CARTÃO DE CREDITO 100,00
1080024 ADMINISTRAÇÃO DE TÍQUETES REFEIÇÃO, SAÚDE, COMBUSTÍVEIS E CONGÊNERES. 80,00
1080032 BANCOS COMERCIAIS, MULTIPLOS, DE DESENVILVIMENTO, DE FOMENTO AGRÍCOLA, DE DESENVOLVIMENTO E 150,00 CAIXAS ECONÔMICAS (COBRANÇA, COFRE DE ALUGUEL, CUSTÓDIA DE BENS, ORDEM DE PAGAMENTO, ETC)
 1080059 CALXAS DE BANCOS ELETRÔNI COS 100, 00
 1080075 CONSORCI 0 90, 00
1080083 C00PERATI VAS DE CREDI TO 90, 00
1080105 EMPRESAS DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. 90,00
1080113 ESCRI TÓRI 0 DE REPRESENTAÇÃO DE BANCOS 100, 00
1080121 FACTORI NG 80, 00
1080130 FUNDOS MÚTUOS, CLUBES E SOCIEDADES DE INVESTIMENTO, INCLUSIVE DE CAPITAL ESTRANGEIRO 80,00
 1080148 PREVI DÊNCI A PRI VADA 100, 00
1080156 SEGUROS (ADMINISTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE COSEGUROS, EXPEDIÇÃO DE APOLICES, CORRETAGEM, 100,00



90, 00
1080180 SOCIEDADES CORRETORAS E DISTRIBUIDORAS DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS 100,00
1089994 0UTROS NÃO CLASSI FI CADOS NÃO CLASSI FI CADOS
1090003 ESTABELECIMENTOS FOTOGRÁFICOS, DE PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA AFINS 60,00
1090011 COPIAGEM, CORTE E MONTAGEM FOTOGRÁFICA, CINEMATOGRÁFICA E REVELAÇÃO DE FILMES 60,00
1090020 DI STRI BUI ÇÃO DE FI LMES CI NEMATOGRAFI COS 60, 00
1090038 ESTÚDI 0 CI NEMATOGRÁFI CO 60, 00
1090046 ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO DE SONS OU RUÍDOS, INCLUSIVE DUBLAGEM, MIXAGEM SONORA E TRUCAGEM 60,00
1090054 ESTÚDI 0 FOTOGRÁFI CO
1090062 GRAVAÇÃO DE VI DEOTEI PE
1099990 OUTROS NÃO CLASSI FI CADOS 60, 00
1100009 ESTABELECIMENTOS DE HIGIENE PESSOAL E CONDICIONAMENTO FÍSICO 60,00
1100017 ACADEMI A DE GI NASTI CA E MUSCULAÇÃO 60, 00
1100025 PEDI CURO, MANI CURO E CALI STAS 60, 00
1100033 SALÃO DE BARBEIRO, CABELEIREIRO, TRATAMENTO DE PELE, DEPILAÇÃO E CONGÊNERES. 55,00
1100041 SAUNAS, DUCHAS, MASSAGENS, TERMAS E CASAS DE BANHO
1109995 OUTROS NÃO CLASSI FI CADOS 60, 00
 1110004 ESTABELECI MENTOS HOTELEI ROS 70,00
 1110012 ALBERGUE 55,00
 1110020 APART-HOTEL, HOTEL, MOTEL, E POUSADAS DE 1 ESTRELA 70,00



1110047 APART-HOTEL, HOTEL, MOTEL E POUSADAS DE 3 ESTRELAS 70.00		1110039 APAR	RT-HOTEL,						2	ESTRELAS 70, 00
111005S APÁRT-HOTEL, HOTEL, MOTEL E POUSADAS DE 4 ESTRELAS (70,00) 111006S APART-HOTEL, HOTEL, MOTEL E POUSADAS 5 ESTRELAS (70,00) 111007S APART-HOTEL, HOTEL, MOTEL E POUSADAS SEM ESTRELAS, CASA DE COMODOS, PENSOES (70,00) 111007S CAMPING (50,00) 111007S CAMPING (50,00) 111007S CAMPING (50,00) 111007S CAMPING (50,00) 111007S CAMPING (60,00) 11101S CAMPING (60,00) 11101S POUSADA (60,00) 11101S POUSADA (70,00) 11101S POUSADA (70,00) 111007S APARELHOS E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS (60,00) 111007RES, APARELHOS E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS (60,00) 1120006 ESTABELECIMENTOS DE INSTALAÇÃO, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS (60,00) 112001S CAPOTARIA (60,00) 1120034 INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE CALEFAÇÃO, VENTILAÇÃO, AR REFRIGERADO E GO.00 (60,00) INDUSTRIAIS E DE FILTROS MANUTENÇÃO DE ARMAS DE USO PESSOAL, DE CACA, PESCA E SOULANTES E COULANTES		1110047 APAR	RI-HOIEL,	HOTEL,	MOTEL,	E	POUSADAS	DE		
T110071 JAPART-HOTEL, HOTEL, MOTEL E POUSADAS SEM ESTRELAS, CASA DE COMODOS, PENSOES, EXTRA-HOTELEIRO. 1110080 JASI LO 50, 001 1110098 JCAMPI NG 50, 001 1110011 JCOLONI A DE FERI AS, 60, 001 1110128 JPOUSADA 70, 001 1110128 JPOUSADA 70, 001 1110128 JPOUSADA 70, 001 1110200 JESTABELECIMENTOS DE INSTALAÇÃO, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS APARELHUS E JESTEMA DE CALEFAÇÃO, VENTI LAÇÃO, AR REFRI GERADO E 60, 001 MONTAGEM CARGAS. MONTAGEM CARGAS. MONTAGEM CARGAS. MONTAGEM 1120026 JCONSERVAÇÃO LIMPEZA, MANUTENÇÃO E REPARO DE ELEVADORES, ESCADAS ROLANITES E 60, 001 MONTAGEM CARGAS. MONTAGEM 1120026 JCONSERVAÇÃO LIMPEZA, MANUTENÇÃO E REPARO DE ELEVADORES, ESCADAS ROLANITES E 60, 001 MONTAGEM 1120034 JINSTALAÇÃO DE FRIGORIFICOS, REFRIGERADORES E GERADORES COMERCÍA IS, NDUSTRIAIS E DE FILTROS J FRIGORIFICOS, REFRIGERADORES E GERADORES COMERCÍA IS, NDUSTRIAIS E DE FILTROS J FRIGORIFICOS, REFRIGERADORES E GERADORES COMERCÍA IS, NDUSTRIAIS E DE FILTROS J JANTIFOLUENTES JAN	<u></u>	 1110055 APAI	RT-HOTEL,	HOTEL,	MOTEL	E	POUSADAS	DE	4	
1110071 APART-HOTEL, HOTEL, MOTEL E POUSADAS SEM ESTRELAS, CASA DE CÓMODOS, PENSÕES, EXTRA-HOTELETRO. 1110080 ASILO 50, 001 1110080 ASILO 50, 001 1110098 CAMPING 50, 001 111010 PERIAS 60, 001 111010 PENSÃO E HOSPEDAGEM EXTRA HOTELETRA 60, 001 1110110 PENSÃO E HOSPEDAGEM EXTRA HOTELETRA 60, 001 1110128 POUSADA 70, 001 1110078 APARELHOS E 1110110 PENSÃO E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS, 60, 001 MOTORES, APARELHOS E 1110110 PENSÃO E REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS, 60, 001 MOTORES, APARELHOS E 1120036 CONSERVAÇÃO LIMPEZA, MANUTENÇÃO E REPARO DE ELEVADORES, ESCADAS ROLANTES E MONTAGEM (INCLUSIVE) 1120036 CONSERVAÇÃO LIMPEZA, MANUTENÇÃO E REPARO DE ELEVADORES E GERADORES COMERCIAIS NOTORES 1120034 INSTALAÇÃO, DE SISTEMA DE CALEFAÇÃO, VENTILAÇÃO, AR REFRIGERADO E REFRIGERAÇÃO (INCLUSIVE) 1120042 LIMPEZA, REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ARMAS DE USO PESSOAL, DE CACA, PESCA E ESPORTE 1120042 LIMPEZA, REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ARMAS DE USO PESSOAL, DE CACA, PESCA E ESPORTE 1120042 LIMPEZA, REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ARMAS DE USO PESSOAL, DE CACA, PESCA E ESPORTE 1120042 LIMPEZA, REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ARMAS DE USO PESSOAL, DE CACA, PESCA E ESPORTE 1120042 LIMPEZA, REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ARMAS DE USO PESSOAL, DE CACA, PESCA E ESPORTE 1120042 LIMPEZA, REPARAÇÃO, PINTURA, MANUTENÇÃO E REPAROS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA PORTOR DE CACA, PESCA E 60, 00, 00, 00, 00, 00, 00, 00, 00, 00,	<u></u>									ESTRELAS 70, 00
1110098 CAMPING	1110071	 APART-HOTEL, HO	TEL, MOTEL	E POUSAD	AS SEM E	ESTREL	.AS, CASA [
1110098 CAMPING 50, 00 1110101 COLONI A DE FERIAS 60, 00 1110110 PENSAO E HOSPEDAGEM EXTRA HOTELEI RA 60, 00 1110128 POUSADA 70, 00 1110128 POUSADA 70, 00 1110000 ESTABELECIMENTOS DE INSTALAÇÃO, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS, 60, 00 10 CAMPING 60, 00 11120006 CASSI FI CADOS 60, 00 1120006 CONSERVAÇÃO LIMPEZA, MANUTENÇÃO E REPARO DE ELEVADORES, ESCADAS ROLANTES E 60, 00 RONTAGEM CARGAS. INSTALAÇÃO, DE SI STEMA DE CALEFAÇÃO, VENTILAÇÃO, AR REFRI GERADO E 60, 00 RONTAGEM CARGAS. INSTALAÇÃO DE FRI GORI FI COS, REFRI GERADORES E GERADORES COMERCI AIS, INDUSTRI AI S DE FILTROS RONDUSTRI AI S DE FILTROS INSTALAÇÃO, PI NTURA, MANUTENÇÃO E REPAROS DE MAQUI NAS 60, 00 11200069 LIMPEZA, REPARAÇÃO INSTALAÇÃO, PI NTURA, MANUTENÇÃO DE REPAROS DE MAQUI NAS 60, 00 1120069 LIMPEZA, REVI SÃO, INSTALAÇÃO, PI NTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS 60, 00 112001 PAMENTOS INDUSTRI AI S 1120069 LIMPEZA, REVI SÃO, INSTALAÇÃO, PI NTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS 60, 00 112001 PAMENTOS INDUSTRI AI S 1120069 LIMPEZA, REVI SÃO, INSTALAÇÃO, PI NTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS 60, 00 112001 PAMENTOS INSTALAÇÃO, PI NTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS 60, 00 112001 PAMENTOS INSTALAÇÃO, PI NTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS 60, 00 112001 PAMENTOS INSTALAÇÃO, PI NTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS 60, 00 112001 PAMENTOS PARA PINTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS 60, 00 112001 PAMENTOS PARA PINTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS 60, 00 112001 PAMENTOS PARA PINTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS 60, 00 112001 PAMENTOS PARA PINTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS 60, 00 112001 PAMENTOS PARA PINTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS 60, 00 112001 PAMENTOS PARA PINTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS 60, 00 112001 PAMENTOS PARA PINTURA REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS 60, 00 112001 PAMENTOS PARA PINTURA REPAROS									1110	
1110101 COLONIA DE FERIAS 60, 00 1110110 PENSAO E HOSPEDAGEM EXTRA HOTELEIRA 60, 00 1110128 POUSADA 70, 00 1110208 POUSADA 70, 00 11120000 ESTABELECIMENTOS DE INSTALAÇÃO, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS, 60, 00 1120018 CAPOTARI A 60, 00 CARGAS. MANUTENÇÃO E REPARO DE ELEVADORES, ESCADAS ROLANTES E MONTAGEM CARGAS. 60, 00 CARGAS. MANUTENÇÃO E REPARO DE ELEVADORES, ESCADAS ROLANTES E MONTAGEM CARGAS. 60, 00 CARGAS MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE CALEFAÇÃO, VENTILAÇÃO, AR REFRIGERADO E REFRIGERAÇÃO (INCLUSIVE) INSTALAÇÃO DE FRIGORIFICOS, REFRIGERADORES E GERADORES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E DE FILTROS ANTIPOLUENTES INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE CALEFAÇÃO, VENTILAÇÃO, AR REFRIGERADO E ESPORTE ANTIPOLUENTES ANTIPOLUENTES INSTALAÇÃO DE MAQUINAS E COLUPAMENTOS E MANUTENÇÃO DE ARMAS DE USO PESSOAL, DE CACA, PESCA E ESPORTE 1120032 LIMPEZA, REVISÃO, INSTALAÇÃO, PINTURA, MANUTENÇÃO E REPAROS DE MAQUINAS E COUIPAMENTOS PARA CARGAS MANUTENÇÃO DE MAQUINAS E COUIPAMENTOS PARA CARGAS								1		
60,00 1110128 POUSADA 70,00 1110128 POUSADA 70,00 11120000 ESTABELECIMENTOS DE INSTALAÇÃO, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS, 60,00					11101	01 COL	LONI A	DE		FERI AS 60, 00
1110128 POUSADA 70,00 1110990 OUTROS NÃO CLASSI FICADOS 60,00 1120000 ESTABELECI MENTOS DE INSTALAÇÃO, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS, 60,00	1									
11120000 ESTABELECI MENTOS DE INSTALAÇÃO, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS, 60, 00 MOTORES, APARELHOS E 1120018 CAPORTARI A 60, 00 1120026 CONSERVAÇÃO LIMPEZA, MANUTENÇÃO E REPARO DE ELEVADORES, ESCADAS ROLANTES E 60, 00 1120034 INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE CALEFAÇÃO, VENTILAÇÃO, AR REFRIGERADO E 60, 00 1120034 INSTALAÇÃO DE FRIGORIFICOS, REFRIGERADORES E GERADORES COMECIAIS, INDUSTRIAIS E DE FILTROS ANTIPOLUENTES 1120042 LIMPEZA, REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ARMAS DE USO PESSOAL, DE CACA, PESCA E ESPORTE 60, 00 1120050 LIMPEZA, REPARAÇÃO, INSTALAÇÃO, PINTURA, MANUTENÇÃO E REPAROS DE MAQUI NAS E EQUI PAMENTOS ANTIPOLUENTES 1120069 LIMPEZA, REVISÃO, INSTALAÇÃO, PINTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS E OCUI PAMENTOS ANTIPOLUENTES 1120069 LIMPEZA, REVISÃO, INSTALAÇÃO, PINTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS E OCUI PAMENTOS ANTIPOLUENTES 1120069 LIMPEZA, REVISÃO, INSTALAÇÃO, PINTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS E OCUI PAMENTOS ANTIPOLUENTES 1120069 LIMPEZA, REVISÃO, INSTALAÇÃO, PINTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS E OCUI PAMENTOS ANTIPOLUENTES 1120069 LIMPEZA, REVISÃO, INSTALAÇÃO, PINTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS E OCUI PAMENTOS ANTIPOLUENTES								1	11012	
1120000 ESTABELECIMENTOS DE INSTALAÇÃO, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS, 60,00 EQUIPAMENTOS 1120018 CAPOTARIA 60,00 1120026 CONSERVAÇÃO LIMPEZA, MANUTENÇÃO E REPARO DE ELEVADORES, ESCADAS ROLANTES E MONTAGEM CARGAS. 1120034 INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE CALEFAÇÃO, VENTILAÇÃO, AR REFRIGERADO E REFRIGERAÇÃO (INCLUSIVE) 1120034 INSTALAÇÃO DE FRIGORIFICOS, REFRIGERADORES E GERADORES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E DE FILTROS 1120042 LIMPEZA, REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ARMAS DE USO PESSOAL, DE CACA, PESCA E ESPORTE 1120050 LIMPEZA, REVISÃO, INSTALAÇÃO, PINTURA, MANUTENÇÃO E REPAROS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS 1120069 LIMPEZA, REVISÃO, INSTALAÇÃO, PINTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS 1120069 LIMPEZA, REVISÃO, INSTALAÇÃO, PINTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS 1120069 LIMPEZA, REVISÃO, INSTALAÇÃO, PINTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS 1120069 LIMPEZA, REVISÃO, INSTALAÇÃO, PINTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS 1120069 LIMPEZA, REVISÃO, INSTALAÇÃO, PINTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS 1120069 LIMPEZA, REVISÃO, INSTALAÇÃO, PINTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS				111	9990 OU	TR0S	NÃO			SSI FI CADOS 60, 00
1120018 CAPOTARI A 60, 00 1120026 CONSERVAÇÃO LI MPEZA, MANUTENÇÃO E REPARO DE ELEVADORES, ESCADAS ROLANTES E MONTAGEM CARGAS. 60, 00 1120034 I NSTALAÇÃO DE SI STEMA DE CALEFAÇÃO, VENTILAÇÃO, AR REFRI GERADO E REFRI GERAÇÃO (I NCLUSI VE 1120034 I NSTALAÇÃO DE FRI GORI FI COS, REFRI GERADORES E GERADORES COMERCI AI S, NDUSTRI AI S E DE FILTROS ANTI POLUENTES) ANTI POLUENTES) 1120042 LI MPEZA, REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ARMAS DE USO PESSOAL, DE CACA, PESCA E ESPORTE 60, 00 1120050 LI MPEZA, REVI SÃO, I NSTALAÇÃO, PI NTURA, MANUTENÇÃO E REPAROS DE MAQUI NAS E EQUI PAMENTOS 120069 LI MPEZA, REVI SÃO, I NSTALAÇÃO, PI NTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS E EQUI PAMENTOS PARA 60, 00 120069 LI MPEZA, REVI SÃO, I NSTALAÇÃO, PI NTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUI NAS E EQUI PAMENTOS PARA 60, 00 ESCRI TORI O.	112000	 O ESTABELECIMENTO	OS DE II	NSTALAÇÃO,	REPAR	ROS		NÇÃO	DE	60.001
1120026 CONSERVAÇÃO LIMPEZA, MANUTENÇÃO E REPARO DE ELEVADORES, ESCADAS ROLANTES E MONTAGEM CARGAS. 60,00								112	0018	
1120034 INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE CALEFAÇÃO, VENTILAÇÃO, AR REFRIGERADO E REFRIGERAÇÃO (INCLUSIVE) 60,00 NOUSTRIAIS E DE FILTROS	112002 MONTAGEM CA	 6 CONSERVAÇÃO LII ARGAS.	MPEZA, MAN	UTENÇÃO E	REPARO	DE E	LEVADORES,	ESCAD	AS R	OLANTES E 60, 00
1120042 LIMPEZA, REPARĂÇÃO E MANUTENÇÃO DE ARMAS DE USO PESSOAL, DE CACA, PESCA E 60,00	112003 REFRI GERAÇÃO	 34 NSTALAÇÃO D (NCLUS VE NSTALAÇÃO	DE FRI S	GURI FI CUS	KEFK	I GERAL	JURES E GE	ERADORI	-5 ((MERCIAIS,
1120050 LIMPEZA, REVISÃO, INSTALAÇÃO, PINTURA, MANUTENÇÃO E REPAROS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS 60,00 INDUSTRIAIS.	112004	2 LIMPEZA, REPAR	AÇÃO E MAN							
1120069 LIMPEZA, REVISÃO, INSTALAÇÃO, PINTURA, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA 60,00	1120050 E EQUIPAN	 LIMPEZA, REVISÃO MENTOS), INSTALA	AÇÃO, PIN	TURA, N	MANUTE	NÇÃO E R	EPAROS	DE I NE	60, 00
	1120069 EQUI PAMENTOS	 LIMPEZA, REVIS/ PARA	ÃO, INSTA	LAÇÃO, P	I NTURA,	REPAR	OS E MANUT	ΓENÇÃO	DE M	60, 00 SCRI TÓRI 0



1120077 LIMPEZA REVISÃO, INSTALAÇÃO, REPAROS E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA 60,00
LUBRIFICAÇÃO, LAVAGEM, LIMPEZA, TROCA DE ÓLEO E REVISÃO DE VEÍCULOS.
 1120093 PINTURA E REPARO DE BICICLETAS 60,00
1120107 PINTURA E REPARO DE VEÍCULOS, INCLUSIVE PARTE ELÉTRICA. 60,00
 1120115 RECAUCHUTAGEM 60,00
 1120131 RECUPERAÇÃO E REPARO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR (BORRACHARIA) 60,00
1120140 REPARO, MANUENÇÃO E LIMPEZA DE APARELHOS ELETRONICOS, E DE PROCESSAMENTOS DE DADOS, 60,00 60,00 FOTOGRAFICOS, CINEMA TOPOGRAFICOS, OTICOS E DE INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS
60,00 60,00 1120182 SERVI ÇO DE CHAVEI RO, AMOLADOR E FERRAMENTEI RO. 60,00
 1129996 OUTROS NÃO CLASSI FI CADOS 60, 00
60,00
1130030 CONSERTO, RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MOVEIS E OBRAS DE ARTE. 60,00
1130048 ENGRAXATARI A 60, 00
1130064 LAVAGEM, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE CORTINAS, TAPEÇARIAS, COLCHOARIA E BARRACAS DE CAMPING. 60,00
1130072 LUSTRAÇÃO DE BENS MÓVEIS 60,00
1130080 REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE BRINQUEDOS INCLUSIVE MECANICO, ELETRICO E ELETRONICO EXCETÓ 60,00 BICICLETA

Diário Oficial do **Município** 193

Prefeitura Municipal de Pindaí



	 1130099 REPAR	O DE	ARTI	GOS D	E TEC	I DO	Ε	ACESSÓ	RI 0	DO	TUÁRI 0 60, 00
	1130102 RE	PARO		CALCADO			ETOS	DE	COUF	RO	PELES 60, 00
<u></u>				11:	30110 TI	I NTUR	ARI A		E		NDERI A 60, 00
<u></u>				113	9991 OU	TROS		NĀO		CLA	I CADOS 60, 00
<u></u>	1140000) ESTAB	ELECI ME	ENTOS	DE	I NTEF	RMEDI	AÇÃO	E	REP	NTAÇÃO 60, 00
	[11400)19 AG	ENCIA	4	DE		CARGAS 60, 00
	Ī			114	0027 AG	ENCI A		DE		CLA	I CADOS 60, 00
	Ī				1140035	AGEN	CIA		DE		PACHOS 60, 00
1140043 MÃO-DE-OBRA 	 AGÊNCIA DE EMPF DE	REGO,	RECRUTA		SELEÇ <i>Î</i> ESPECÎ E	ÃO E	COL	OCAÇÃO DE	OU F		NTO DE 80, 00 CI VI L
114005	 AGENCIA DE FRAN	IQUI AS	E FACT	ORI NG,	EXCET0	AS A	UTORI	ZADAS	PEL0	BANC	NTRAL. 60, 00
	Ī				1140060	D AGEI	NCI A		DE		TICIAS 60,00
	 1140078 AGENCIA	DE TU	JRI SMO,	VI AGE	NS, VE	ENDA	DE	PASSAC	SENS	E C	NERES. 60, 00
	Ī					1140	0086	AGENCI	Α		ERÁRI A 60, 00
	1140094	AGENTE	CON	II SSÁRI (OU	CO	NSI GN	IATÁRI C) DE	Ξ	ADORI A 60, 00
					11401	08 AG	ENTE		DE		OTERI A 60, 00
	11401	- 24 AGEN	NTE	DE	PROPRI EI	DADE	AF	RTÍ STI (CA	E	ERÁRI A 60, 00
	 1140132 AGENTE	DE		EDADE				IERCI AL	. Е	DE	VI ÇOS. 60, 00
				ÇΑ,			DE	DI	REI TOS	6	ORAI S. 60, 00
	Ţ			140159 (CORRETAC	GEM		DE	BEN	IS	MOVEIS 60,00
				40167 C	ORRETAG	EM)E	BENS	6	MÓVEIS 60,00



DE SAÚDE 60, 00	ANOS	DE PLAN	DI	CORRETAGEM		.	<u></u>
60, 00		FILMES			1140183 DI S		<u>-</u>
MUSI CAI S 161, 40		ARTÍ STI COS					
I NCORPORAÇÃO 60, 00	1140205					-	
ESPORTI VOS E 60, 00	ULTURAI S,	ÍSTICOS, CUI	ARTÍS		PRODUÇÃO DE	- 13 PROMOÇÃO E/OU	11402° CONGÊNERES.
I NDUSTRI AL 95, 00	. E	COMERCI AL)			-	
CLASSI FI CADOS 60, 00	ÃO	OS NÃ(OUTROS	1149997			
DE BENS 60, 00	GUARDA			TOS DE	ESTABELECI ME	1150006	
CONGÊNERES. 60, 00	OS, SILOS					- 50014 ARMAZÉNS G	115
DE BENS 60, 00	ARDA	E GUA		2 ARRUMAÇÃO	11500		
VEÍ CULOS 60, 00	DE	ONAMENTO	STACION	1150030 E			
ANI MAI S 60, 00	TO DE	ALOJAMENT)U	JARDA (1150049	-	
0057 HANGARES 100, 00	115						
A, LOCAÇÃO DE 60,00 TUBULARES	CARPI NTARI	JNI CAÇÃO, CA	COMUN	RES, PLACAS		5 SERVIÇO DE MC E OUTROS	1150065 ANDAI MES
HOSPI TALARES 60, 00	ICOS E	LIOS MÉDI	JTENSÍ L			- 1150073 L0CAÇĀ	
RA FESTA 60, 00	OS PA	ARTI GOS	DE	_OCAÇÃO	1150081	-	
CONTÊI NERES 60, 00	DE	AÇĀO				.	
DI SCOS 60, 00	DE	LOCAÇÃO	 50103 L	115			
CAMPING 60,00	TOS DI	EQUI PAMENTO	 E I	_	1150111 L0		
UÇÃO CIVIL 80,00	CONSTR	OS PARA	AMENTOS	E EQUI P	0 LOCAÇÃO	115012	



-		1150138 LOCAÇÃO		ESPAÇOS		BENS	I MÓVEI S 60, 00
<u></u>	 1150146 L0CAÇÃ0	DE FILMES				DE VII	DEO GAME 60, 00
 		AÇÃO DE MÃ			DA CC	NSTRUÇÃO	CI VI L. 80, 00
i	1150162	LOCAÇÃO DE	MAQUI NAS	5 DE F	PROCESSAME	NTO DE	DADOS 60, 00
		1150170 l	_OCAÇÃO	DE	MAQUI NAS	REF	PROGRÁFICA 60,00
1150189	 LOCAÇÃO DE MAQ	UINAS, FERRAMEN	ITAS, EQUI	PAMENTOS E	DE INSTR	RUMENTOS	MUSI CAI S. 60, 00
		1150197 L0	-	DE C	OUTROS	BENS	MÓVEIS 60,00
i	 1150200 L			CHAPÉUS,	LUVAS	E AC	CESSÓRI OS. 60, 00
<u></u>	 115	0219 L0CAÇÃ0	DE C	HAPÉUS,	LUVAS	E AC	CESSÓRI OS. 60, 00
<u>-</u>			1150227	/ LOCAÇÃO	DE	TE	ELEVI SORES 60, 00
1	 150235 LOCAÇÃ0	DE TRATORES,	COMPRESSO	DRES E MA	AQUINAS [DE TERRA	APLANAGEM. 60,00
		1150243 LOCA	AÇÃO [DE VEÍ	CULOS	E <i>A</i>	AERONAVES. 60,00
	 11502	:51 LOCAÇÃO I	EM FRIC	GORÍ FI COS,	ARMAZÉ	NS E	SI LOS. 60, 00
	 1150	278 SERVI ÇO	DE VI	GILÂNCIA	GUARDA	E	SEGURANÇA 60, 00
			1159992	OUTROS	NĀO	CLAS	SSI FI CADOS 60, 00
				STABELECI MI	ENTOS	DE	SAÚDE 80, 00
						1160010 <i>A</i>	CUPUNTURA 60, 00
						160028 AN	MBULATÓRI 0 60, 00
	1160036 BANCO	DE SANGUE,	LEI TE,		ELO OLHO	S E (CONGËNERES 60,00
		1160044 CA		E REPO	OUSO I	E RE	CUPERAÇÃO 60, 00



			11600	052 CASA	S	DE	SAÚDE 60, 00
				116006	0 CLİ I NI (CA	MÉDI CA 80, 00
			116	0079 CL	Í NI CA		ODONTOLÓGI CA 60, 00
			11	60087 C	LÍ NI CA		VETERI NÁRI A 60, 00
	116Ó	 095 C00PERATI VA	ODONTOLÓG	GI CA	MEDI CA	E	HOSPI TALAR 80, 00
						116010	09 ENFERMAGEM 60, 00
		1	160117 FI SI 0TI	ERAPI A	E		REABI LI TAÇÃO 60, 00
					11601	125 F0	DNOAUDI OLOGI A 60, 00
<u></u>						1160	0133 HOSPI TAL 100, 00
			116	60141 H0	SPI TAL		VETERI NÁRI 0 60, 00
<u></u>					,	116015	50 I MUNI ZAÇÃO 60, 00
	 1160168 LAB0	DRATÓRIO DE	ANÁLISE CL	ÍNICA	E ELET	TRI CI D	ADE MEDICA 60,00
						11601	176 MANI CÔMI O 60, 00
<u></u>					11601	184 0>	(I GENOTERAPI A 60, 00
<u>-</u>					1′	160192	2 POLI CLÍ NI CA 80, 00
<u></u>				11602	06 PRONTO)	SOCORRO 60, 00
<u>-</u>						116	60214 PRÓTESE 60, 00
<u></u>						116022	22 PSI COLOGI A 60, 00
	 0230 RAI 0S-X,	ABREUGRAFI A,	TOMOGRAFIA,		SONOGRAFI	A E	CONGËNERES. 60, 00
						11602	249 SANATÓRIO 60,00
			1160257 SE	RVI ÇOS	DE		ANESTESI A 60, 00



-			1160265	UNI DADE	DE	TRATAMEN	T0	MÓVEL 60, 00
			1	169998 0UTI	ROS	NÃO	CLAS	SIFICADOS 60,00
	'		 1170007 ESTABELECI	MENTOS	DE -	TRANSPORTE	E	AFINS 70, 00
<u>.</u>						1170	015 Al	MBULĀNCI A 60, 00
<u>:</u> .				11700:	23 CARGA	E		DESCARGA 60, 00
<u>:</u> .	'					1170	031 C	ARRETEI RO 60, 00
<u>:</u> .					11700	040 CARRIL		URBANO 60, 00
	'	1170058 0	 COLETA, REMESSA	OU EN	ITREGA	DE BENS	OU	VALORES 60, 00
	'		l 	1170066	EMPRESA	DE		AVI AÇÃO 60, 00
	'		l 			1 ⁻	17007	4 ESCOLAR 60, 00
	'					117	0090	HELI PORTO 60, 00
	'		117010	04 INTERMUN	II CI PAL	E	I NTE	RESTADUAL 70, 00
	'			MALOTES	E	ENTREGAS		RÁPI DAS 60, 00
	'			1170120 MI	CRO-ŌNI BI	JS E		LOTAÇÃO 60, 00
	'					11	70139	MUDANÇAS 60, 00
	'					11701	47 RO	DOVI ÁRI OS 70, 00
			l 	1170155 :	SERVI ÇO	DE		CAPATAZI A 60, 00
			1170163	SOCORRO	REB00	QUE E	,	ATRACAÇÃO 60, 00
					11	70171 TAXI		AÉRE0 60, 00
			1170180 TA	KI E	COOF	PERATI VA	DE	TAXI 80, 00

Diário Oficial do **Município** 198

Prefeitura Municipal de Pindaí



	11	70198 TERMI NAI S	AÉREOS 80, 00
	 1170210 TRANSPORTES	RODOVI ÁRI OS	I NTERURBANOS 70, 00
	 1170228 TERMI NAI S	RODOVI ÁRI OS	URBANOS 70, 00
	1	1170:	236 TURÍ STI CO 60, 00
	1170244 TRANSPORTES	RODOVI ÁRI OS	URBANOS 70, 00
	117	70260 URBANO	RODOVI ÁRI O 70, 00
	1179993 OUTROS	NÃO (CLASSI FI CADOS 60, 00
11800	 O ALFALATARIA E ATELIË	DE COSTURA I	BORDADOS 60, 00
	ÈSTRAMENTO, ADESTRAMENTO E	EMBELEZAMENTO	DE ANI MAI S 60, 00
	1180037 ASSI STĒI	NCIA TÉCNICA	RURAL 60, 00
	1180045 A	VALI AÇÃO DE	BENS 60, 00
	1180053 COLOCAÇÃO DE	CORTINAS E	TAPETES 60, 00
1180061 COLOCAÇÃO DE MO	 DLDURAS E AFINS, ENCADERNAÇÃO, (GRAVAÇÃO E PAUTAÇÃO	DE LIVROS E 60,00
1180070 COMPOSIÇÃO GR OUTRAS MATRIZES DE	IÁFICA, CLICHERIA, ZINCOGRAFI∕	A, LITOGRAFIA, F	OTOGRAFIA E 60,00 IMPRESSÃO.
	 1180088 TELEFONI A	FI XA E	MÓVEL 60, 00
1180096 FORNE	 CIMENTO DE AGUA, SANEAMENT	O E ESGOTAMENTO	SANI TÁRI 0. 60, 00
	1180100 FORNEC	CIMENTO DE	ENERGI A 60, 00
	I	NFORMAÇÕES	CADASTRAIS 60,00
	I	1180126	I NVESTI GAÇÃO 60, 00
<u></u>	1180134 MI CROFI LMAGEM, REI	PROGRAFIA E	CONGËNERES. 60, 00
<u></u>			



	118014	12 PERI CI AS,	LAUDOS,	EXAMES	. E	ANALI S	ES	TÉCNI CAS 60, 00
	1180150 PLANG	DE ASSIS	TËNCIA N	MÉDICA, (ODONTOLÓG	I CA E	E C(ONGËNERES. 60, 00
	Ţ		1180169 F	PLASTI FI CA	ÇÃO	DE]	DOCUMENTOS 60, 00
	[11801	77 RECRE <i>l</i>	ĄÇÃO		I NFANTI L 60, 00
						1180)185 \$	SERI GRAFI A 60, 00
						1180)193 \$	SI LKSCREEN 60, 00
11802	Ë ORIÉNTAÇ PARA POUSO É	DE TRAFEGO ÃO	EM RC	DOVI AS, F	ERROVI AS,			80, 00
	 		DE AGUA	E SERVIÇ	OS ACESS	SÓRI OS	AEROF	PORTUÁRI OS 60, 00
						11	80223	3 TATUAGEM 60,00
' 			118999	9 OUTROS	NÃC)	CLAS	SSI FI CADOS 60, 00
' ' 			200	0008 ESTAE	BELECI MEN	T0S	(COMERCIAIS 60,00
				201000	3 COMERCI	0	,	ATACADI STA 60, 00
			1 ANIMAIS	ABA	TI DOS	E	SI	JBPRODUTOS 60, 00
	201	0020 ANI MAI S	VI VOS	E <i>F</i>	ACESSÓRI O	S P	ARA	CRI AÇÃO 60, 00
	2010	038 ARTEFATOS	DE	BORRACHA,	PLÁS	STI CO	Е	ESPUMA. 60,00
E BANHO.	 ARTIGOS DE COLCH			AÇÃO, UTEN			:0S, (CAMA, MESA 60,00
				2010054	ARTI GOS			ROTÉCNI COS 60, 00
				20)10062 AR	TI GOS		USADOS 60, 00
		QUEDOS, ARTI	GOS DES	PORTI VOS,	CACA,	PESCA		
		0089 COCHET RAS				ADO	Е	CAVALOS. 60, 00



2010097 COOPERATI VAS COME	ERCI AI S 60, 00
2010100 DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS E APARELHOS ODONTOLÓGICOS E M	MÉDI COS 70, 00
2010119 DI STRI BUI DORA DE E	BEBI DAS 70, 00
2010127 DI STRI BUI DORA DE DERI VADOS DE PE	ETRÓLEO 70, 00
	ECI DOS, 70, 00 TUÁRI 0.
	RI VADOS 70, 00
	STRUÇÃO 70, 00
2010160 DI STRI BUI DORA DE PRODUTOS ALI ME	ENTARES 70,00
	CULTURA 70, 00
	ERVAÇÃO 70, 00
2010194 DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EXTRATIVOS AGROPECUÁRIOS E HORTIFRUTIGRAN	NJEI ROS 70, 00
2010208 DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, QUÍMICOS, VETERINÁRIOS E PERFU	JMARI A. 70, 00
2010216 DISTRIBUIDORA DE RAÇÕES, ADUBOS, FERTILIZANTES, SEMENTES, FUNGIC PESTICIDAS.	I DAS E 70, 00
2010224 DI STRI BUI DORA DE TI NTAS E VE	ERNI ZES 70, 00
2010232 EQUI PAMENTOS ELÉTRI COS, ELETRÔNI COS E DE I NFOF	RMÁTICA 60,00
 2010240	0 HARAS 670, 00
 2010259 J0ALHERI A E RELO	0J0ARI A 60, 00
2010267 LIVROS, ARTIGOS ESCOLARES, DE ESCRITÓRIO E SUPRIMENTOS DE INFORM	MÁTICA. 60,00
'	TEFATOS 60, 00
	AMENTAS 60,00



		2	2010291 MAT	ERI AL	DE	ÓTI CA 60, 00
·		ELÉTRI CO,	ELETRÔNI CO) E	HI DRÁULI CO	MÓVEIS. 60,00
<u></u>					201	0313 MOVEIS 70,00
			2010321 P/	APEL	E	PAPELÃO 60, 00
2010	 330 PRODUTOS FO	TOGRÁFI COS,	CI NEMAT	OGRÁFI COS	E F0	NOGRÁFICOS. 60,00
			2010348	PRODUTOS	M	ETALÚRGI COS 60, 00
					201	0356 SUCATA 60, 00
	201	10364 VEÍ CUL	.0S, F	PECAS	E 	ACESSÓRI OS. 60, 00
		VI DRO,	LOUÇAS,	PORCE	LANAS,	ESPELHOS. 60, 00
		201999	00 OUTROS	NÃC	CL	ASSI FI CADOS 60, 00
	ı		20200	09 COMERO	:10 	VAREJI STA 60, 00
	202001 [†] 7 ACESSÓRI 05	S E PF	RODUTOS	PARA	PISCINA	E SAUNA 60, 00
	2020025 AC	ESSÓRI OS	E AR	TI GOS	PARA	JARDI NAGEM 60, 00
	202003	3 ACESSÓRI 0	S E	PECAS	PARA	MOTOS 60,00
	20	020041 ACESS	SÓRI OS	E 	PECAS	NÁUTI CAS 60, 00
	2020050 /	ACESSÓRI OS	E	PECAS	PARA	BI CI CLETA 60, 00
		ACESSÓRI OS	E	PECAS	PARA	VEI CULO 60, 00
		0076 AÇOUGU				CARNE 60, 00
ORNAMENTAI S.			UNGI CI DAS,	PESTI CI I	DAS, MUDAS	E PLANTAS 60,00
				! ALI MENT(os 	CONGELADOS 60, 00



		2020106 ANI MAL	VI VO	PARA CRIA	ÇÃO DOMESTICA 60,00
ARTE.	 ANTI GUI DADES, A	RTIGOS DE DECORAÇÃO	MOLDURAS,	ARTIGOS RELIGIO	OSOS E OBJETOS DE 60,00
<u>-</u>					020122 ANTI QUÁRI 0 60, 00
			2020130	ARMARI NHO	E BAZAR 60, 00
	 2020	149 ARTEFATOS DE		HA, PLÁSTICO	E ESPUMA. 60,00
	 2	020157 ARTESANATOS,	ARTES	PLÁSTI CAS	E SOUVENI R. 60, 00
		2020165 ARTI GOS	DE CA	ACA, PESCA	E CAMPI NG 60, 00
		73 ARTI GOS DE		CORTI NAS	E PERSI ANAS. 60, 00
		0181 ARTI GOS ESPO			E BRI NQUEDOS 60, 00
2020190 ACESSÓRI OS,	 ARTI GOS PARA COURO E	CAMA, MESA, BANHO,	LONAS ART	IGOS DE VESTUÁF	
	 		20202	203 ARTI GOS	PI ROTÉCNI COS 60, 00
		20	20211 ARTI G	OS USADO	DI VERSOS 60, 00
		2020220 BANCAS	S DE	JORNAI S	E REVI STAS 60, 00
	 2020238 ARTI G	O, APARELHOS, MA		EQUI PAMENTOS	DE LABORATÓRI O 60, 00
	 2020246 ARTI			E EQUI PAMENTO	S HOSPI TALARES. 60, 00
	 2020254 ARTI	GOS, APARELHOS,	MAQUI NAS	E EQUI PAMENT	OS ODONTOMEDI CO 60, OO
			2020	262 AVES	E 0V0S 60, 00
		2	2020270 BAL0	CÕES E	FRI GORI FI CO 60, 00
					2020289 BAR 60, 00
			2020297	BARRACA	DE PRAI A 60, 00



	PINOAL OF DATE ALL	00011040 DEED	LOEDANTEC	DEEDECOO	CHOOC	F 40		MINEDAL
202	0300 BEBIDAS AL	COOLICAS, REFR	I GERANTES,	REFRESCO	, Sucos	, E AG	UA	MI NERAL. 60, 00
	'					202031	9 BI	JUTERI AS
								55, 00
<u> </u>						202032	7 BO	MBONI ERE
						202032	7 00	60, 00
	!					2020	335	BOTEQUI M
	 							60, 00
ii						20	2034	3 BUFFET
						20	2034	60, 00
	!					202	0351	BUTI QUE
								70, 00
1						2	0203	60 CAFÉS
						_	3200	60,00
	'					2020	378	CANTI NAS 60, 00
						2020	3861	CARI MBOS
ļ								60,00
İI								
				2020394 0	CASA	DE		CHÁ 60, 00
		2020408 CASA	DE	DI SCOS,	CASS	ETES	Ε	CD' S
								60, 00
					50050	_		041 04000
		2020416	5 CASA	DE	DOCES	E		SALGADOS 60, 00
				2020	432 CASA	4	F	UNERARI A
								60, 00
<u></u>						202044	O I CH	ADEL ADLA
						202044	O CI	APELARI A 60, 00
	!	2020459	CHARUTARI A,	CIG	ARROS	Е	Т	ABACARI A
								60, 00
1			202046	7 COMERCI	0	DE		COLCHOES
			202010	1				60, 00
			2020	0475 COMER	CIO	DE		MOTOS 60,00
			202048	3 COMERCI (0	DE		VEÍ CULOS
				· 				60,00
				000040				
				2020491	1 COMERC	10		NÁUTI COS 60, 00
	 I							
			2	2020505 C0	OPERATI \	/A	C	OMERCI AL
								60, 00
				000UÉT: 05		_	-	DELIMARI
			2020513	COSMÉTI COS	>	E	PE	RFUMARIA 60,00
,								.,



	 2020521 ELETRODOMÉSTI CO: 60, 00	- S
	 2020530 EMPÓRIO, MERCEARIA E ARMAZÉM 60,00	İ
	 2020548 ENTREPOST(60, 00	
	2020556 EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, ELÉTRICOS E DE INFORMÁTICA. 60,00	
	2020564 FARMÂCI A E DROGARI A 60, 00	
	 2020572 FLORI CULTUR. 60, 00	
	 2020580 FORNECIMENTO DE REFEIÇÕE: 60,00	
	 2020599 FRI 0S, LATI CÍ NI 0S E LEI TERI A 60, 00	
	 2020602 GÁS LI QUEFEI TO 60, 00	
	 2020610 GEL 60, 00	
	 2020629 GRAXAS E LUBRI FI CANTE: 60, 00	
	 2020637 H0RTI FRUTI GRANJEI R0: 60, 00	
	2020645 I NSTRUMENTOS MUSI CAI: 60, 00	
	2020653 JOALHERI A E RELOJOARI A 60, 00	
	 2020661 LANCHONETI 60, 00	
	 2020670 Li VRARI / 60, 00	
	 2020688 LOJA DE CONVENI ÊNCI A E "DELI CATESSEN" 60, 00	
	 2020696 LOUCAS, CRI STAI S, VI DROS, ESPELHOS E PORCELANA: 60, 00	
	 2020700 MADEIRA E ARTEFATO: 60,00	
 	 2020718 MAGAZINE E LOJA DE DEPARTAMENTO	
	60, 00	



			2020726	MAQUI NAS, FER	RAGENS, MOTO	RES	Ł	60,00
				2020734	MATERIAIS	DE		CONSTRUÇÃO 70, 00
			742 MATERIAIS	ELÉTRI C	OS, ELET	RÕNI CO	Е	HI DRÁULI CO. 60, 00
		2020750 MA		TOGRÁFI COS,	CI NEMATO	GRÁFICO	E	FONOGRÁFI CO. 60, 00
							20	20769 MERCADO 60, 00
						2	02077	7 METALÚRGI CA 60, 00
				2	020785 MOVE	IS 	EM	GERAL 60, 00
			793 MOVEIS,	MAQUI NAS	E AR	TI GOS	DE	ESCRI TÓRI 0. 60, 00
								2020807 ÓTI CA 60, 00
-				202081	15 PADARI A	E		CONFELTARIA 60, 00
 			2020823 PAI	PELARI A	E MATE	RI AL	DE	ESCRI TÓRI 0 60, 00
							20208	31 PASTELARI A 60, 00
 	ELÉTRI COS,	MAQUINAS,	SSÓRI OS PARA	A ELETRODOI	MÉSTI COS,	EQUI PAMEN	NTOS MOTOF	ELETRÔNI COS, 60, 00 RES, ETC.
 					20208	58 PEDRAS		NATURAI S 60, 00
							202	20866 PEI XARI A 60, 00
			20	020874 PNEUS	, CÂM	ARAS	Е	BATERI AS 60, 00
-		 2020890 P0ST	O DE ABAS	STECI MENTO	DE COMBU	STÍ VEI S	Ε	LUBRI FI CANTES 100, 00
- 							2020	9904 PRESENTES 60, 00
					2020912 PRO	DUTOS		AGROPECUÁRI OS 60, 00
					2020920 F	PRODUTOS		I MPORTADOS 60, 00
-								



	2020939 PRODUTOS NATURAI S 60, 00
	2020947 PRODUTOS
<u></u>	2020955 PRODUTOS VETERI NÁRI OS 60, 00
<u></u>	2020963 QUI OSQUE 60, 00
	2020971 RESTAURANTE 60, 00
 	20980 REVISTAS E JORNAIS EM LOCAIS FECHADOS
	60, 00 2020998 SORVETER ON
	60, 00
	60, 00
	60, 00 2021021 SUPRI MENTOS DE I NFORMÂTI CA
	60,00
	2021030 TAXI METROS 60, 00
	2021048 TINTAS E VERNIZES 60, 00
	2021056 TRAI LERS 60, 00
	2021064 UTI LI DADES DOMESTI CAS 60, 00
	2021072 VI DRAÇARI A 60, 00
	2029995 OUTROS NÃO CLASSI FI CADOS 60, 00
	2030004 EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS 100,00
	ABELECIMENTOS EM GERAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO 100,00
2040000 ESTABE	ELECIMENTOS NÃO CLASSIFICADOS NOS ITENS 201 A 203 60.001
2	2040018 DEPOSITO DE INFLAMÁVEIS E COMBUSTÍVEIS 90,00
<u></u>	2040026 DEPÓSI TOS FECHADOS 70, 00



		204	 0034 ESCR	I TÓRI O	DE	CONTATOS 60, 00
2040042	ESCRI TÓRI O	DE F	I RMAS	COMERCI AI S	E/OU I	NDÚSTRI AS 100, 00
		20499	96 0UTR05	S NÃO	CLAS	SSIFI CADOS 100, 00
		300	00001 EST	ABELECI MENTOS	I N	IDUSTRI AI S 100, 00
	3000010 ABAT	EDOURO	E	BENEFI CI AMEN	TO DE	CARNE 100, 00
	3000028	3 <i>P</i>	AEROESPACI	IAL E	AERO	PECAS. 100, 00
	3000036 A		DE	MEDI ÇÃO	E	PRECI SÃO 100, 00
3000044 APA	RELHOS FOTO		, CINEM	MATOGRÁFICOS	E FONC	0GRÁFI COS. 100, 00
	000052 ARTESA	NATO,	ARTI GOS	REGI ONAI	S E	SUVENI R 100, 00
			30000	60 ARTIGOS	CARN	IAVALESCOS 100, 00
3000079 ARTI (GOS DE JO	ALHERI A,	REL0J0	ARIA, OURIV	'ESARI A,	BI JUTERI A 100, 00
 3000087 ARTI GOS, APARE HOSPI TALAR E	LHOS, EQUIP DE	PAMENTOS	E MAQI	UINAS DE US		MEDI CO- 100, 00 BORATÓRI O.
					3000095	AUTOPEÇAS 100, 00
3000109 BE				CEREALS E	PRODUTOS	AFI NS. 100, 00
		300	0117 BENE	FI CI AMENTO	DE	LI X0 100, 00
	5 BENEFI CI AMEI	NTO E	POLI M	ENTO DE	PEDRAS	NATURAI S 100, 00
<u></u>		;	3000133 B	I CI CLETAS	E	PECAS 100, 00
	3000141	BORRACHA	E	ESPUMA	DE	BORRACHA 100, 00
	3000150 BRI NQI	JEDOS,	ARTI GO	S E J	OGOS E	SPORTI VOS 100, 00
 3000168 CERÂMICA	E LOUCA I	DE UTIL	I DADE DO	DMESTICAM E	SERVI ÇO	DE MESA 100, 00



	[76 CORTI NAS,	PERSI A	.NAS I	E TAPETES 100, 00
	[]	3000184 COUR	OS, PELES	S E	SI MI LARES	(CURTUME) 100, 00
<u></u>			2 CUTELARI A,	ARMAS	E	FERRAMENTAS 100,00
	3000206 DE	STILAÇÃO DE	ÁLCOOL F	POR PROCES	SSAMENTO	DE VEGETAI S 100, 00
	 0214 DETERGENTES,	DESI NFETANTE	S, DEFENSI VO	OS, LIMPEZA,	POLI MENT	ΓΟ CONGËNERES. 100, 00
			EDI TORI AL,	GRÁFI CA	E	SERI GRÁFI CA. 100, 00
					3000230 EL	ETRODOMÉSTI COS 100, 00
					E D	E SEGURANÇA 100, 00
		JI PAMENTOS E	LETRÔNI COS,	ELÉTRI COS	E DE	COMUNI CAÇÃO. 100, 00
	300026	5 EXTRAÇÃO	E REFINO	DE PE	TRÓLEO	E DERI VADOS 100, 00
		3000273 FABR	I CAÇÃO E	ENVASAN	MENTO	DE BEBI DAS 100, 00
			300028	31 F0G0S	DE	ARTI FI CI 0 100, 00
					30002	290 FRI GORI FI CO 100, 00
			3000303 FUMO	E	SEUS	DERI VADOS 100, 00
						3000311 GEL0 100, 00
					30003	20 I NFORMÁTI CA 100, 00
İ	 000338 LAPI DAÇÕES					SEM PRECIOSAS 100,00
<u></u>				46 MADEIRA	E	SERRARI A 100, 00
300	 0354 MALAS, VALI	SES, ARTIGOS	PARA VI AGEM,	, SELARI A,		E ARTEFATOS. 100, 00
					300	00362 MATADOURO 100, 00



	3000370 MATERIAIS	DE ESCRI	TÓRI 0	E ESCOLAR 100, 00
	3000389	MATERIAIS	DE	TRANSPORTE. 100, 00
3000397 1	 ATERIAIS FOTOGRÁFICO,	CI NEMATOGRÁ	FICO E	FONOGRÁFI CO. 100, 00
3000400 MATERIAIS COS, ELETRÔNICOS E DE COMUNICA 100, 00				
		3000419 MATER	AI S	HI DRÁULI COS 100, 00
3000427 MATERI AI S PLÁ	 STICOS, EXCETO ARTIGOS 	DE VESTUÁRIO,	CALCADOS,	MOBILIÁRIOS E 100,00
			300	00435 MECĂNI CA 100, 00
		METALÚRGI CA	E	SI DERÜRGI CA 100, 00
3000451 MOBILIARIO DE M	 ADEIRA, VIME, JUNCO, ME	TAL OU PLÂSTICO), ARTIGO [DE COLCHOARIA. 100, 00
	3000460 F	PANI FI CADORA	E	CONFEI TARI A 100, 00
		PAPELÃO,	E	CELULOSE. 100, 00
3000486 PEDRAS MIN	 IERALS, CERĂMICAS E OU		DE CONS	TRUÇÃO CIVIL. 100,00
	 3000494 PERFUMARIA,		SABÕES	E VELAS. 100, 00
	1	, PAINĖIS	E	LETREI ROS. 100, 00
	 	3000516 PRODU	JT0S	ALI MENTARES 100, 00
	3000524 PRODUT	OS DE	HI GI ENE	PESSOAL 100, 00
	3000532 PRODUTOS	FARMACËUTI COS	E	VETERI NÁRI OS 100, 00
		40 QUÍ MI CA	E	PETROQUÍ MI CA 100, 00
	 		30005!	59 SERRALHARI A 100, 00
	 		3000!	567 SI LKSCREEN 100, 00



							3	100, 00 100, 00	
	1	[30	00583 TI N	TAS,	VERNI ZES	E	SOLVENTE 100, 00	
			3000591 TR	ATAMENTO	E/0U	EXTRAÇĀ	.0 DE	MI NERAI 100, 00	
			 3000605 TR	ATAMENTO	E/0U	EXTRAÇĀ	.0 DE	VEGETAI 100, 00	
			 3000613 TR	ATORES	E M.	IAQUI NAS	DE 	TERRAPLANAGE 100, 00	
	30	 00621 VEÍ CULOS /	 AUTOMOTORES,	EXCETO	TRATORES	E MAQUIN	AS DE T	ERRAPLANAGEM 100, 00	
<u></u>			300	00630 VEİC	ULOS	FERROVI ÁR	I 0S	E PEC0 100, 00	
	3000	 0648 VESTUÁRIO, (CALCADOS E	ARTEFATOS	DE TECI	DOS, COURC	OS, PELES	ACESSÓRI OS 100, 00)
		30	 00656 VI DROS	S, CRIS	STAIS,	PORCELANAS	S E	CONGËNERES 100, 00	
			l	3009	998 OUTRO:	S NĀ	0	CLASSI FI CADO 100, 00	
		 4000005 ESTABI	 ELECIMENTOS	E ENTI	DADES R	REGI DOS PE	LO DI RE	ITO PUBLIC 60,00	
REGI DOS	500000 PE	 9 FUNDAÇÕES, AS ELO DIREITO				FINS NÃO	LUCRATI V	OS (EXCETO 0 50,00 PUBLICO))
		5000017 ASSOCI		FI CENTES,		OSAS DE	ASSI STEN	CLAL SOCIAL 50, 00	
		5000025 ASSOCI	AÇÃO CIENT	TIFICA CU	JLTURAI S,	EDUCACI ON	NAIS E	TECNOLÓGI CA 50, 00	
				500003	3 ASSOCI AÇ	ÇŌES	DE	EMPREGADORE 60,00	
		Ī		50000	041 ASSOCI	AÇÕES	DE	EMPREGADO 50,00	
		Ī	5000050	ASSOCI AÇĈ	DES E	SPORTI VAS	E	RECREATI VA 50, 00	
					5000068 C	OOPERATI VAS	5	HABI TACI ONAI 50, 00	
		Ī			5000	0076 ENTI DAD	DES	RELI GI OSA 50, 00	
		5000084 FUND			RELI GI (OSAS DE	ASSI STÊN	ICIA SOCIAL 50,00	
1									-



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI
Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

	 5000092 FUNDAÇÃ(O CIENTIFICA	CULTURAI S,	EDUCACI ONAI S	E	TECNOLÓGI CAS 50, 00
		5000106 INS	TI TUI ÇÕES	CÎ VI CAS	E	POLITI CAS 50, 00
' 		5000114 INSTIT	UI ÇÕES	FILOSÓFICAS	E	CULTURAI S 50, 00
		5000122 SI NDI CA	TOS E	ASSOCI AÇÕES		PROFI SSI ONAI S 50, 00
				5000130 S0CIEDA	DES	CI VI S 50, 00
			5000149 S0	OCI EDADES	DE	BAI RRO 50, 00
		50	009995 0UTR0	OS NÃO		CLASSIFICADOS 60,00
			700000	6 PROFISSIONAIS	;	AUTÖNOMOS 60,00
			7010	0001 PROFISSION	AL	LI BERAL 60, 00
' 				701	0010	ADMI NI STRADOR 60, 00
		7(010028 ADVOG	SADO OU		PROVI SI ONADO 60, 00
					701	0036 AERONAUTA 60, 00
					7010	044 AEROVI ÁRI 0 60, 00
					7010	052 AGRI MENSOR 60, 00
					70	10060 AGRÕNOMO 60, 00
			7010079 A	NALI STA	DE	SISTEMA 60,00
				7	'0100	87 ANTROPÓLOGO 60, 00
					7010	095 ARQUEÓLOGO 60, 00
					701	0109 ARQUI TETO 60, 00
-			7	010117 ASSISTEN	ITE	SOCI AL 60, 00
-						

Rua Ana Angélica | 175 | Centro | Pindaí-Ba



	7010125 ASTRÔNOMO 60,00
	 7010133 ATUARI 0 60, 00
	 7010150 BI BLI OTECARI 0 E DOCUMENTARI STA 60, 00
	 7010168 BI ÓLOGO E BI OMÉDI CO 60, 00
	 7010176 BOTÂNI CO 60, 00
	 7010184 CONTADOR 60, 00
	 7010192 DENTI STA 60, 00
	 7010206 EC0L0G0 60, 00
	 7010222 ENFERMEI RO 60, 00
	7010230 ENGENHEI RO CI VI L 60, 00
 	7010273 FI SI OTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACI ONAL 60, 00
	7010281 FONOAUDI OLOGO E LOGOPEDI STA 60, 00
	 7010290 GE0GRAF0 60, 00
	7010303 GEÓLOGO 60, 00
	 7010311 HI STORI ADOR 60, 00
 701	 10320 NTERPRETE COMERCIAL, TRADUTOR PUBLICO OU TRADUTOR INTERPRETE.

Diário Oficial do **Município** 213

Prefeitura Municipal de Pindaí



			60,00
		7010338	JORNALI STA 60, 00
-			
		7010	0346 MÉDICO
		, , , ,	60, 00
· ·	'	7010354 METE	
			60, 00
		701024	DIMUSEÓLOCO
		7010362	2 MUSEÓLOGO 60,00
	 I		
		010370 MUSI	
			60, 00
-		7010200 NU	TDI CLONI CTA
		7010389 NU	TRI CI ONI STA 60, 00
	I		
		7010397 0	OCEANÓGRAFO
			60, 00
 			0 0.
	7010400 PATOLO	OGISTA	CLI NI CO 60, 00
	l 7010419 PER	I TO	AVALI ADOR
	·		60, 00
	7010427 PI LOTO	DE	AERONAVES 60, 00
	7010435 PI L0T0	DE	PROVAS
	·		60, 00
	7010443 PI LOTO HI DROAVI ÃO	E	MARÍTIMO 60,00
-			
<u>-</u>	 7010451 F	PRATI CO	NAVAL
	·		60, 00
		7010460	0 PR0FESS0R 60,00
-			
	 7010478 PR0FISSIONAL	DE	TURI SMO
			60, 00
		7010486	6 PSI CÓLOGO 60, 00
-			
<u>-</u>		010494 PSI C0	OMOTRI CI STA
			60, 00
		7010508 PSI	COPEDAGOGO
			60, 00
		7010516 DI	JBLI CI TÁRI O
		7010310 F0	60, 00
	7010524 QUÍ MI CO	E	FÍSICO
			60, 00



			 I			
		1	I	7010532	RELAÇÃO	PÚBLI CA 60, 00
		.	 		70°	10540 SECRETARIO
			 			60,00
					7(010559 S0CIÓL0G0 60,00
				7010567 TE	ERAPEUTA	CORPORAL 60, 00
 		.	I		7(D10575 URBANI STA
			 			60, 00
					7010	0583 VETERI NÁRI 0 60, 00
						7010591 Z0ÓLOGO 60, 00
		.	I		70°	 10605 Z00TÉCNI CO
		.	 7019998	 B OUTROS	NÃO	60, 00 CLASSI FI CADOS
						60,00
			7020007 PROFI SSI ONAL	DE NÍ	VEL N	ÃO SUPERI OR 60, 00
 			I		702	20015 ACUPUNTURA 60, 00
 		.		D23 ADESTRADOR	DE	ANI MAI S
		.	 			60,00
						7020031 ANALISTA 60, 00
			702	20040 ANI MADOR	D	E FESTAS 60, 00
		.	I			7020058 ARBI TR0 60, 00
		.	 		703	00, 00 20066 ARQUI VI STA
		.	 I			60, 00
				7020074 ARTI S	TA 	E ATOR 60, 00
			I		70	020082 ASTRÓLOGO 60, 00
			702009	O ATENDENTE	DE	ENFERMAGEN 60,00
		.		 04 AUXI LI AR	DE	ENFERMAGEN
						60, 00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI
Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

			7020112 AUXI LI	AR	DE	TERAPĒUTI CA 60, 00
		 			7020	0120 BARBEI RO 60, 00
		 	7020	 139 BOMBEIR	 RO	HI DRÁULI CO
	 	 			7020147	60, 00 CABELEI REI RO
		 				60,00
					702015	65 CALCULI STA 60, 00
		l 			70	020163 CANTOR 60, 00
<u></u>					702017	71 CARREGADOR 60, 00
		 			702018	80 CARTOGRAFO 60, 00
		 			7020198	B CENOTÉCNI CO
		 			7020201	60,00
		 I			70202011	60, 00
					7020	0210 COBRADOR 60, 00
			7020)228 COMUNI	CADOR	VI SUAL 60, 00
					7020236	CONTABILISTA 60,00
		 			7020	0244 CORRETOR
		 			702025	60, 00 52 COZI NHEI RO
 	 	 				60, 00
					7020260	0 DATI LÓGRAFO 60, 00
			TÉCNI CO,	ARTÍ STI CO	E 	I NDUSTRI AL. 60, 00
<u> </u>		l 			7020287	DESPACHANTE 60,00
					7020	0295 DETETI VE 60, 00
		 			70203	809 DI GI TADOR
		 				60,00

Rua Ana Angélica | 175 | Centro | Pindaí-Ba



7020317 DI SCOTECARI 0 60, 00						
<u></u>					7020325	ELETRI CI STA 60, 00
	702	20333 EMPRESÁRIO	MUSI CAL,	ARTÍ STI CO	E	ESPORTI VO. 60, 00
		7020341 ENCERADOR 60, 00				
	Ţ				7020350	ESTENOGRAFO 60, 00
					7020368	ESTETI CI STA 60, 00
	[7020376	FI GURI NI STA 60, 00
					702038	84 FOTOGRAFO 60, 00
			7020392 G/	7020392 GARÇON		GARÇONETE 60,00
 					7020	0406 GRÁFI CO 60, 00
 7020414 GUARDA 60,00						
	ĪI			7020422 GUI A TURI STI CO 60, 00		
			7020430 I NSTR	UTOR	 DE	AUTOESCOLA
					702	60, 00 20449 JÓQUEI
					702045	60, 00 57 LEI LOEI RO
	60, 00 					
	Ţ				70204	60, 00 173 MANEQUI M
						60, 00
						50, 00 20 MAQUI ADOR
	<u> </u>					50, 00 B MASSAGI STA
						60, 00
					70205	511 MECANI CO



60, 00 7020520 MERGULHADOF			
7020520 MERGIJI HADDE			
7020520 MERGIII HADOR			
		I	1
60, 00			İ
7000500 MODEL (
7020538 MODELO			
60, 00			
7020546 MORDOMO			1
60, 00			
7020554 MOTORI STA		'	
60, 00			
7020F (2 MUCL C(
7020562 MUSI C0			
60, 00			
		1	
7020570 OFICIAL EM FARMÁCIA	7020		
60,00	, 020		
7020589 OPERADOR DE COMPUTADOR	7020589		
60, 00			
DE RALO X E RADIOTERAPIA	020597 OPERADOR DE		1
60, 00	1020397 OPERADOR DE		
7020600 ÓTI CO PRATI CA		1	
60, 00			j
7000/10/0501000			
7020619 PEDI CURC			
50, 00			
7020627 PERI TO AVALI ADOF		I	1
60, 00			İ
	05 LD500W 04D0D		
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA	35 PESQUI SADOR DE	7020	
	35 PESQUI SADOR DE	7020	
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA	35 PESQUI SADOR DE	7020	
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00		7020	
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00		7020	
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00		7020	
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00	7020643 PRATI CO [7020	
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00 7020651 PRÁTICO DE LABORATÓRIC	7020643 PRATI CO [7020	
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00	7020643 PRATI CO [7020	
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00 7020651 PRÁTICO DE LABORATÓRIC	7020643 PRATI CO [
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00 7020651 PRÁTICO DE LABORATÓRIC 60,00	7020643 PRATI CO [7020	
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00 7020651 PRÁTICO DE LABORATÓRIO 60,00 RATICO DE LABORATÓRIO CLINICO	7020643 PRATI CO [
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00 7020651 PRÁTICO DE LABORATÓRIC 60,00	7020643 PRATI CO [
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00 7020651 PRÁTICO DE LABORATÓRIO 60,00 RATICO DE LABORATÓRIO CLINICO	7020643 PRATI CO [
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00 7020651 PRÁTICO DE LABORATÓRIO 60,00 RATICO DE LABORATÓRIO CLINICO 60,00	7020643 PRATI CO [
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00 7020651 PRÁTICO DE LABORATÓRIO 60,00 RATICO DE LABORATÓRIO CLINICO 60,00	7020643 PRATI CO [
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00 7020651 PRÁTICO DE LABORATÓRIO 60,00 RATICO DE LABORATÓRIO CLINICO 60,00	7020643 PRATI CO [
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00 7020651 PRÁTICO DE LABORATÓRIO 60,00 RATICO DE LABORATÓRIO CLINICO 60,00 7020678 PROCURADOR 60,00	7020643 PRATI CO [
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00 7020651 PRÁTICO DE LABORATÓRIO 60,00 RATICO DE LABORATÓRIO CLINICO 60,00 7020678 PROCURADOR 60,00	7020643 PRATI CO [
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00 7020651 PRÁTICO DE LABORATÓRIO 60,00 RATICO DE LABORATÓRIO CLINICO 60,00 7020678 PROCURADOR 60,00	7020643 PRATI CO [
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00 7020651 PRÁTICO DE LABORATÓRIO 60,00 RATICO DE LABORATÓRIO CLINICO 60,00 7020678 PROCURADOR 60,00	7020643 PRATI CO [
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00 7020651 PRÁTICO DE LABORATÓRIO 60,00 RATICO DE LABORATÓRIO CLINICO 60,00 7020678 PROCURADOR 60,00	7020643 PRATI CO [
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00 7020651 PRÁTI CO DE LABORATÓRIO 60,00 RATI CO DE LABORATÓRIO CLINICO 60,00 7020678 PROCURADOR 60,00 ARTÍ STI CO 60,00	7020643 PRATI CO [
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00 7020651 PRÁTICO DE LABORATÓRIO 60,00 RATICO DE LABORATÓRIO CLINICO 60,00 7020678 PROCURADOR 60,00 PRODUTOR E PROMOTOR ARTÍSTICO 60,00	7020643 PRATI CO [
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00 7020651 PRÁTICO DE LABORATÓRIO 60,00 RATICO DE LABORATÓRIO CLINICO 60,00 7020678 PROCURADOR 60,00 PRODUTOR E PROMOTOR ARTÍSTICO 60,00	7020643 PRATI CO [
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00 7020651 PRÁTICO DE LABORATÓRIO 60,00 RATICO DE LABORATÓRIO CLINICO 60,00 7020678 PROCURADOR 60,00 PRODUTOR E PROMOTOR ARTÍSTICO 60,00 7020694 PROFESSOR 60,00	7020643 PRATI CO [
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00 7020651 PRÁTICO DE LABORATÓRIO 60,00 RATICO DE LABORATÓRIO CLINICO 60,00 7020678 PROCURADOR 60,00 PRODUTOR E PROMOTOR ARTÍSTICO 60,00	7020643 PRATI CO [
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00 7020651 PRÁTICO DE LABORATÓRIO 60,00 RATICO DE LABORATÓRIO CLINICO 60,00 7020678 PROCURADOR 60,00 PRODUTOR E PROMOTOR ARTÍSTICO 60,00 7020694 PROFESSOR 60,00	7020643 PRATI CO [
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00 7020651 PRÁTICO DE LABORATÓRIO 60,00 RATICO DE LABORATÓRIO CLINICO 60,00 7020678 PROCURADOR 60,00 PRODUTOR E PROMOTOR ARTÍSTICO 60,00 7020694 PROFESSOR 60,00	7020643 PRATI CO [
DE MERCADO DE OPINIÃO PUBLICA 60,00 CO DE FARMÁCIA OU PROTÉTICO 60,00 7020651 PRÁTICO DE LABORATÓRIO 60,00 RATICO DE LABORATÓRIO CLINICO 60,00 7020678 PROCURADOR 60,00 PRODUTOR E PROMOTOR ARTÍSTICO 60,00 7020694 PROFESSOR 60,00	7020643 PRATI CO [



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI
Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

724 PROJETI STA 60, 00	7020					
20732 PROTÉTI CO 60, 00	702					
740 RADI ALI STA 60, 00	7020					
59 RADI OAMADOR	70207			 	 	
60, 00				 		
020767 REDATOR 60, 00						
PUBLI CA 60, 00	RELAÇÃO	7020775				
20783 REPÓRTER 60, 00	70					
COMERCI AL 60, 00	ENTANTE	1 REPRES	7020791			
 1805 SECRETARI A 60, 00	7020					
AGRÍ COLA 60, 00	TÉCNI CO	7020813				
AGRI MENSOR 60, 00	ECNI CO)20821 TÉ	70:	 		
GRÁFI CAS 60, 00	ARTES	DE	CNI CO	7020830 T		<u> </u>
ECONÖMI CO 60, 00	IVOLVI MENTO	DESEN	DE	7020848 TÉCNI CO	ĪĪ	
LABORATÓRI O 60, 00	DE	NI CO	0856 TÉCN			
DESPORTI VO 60, 00	ECNI CO)20864 TÉ	70:	 		
ADMI NI STRAÇÃO 60, 00	EM	C0	 372 TÉCNI	7020		<u> </u>
CONTABI LI DADE 60, 00	EM	C0	 380 TÉCNI	7020		<u> </u>
EDI FI CAÇÕES	 ЕМ					
60, 00 ELETRI CI DADE	EM	 II CO)902 TÉCNI		 	
60, 00 ELETRŌNI CA			 20910 TÉC		ĪĪ	
60, 00						

Rua Ana Angélica | 175 | Centro | Pindaí-Ba



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI
Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

	•		7020929 TÉCNI C	O EM	Л	ENFERMAGEM 60,00
			7020937 TÉCNI C) EN	Λ	HI DRÁULI CA 60, 00
		70)20945 TÉCNI CO	EM		ETEOROLOGI A 60, 00
		7020953 T	ÉCNI CO EI	M PRÓ	TESE	DENTARI A 60, 00
			7020961 TÉCNI C	O EN	1	RADI OLOGI A 60, 00
		70209	988 TÉCNI CO	ЕМ	TELEC	OMUNI CAÇÕES 60, 00
			7020996 TÉCN	I CO	EM	TURI SMO 60, 00
			702100	D3 TÉCNI CO		I NDUSTRI AL 60, 00
			7021	011 TÉCNI CO	0	MECĀNI CO 60, 00
			702	1020 TÉCNI	00	QUÍ MI CO 60, 00
					702103	8 TOPOGRAFO 60, 00
			7021046 TRADUT	OR E	======	I NTERPRETE 60, 00
			7021054 TRATA	ADOR	DE	ANI MAI S 60, 00
					702106	2 VI GI LANTE 60, 00
		70:	29993 OUTROS	NÃO	CL	ASSI FI CADOS 60, 00
	 70	30002 PROFI SSI ONAL	ARTESÃO,	ARTÍ FI CE	E	ARTI STA. 60, 00
					70300	10 ALFAI ATE 60, 00
		70	30029 BORDADEI	RA I	 E	CERZI DEI RA 60, 00
					70300	37 CAPOEI RO 60, 00
					7030045	CARPI NTEI RO 60, 00

Rua Ana Angélica | 175 | Centro | Pindaí-Ba



	7030053 CARREGADOR 60, 00
	7030061 CHAVEI RO
ļ	55, 00
	7030070 COSTUREI RO
	60,00
	1
	7030088 DECORADOR
	60, 00
-	
<u>-</u>	
	7030096 ENCANADOR 60, 00
÷	7000400 FNTAL HADOD
	7030100 ENTALHADOR 60, 00
- -	
	7030118 ESCULTOR
	60, 00
	7030126 EST0FADOR
	60, 00
· i	7030134 ESTUCADOR
	60,00
<u>'</u>	7030142 JARDI NEI RO
	60,00
	7030150 LAQUEADOR
	60, 00
	7030169 MAQUETI STA
	60,00
-	
<u></u>	7030177 MARCENEI RO
	60, 00
	
	7030185 MODI STA 60, 00
-	7000400 01101 \/50
	7030193 OURI VES 60, 00
	00,00
- -	
	7030207 PAI SAGI STA
	60, 00
<u></u>	
	7030215 PEDREI RO
	60, 00
'	7030223 PI NTOR
	60, 00
	7030231 REL0J0EI RO
	60, 00
	I
	7030240 RESTAURADOR
	60, 00
	7030258 SAPATEI RO
	7030230 SAFATEI NO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

		60, 00
		7030266 SERRALHE I RO 60, 00
		7030274 TATUADOR 60, 00
		7030282 TAXI DERMI STA 60, 00
		7030290 TI NTUREI RO 60, 00
ļ		7030304 VI TRI NI STA 60, 00
		60, 00
		1000000000 ENGENHE I RO 60, 00
		1000000001 ENGENHEI RO (A) QUÍ MI CO 60, 00
<u> </u>		

TABELA IV DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO - TFF

CÓDIGO A. DESCRIÇÃO ATIVIDADE Normal Micro e Pequena Empresa
1000004 ESTABELECIMENTOS DE PRESTACAO DE SERVICOS 70,00 50,00
 1010000 ADMINISTRACAO, ORGANIZACAO E PLANEJAMENTO 80,00 70,00
1010018 ADMINISTRACAO DE BENS OU NEGOCIOS, CONSORCIOS OU FUNDOSMUTUOS (EXCETO SOCIEDADES AUTORIZADAS 80,00 70,00 PELO BANCO
1010026 ADMINISTRACAO DE IMOVEIS INCLUSIVE CONDOMINIOS CENTROS COMERCIAIAS CEMITERIOS ETC. 80,00 70,00
1010034 ASSESSORIA DE IMPRENSA 70,00 50,00
1010042 AUDITORIA, ASSESSORIA OU CONSULTORIA TECNICA OU FINANCEIRA 70,00 50,00



1010069 70, 00	DE FESTAS, COMEMORACOES, SERVICOS DE BUFFET E CONGENERES 50,00
1010077	
1010085 80, 00	ESCRITORIO DE ADVOCACIA 70,00
1010093	 ESTATI STI CA
1010107	
1010115	ORGANI ZACAO DE FEIRAS DE AMOSTRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E CONGENERES 50,00
1010123	ORGANI ZACAO E ADMINI STRACAO DE EMPRESAS 50, 00
1010131	PESQUI SA DE MERCADO E OPINI AO PUBLI CA 50, 00
1010140 DE EMPRESAS 	- PLANEJAMENTO, ORGANIZACAO, PROGRAMACAO, ORCAMENTO E ADMINISTRAÇÃO INCLUSIVE
1010158	
1010166 70, 00	PROCURADORÍ A
1010174	
1019996	
1020005	 COMUNI CACAO E PROPAGANDA CONGENERES 50,00
·	 ALTO-FALANTES 50, 00
	- ELABORACAO OU EXIBICAO E DIVULGACAO DE ANUNCIOS, DESENHOS EMATERIAIS
JORNALISMO E	CONGENERÉS
1020048 70, 00 	
1020056 70,00	 MALA DIRETA
	 PROMOCAO DE VENDAS



70,00	50, 00
1020072 CONGENERES	PROMOCAO E ORGANIZACAO DE FEIRAS, EXPOSICOES, SOM AMBIENTE, SERVICOS DE JORNALISMO
1020080 70, 00	 PROPAGANDA E PUBLI CI DADE 50, 00
1020099 70, 00	 RECORTE DE JORNAIS, REVISTAS E OUTROS PERIODICOS 50,00
1020102 CONGENERES EX	 SERVI COS DE TELECOMUNI CACAO (TELEFONI A, TELEX, VI DEOTEXTO, RADI ODI FUSAO E KCETO 70,00 50,00 TELEVI SAO
1020110 70,00	 SERVICOS POSTAIS E TELEGRAFICOS 50,00
1020129	
1020137 70, 00	VEICULACAO DE MATERIAL PROPAGANDISTICO OU PUBLICITARIO POR QUALQUER MEIO 50,00
1029991 70, 00	 OUTROS NAO CLASSIFICADOS 50, 00
1030000 70, 00	
1030019 NCI NERACAO [CONSERVACAO E LIMPEZA DE IMOVEIS E LOGRADOUROS INCLUSIVEVARRICAO, COLETA E DE 70,00 50,00 RESIDUOS
1030027	
1020025	-
1030043 70, 00	LIMPEZA DE FOSSAS, CHAMINES E CONGENERES 50,00
1030051 70, 00 	-
	 RASPAGEM E LUSTRACAO DE ASSOALHO 50,00
70, 00	 OUTROS NAO CLASSIFICADOS 50,00
1040006 1300, 00	- CONSTRUCAO
1040014 ESTUQUE, VIDE	ALVENARIA, REVESTIMENTO, PINTURA E ACABAMENTO (INCLUSIVE OBRAS DE GESSO, ROS E 1300, 00 250, 00 CONGENERES
1040022	 ATERROS, DESMONTES, ESCORAMENTOS E DESMATAMENTOS

1300, 00	250, 00
1040030 CASAS, PREDI	 CONSTRUCAO (INCLUSIVE RECONSTRUCAO, MODIFICACAO, REFORMA ECONSERTO) DE OS, 1300, 00 900, 00
1040049 SUBESTAÇÕES I	
	 PRODUCÃO DE ERNERGIA ELÉTRICA
	' 900, 00 DI STRI BUI ÇÃO
1040073 DE BARRAGENS 	CONSTRUCAO DE OLEODUTO, AQUEDUTO, OBRAS DE CANALIZACAO DERIOS, CONSTRUCAO 250,00 RESERVATOR
1040090 METALI CAS)	
1040103 DE ESTUTURAS	CRAVACAO DE ESTACAS, FUNDAÇÕES, ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO E INSTALACAO 1300,00 250,00 METALICAS
1040111	
1040120	- EMPREITA E LOCACAO DE MÃO DE OBRA DE CONSTRUCAO CIVIL 250,00
1040138 PROTECAO DE 	ESCAVACAO, REBAIXAMENTO DE LENCOIS D`AGUA, REFORCO DE ESTRUTURAS, CORTINA DE 1300,00 250,00
1040146	 EXECUCAO, POR EMPREITADA E POR ADMINISTRACAO, DE OBRA DECONSTRUCAO CIVIL 250,00
1040154 DE ESTRUTURAS	FORMAS DE MADEIRA PARA CONCRETO (CONFECCAO, COLOCACAO E ESCORAMENTO) MONTAGEM
ENCERAMENTO E	
ESCADAS ROLAI	 INSTALACAO ELÉTRICA (LUZ E FORÇA), MONTAGEM E INSTALACAO DEELEVADORES, 1.076, 22 322, 84 SISTEMA DE
1040189 E TURBI NA 1: 	MAQUI
1040197 1300, 00	 OBRAS HIDRAULICAS (DRAGAGEM, LIMPEZA E CRAVAÇÃO DE ESTACA) 250,00



ÉSTRADA DE 1	PAVIMENTACAO, TERRAPLANAGEM E CONSTRUCAO (INCLUSIVE REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO) DE 1300, 00 250, 00
1040219 DE MEIO-FIO,	
1040227	- USINAGEM DE ASFALTO 250,00
1040235 1300, 00	- USI NAGEM DE CONCRETO 250, 00
1300, 00	-
1050001 70, 00 	- ESTABELECIMENTO DE DIVERSOES PUBLICAS E LAZER 50,00
1050010 70,00	
1050028	-
1050036 70,00	BI NGO
1050044 70,00	-
1050052 170, 00	-
1050060 70,00	50, 00
1050079	-
1050087	 CLUBES ESPORTI VOS E SOCI AI S 50, 00
1050095 70,00	COMPETICAO ESPORTIVA 50,00
1050109 70,00 	- CORRI DA DE ANI MAI S 50, 00
	- DOMI NO, VI SPORA E OUTROS 50, 00
70,00	
	- ENTIDADE CARNAVALESCA 50,00
1050141	- EXECUCAO DE MUSICA INDIVIDUALMENTE OU POR CONJUNTO



70,00	50, 00
1050150	- EXPLORACAO DE JOGOS DE APOSTAS E LOTERIAS
70,00	50, 00
1050176 70,00	FORNECIMENTO DE MUSICA MEDIANTE TRANSMISSAO POR QUALQUERPROCESSO 50,00
1050184	 GALERIA DE ARTE 50, 00
1050192 70, 00	JOGOS DE RECREACAO 50,00
1050206 70,00	 JOGOS ELETRONICOS, ELETRICOS E MECANICOS 50,00
1050214 70, 00	50, 00
1050222 70,00	PARQUES DE DI VERSOES 50, 00
1050230 70,00	 PARQUES TEMATICOS 50,00
1050249 70, 00 	 RI NGUE DE PATI NACAO 50, 00
1050257 70, 00	TEATROS E AUDI TORI OS 50, 00
1059998 70,00 	 OUTROS NAO CLASSIFICADOS 50,00
1060007 65,00 	ESTABELECI MENTOS DE ENSI NO 45, 00
1060015 65,00	 AUTO-ESCOLA 45,00
10600231	 CONSERVATORIO MUSICAL 45,00
1060031 65, 00	CORTE, COSTURA E ARTES DOMESTICAS 45,00
65,00	CURSO DE BARBEIRO E CABELEIREIRO 45,00
1060058	 CURSO DE DEFESA PESSOAL 45,00
1060066	 CURSO DE FOTOGRAFIA 45,00
	CURSO DE IDIOMAS



-		l
	1060082 65, 00	- CURSO DE MANEQUIM 45,00
	1060090 65, 00	 CURSO DE MASSAGEM E ESTETICA 45,00
 -	1060104	-
	1060112 65, 00	CURSO DE PROCESSAMENTO DE DADOS 45,00
 I	1060120 65, 00	CURSO E/OU ESCOLA DE DANCA E ARTES CENICAS 45,00
 i	1060139	 CURSO E/OU ESCOLA DE IOGA
- -	1060147 65, 00	CURSOS LIVRES
 I	1060155 LI TARES, AG	- CURSOS PREPARATORIOS (PARA CONCURSOS, DE ADMISSAO EM ESCOLASSUPERIORES E 0 ENSINO 65,00 45,00 DE 2° GRAU)
-	1060163 65, 00	 DATILOGRAFIA, TAQUIGRAFIA E ESTENOGRAFIA 45,00
-	1060171 65, 00	
-	1060180 65, 00	 ENSINO ARTISTICO E CULTURAL 45,00
-	1060198 65, 00	-
	1060201 65, 00	- ENSI NO DO 2 GRAU
	1060210 65, 00	- ENSI NO DO 3 GRAU
 -	1060228	 ENSINO INSTRUMENTAL (INSTRUMENTOS MUSICAIS) 45,00
	65, 00	
	1060244 65, 00	 ENSI NO SUPLETI VO 45, 00
	1060252 65, 00	-
	1060260 65, 00	ESGRIMA, NATACAO, EQUITACAO, FUTEBOL, VOLEIBOL, BASQUETEBOL, TENIS E CONGENERES 45,00
		 EXTENSAO UNI VERSI TARI A



65,00	45, 00
1060287 65,00	-
1060295 65, 00	 MATERNAL, NFANTIL E CRECHE 45,00
1060309 65,00	: POS-GRADUACAO 45,00
1060317 65, 00 	TREI NAMENTÓ DE PESSOAL 45,00
1069993 65,00	- OUTROS NAO CLASSIFI CADOS 45, 00
1070002 65,00	-
1070010 80, 00	
80,00	AEROFOTOGRAMETRIA 75,00
1070037	
1070045 80, 00	CONSULTORIA TECNICA, PLANTAS, PROJETOS E CALCULOS 75,00
1070053 80, 00	-
1070061	 ENGENHARIA DE CONTROLE DO MEIO AMBIENTE
1070070 80, 00	ESCAFANDRI A E MERGULHO
1070088	- ESTUDO E DEMARCACAO DE SOLO 75,00
1070096 80, 00	-
1070100	 GEOLOGIA, GEOTECNICA E SONDAGEM DO SOLO 75,00
1070118 80,00	LABORATORIO TECNOLOGICO DE MATERIAIS DE ANALISES TECNICAS 75,00
1070126 80, 00	- MAQUETE 75,00
1070134 80, 00	-
	- PESQUI SA E DESENVOLVI MENTO 75, 00



1070150	 PLANTAS E PROJETOS DE OBRAS, URBANIZACAO E LOTEAMENTO 75,00
1070169	 PROJETO DE TERRAPLANAGEM E ESCAVACAO 75,00
1070177 80, 00	-
1079999 80, 00 	 OUTROS NAO CLASSIFICADOS 75,00
1080008 AUTORI ZADOS F 	ESTABELECIMENTOS FINANCEIROS, DE SEGUROS E CAPITALIZACAO, INCLUSIVE PELO BANCO 3.000,00 2.500,00 CENTRAL
1080016 150, 00	 ADMI NI STRACAO DE CARTAO DE CREDI TO 100, 00
1080024 150, 00	ADMINISTRACAO DE TIQUETES REFEICAO, SAUDE, COMBUSTIVEIS ECONGENERES 100,00
1080032 DESENVOLVI MEN	 BANCOS COMERCIAIS, MULTIPLOS, DE DESENVOLVIMENTO, DE FOMENTOAGRICOLA, DE VTO E 3.000,00 2.500,00 CAIXAS ECONÓMICAS
1080040	 BOLSAS DE VALORES, MERCADORIAS, METAIS PRECIOSOS, ETC. 2.500,00
1080059 700, 00 	CALXAS DE BANCOS ELETRONI COS 500, 00
1080067 3.000,00	 CAPI TALI ZACAO 2. 500, 00
1080075 110, 00	 CONSORCI 0 70, 00
1080083	 COOPERATI VAS DE CREDI TO 70, 00
1080091	 CORRETORAS E CASA DE CAMBIO 500, 00
210, 00	 EMPRESAS DE CREDITO, FINANCIMENTO E INVESTIMENTO 150,00
1080113 2.500,00	ESCRI TORI O DE REPRESENTACAO DE BANCOS 2. 000, 00
1080121 120, 00 	 FACTORI NG
1080130 ESTRANGEI RO 	iiii
1080148	- PREVI DENCI A PRI VADA 140, 00



1080156 CORRETAGEM,	- SEGUROS (ADMINISTRACAO E DISTRIBUICAO DE COSEGUROS, EXPEDICAO DE APOLICES, 150,00 140,00 COOPERATIVA,
1080164 150, 00	SOCIEDADE DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING) 140,00
1080172 150, 00	 SOCIEDADE DE CREDITO IMOBILIARIO E POUCANCA 140,00
1080180 700, 00	-
1089994	
1090003 518, 69	
1090011 70,00	
1090020 70,00	- DISTRIBUICAO DE FILMES CINEMATOGRAFICOS 50,00
1090038 70,00	 ESTUDIO CINEMATOGRAFICO 50,00
1090046	
1090054	ESTUDI
1090062 70,00	-
1099990 70,00	 OUTROS NAO CLASSIFICADOS 50,00
1100009 70, 00	 ESTABELECIMENTOS DE HIGIENE PESSOAL E CONDICIONAMENTO FISICO 50,00
1100017 70,00	-
1100025 70,00	
70, 00	 SALAO DE BARBEIRO, CABELEIREIRO, TRATAMENTO DE PELE, DEPILACAO E CONGENERES 50,00
1100041 70, 00	 SAUNAS, DUCHAS, MASSAGENS, TERMAS E CASAS DE BANHO 50,00
1109995 70,00	 OUTROS NAO CLASSIFICADOS 50,00
1110004	 ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS 130,00



1110012	
1110020	- APART-HOTEL, HOTEL, MOTEL, E POUSADAS DE 1 ESTRELA 130,00
1110039 150, 00	
1110047 150, 00	 APART-HOTEL, HOTEL, MOTEL, E POUSADAS DE 3 ESTRELAS 130,00
1110055 150, 00	 APART-HOTEL, HOTEL, MOTEL
1110063 150, 00	APART-HOTEL, HOTEL, MOTEL E POUSADAS 5 ESTRELAS 130,00
1110071 EXTRA-HOTELE	APART-HOTEL, HOTEL, MOTEL E POUSADAS SEM ESTRELAS, CASA DECOMODOS, PENSOES, RO 150,00 130,00
1110080 150, 00	 ASI L0
1110098 150, 00	
1110101 150, 00	COLONI A DE FERI AS 130, 00
1110110 150, 00	PENSAO E HOSPEDAGEM EXTRA-HOTELEIRA
1110128	
1119990 150, 00	OUTROS NAO CLASSI FCADOS
1120000 MOTORES, APAI	ESTABELECIMENTOS DE INSTALACAO, RÉPAROS E MANUTENCAO DE MAQUINAS, RELHOS E 80,00 60,00 EQUIPAMENTOS
1120018	- CAPOTARIA 60, 00
1120026 MONTAGEM CAR	-
1120034 (INCLUSIVE 	
1120042 80,00	LIMPEZA, REPARAÇAO E MANUTENCAO DE ARMAS DE USO PESSOAL, DE CACA, PESCA E ESPORTE 60,00
1120050 EQUI PAMENTOS	- LIMPEZA, REVISAO, INSTALACAO, PINTURA, MANUTENCAO E REPAROS DE MAQUINAS E 80,00 60,00 INDUSTRIAIS



EQUI PAMENTOS	
EQUI PAMENTOS	
1120085 80,00	 MANUTENCAO, LUBRIFICACAO, LAVAGEM, LIMPEZA, TROCA DE OLEO E REVISAO DE VEICULOS 60,00
1120093 80,00	
1120107	
1120115	- RECAUCHUTAGEM
1120123	RECONDICIONAMENTO DE MOTORES E REPAROS DE AUTOPECAS 60,00
1120131	 RECUPERACAO E REPARO DE PNEUS E CAMARAS DE AR (BORRACHARIA) 60,00
1120140 REDE DADOS,	- EPARO, MANUTENCAO E LIMPEZA DE APARELHOS ELETRONICOS, E DE PROCESSAMENTO 80,00 60,00 FOTOGRAFICOS, CINEMATOGRÁFICOS
1120182 70,00	SERVI CO DE CHAVEIRO, AMOLADOR E FERRAMENTEIRO 50,00
1129996	 OUTROS NAO CLASSIFICADOS 60,00
1130005	 ESTABELECIMENTOS DE CONSERVACAO, REPAROS E MANUTENCAO DE BENS MOVEIS 60,00
80,00	 ACONDICIONAMENTO, BENEFICIAMENTO, LAVAGEM, TINGIMENTO E GALVANOPLASTIA DE OBJETOS 60,00
1130021	
1130030	
1130048 80, 00	 ENGRAXATARI A 60, 00
	- FUNI LARI A E SERRALHARI A 60, 00
1130064	-
	-

Diário Oficial do **Município 233**

Prefeitura Municipal de Pindaí



1130072 LUSTRACAO DE BENS MOVEIS 80,00 60,00 	
1130080 REPARACAO, MANUTENCAO E LIMPEZA DE BRINQUEDOS, INCLUSIVE MECANICO, ELETI E ELETRONICO 80,00 60,00	SI CO
 1130099 REPARO DE ARTIGOS DE TECIDO E ACESSORIOS DO VESTUARIO 80,00 60,00	
1130102 REPARO DE CALCADOS E OBJETOS DE COURO E PELES 80,00 60,00	
 1130110 TINTURARIA E LAVANDERIA 80,00 60,00 	
1139991 OUTROS NAO CLASSIFICADOS 80,00 60,00 	
1140000 ÉSTABELECIMENTOS DE INTERMEDIACAO E REPRESENTACAO 90,00 80,00 	
1140019 AGENCIA DE CARGAS 90,00 80,00 	
1140027 AGENCIA DE CLASSIFICADOS 90,00	
1140035 AGENCIA DE DESPACHOS 90,00 80,00	
1140043 ÅGENCIA DÉ EMPREGO, RECRUTAMENTO, SELECAO E COLOCACAO OUFORNECIMENTO [MÃO-DE-OBRA DE 90,00 80,00 QUALQUER ESPÉCIE 	DE
1140051 AGENCIA DE FRANQUIAS E FACTORING, EXCETO AS AUTORIZADAS PELOBANCO CENTRAL 90,00 80,00	
 1140060 AGENCIA DE NOTICIAS 90,00 80,00 	
1140078 AGENCIA DE TURISMO, VIAGENS, VENDA DE PASSAGENS E CONGENERES 90,00 80,00 	
1140086 AGENCI A FUNERARI A 90, 00 	
1140108 AGENTE DE LOTERIA 90,00	
1140124 AGENTE DE PROPRIEDADE ARTISTICA E LITERARIA 90,00 80,00 80,	
1140132 AGENTE DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVICOS 90,00 80,00	
1140140 COBRANCA, INCLUSIVE DE DIREITOS AUTORAIS	

CIRUM CONTROL
80, 00
 CORRETAGEM DE BENS MOVEIS 80,00
CORRETAGEM DE PLANOS DE SAUDE 80,00
 DI STRI BUI CAO DE FI LMES E VI DEO-TAPES 80,00
 EMPRESARIAIS ARTISTICOS E MUSICAIS 80,00
PI
REPRESENTACAO COMERCIAL E INDUSTRIAL 100,00
 ESTABELECIMENTOS DE LOCACAO E GUARDA DE BENS
ARRUMACAO E GUARDA DE BENS 60,00
 ESTACI ONAMENTO DE VEI CULOS 60, 00
 GUARDA OU ALOJAMENTO DE ANIMAIS 60,00
 HANGARES
SERV. DE MONTAGEM TUBULARES, PLACAS COMUNICACAO/CARPINTARIA LOCACAO DE JTRAS 70,00 60,00 ESTRUTURAS
SERV. DE 'MONTAGEM TUBULARES, PLACAS COMUNICACAO/CARPINTARIA LOCACAO DE JTRAS 70,00 60,00
SERV. DE 'MONTAGEM TUBULARES, PLACAS COMUNICACAO/CARPINTARIA LOCACAO DE JTRAS 70,00 60,00 ESTRUTURAS

Diário Oficial do **Município** 235

Prefeitura Municipal de Pindaí



1150103 70, 00	LOCACAO DE DISCOS 60,00
1150111	LOCACAO DE EQUI PAMENTOS DE CAMPING 60, 00
1150120	
1150138 70, 00	LOCACAO DE ESPACOS DE BENS IMOVEIS 60,00
1150146	 LOCACAO DE FILMES CINEMATOGRAFICOS E FITAS DE VIDEO GAME 60,00
1150154	- LOCACAO DE MÃO-DE-OBRA, EXCETO DA CONSTRUCAO CIVIL 60,00
1150162 70, 00	LOCACAO DE MAQUINAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS 60,00
1150170 70,00	 LOCACAO DE MAQUI NAS REPROGRAFI CAS 60, 00
1150189	
1150197 70, 00	LOCACAO DE OUTROS BENS MOVEIS 60,00
1150200 70, 00	L LOCACAO DE ROUPAS, CHAPEUS, LUVAS E ACESSORI OS 60, 00
1150219	 LOCACAO DE CHAPEUS, LUVAS E ACESSORIOS 60,00
1150227	 LOCACAO DE TELEVISORES
70, 00	LUCACAO DE TRATORES, COMPRESSORES E MAQUINAS DE TERRAPLANA-GEM 60,00
1150243 70, 00	 LOCACAO DE VEICULOS, EMBARCACOES E AERONAVES 60,00
1150251 70, 00	
	- SERVI CO DE VI GI LANCI A, GUARDA E SEGURANCA 60, 00
1159992 70, 00	-
1160001 80,00	- ESTABELECIMENTOS DE SAUDE 70, 00
1160010 80, 00	-
	 AMBULATORI 0



	70,00
1160036	BANCO DE SANGUE, LEI TE, SEMEN, PELO, OLHOS E CONGENERES 70,00
 1160044	 CASA DE REPOUSO E RECUPERACAO 70,00
1160052 80, 00 	CASAS DE SAUDE 70,00
1160060 150, 00	 CLINICA MEDICA 100, 00
1160079	 CLINICA ODONTOLOGICA 70,00
1160087 80, 00	ČLINICA VETERINARIA 70,00
1160095 80, 00	 COOPERATI VA ODONTOLOGI CA, MEDI CA E HOSPI TALAR 70, 00
1160109 80, 00	 ENFERMAGEM 70,00
1160117 80, 00	FISIOTERAPIA E REABILITACAO 70,00
1160125 80, 00	 FONOAUDI OLOGI A 70, 00
11/0122	 HOSPI TAL
1160141 80, 00	HOSPITAL VETERINARIO 70,00
1160150 80, 00	 MUNI ZACAO
1160168 100, 00	LABORATORIO DE ANALISE CLINICA E ELETRICIDADE MEDICA 90,00
1160176 80, 00	 MANI COMI O
1160184 80, 00	OXI GENOTERAPI A 70, 00
1160192 80, 00	 POLICLINICA 70,00
1160206 80, 00	 PRONTO SOCORRO 70,00
1160214 80, 00	70,00
	PSI COLOGI A 70, 00



1160230 Ŕ. 80, 00 	AIO X, ABREUGRAFIA, TOMOGRAFIA, ULTRASONOGRAFIA E CONEGENE-RES 70,00
1160249 S. 80, 00	70, 00
 1160257	 ERVI COS DE ANESTESI A 70, 00
 1160265 U	 NIDADE DE TRATAMENTO MOVEL
1169998 0	70,00 UTROS NAO CLASSIFICADOS 70,00
 1170007	STABELECIMENTOS DE TRANSPORTE E AFINS 100,00
	 MBULANCI A 100, 00
 1170023	 ARGA E DESCARGA 100, 00
	ARRETEI RO 100, 00
 1170040 C	 Arri L Urbano
 1170058 C	100,00
 1170066 E	100, 00 MPRESA DE AVI ACAO 100, 00
1170074 E	100, 00 SCOLAR 100, 00
117000014	100, 00 ELI PORTO 150, 00
 1170104 1	 NTERMUNI CI PAL E I NTERESTADUAL
	150, 00
- 1170120 M	 I CROONI BUS E LOTACAO
- 1170139 M	100.00
- - 1170147 R	 ODOVI ARI OS
- 1170155 S	 ERVI CO DE CAPATAZI A
110, 00 -	100, 00



1170163	- SOCORRO REBOQUE E ATRACACAO 100, 00
1170171	 TAXI_AERE0
1170180	 TAXI E COOPERATIVA DE TAXI 100, 00
1170198	 TERMI NAI S AEREOS 150, 00
1170210 200, 00	TRANSPORTES RODOVI ARI OS INTERURBANOS 150, 00
1170228	TERMI NAI S RODOVI ARI OS URBANOS 150, 00
1170236 200, 00	 TURI STI CO
1170244	
1170252 200, 00	TURI STI CO
1170260	 URBANO RODOVI ARI 0 150, 00
1179993 200, 00	OUTROS NAO CLASSIFICADOS 150,00
1180010	ALFAIATARIA E ATELIE DE COSTURA E BORDADOS 50,00
1180029	AMESTRAMENTO, ADESTRAMENTO E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS 50,00
1180037	 ASSI TENCI A TECNI CA RURAL 50,00
1180045 60, 00	 AVALI ACAO DE BENS 50,00
1180053	 COLOCACAO DE CORTINAS E TAPETES 50,00
1180061 REVI STAS	 COLOCACAO DE MOLDURAS E AFINS, ENCADERNACAO, GRAVACAO E PAUTACAO DE LIVROS E 60,00 50,00
UTRAS MATRIZ	 COMPOSICAO GRAFICA, CLICHERIA, ZINCOGRAFIA, LITOGRAFIA, FOLITOGRAFIA E ZES DE
1180088	 TELEFONIA FIXA E MOVEL 70,00
1180096	FORNECIMENTO DE AGUA, SANEAMENTO E ESGOTAMENTO SANITARIO 70,00



1180100	- FORNECIMENTO DE ENERGIA 70,00
1180118	 INFORMACOES CADASTRAIS 50,00
1180126 60,00	
1180134	 MICROFILMAGEM, REPROGRAFIA E CONGENETRES 50,00
1180142	
1180150	
1180169	- PLASTIFICACAO DE DOCUMENTOS 50,00
1180177	
1180185	-
	- SI LK-SCREEN
1180207	SINALIZACAO DE TRAFEGO EM RODOVIAS, FERROVIAS, CENTROS URBANOS DE BALIZAMENTO 50,00
1180215	 SERVI COS DE SUPRI MENTO DE AGUA E SERVI COS ACESSORI OS AEROPORTUARI OS 50,00
1180223	- TATUAGEM
1189999	 OUTROS NAO CLASSIFICADOS 50,00
2000008	 ESTABELECI MENTOS COMERCI AI S 50, 00
2010003	 COMERCIO ATACADISTA 50,00
70, 00	 ANIMAIS ABATIDOS E SUBPRODUTOS 50,00
2010020 70,00	
	 ARTEFATOS DE BORRACHA, PLASTICO E ESPUMA 50,00
2010046	 ARTIGOS DE COLCHOARIA, TAPECARIA, DECORACAO, UTENSILOS DOMESTICOS, CAMA, MESA E



BANHO		70,00	50,00	
201	 10054 00 	ARTIGOS PIF	50, 00 	
201 70,0	10062 00 	ÅRTIGOS USA	ÁDOS 50,00 	·
201 70, 0	10070 00	BRI NQUEDOS,	ARTIGOS DESPORTIVOS, CA	ICÀ, PESCA E CAMPING
201 70, 0	10089 00 	COCHEI RAS,	ESTABULOS DE GADO E CAVA 50,00	ilós
1 201	10097	COOPERATIVA	ÀS COMERCIAIS	
70,0	50 		50,00 ₁	
201 70, 0	10119 00 	DI STRI BUI DO	 DRA DE BEBIDAS 50,00	·
201	10127 00	DI STRI BUI DO	DRA DE DERIVADOS DE PETRO 50,00	- DLEO
ARTEFATO	OS DE 	TECIDOS, VESTUARIO	70, 00 	BENEFICIADAS, FIOS TEXTEIS, TECIDOS, 50, 00
1 201	10143	DI STRI BUI DO	 DRA DE FUMO E DERIVADOS 50,00	·
70,0	00	DI STRI BUI DO	 DRA DE MATERIAL DE CONSTR 50,00	ruċao
201	10160	DI STRI BUI DO	 DRA DE PRODUTOS ALIMENTAR 50,00	PE\$
70,0	10178 00 	ĎI STRI BUI DO	DRA DE PRODUTOS DE APICUL 50,00	.TÚRA
70,0	00 		DRA DE PRODUTOS DE HIGIEN 50,00	
201	10194 00 	DI STRI BUI DO	 DRA DE PRODUTOS EXTRATIVO 50,00	 S AGROPECUARIOS E HORTIFRUTIGRAJEIROS
201 70, 0	10208 00 	DI STRI BUI DO	 DRA DE PRODUTOS FARMACEUT 50,00	TIĊOS, QUIMICOS, VETERINA-RIOS E PERFUMARIA
201	10216 00 	DI STRI BUI DO	50, 00 	RTILIZANTES, SEMENTES, FUNGICIDAS E PESTICIDAS
201	10224 00 	DI STRI BUI DO	DRA DE TINTAS E VERNIZES 50,00	-
201 70, 0	10232 00 	ÉQUI PAMENTO	 OS ELETRICOS, ELETRONICOS 50,00	EDE INFORMATICA
				-



2010240 } 70, 00 	50, 00
20102591.	 JOALHERI A E RELOJOARI A 50, 00
2010267 I 70, 00	 LIVROS, ARTIGOS ESCOLARES, DE ESCRITORIO E SUPRIMENTOS DEINFORMATICA 50,00
2010275 1	 MADEIRA E ARTEFATOS 50,00
2010283 70, 00 	MAQUINAS, FERRAGENS E FERRAMENTAS 50,00
2010291 I 70, 00	 MATERIAL DE OTICA 50,00
2010305 70, 00 	 MATERIAL ELETRICO, ELETRONICO E HIDRAULICO MOVEIS 50,00
2010313 70, 00	 MOVEI S 50, 00
2010321 I 70, 00	 PAPEL E PAPELAO 50,00
2010330 I 70, 00	
2010348 I 70, 00	 PRODUTOS METALURGICOS 50,00
2010356 \$ 70, 00	 SUCATA
2010364 \ 70, 00 	VELCULUS, PECAS E ACESSORIUS 50,00
2010372 \ 70, 00	 VI DRO, LOUCAS, PORCELANS, ESPELHOS 50,00
 2019990 (DUTROS NAO CLASSIFICADOS 50,00
2020009 0 80, 00	 COMERCIO VAREJISTA 70,00
2020017 <i> </i> 80, 00	 ACESSORIOS E PRODUTOS PARA PISCINA E SAUNA 70,00
2020025 <i> </i> 1. 076, 22	 ACESSORIOS E ARTIGOS PARA JARDINAGEM 172, 16
2020033 /	 ACESSORI OS E PECAS PARA MOTOS 172, 16
20200411	ACESSORI OS E PECAS NAUTI CAS 70, 00
20200501	



	70, 00
<u>'</u>	
2020076	 ACOUGUE OU CASA DE CARNE 70,00
2020084	ADUBOS, FERTILI ZANTES, SEMENTES, FUNGICIDAS, PESTICIDAS, MUDAS EPLANTAS ORNAMENTAIS 70, 00
2020092 80,00	- ALI MENTOS CONGELADOS 70, 00
2020106 80,00	 ANIMAIS VIVOS PARA CRIACAO DOMESTICA 70,00
2020114 80, 00	ANTIGOS DE DECORACAO MOLDURAS, ARTIGOS RELIGOSOS E OBJETOS DE ARTE
2020122 80, 00 	- ANTI QUARI O
2020130	 ARMARI NHO E BAZAR 70, 00
80,00	
2020157 80, 00 	
2020165 80,00	- ARTIGOS DE CACA, PESCA E CAMPING 70,00
	 ARTIGOS DE TAPECARIA, CORTINAS E PERSIANAS 70,00
2020181	 ARTIGOS ESPORTIVOS, RECREATIVOS E BRINQUEDOS 70,00
2020190 ACESSORI 0S, (- ARTIGOS PARA CAMA, MESA, BANHO, LONAS ARTIGOS DE VESTUARIO, CONFECCOES E COURO E 80,00 70,00 PELES
2020203	 ARTIGOS PIROTECNICOS 70,00
2020211	 ARTI GOS USADOS DI VERSOS 70, 00
2020220 80, 00	
2020238 80, 00	 ARTIGOS, APARELHOS, MAQUINAS E EQUIPAMENYOS DE LABORATORIO 70,00
2020246	ARTIGOS, APARELHOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES 70,00
	-



2020254 80,00 	ARTIGOS, APARELHOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICO 70,00
2020262	 OVOS E CARNE 70,00
2020270 80,00 	 BALCOES E FIGRORIFICO 70,00
2020289 80,00 	70, 00
2020297	 BARRACA DE PRAIA
2020300	 BEBIDAS ALCOOLICAS, REFRIGERANTES, REFRESCO, SUCOS, E AGUAMINERAL 70,00
2020319 80,00 	 BI JUTERI AS
2020327 80,00 	 BOMBONI ERE 70, 00
2020335	70, 00
2020343 80,00 	70, 00
2020351 80,00 	 BUTI QUE
2020360 80,00	70, 00
2020378	- CANTI NAS 70, 00
2020386	
2020394 80,00 	
2020408	- CASA DE DISCOS, CASSETES E CD`S 70,00
2020416 80,00 	 CASA DE DOCES E SALGADOS 70,00
	- CASA FUNERARI A
80,00	-
2020459 80, 00	
2020467	COMERCIO DE COLCHOES



80,00	70, 00 	
2020475		
2020483	COMERCIO DE VEICULOS 70,00 	
2020491	 COMERCIO NAUTICOS 70,00 	
2020505	COOPERATIVA COMERCIAL COOPERATIVA COMERCIAL 	
2020513 80, 00	COSMETICOS E PERFUMARIA 70,00 	
2020521 80, 00	 ELETRODOMESTI COS 70, 00	·
2020530 80, 00	- 	
2020548	ENTREPOSTO	
80,00	 EQUI PAMENTOS ELETRONI COS, ELETRI COS I 70,00	
2020564 80,00	 FARMACIA	·
2020572	- FLORI CULTURA 70, 00	
1 2020580	-	
2020599		
2020602	 GAS LIQUEFEITO 95,00	
2020629	-	
80,00	70, 00 	
80,00	HORTI FRUTI GRANJEI ROS 70, 00 	
2020645 80,00 	İNSTRUMENTÖS MUSICALS 70,00 	
2020653 80,00	- JOALHERI A E RELOJOARI A 70, 00 	
	- 	



	 -
2020670 80, 00	LI VRARI A
2020688	 LOJA DE CONVENIENCIA E "DELICATESSEN" 70,00
2020696	 LOUCAS, CRI STAI S, VI DROS, ESPELHOS E PORCELANAS 70, 00
·	
80,00	MADELRA E ARTEFATOS
2020718	MAGAZINE E LOJA DE DEPARTAMENTO 70,00
2020726 80, 00	MAQUINAS, FERRAGENS, MOTORES E FERRAMENTAS 70,00
2020734	 MATERIAIS DE CONSTRUCAO 85,00
2020742 80, 00 	MATERIAIS ELETRICOS, ELETRONICO E HIDRAULICO 70, 00
2020750	 MATERIAIS FOTOGRAFICOS, CINEMATOGRAFICO E FONOGRAFICO 70,00
2020769 80,00	 MERCADO
2020777 80, 00	 METALURGI CA
2020785 80,00	 MOVEIS EM GERAL 70,00
2020793	-MOVELS, MAQUINAS E ARTIGOS DE ESCRITORIO 70,00
·	
2020807 80,00	OTICA
2020815 80,00 	PADARIA E CONFEITARIA 70,00
2020831 80,00 	
2020840 ELETRODOMESTI	PECAS E ACESSORIOS PARA COS, EQUI PAMENTOS 80, 00 70, 00 ELETRONI COS, ELETRI COS, MAQUI NAS, MOTORES, ETC.
2020858 80, 00	 PEDRAS NATURAI S 70, 00
	 PEI XARI A



80,00	70, 00
2020874 80,00 	PNEUS, CAMARAS E BATERIAS 70, 00
2020890 200, 00	POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES 150,00
2020904 80,00	- PRESENTES 70, 00
2020912	PRODUTOS AGROPECUARIOS 70,00
2020920 80, 00 	PRODUTOS IMPORTADOS 70, 00
2020939 80,00	 PRODUTOS NATURAIS 70,00
2020947	PRODUTOS QUI MI COS 70, 00
2020955	PRODUTOS VETERI NARI OS 70, 00
2020963 80,00 	 QUI OSQUE 70, 00
2020971 80, 00 	 RESTAURANTE 70, 00
2020980	REVISTAS E JORNAIS EM LOCAIS FECHADOS 70,00
2020998 80,00 	 SORVETERI A 70, 00
2021005	70, 00
2021013 80,00	 SUPERMERCADOS 70, 00
2021021 80,00 	 SUPRIMENTOS DE INFORMATICA 70,00
2021030 80,00 	70, 00
80,00	TINTAS E VÉRNIZES 70,00
2021056 80,00 	- TRAI LLERS 70, 00
2021064 80,00	- UTI LI DADES DOMESTI CAS 70, 00
	 VI DRACARI A 70, 00



	2029995 80, 00	 OUTROS NAO CLASSIFICADOS 70,00
	2030004 110, 00	 EXPORTACAO E IMPORTACAO DE PRODUTOS 100,00
- 1	2030012 110, 00	 ESTABELECIMENTOS EM GERAL DE EXPORTACAO E IMPORTACAO 100,00
- 	2040018 110, 00	 DEPOSITO DE INFLAMAVEIS E COMBUSTIVEIS 100,00
 	2040026 80, 00	 DEPOSI TOS FECHADOS 70, 00
	2040034 80, 00 	 ESCRI TORI 0 DE CONTATOS 70, 00
	2040042	-
- 	2049996 80, 00	OUTROS NAO CLASSIFICADOS 70,00
	3000001	 ESTABELECI MENTOS I NDUSTRI AI S 100, 00
- 	3000010	ABATEDOURO E BENEFICIAMENTO DE CARNE 100,00
- 	3000028 150, 00	ÁERONAUTICA, AEROESPACIAL E AEROPECAS 100,00
- 	3000036	 APARELHOS DE MEDI CAO E PRECI SAO 100, 00
- 	3000044 150, 00	APARELHOS FOTOGRAFICOS, CINEMATOGRAFICOS E FONOGRAFICOS 100,00
- 	3000052	ARTESANATO, ARTIGOS REGIONAIS E SOUVENIR 100,00
- 	3000060	 ARTI GOS CARNAVALESCOS 100, 00
	3000079	ARTI GOS DE JOALHERI A, RELOJOARI A, OURI VESARI A, BI JUTERI A 100, 00
 -	ARORATORIO	ARTIGOS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E MAQUINAS DE USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR E DE 150,00
- 	3000095 150, 00	 AUTOPECAS 100, 00
	3000109 150, 00	 BENEFICIAMENTO DE CAFE, CEREAIS E PRODUTOS AFINS 100,00
	3000117 350, 00	 BENEFI CI AMENTO DE LI XO 100, 00



3000125 150, 00	- BENEFICIAMENTO E POLIMENTO DE PEDRAS NATURAIS 100,00
3000133 150, 00	-
3000141 150, 00	 BORRACHA E ESPUMA DE BORRACHA 100,00
3000150 150, 00	BRINQUEDOS, ARTIGOS E JOGOS ESPORTIVOS 100,00
3000168 150, 00	CERAMICA E LOUCA DE UTILIDADE DOMESTICA E SERVICO DE MESA 100,00
3000176 150, 00	 CORTI NAS, PERSI ANAS E TAPETES 100, 00
3000184 150, 00	 COUROS, PELES E SIMILARES (CURTUME) 100,00
3000192	- CUTELARIA, ARMAS E FERRAMENTAS 100,00
3000206	DESTILACAO DE ALCOOL POR PROCESSAMENTO DE VEGETAIS 100, 00
3000214 150, 00	DETERGENTES, DESINFETANTES, DEFENSIVOS, LIMPEZA, POLIMENTO ECONGENERES 100,00
3000222 150, 00 	
3000230 150, 00	- ELETRODOMESTI COS 100, 00
3000249 150, 00	ÉQUI PAMENTÓ CONTRA I NCENDI O E DE SEGÜRANCA 100, 00
3000257 150, 00 	EQUI PAMENTOS ELETRONI COS, ELETRI COS E DE COMUNI CACAO 100, 00
3000265 150, 00	-
3000273 150, 00 	FABRI CACAO E ENVASAMENTO DE BEBI DAS 100,00
3000281 150, 00 	- FOGOS DE ARTIFICIO
3000290 150, 00	 FRI GORI FI CO 100, 00
3000303 150, 00	 FUMO E SEUS DERIVADOS 100, 00
3000311 150, 00	



	I NFORMATI CA 100, 00
3000338 150, 00	
3000346 1. 241, 94	- MADEI RA E SERRARI A 869, 56
3000354	
3000362 150, 00	- MATADOURO
3000370	- MATERIAIS DE ESCRITORIO E ESCOLAR 100,00
3000389 150, 00	- MATERI AI S DE TRANSPORTE. 100, 00
3000397	 MATERIAIS FOTOGRAFICO, CINEMATOGRAFICO E FONOGRAFICO 100,00
3000400	-
3000419	- MATERI AI S HI DRAULI CO 100, 00
3000427 1	- MATERIAIS PLASTICOS, EXCETO ARTIGOS DE VESTUARIO, CALCADOS, MOBILIARIO E BRINQUEDOS 100,00
3000435	- MECANI CA
3000443 150, 00	 METALURGI CA
3000451	- MOBILIARIO DE MADEIRA, VIME, JUNCO, METAL OU PLASTICO, ARTIGO DE COLCHOARIA 100,00
3000460	 PANIFICADORA E CONFEITARIA 100,00
3000478	- PAPEL, PAPELAO, E CELULOSE 100 00
3000494	-
3000508 150, 00	- PLACAS, PAINEIS E LETREIROS 100,00
<u>-</u>	- PRODUTOS ALIMENTARES 100,00
	 PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL



3000532 PRODUTOS FARMACEUTICOS E VETERINARIOS 150.00 150.00 3000540 QUI MI CA E PETROQUI MI CA 150.00 3000559 SERRALHARI A 100.00 3000559 SERRALHARI A 100.00 3000559 SERRALHARI A 100.00 3000575 TEXTIL 150.00 150	150, 00	100, 00
3000559 SERRALHARI 100,00 10	3000532 150, 00	PRODUTOS FÁRMACEUTICOS E VETERINARIOS 100,00
3000559 SERRALHARI Å 100, 00 150, 00	3000540 150, 00	 QUI MI CA
3000567 SLK-SCREEN 100, 00 100, 00 100, 00	3000559 150, 00	SERRALHARI Å
3000575 TEXTI L 100, 00 150, 00 150, 00 100, 00 100, 00 150, 00 100, 00 100, 00 150, 00 100,	3000567 150, 00	\$I LK-SCREEN
3000583 TINTAS, VERNIZES E SOLVENTES 150, 00 10	3000575 150, 00	TEXTIL
30000591 TRATAMENTO E/OU EXTRACAO DE MINERAIS 150,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 150,00 150,00 100,00 150,00 10	3000583 150, 00	TINTAS, VERNIZES E SOLVENTES
3000605 TRATAMENTO E ZOU EXTRACAO DE VEGETAIS 150,00 100,0	3000591 150, 00	TRATAMENTO E/OU EXTRACAO DE MINERAIS 100,00
3000613 TRATORES E MAQUI NAS DE TERRAPLANAGEM 150,00 100,0	3000605 150, 00	TRATAMENTO'E/OU EXTRACAO DE VEGETAIS' 100,00
3000621 VEI CULOS AÚTOMOTORES, EXCETO TRATORES E MAQUINAS DE TERRA-PLANAGEM 150, 00 100,	3000613 150, 00	TRATORES E'MAQUINAS DE TERRAPLANAGEM' 100,00
3000630 VEICULOS FÉROVIARIOS E PECAS 150,00 100,00 100,00 100,00	3000621 150, 00 	VEICULOS AUTOMOTORES, EXCETO TRATORES E MAQUINAS DE TERRA-PLANAGEM 100,00
3000648 VESTUARI 0, CALCADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS, COUROS, PELES EACESSORIOS 150,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 1	3000630 150, 00	VEICULOS FÉROVIARIOS E PECAS 100,00
3000656 VIDROS, CRÍSTAIS, PORCELANAS E CONGENERES 150,00 100,00 100,00 100,00 100,00 150,00 150,00 100,00 150	3000648 150, 00	VESTUARIO, CALCADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS, COUROS, PELES EACESSORIOS 100,00
3009998 OUTROS NAO CLASSIFICADOS 150,00 10	3000656 150, 00	VIDROS, CRÍSTAIS, PORCELANAS E CONGENERES 100,00
4000005 ÉSTABELECI MENTOS E ENTIDADES REGIDOS PELO DIREITO PUBLICO 70,00 50,	3009998 150, 00	ÔUTROS NAO CLASSIFICADOS 100,00
5000009 FUNDACOES, ASSOCIACOES E SOCIEDADES DE FINS NAO LUCRATI VOS (EXCETO OS REGIDOS PELO DIREITO 70, 00 50, 00	4000005 70,00	ÉSTABELECI MENTOS E ENTIDADES REGIDOS PELO DIREITO PUBLICO 50,00
5000017 ÁSSOCI ACOES BENEFI CENTES, RELI GI OSAS DE ASSI STENCI AL SOCI AL 50, 00 40, 00	5000009 PELO DI REI TO	FUNDACOES, ASSOCIACOES E SOCIEDADES DE FINS NAO LUCRATIVOS (EXCETO OS REGIDOS 70,00 PUBLICO)
5000025 ASSOCIAÇÕES CIENTIFICAS. CULTURAIS. EDUCACIONAIS E TECNOLOGICAS	5000017 50,00	ÅSSOCIACOE\$ BENEFICENTES, RELIGIOSAS DE ASSISTENCIAL SOCIAL 40,00
50, 00	5000025 50, 00 	ASSOCIACOES CIENTIFICAS, CULTURAIS, EDUCACIONAIS E TECNOLOGICAS 40,00
 5000033 ASSOCI ACOES DE EMPREGADORES 70, 00 50, 00	5000033	- ASSOCI ACOES DE EMPREGADORES



5000041 50, 00	 ASSOCI ACOES DE EMPREGADOS 40, 00
5000050	-
5000068 50, 00	COOPERATIVAS HABITACIONAIS 40,00
5000076 50, 00	
5000084	-
5000092 50, 00	FUNDACOES CIENTIFICAS, CULTURAIS, EDÜCACIONAIS E TECNOLOGI-CAS 40,00
5000106 50, 00	 INSTITUICOES CIVICAS E POLITCAS 40,00
5000114	
5000122	 SINDICATOS
50,00	SOCTEDADES CIVIS
5000149	 SOCI EDADES DE BAI RRO 40, 00
5009995 70,00	- OUTROS NAO CLASSIFICADOS 50,00
700006 70,00	 PROFISSIONAIS AUTONOMOS 50,00
7010001 80,00	 PROFI SSI ONAL LI BERAL 70, 00
	 ADMI NI STRADOR 70, 00
/010028	ADVOGADO OU PROVISIONADO 70,00
7010036	 AERONAUTA
7010044 80, 00	AEROVI ARI 0
7010052 80, 00 	AGRI MENSOR
7010060 80, 00	
<u>-</u>	



80,00	ANALISTA DE SISTEMA 70,00 	
7040007	- ANTROPOLOGO	
80,00	70, 00	
7010109 80, 00	- ARQUI TETO 70, 00 	
7010117 80, 00	 ASSI STENTE SOCI AL 70, 00	
7010125	- ASTRONOMO 70, 00 	
7010133 80, 00 	ATUARTO	
7010141 80, 00	AUDI TOR	
7010150	- BIBLIOTECARIO E DOCUMENTARISTA 70,00 	
7010168 80, 00	BIOLOGO	
7010176 80,00	- BOTANI CO 70, 00	
7010184	- CONTADOR 70, 00 	
80, 00	70,00	
7010206 80, 00	- ECOLOGO 70, 00 	
7010214	- ECONOMI STA	
7010222 80, 00	: ENFERMEI RO 70, 00 	
	- ENGENHEI RO CI VI L 70, 00	
	- ESTATISCO	
7010257 80,00	- FARMACEUTI CO 70, 00	
7010265 80, 00 	- FI LOSOF0 70, 00 	
	- FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL	



	/0,001
7010281 80, 00	FONOAUDI OLÓGO E LOGOPEDI STA 70, 00
 7010290	 GEOGRAFO
7010303 80, 00 	GEOLOGO 70,00
7010311 80, 00	 HI STORI ADOR 70, 00
7010320	INTERPRETE COMERCIAL, TRADUTOR PUBLICO OU TRADUTOR INTERPRETE 70,00
7010338 80, 00 	JORNALI STA 70, 00
7010346 50, 00	 MEDI CO
7010354	 METEROLOGI STA
7010362 80, 00 	MUSEOLOGO 70,00
7010370 80, 00	 MUSI COTERAPEUTA 70, 00
7010389 80, 00	 NUTRI CI ONI STA 70, 00
7010397 80, 00	 OCEANOGRAFO 70, 00
7010400 80, 00	 PATOLOGI STA CLI NI CO 70, 00
70104191	 PERI TO AVALI ADOR 70, 00
7010427	 PILOTO DE AERONAVES 70,00
7010435 80, 00	 PILOTO DE PROVAS 70,00
7010443 80, 00	 PI LOTO HI DROAVI AO E MARI TI MO 70, 00
7010451 80, 00	 PRATI CO NAVAL 70, 00
7010460 80, 00	 PROFESSOR 70,00
	PROFI SSI ONAL DE TURI SMO 70, 00



-	
7010486	 PSI COLOGO
7010494 80, 00 	PSI COMOTRI CI STA
7010508 80,00	- PSI COPEDAGOGO
7010516 80, 00	PUBLI CI TARI 0
7010524 80,00	ouimico e fisico
7010532 80,00	relacoes publicas
7010540 80, 00	SECRETARI 0
7010559 80, 00	sociologo
7010567 80, 00 	TERAPEUTA CORPORAL
7010575 80, 00	-
7010583 80, 00	VETERI NARI Ó
7010591 80, 00	70, 00
7010605 80, 00	- ZOOTECNI CO 70, 00
7019998 80, 00	- OUTROS NAO CLASSIFICADOS 70,00
7020007 70,00	PROFISSIONAL DE NIVEL NAO SUPERIOR 60,00
7020015 80, 00 	- ACUPUNTOR 70, 00
7020023 80,00	- ADESTRADOR DE ANIMAIS 70, 00
7020031 80,00	-
7020040 80,00	-
7020058	-



	THOM .
7020066 ÄRQUI 80, 00 	70, 00
7020074 ÅRTI \$ 80, 00 	
7020082 ASTR0	70, 00
7020090 ATENE 80, 00 	DENTE DE ENFERMAGEM 70,00
7020104 ÅUXIL 208, 12	 IAR DE ENFERMAGEM 208, 12
7020112 AUXI L	
7020120 BARBE	
7020139 BOMBE 80,00 	ERI RO HI DRAULI CO 70, 00
7020147 ĊABFI	
7020155 CALCU 80, 00 	JLI STA 70, 00
 7020163 CANT0 80, 00	
7020171 ĊARRE 80, 00 	70, 00
7020180 CART0 80, 00	70, 00
700010010500	
7020201 CLNF0	 GRAFI STA 70, 00
7020210 C0BRA 80,00	
7020236 ĊONTA 80,00 	70, 00
7020244 CORRE 80, 00	
7020252 COZIN	



	MOAT OF
7020260 DATIL 80, 00 	70, 00
 7020279 DESEN 80,00 	HI STA TECNI CO, ARTI SI TCO E I NDUSTRI AL 70,00
7020287 DESPA 80, 00	 CHANTE 70, 00
 7020295 DETE1 80, 00 	
7020309 DIGI1 80, 00 	ADOR 70,00
7020317 DI SC0 80, 00	 TECARI 0 70, 00
7020325 ĖLETF 80, 00 	 II C I STA 70, 00
7020333 ĖMPRE 80,00 	SARIO MUSICAL, ARTISTICO E ESPORTIVO 70,00
7020341 ĖNCEF 80, 00	70, 00
7020350 ĖSTEN 80,00	
7020368 ĖSTE1 80, 00	70, 00
7020376 FI GUF 208, 12	 !INISTA 208, 12
7020384 F0T00 80, 00 	
7020392 ĠARC0 80, 00 	M E GARCONETE 70,00
7020406 ĠRAFI 80, 00	70,00
 7020414 GUARI 80, 00 	
 7020422 GUI A 80, 00	TURI STI CO 70, 00
7020430 NSTF 80, 00 	 PUTOR DE AUTO-ESCOLA 70,00
7020449 JOQUE 80, 00 	70, 00
7020457 LELL0 80, 00 	70, 00
 7020465 MAI TF	



80, 00		70, 00	
7020473 80, 00	MANEQUI M	70, 00	'
7020481 70, 00	MANI CURO	50, 00	'
7020490 80, 00	MAQUI ADOR	70, 00	·
7020503 80, 00	MASSAGI STA	70, 00	·
7020511 80, 00	MECANI CO	70, 00	·
7020520 80, 00 	MERGULHADOR	70, 00	·
7020538 80, 00	MODELO	70, 00	
7020546 80, 00	MORDOMO	70, 00	
7020554 80, 00	MOTORI STA	70, 00	l
7020562 80,00	MUSI CO	70, 00	
7020570 80, 00	OFICIAL EM	FARMACI A 70, 00	
7020589	OPERADOR DE	COMPUTADOR 70,00	l
7020597 80, 00	OPERADOR DE	RAIO X E RADIOTERAPIA 70,00	
7020600	- OTI CO PRATI		l
7020619	- PEDI CURO	50, 00	
7020627 80, 00	PERI TO AVAL	.I ADOR 70, 00	
 7020635 80, 00 	PESQUI SADOR	R DE MERCADO DE OPNIAO PUB 70,00	LI CA
 7020643 80, 00	PRATI CO DE	FARMACIA OU PROTETICO 70,00	'
7020651	PRATI CO DE	LABORATORI 0 70, 00	
	.	LABORATORI O CLI NI CO	



	 -
7020678 80,00	PROCURADOR
7020686	- PRODUTOR E PROMOTOR ARTISTICO 70,00
7020694 80,00	 PROFESSOR 70, 00
7020708 80,00	- PROGRAMADOR DE COMPUTADOR 70,00
7020716	- PROGRAMADOR VI SUAL 70, 00
7020724 80, 00	PROJETI STA
7020732 80,00	- PROTETI CO
7020740 80,00	-
7020759	- RADI OAMADOR 70, 00
7020767 80,00	- REDATOR
7020775	- RELACOES PUBLI CAS 70, 00
7020783 80, 00	REPORTER
7020791 80, 00	- REPRESENTANTE COMERCIAL 70,00
702000	- SECRETARI A
7020813 80, 00 	TECNICO AGRICOLA
7020821	-
80,00	- TECNICO DE ARTES GRAFICAS 70,00
7020848	- TECNICO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
7020856 80,00	 - TECNICO DE LABORATORIO 70,00
	- TECNICO DESPORTIVO 70,00



7020872	 TECNI CO EM ADMI NI STRACAO 70, 00
7020880 80, 00 	TECNICO EM CONTABILIDADE 70,00
7020899	 TECNI CO EM EDI FI CACOES 70, 00
7020902 80, 00	 TECNICO EM ELETRICIDADE 70,00
7020910	 TECNI CO EM ELETRONI CA 70, 00
7020929	TECNI CO EM ENFERMAGEM 70,00
7020937	 TECNI CO EM HI DRAULI CA 70, 00
7020945	 TECNICO EM METEOROLOGIA 70,00
7020953	 TECNI CO EM PROTESE DENTARI A 70, 00
7020961	 TECNI CO EM RADI OLOGI A
1 70209701	70, 00 TECNI CO EM TELECOMUNI CACAO 70, 00
7020988	TECNI CO EM TELECOMUNI CACOES 70, 00
7020996	 TECNI CO EM TURI SMO
7021003	70, 00 TECNI CO I NDUSTRI AL 70, 00
7021011	 TECNI CO MECANI CO 70, 00
7021020	 TECNI CO QUI MI CO 70, 00
7021038 80.00	 TOPOGRAF0 70, 00
7021046	TRADUTOR E INTERPRETE
7021054	70,00 TRATADOR DE ANIMAIS 70,00
7021062 80,00	 VI GI LANTE 70, 00



80,00	TROS NAO CLASSIFICADOS 70,00
7030002 PR	
7030010 AL 70, 00	FAI ATE 60, 00
7030029 BO	 RDADEIRA E CERZIDEIRA 60,00
7030037 CA 70, 00 	POTEI RO 60, 00
7030045 CA 70,00	 RPI NTEI RO 60, 00
7030053 ĊA 70, 00 	 RREGADOR 60, 00
- 7030061 CH 70,00	 AVEI RO 60, 00
7030070 C0 70, 00	 STUREI RO 60, 00
7030088 DE 70, 00 	60, 00
7030096 ĖN 70,00 	60, 00
7030100 EN 70, 00	 TALHADOR 60, 00
7030118 ĖS 70, 00	 CULTOR 60, 00
7030126 ES 70, 00	 TOFADOR 60, 00
7030134 ES 70, 00	 TUCADOR 60, 00
7030142 JA 70, 00	 RDI NEI RO 60, 00
7030150 LA 70,00	
7030169 MA 70, 00 	60, 00
7030177 MA 70, 00 	60, 00
7030185 MO	 DI STA 60, 00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

80,00		70, 00	
7030207	- PA SAG STA		l
7030215	PEDRET RO 	60, 00	
7030223	- PI NTOR	60, 00	
7030231 70, 00	RELOJOETRO 	60, 00	
7030240 70, 00	ŔESTAURADOŔ 	60, 00	'
	-	60, 00	
7030266 70, 00	SERRALHEI RO 	60, 00	
		60, 00	l
7030282 70,00	- TAXI DERMI STA 	60, 00	·
	-	60, 00	l
7030304	- VI TRI NI STA 	60,00	
70, 00	OUTROS NAU CLA	60, 00	
1000000000	ENGENHE RO	70, 00	
	 		I

TABELA V DA TAXA DE LICENÇA DE URBANIZAÇÃO - TLU

Análise do Pleito Emissão da Licença Taxa de Autorização (R\$) Vistoria (R\$)
Construção nova uni domi ci li ar padrão construti vo popul ar 20,00 0,50 / m²
 Construção nova unidomiciliar padrão construtivo médio ou bom



25, 00	0,60 / m ²	2					
		-		- -			
	nidomicili ,70 / m²	iar padrão construtiv	/o luxo	 			
Construção nova p		iliar padrão construt ²					
30, 00	0,60 / m			<u> </u>			
Construção nova p		iliar padrão construt 					
Modificação de p		nidomiciliar aprovac O / m²	I			construí da	de qual quer
	projeto 'ı : !	unidomiciliar aprova 35,00 0,60 / m²	idocom a			construí da 	a de
	ojeto apro 40,		nto plurio			créscimo de 	e área
	ojeto apro 45,	ovado de empreendimer ,00 0,80 / m²	-			créscimo de	e área
Reparos gerais, c	onforme q 0,20 / m		ıdo pelo'ı	requerent 	 e		
	0,25 / m	 		i			
	' 2,00 / ui			 			
Reforma'sem ampli				20, 00			
Reforma com ampli 25,00	 ação de ái 0,70 / m	rea de empreendimento 2	uni domi	ciliar de 20,00	 qual que	er padrão d	construtivo
Reforma'com amplia	ação de ái 	rea de empreendimento 205,6 2,80 / m²	pluridor	miciliar	de qual q	juer padrão 64, 27)
Habi te-se de edif	i cação uni	idomiciliar sem modif 10,00	i cação do	o projeto 15,00	aprovad	lo padrão p	oopul ar
	∣∕ uni dade	 e imobiliária					
Habi te-se de edi f	 i cação uni , 070 / m	·	i cação do	o projeto 20,00		lo padrão m	nédio ou bom
 Habi te-se de edif	- i cação uni	idomiciliar sem modif 0,80 / m²	i cação do	o projeto		lo padrão d	construti vo

Diário Oficial do **Município 263**

Prefeitura Municipal de Pindaí



Habite-se de edificação unidomiciliar com alteração do projeto aprovado padrão popular 20,00 9,00 15,00
 / uni dade i mobili ári a
 Habite-se de edificação unidomiciliar com modificação do projeto aprovado padrão construtivo médio ou 20,00 0,70 / m² 15,00 bom
 Habite-se de edificação unidomiciliar com modificação do projeto aprovado padrão construtivo uxo 22,00 0,75 / m² 17,00
Habite-se de edificação pluridomiciliar sem modificação do projeto aprovado, padrão popular 20,00 7,00 / unidade imobiliária 15,00
 Habite-se de edificação pluridomiciliar sem modificação do projeto aprovado, padrão médio ou 20,00 0,60 / m² 10,00
Habi te-se de edi fi cação pluri domiciliar sem modi fi cação do projeto aprovado padrão luxo 20,00 0,60 / m² 10,00
 Habite-se de edificação pluridomiciliar com alteração do projeto aprovado padrão popular 20,00 10,00 / unidade imobiliária 20,00
 Habite-se de edificação pluridomiciliar com alteração do projeto aprovado padrão construtivo médio ou 20,00 0,60 / m² 10,00 bom
 Habite-se de edificação pluridomiciliar com alteração do projeto aprovado padrão construtivo uxo 20,00 0,60 / m² 10,00
Renovação de Alvará de Construção de empreendimento uni domiciliar sem modificação do projeto aprovado 15,00 9,00 / uni dade i mobiliária padrão popular
 Renovação de Alvará de Construção de empreendimento unidomiciliar sem modificação do projeto aprovado 15,00 0,60 / m² padrão médio ou bom
Renovação de Alvará de Construção de empreendimento unidomiciliar sem modificação do projeto aprovado 15,00 0,60 / m² padrão construtivo luxo
Renovação de Alvará de Construção de empreendimento unidomiciliar com alteração do projeto aprovado 15,00 0,60 / m²
Renovação de Alvará de Construção de empreendimento unidomiciliar com modificação do projeto aprovado 15,00 0,60 / m²
 Renovação de Alvará de Construção de empreendimento unidomiciliar com modificação do projeto aprovado 15,00 0,60 / m²



Renovação de Alvará de Construção de e projeto 15,00 9,00 / unidade i mot aprovado padrão popular	empreendimento pluridomiciliar sem modificação do
·	empreendimento pluridomiciliar sem modificação do
	 empreendimento pluridomiciliar sem modificação do
Renovação de Alvará de Construção de empreer aprovado 15,00 0,60 / m² padrão popular	ndimento pluridomiciliar com alteração do projeto
aprovado 15,00 0,60 / m² padrão construtivo médio ou bom	ndimento plùridomiciliar com≀alteração do projeto
	ndimento pluridomiciliar com alteração do projeto
 Muro divisório 20,00 0,25 / m	
Muro de contenção 20,00 0,25 / m	' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' '
Loteamento de padrão popul ar 20,00 0,25 / lote	
Loteamento de padrão médio/bom ou luxo 20,00 0,25 / m² fração ideal	'
Desmembramento 0,40 / m²	
Remembramento, amembramento ou unificação de 0,40 / m²	
Demolição	
Implantação de ERB - Estação Rádio Base. 25,00 200,00 (fixo)	
Termo de Conclusão de Serviço 20,00 100,00 (fixo)	15, 00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

Obras de Tei	20, 00 0, 20 / r		<u> </u> 	'
Sol i ci tação	para obras em 20,00 0,60 / r	 vias e/ou logradouros n	s público	 os
l Δnálise de (Orientação Prév	 vi a 		•
Certidão de	Informação 20.00		 	15, 00
 Vistoria té		endimento unidomicilia		
Vistoriaˈtéo	cnica em empree 15,00	endimento pluridomici		
 Revistoria	técnica em empi 15,00	 reendimento unidomici	liar 	
	técnica em empi 15.00	 reendimento pluridomio	ciliar	
Placa de Alv	 vará por uni dad 15.00	de	 	
	cumentos do ace	 ervo	 	
<u> </u>				

OBSERVAÇÕES:

- I Nos processos de Habite-se, a taxa para Vistoria deverá ser paga integralmente nos casos em que o requerente não comunicar previamente à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento que a obra não se encontra concluída e em plenas condições de ser inspecionada, inviabilizando a vistoria.
- II Para que o agendamento ou reagendamento de vistorias técnicas não implique em dever de pagar o valor correspondente, o requerente deverá propor a mudança de data à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento com, no mínimo, 48 horas de antecedência.
- III O recolhimento à Prefeitura dos valores relativos aos serviços constantes na tabela acima darse-á da seguinte forma:
- a) no ato do protocolamento do pedido da licença, exceto para os serviços de Habite-se e Análise de Orientação Prévia, será cobrada a taxa de análise do pleito;
- b) no ato do protocolamento do pedido da licença para o serviço de Habite-se será cobrada a taxa de análise do pleito e taxa de vistoria;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

- c) após o deferimento dos pleitos serão cobradas, exceto para o serviço de Análise de Orientação Prévia, as taxas de emissão da licença/autorização e, quando couber, taxa de vistoria;
- d) para o serviço de Análise de Orientação Prévia, serão cobradas as taxas de análise e vistoria, quando couber, após a autorização da emissão do produto.

AUTORIZAÇÃO ESPECIAL PARA UTILIZAÇÃO DE SOM EM EVENTOS

Especi fi cação Emi ssão da Li cença
/ Autori zação (R\$)
 Eventos com Utilização Sonora e com previsão de público de até 100 pessoas 20,00
 Eventos com Utilização Sonora e com previsão de público de 101 a 300pessoas 30,00
 Eventos com Utilização Sonora e com previsão de público de 301 a 500pessoas 40,00
 Eventos com Utilização Sonora e com previsão de público de 501 a 1.000pessoas 50,00
 Eventos com Utilização Sonora e com previsão de público acima de 1.000 até 3.000pessoas 60,00
 Eventos com Utilização Sonora e com previsão de público acima de 3.000 pessoas 70,00
 Autorização Especial para eventos temporários e/ou de caráter intinerante 20,00
.[

TABELA VI

DA TAXA DE LICENÇA PARA EXPOSIÇÃO DE PUBLICIDADE NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS E EM LOCAIS EXPOSTOS AO PÚBLICO - TLP

VALOR (R\$) UNI DADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	
======================================	Provisória Publicitária - iluminado	



	20, 00 	l
-	Balão especial Provisória Institucional - iluminado 5,00 unid/dia	'
	 Balão especial Provisória Mista - iluminado 15,00 unid/ dia 	
	 Balão especial Provisória Mista - não iluminado 15,00 unid/ dia	
	 Balão especial Provisória Publicitária - iluminado 15,00 unid/ dia	
	 Balão especial Provisória Publicitária - não iluminado 15,00 unid/ dia	
	 Balão especial Provisória Institucional - não iluminado 15,00 unid/ dia	
		l I
-		
-	 Cadeira/ mesa/ guarda-sol/ qualquer outro objeto simples Permanente Mista - não iluminada 20,00 / evento	
-	 Carroceria de veículo simples Permanente Publicitária - não iluminado 15,00m²/ ano	
-	Empena de edifício Permanente Mista - não iluminado 20 m²/ ano	
-		
-	 Faixa simples Provisória Mista - não iluminado 3,00 unid/dia 	
	 Faixa simples Provisória Publicitária - não iluminado 3,00 unid/ dia	
-	 Faixa simples Provisória Institucional - não iluminado 3,00 unid/ dia 	
-		
	 Faixa Rebocada p/ avião especial Provisória Publicitária - não iluminada 3,00 unid/ dia	



Gal hardete/ estandarte simples Provisória Orientada - iluminado 5, m²/ dia
 Galhardete/ estandarte simples ProvisóriaPublicitária - não iluminado 5,m²/ dia
 Letreiro (fachada) simples Permanente Mista - iluminado 30,00 / m²/ ano
 Letreiro (fachada) simples Permanente Identificador - iluminado 30,00 / m²/ ano
 Letreiro (fachada) simples Permanente Identificador - não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Letreiro (fachada) simples Permanente Mista - não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Letreiro especial Permanente Mista - não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Letreiro especial Permanente Autoportante Identificador - não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Letreiro especial Permanente Autoportante Identificador - iluminado 30,00 / m²/ ano
 Letreiro especial Permanente Autoportante Mista - iluminado 30,00 / m²/ ano
 Letreiro especial Permanente Autoportante Mista - não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Letreiro especial Permanente Identificador - iluminado 30,00 / m²/ ano
 Letreiro especial Permanente Identificador - não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Letreiro especial Permanente Mista - iluminado 30,00 / m²/ ano
 Letreiro simples Permanente Autoportante Identificador - não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Letreiro simples Permanente Autoportante Identificador - iluminado 30,00 / m²/ ano



Muro especial Permanente Publicitária - não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Outdoor simples Permanente Autoportante Institucional - não iluminado 30,00 / m²/ ano
Outdoor simples Permanente Autoportante Institucional - iluminado 30,00 / m²/ ano
 Outdoor simples Permanente Autoportante Mista - iluminado
 Outdoor simples Permanente Autoportante Mista - não iluminado 30,00 / m²/ ano
Outdoor simples Permanente Autoportante Publicitária - não iluminado 30,00 / m²/ ano
Outdoor simples Permanente Autoportante Publicitária - iluminado 30,00 / m²/ ano
 Painel - cobertura especial Permanente Publicitária - não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Painel - cobertura especial Permanente Publicitária - iluminado 30,00 / m²/ ano
 Painel - Iançamento Imobiliário Especial Provisório Institucional - iluminado 30,00 / m²/ ano
 Painel - lançamento Imobiliário Especial Provisório Institucional - não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Painel - lançamento Imobiliário Especial Provisório Publicitário - iluminado 30,00 / m²/ ano
 Painel - lançamento Imobiliário Especial Provisório Publicitário - não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Painel - Iançamento Imobiliário Simples Provisório Institucional - iluminado 30,00 / m²/ ano
 Painel - Iançamento Imobiliário Simples Provisório Mista - não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Painel - Iançamento Imobiliário Simples Provisório Publicitário - iluminado 30,00 / m²/ ano
 Painel - lançamento Imobiliário Simples provisório Institucional - não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Painel - lançamento Imobiliário especial Provisório Mista - não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Painel - porta cartaz especial Permanente Mista - não iluminada
 Painel - porta cartaz especial Permanente Publicitário - não iluminado 30,00 / m²/ ano



Painel - porta especial Permanente Institucional - não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Painel (back light front light) institucional -Não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Painel (back light front light) mista - iluminado 30,00 / m²/ ano
 Painel (back light front light) mista - não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Painel (back light front light) publicitário - iluminado 30,00 / m²/ ano
Painel (back light front light) institucional - iluminado 30,00 / m²/ ano
 Painel (back light / front light) publicitário - não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Pai nel lançamento Imobiliário Simples Provisória Mista - iluminado 30,00 / m²/ ano
 Painel lançamento imobiliário Especial Provisória Mista - iluminado 30,00 / m²/ ano
Pai nel simples Permanente Autoportante Institucional - iluminado 30,00 / m²/ ano
Painel simples Permanente Autoportante Institucional - não iluminado 30,00 / m²/ ano
Painel simples Permanente Autoportante Mista - iluminado 30,00 / m²/ ano
Painel simples Permanente Autoportante Mista - não iluminado 30,00 / m²/ ano
Painel simples Permanente Autoportante Publicitária - iluminado 30,00 / m²/ ano
 Painel simples Permanente Autoportante Publicitária - não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Tapume simples Provisória Publicitária - não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Toldo simples Permanente Identificador - não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Toldo simples Permanente Mista - não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Toldo simples Permanente Mista - iluminado
 Toldo simples Permanente Identificador - iluminado 30,00 / m²/ ano
 Torre de caixa d` água simples Permanente Identificador - iluminada

Diário Oficial do **Município** 271

Prefeitura Municipal de Pindaí



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

30, 00 / m²/ ano
 Torre de caixa d`água simples Permanente Identificador - não iluminado 30,00 / m²/ ano
 Publicidade não especificada na presente tabela 30,00 / m²/ ano
 Publicidade não especificada na presente tabela 5,31 dia/ ponto
 Taxa de análise de Publicidade 6,00
 Taxa de vistoria de Publicidade 6,00

TABELA VII DA TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

R\$ ['] Porte Valor	Micro Empresas	\$	Valor Normal	R\$ Empresas de Pequer
Buffet (com fai 50,00	====== == bri cação própri a) 120, 00	100, 00		
 Doces/produtos 50,00	 confei tari a/xaropes 120, 00	alimentícios 100,00		
Gel o 50, 00	120, 00	100, 00		
Massas frescas 50,00	120, 00	100, 00		
Pani fi cação (fa 50, 00	 abri cação/di stri bui ç 120, 00	ão) 100, 00		
 Produtos alimen 50,00	 ntícios infantis 120,00	100, 00		
Produtos congel 50,00	120, 00	100, 00		
Produtos di eté				İ



150, 00	120, 00	100, 00	l
 Sorvet 50, 00 	tes similares 120,00	100, 00	
 Conaêr	 neres		
Adi ti v 150, 00 	120, 00	100, 00	· !
Água m 150, 00 	ni neral 120, 00	100, 00	·
Ami do 150,00	e deri vados 120, 00	100, 00	·
Bebi da 150, 00 	as não alcoólicas, sucos e 120,00	outros 100, 00	·
Bi scoi 150, 00 	tos/bol achas/sal gadi nhos 120, 00	100, 00	· !
Cacau, 150, 00	chocol ates e sucedâneos 120, 00	100, 00	·
Cereal 150, 00 	ista, depósito e beneficia 120,00	amento de grãos 100,00	·
Condi m 150, 00 	mentos, molhos e especiaria 120,00	ns 100, 00	· !
Confei 150, 00 		similares 100,00	·
Desi dr 150, 00 	ratora de frutas (uva passa 120,00	a, jeni papo, banar 100,00	na, maçã e outros)
Desi dr 150, 00	ratora de vegetais e ervana 120,00	iri as 100, 00	·
Fari nh 150, 00 	nas (moinhos) e similares 120,00	100, 00	·
∣Gelatiˈ	nas, pós para sobremesa, s 120,00	sorvetes, bolos e	similares
150, 00 		100, 00	
Massas 150, 00 		res 100, 00	· !
Refi na 150, 00 		ar/sal 100, 00	·
 Suplem 150,00 	nentos alimentares enriqueo 120,00	cidos com vitamina 100,00	 as e sais minerais
	dora de café		



	PINDAL			
Congêneres	120, 00	'	·	
 Acouque	120, 00			
 Assadora de	aves e similares 120,00			
 Cantina			 	
 Casa de frio	s (laticínios e emb			
 Casa de suco 150, 00 	s/cal do de cana/ e s 120, 00	si mi I ares 100, 00	 	
 Churrascari a 150, 00 	120, 00	100, 00	, 	'
 Comércio ata 150,00 	cadi sta/depósi to de 120, 00	produtos perecíve 100,00	 	
Cozi nha de c 150, 00 		eche/boate/si mi l ai 100, 00	res - 	
Delicatessen 150, 00 	120, 00	100, 00	 	
Di stri bui dor 150, 00 	120, 00	adora de alimento 100,00	os e seus produtos fins 	
	fornecimento e tr 100,00		 para consumo humano (cami nhão 	pi pa) 150, 00
 Empresa de 50,00 atividades o	representação de s 120,00 peraci onai s)	serviço de aliment 100,00	tação e nutrição (unidades sem 	
l Hi permercado	(valor base + somat 120,00	 tório de atividade	 es)	'
 Lanchonete/b 20, 00 	ar/pastel ari a 100, 00	80, 00	' 	
 Loj a de conv 120, 00 	eniência (sem produc 100,00	ção e sem manipula 80,00	ação de alimentos) 	
Padari a/Pani 120, 00 		80, 00	· 	
Peixarˈia (pe	scados e frutos do n 100,00	nar)	·	



20, 00	100, 00	80,00	
 Produt	tos congel ados		
20, 00	100, 00		
Restau 20, 00	ırante/refei tóri o 100, 00	80, 00	'
Sorvet	teri a		i i
Supern	nercado (valor base + soma 120,00	 tório de atividade	es)
 Congêr	eres		
Bombor 20, 00	100, 00	80, 00	
Cafete	eri a 100, 00		'
 Casa c	de produtos naturais/supler 100,00	 nentos alimentares	s
Casa c	de produtos naturais com la 100,00	 anchonete/suplemer	 ntos alimentares
 Comérc	sio atacadista de produtos 120,00	não perecíveis	l '
!	to de bebi das		
Depósi	to de frutas e verduras (2 120,00	rmazenagem)	
 Depósi	to de produtos não perecív 120,00	 veis (armazenagem))
 Loia c	de bebi das 100, 00		
Oui tar	nda, frutas e verduras 90,00		·
 Transp 20, 00	portadora de alimentos e/ou 100,00	 u produtos aliment 80,00	 tícios (por veículo)
 Congêr	eres		
+ Cosmét	icos, perfumes e produtos	de hi gi ene	
Distri 50,00 pequer	bui dora/i mportadora/export 120,00 na empresa	tadora de produt 100,00	 tos para a saúde; micro e



50,00	120.00	100, 00	
operac			l I
Distri 50,00	bui dora/i mportadora/expor 120, 00	tadora de cosmétic 100,00 	cos
Distri	buidora de medicamentos		
50, 00	120, 00	100, 00	
Insumo 50,00	s farmacêuticos 120,00	100, 00	
	os bi ol ógi cos 120, 00		
Produt	os de uso l'aboratori al		i i
50, 00	120, 00	100, 00	
	os de uso médico/hospitala 120,00		
 Produt 50, 00	os de uso odontológico 120,00	 100, 00	
 Prótes	es/órteses (ortopédicas/es	 stética/auditiva e	'
 Sanean	tes domissanitários (GRAU 120,00	 DE RISCO 1)	I
 Congên 50, 00	eres 120, 00		
Equi pa	mentos/instrumentos labora 120,00	atori ai s	
Equi pa 50, 00	mentos/i nstrumentos médico 120,00	 o/hospi tal ares 100, 00	· ·
1	mentos/instrumentos odonto 120,00		
 Produt	os veterinários 120,00		
 Comérc	io de artigos ópticos 120,00		
Comérc 50,00	i o de produtos bi ol ógi cos 120, 00	 e imunobiológicos	
Comérc 50,00	io de produtos laboratoria 120,00	ais/produtos quími 100,00	cos
 Comérc 50,00	io de produtos médico-hos 120,00	 pi tal ares 100, 00	
	io de produtos odontológio	 cos	

Diário Oficial do **Município** 276

Prefeitura Municipal de Pindaí



150, 00	120, 00	100, 00		ı
Empres 150,00	 sa de representação de 120,00		 osméticos, saneantes e artigos	
	o-hospi tal ares 			
Congêr	 neres 120,00	100, 00	 	
 Comérc	 cio de cosméticos, perfumes	 s e/ou produtos de		
 Comérc	cio de essências e matéria 120,00	 prima para perfur	 naria	'
 Comérc	 cio de prótese/órteses (ort	opédi ca/estéti ca/		'
 Transp	 portadora de produtos de in	 nteresse à saúde ((por veí cul o)	'
 Conaêr				'
Ambul å	ància com assistência de er	nfermagem (por uni	dade móvel)	
Ambul a 150, 00		ca (por unidade mo 100,00	óvel) 	
Casa 0 150, 00	de parto natural 120,00	100, 00	· 	
Centro	o cirúrgico (por sala cirúr 120,00	gi ca) 100, 00		
Cl í ni c	 ca de acupuntura	150, 00	120, 00	100, 00
Cl í ni o 100, 00 	ca/policlínica de estética 90,00	/consultório de e	estéti ca	
CI í ni d 150, 00	ca/policlínica odontológica 120,00	a e de cirurgia 100,00	l I	,
 Cl í ni c	 ca/policlínica veterinária			
150, 00	tório de acupuntura	100, 00	· 	
	 tório médico 120,00	100, 00		
	 tório veterinário 			120, 00
	na de lactários/hospital/ma 120,00	 aterni dade/casa de	e saúde/similares	
				1



	PINDAL			
Drogar 160, 00	ia (com serviço de enferma 130,00	agem) 110,00		
	ia (sem serviço de enferma 120,00			
Disper	sário de medicamentos/post 120,00	 to de medicamentos	6	
 Empres	a de serviços médicos e/ou	 u enfermagem/home	care	
 Gabi ne	130,00 tte de piercing e tatuagem 120,00	 (por gabi nete)	 	
Hospi t	 ral	200, 00	170, 00	
Labora 150, 00	tório de análises clínicas 120,00	 100, 00		
Labora	tório de análises clínicas 120,00	 s veteri nári o		
 Labora	tório de análises bromatol 120,00	ogicas (alimentos	s e água)	
	tório de anatomia e patolo 120,00	 ngi a		
 Labora	itório de anatomia e patolo 120,00	 ogia veterinária		
 Labora	itóri o ci topatol ogi a/ ci to 120, 00	 genéti ca		
	itório/oficina de prótese a 120,00			
	itório/oficina de prótese c 120,00			
Labora	utório/oficina de orteses e 120,00	 e próteses ortopéd	di ca	
	itório/oficina óptico 120,00			
Lavand 150, 00	leri a hospi tal ar 120,00	100, 00		
 Lavano 170, 00	leria industrial			
	de coleta de material de I	aboratóri o	 	
<u> </u>	de enfermagem	<u> </u>		
	le procedi mentos			
238, 52		596, 84		



Servi (150, 00 		es 100, 00	· 	
Servi (150, 00 		heres dermato/fund 100,00 	cional/sem responsável técni 	col
 Servi c 150, 00	co de esterilização (sala o 120,00	específica para o 100,00	 procedi mento) 	
Servi (120, 00 	co de radi ol ogi a odontol ógi 100, 00	ca	· 	150, 00
Servi (150, 00 	120, 00	grafi a/ressonânci a 100, 00	a/USG/Densi ometri a/Mamografi 	a
Servi (150, 00	co de vaci nação/i muni zação 120,00	100, 00	I	
				120, 00
Uni dad 120, 00	le móvel de assistência à : 100,00	saúde	' I	150, 00
Uni dad 120, 00 	le móvel de assistência od 100,00	ontológica com ou	sem raio x	150, 00
Congêr 50, 00 	120, 00	100, 00	 	
Cl í ni c 120, 00	a de fisioterapia e/ou rea	abilitação	'	150, 00
Cl í ni c 20, 00 	a de psi coterapi a/psi caná 100, 00	ise/terapia ocupa	l aci onal	150,00
CI í ni c 238, 52	a de psicanálise (por con: 417,68	sultório + somatóı 596,84	rio de serviços) 	
100, 00 				120, 00
CI í ni c 150, 00 		100, 00	 	
		100, 00	' 	
150, 00 		100, 00	 	
Consul 150, 00 		100, 00	· 	
	120, 00	bgi a/terapi a ocupa 100, 00	aci onal /psi coterapi a/psi cope	edagogi a
 Consul 150, 00	tório virtual/tele medicii		ı	I



Servi c	os de massoterapia/podolo 120,00	gia e similares	!	[
	eres 120, 00			
Abri go 80,00	, creche, casa de passage 70.00	+ m, orfanato e simi 60.00	 Lares	+
 Cl ube 100, 00	soci al		150, 00	120, 00
 Escol a	de natação, piscina c	l	 dades similares	150, 00
120, 00	100, 00' 	 		
Estabe	lecimento de contro	e de pragas	urbanas (desinsetizadoras,	desrati zadoras
Estabe 80,00	lecimento de ensino		100, 00	90, 00
 Sal ão	de embelezamento animal b	 anho/tosa	•	
Uni dad	70,00 	e produtos de hijai	ene e correlatos	
 Servi ç	o de limpeza/desinfecção 90,00	 de poço∕caixa d′áø	 gua	
 Service	o de limpeza de fossa 90,00		I	
 Servic	os de sanitários químicos	e correlatos		
 Instit	90,00 uição de longa permanênci 90.00	 a para idosos		
 Empres	90,00 a aplicadora de saneantes	 domi ssani tári os	 (empresa higienizadora)	
Academ	90, 00 ia de ginástica/dança/art	+es marciais e simi	 Lares	+
Barbea	70, 00 ia		I	
Campi n	60, 00 g		 70, 00	60, 00
Casa	de espetácul os/di scoteca			
70,00	60, 00	l		
	de di versões (j ogos el 80,00	 etrônicos, bolich	 ne, similares)	100, 00
	I		l 	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 - PINDAI -BA - Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

Cemi téri o/necrotéri o/crematóri So, OO 	o' 	['] 100, 00), 00
	- 100, 00	 	90, 00	80, 00
 Estádio de futebol 100,00 90,00	80, 00	l 		'
	·	150, 00		120, 00
Hotel /motel 50, 00 120, 0	0 100, 00	' 		
 Lavanderia/tinturaria comercia 50,00 120,0	l 100, 00			
 Pensão/al bergue/dormi tóri o/pou 30, 00	sada	100, 00		90, 00
	- mani cura/pedi cura) 50, 00	l 		
Salão de beleza, estética, tra 70,00 60,00	tamento de pele. de	epilação e similare	es	·
Shoppi ng (área comum) exceto e 50,00 120,0	- stabelecimentos	I		
Servi cos funerári o/tanatóri o/c 20, 00 100, 00	- arro mortuário/sala	 a de vigilia	•	150, 00
Tabacari a 50,00 120,0	0 100, 00	 		
 Congêneres 150, 00 120, 0	-	<u> </u>		

TABELA IX DA TAXA DE COLETA, REMOÇÃO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS **DOMICILIARES - TRSD**

di go	Descri ção	R\$ /m²
1 0	=====================================	0, 20
1.0		0, 20
	Prediais Residenciais, por m2	0, 80
	Prediais não Residenciais, por m2	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAI

Rua Tibério Fausto, 426, Centro - CEP 46360-000 – PINDAI –BA – Fone 77-3667-2245 CNPJ/MF 13.982.624/0001-01

Nota 1:

- 1. O valor da TRSD não deverá exceder a razão de 10% (dez por cento) do valor do IPTU.
- 2. O valor da TRSD fica limitado a R\$ 100,00 (cem reais) para imóveis residenciais e R\$ 200,00 (duzentos reais) para imóveis não residenciais.

Nota 2: O valor da TRSD não poderá exceder a razão de 10% do valor do IPTU.

Nota 3: O valor da TRSD fica limitado a R\$ 100,00 (cem reais) para imóveis residenciais e R\$ 200,00 (duzentos reais) para imóveis não residenciais.

TABELA X DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COSIP

ES	PECI	FICAÇ	DES	%	<i>M</i> ÓDULC) DA	TA	RI F	4
asse	Res	i denc	i al	====:			===		
é 30	Kwh							0,	50
31	a 50	Kwh						1,	00
51	a 10	0Kwh						3,	00
101	a 2	00Kwh						5,	00
201	a 4	50Kwh						7,	00
ima	de 4	50Kwh						12,	00
asse	não	resi (denci a	· 					
é 30	kwh							2,	00
31	a 50	Kwh						3,	00
51	a 10	0Kwh						5,	00
101	a 2	00Kwh						7,	00
201	a 4	50Kwh						10,	00
ci ma	de -	450Kwl	h				15	, 00	

TABELA XI

DA TAXA PARA UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES VELHO TICO E DOS CENTROS COMUNITÁRIOS DE MÚLTIPLO USO DA SEDE E DO DISTRITO DE GUIRAPÁ

Códi go	Descri ção	R\$
		i i

Rua Ana Angélica | 175 | Centro | Pindaí-Ba



====== ======= ===== 1.0 Utilização do Parque Velho Tico, por	
2.0 Utilização do Centro Comunitário de Múlti 150,00 plo Uso - Sede, por evento	